



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**



CHRIS LOPES DA SILVA



**POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS
INDÍGENAS: ESTRATÉGIAS ETNOLÓGICAS PARA A AUTOGOVERNANÇA
DA OPIAJ EM PAUINI (AM)**

**MANAUS
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**



CHRIS LOPES DA SILVA

**POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS
INDÍGENAS: ESTRATÉGIAS ETNOPOLÍTICAS PARA A AUTOGOVERNANÇA
DA OPIAJ EM PAUINI (AM)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Helena Ortolan.

Linha de pesquisa: Antropologia da Amazônia indígena.

**MANAUS
2022**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Chris Lopes da.

S586p Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas : estratégias etnopolíticas para a autogovernança da OPIAJ em Pauini (AM) / Chris Lopes da Silva . 2022
194 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Helena Ortolan
Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas.

1. opiaj. 2. Movimento Indígena. 3. Etnopolítica. 4. pngati. 5. Encontros por Terra Indígena. I. Ortolan, Maria Helena. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CHRIS LOPES DA SILVA

**POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS
INDÍGENAS: ESTRATÉGIAS ETNOPOLÍTICAS PARA A AUTOGOVERNANÇA
DA OPIAJ EM PAUINI (AM)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social, sob a orientação da Profª Drª Maria Helena Ortolan, na linha de pesquisa Antropologia da Amazônia Indígena.

Aprovada em 16/12/2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Maria Helena Ortolan
Orientadora/Presidente - Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva
Membro interno - Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Ana Carla dos Santos Bruno
Membro interno - Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Márcia Maria Gramkow
Membro externo - GOPA Worldwide Consultants

Profª Drª Jocilene Gomes da Cruz
Membro externo - Universidade do Estado do Amazonas

Profª Drª Márcia Regina Calderipe
Suplente - Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Marília de Jesus da Silva Sousa
Suplente - Universidade do Estado do Amazonas

*Dedico este trabalho
aos parentes Apurinã e Jamamadi,
que sonham e lutam pelos direitos indígenas.
A Rivaldo Apurinã (in memoriam).
A Alderi Apurinã (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa me presenteou com uma imersão pessoal inigualável, cheia de descobertas e de construção de laços impossíveis de romper.

Agradeço aos que estiveram comigo presentes, distantes, em forma humana, não humana, com palavras amáveis, com a cobrança precisa, fazendo companhia ou se afastando para que eu me concentrasse.

Meu agradecimento especial é para a OPIAJ, para as duas Coordenações Executivas que tive o privilégio de conhecer e conviver: Wallace, Bazin, Francisco Marcelino, Marilda, Vanessa, Manupa, Edson e às jovens mulheres, estudantes da GEIP e da GMAE, Carlene, Rutinha, Denilson, Edilene, Dadá, Valcleice e Regina Julião.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, aos professores e aos colegas discentes, avaliadores das bancas de qualificação e de defesa; agradeço também à CAPES, pela bolsa de pesquisa.

À Maria Helena Ortolan, minha orientadora, obrigada pela sensibilidade de sua mão amiga nesta jornada, que foi um grande e indescritível aprendizado. *Ninguém larga a mão de ninguém, é uma verdade!*

Agradeço aos meus pais, Maria e Riba, e irmãos, Keite, Kenny e Michele, pela confiança todos os dias.

Agradeço ao IEB, pela oportunidade de trabalhar em Pauini. Marcela, Cloude, Janaína, Marina, Sara, Elaine, Marcelo, Leandro, Derick, Carlos e Adriana... Que privilégio compartilhar esse *reconhecer humanidades* com vocês!

Jocilene Gomes, Marília Souza, Claudina Maximiano, Cloves Pereira, Romy Cabral e Luciano Cardenes, minha eterna gratidão!!!

Agradeço muitíssimo ao Kennedy Apurinã. por toda escuta e atenção; ao Alex Apurinã, com quem aprendi que o movimento indígena orienta, e ao Wallace Apurinã, nosso *matatari. Atênêka*, parentes!

Ao *meu parente* Evangelista Apurinã, muito obrigada por tudo!!!

SILVA, Chris Lopes da. Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas: estratégias etnopolíticas para a autogovernança da opiaj em Pauini (AM). 2022. 194 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

RESUMO

Esta tese enfoca o movimento indígena em Pauini, município localizado no sul do estado do Amazonas, distante da capital a 950 km em linha reta. O objetivo principal consiste em compreender as estratégias etnopolíticas da Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ) para a construção de sua autogovernança na condução da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) em Pauini (AM). As políticas direcionadas aos povos indígenas se orientam pelo conceito polissêmico de indigenismo, na perspectiva de que este constitui num campo discursivo e de práticas de situações históricas. Dessa forma, a PNGATI está associada às múltiplas iniciativas governamentais de controle da gestão territorial e ambiental. A OPIAJ nasceu da iniciativa do movimento indígena de Pauini orientado pela União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (UNI-ACRE), extinta em 2005. Representa cerca de 4.000 indígenas, entre Apurinã e Jamamadi, localizados em 10 terras indígenas, sendo sete demarcadas e três em estudo de identificação. Em articulação com outras associações indígenas do sul do Amazonas, a OPIAJ constitui uma rede etnopolítica de enfrentamento ao avanço da fronteira do desmatamento na região, considerada como a última fronteira de expansão. A visada da OPIAJ em busca da autogovernança dos territórios indígenas se dá pela promoção de uma rede interinstitucional para integração das políticas indígenas e indigenistas em Pauini, denominada *Agenda Integrada*; pela realização dos *Encontros por Terra Indígena*, modelo local pioneiro de gestão indígena de seus territórios; pela manutenção da tradição da *masca de katsopary*, enquanto instrumento político nas relações interétnicas e pelo investimento indígena na política partidária. A pesquisa de campo compreendeu o período de 2017 a 2020, considerando o biênio 2018-2020 como o período chave, dado o contexto político do governo Bolsonaro, que exigiu estratégias indígenas de enfrentamento à política de expansão da fronteira, arquitetado pela extrema direita. O material etnográfico analisado foi coletado em eventos coletivos de negociação como o Seminário *Licenciamento e Grandes Obras no sul do Amazonas*, as Assembleias Gerais da OPIAJ de 2017 e 2019, os *Encontros das Terras Indígenas Água Preta/Inari e rio Seruini* e a campanha eleitoral municipal de 2020.

Palavras-chave: OPIAJ; Movimento Indígena; Etnopolítica; PNGATI; Encontros por Terra Indígena.

SILVA, Chris Lopes da. SILVA, Chris Lopes da. National Policy for Environmental and Territorial Management of Indigenous Lands: ethnopolitical strategies for the self-governance of opiaj in Pauini (AM). 2022. 194 f. Doctoral Thesis (Graduate Program in Social Anthropology) - Federal University of Amazonas, Manaus, 2022.

ABSTRACT

This thesis focuses on the indigenous movement in Pauini, a municipality located in the south of the state of Amazonas, 950 km away from the capital. The main objective is to understand the ethnopolitical strategies of the Organization of Apurinã and Jamamadi Indigenous Peoples (OPIAJ) for the construction of its self-governance in the conduct of the National Policy for Environmental and Territorial Management of Indigenous Lands (PNGATI) in Pauini (AM). Policies targeting indigenous peoples are guided by the polysemic concept of indigenism, in the perspective that this concept constitutes a discursive field and practices of historical situations. In this way, PNGATI is associated with multiple government initiatives to control territorial and environmental management. OPIAJ was born from the initiative of the indigenous movement of Pauini guided by the Union of Indigenous Nations of Acre, South of Amazonas and Northwest of Rondônia (UNI-ACRE), extinct in 2005. It represents about 4,000 indigenous, between Apurinã and Jamamadi, located in 10 indigenous lands, seven of which are demarcated and three are under identification study. In conjunction with other indigenous associations in southern Amazon, OPIAJ constitutes an ethnopolitical network to confront the deforestation frontier advance in the region, considered the last frontier of expansion. The intention of OPIAJ in search self-governance of indigenous territories happens through the promotion of an inter-institutional network for indigenous and indigenist policies integration in Pauini, called *Integrated Schedule*; for holding the *Meetings by Indigenous Land*, a pioneering local model of indigenous territories management; for maintaining the katsopy mask tradition, as a political instrument in interethnic relations and for the indigenous investment in party politics. Field research covered the period from 2017 to 2020, considering the 2018-2020 biennium as the key period, given the political context of the Bolsonaro government, which required indigenous strategies to confront the border expansion policy, devised by the extreme right. The ethnographic material analyzed was collected in collective negotiation events such as the Seminar *Licensing and Great Works in southern Amazonas*, the OPIAJ General Assemblies, in 2017 and 2019, the Água Preta/Inari and rio Seruini *Meetings by Indigenous Lands* and the 2020 municipal election campaign.

Keywords: OPIAJ; Indigenous Movement; Ethnopolitics; PNGATI; Encounters for Indigenous Land.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Ameaças nas áreas protegidas do sul do Amazonas..... | 28 |
| Figura 2 - Logomarca da OPIAJ..... | 72 |
| Figura 3 - Bandeira da OPIAJ..... | 73 |
| Figura 4 - Mapa Rio Pauini..... | 108 |
| Figura 5 - Garimpos no sul do Amazonas..... | 113 |
| Figura 6 - TI que realizam o Encontro | 130 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|-----|
| Foto 1 – <i>Kyynyry</i> na abertura do III Encontro do Seruini..... | 48 |
| Foto 2 - I Assembleia Indígena no Acre, em 1984..... | 55 |
| Foto 3 - I Assembleia Indígena no Acre, em 1984..... | 56 |
| Foto 4 - I Assembleia Indígena no Acre, em 1984..... | 56 |
| Foto 5 - I Assembleia Indígena no Acre, em 1984..... | 57 |
| Foto 6 - I Assembleia Indígena no Acre, em 1984..... | 57 |
| Foto 7 - I Assembleia Indígena no Acre, em 1984..... | 58 |
| Foto 8 - Coordenação Executiva da OPIAJ eleita em 2019..... | 66 |
| Foto 9 - Pelotão Indígena 2019 na sede de Pauini..... | 89 |
| Foto 10 - Estudantes indígenas Pelotão Indígena 2019..... | 90 |
| Foto 11 - Pelotão Indígena 2019..... | 90 |
| Foto 12 - Sede da CTL- Pauini da FUNAI..... | 102 |
| Foto 13 - Base de garimpo no rio Pauini..... | 112 |

LISTA DE SIGLAS

OPIAJ – Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi

SEIND – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

FOCIMP – Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus

APIJ – Associação do Povo Indígena Jiahui

APITIPRE – Associação dos Povos Indígenas Tenharim, Igarapé Preto

OPIAJBAM - Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre Amazonas

OPIAM – Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira

APITEM – Associação do Povo Indígena Tenharim Morogita

PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

OIT – Organização Internacional do Trabalho

MPF – Ministério Público Federal

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

CNPI - Conselho Nacional de Políticas Indigenistas

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

CIMI - Conselho Indígena Missionário

UNI - União das Nações Indígenas

UNIND – União das Nações Indígenas

UNI-Acre – União das Nações Indígenas do Acre, sul do Amazonas e extremo de Rondônia

AJACRE - Ajudância do Acre

OCIAC - Organização das Comunidades Indígenas Apurinã e Jamamadi

GMI – Grupo de Mulheres Indígenas

GMAE – Gerência de Mulheres e Articulação Estratégica

GEIP – Gerência de Estudantes e Jovens Indígenas de Pauini

GPAI - Gerência de Projetos e Articulação Interinstitucional

PDPI - Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas

CONDISI - Conselho Distrital de Saúde Indígena

PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

OPAN – Operação Amazônia Nativa

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CAFI – Centro Acadêmico de Formação Indígena

COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas

DSEI – Distrito Especial de Saúde Indígena

SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena

USAID – Agência dos Estados Unidos para desenvolvimento Internacional

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

CMEI – Coordenação Municipal de Educação Escolar Indígena

OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

STTRP – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pauini

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

CIR – Conselho Indígena de Roraima

ATL – Acampamento Terra Livre

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 ETNOPOLÍTICA EM REDE NO SUL DO AMAZONAS: ENFRENTAMENTOS NA ÚLTIMA FRONTEIRA | 20 |
| 2.1 Desenvolvimento, devastação e luta indígena na Amazônia | 22 |
| 2.2 Seminário <i>grandes Obras no Sul do Amazonas</i> : fronteira das grandes obras | 36 |
| 2.2.1 A OPIAJBAM e a BR 317 | 39 |
| 2.2.2 A Transamazônica e os direitos dos povos indígenas | 43 |
| 2.2.3 Os Kagwahiva e a UHS Tabajara | 45 |
| 2.2.4 Terminal graneleiro em Humaitá | 48 |
| 2.3 Observações sobre a frente de resistência indígena no sul do Amazonas | 50 |
| 3 O MOVIMENTO INDÍGENA E A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS APURINÃ E JAMAMADI | 54 |
| 3.1 A União das Nações Indígenas do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas (UNI-Ac) | 64 |
| 3.2 Memória, tempo e movimento indígena em Pauini..... | 68 |
| 3.3 A Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi | 72 |
| 3.4 Os Apurinã e os Jamamadi de Pauini | 82 |
| 3.5 Projeto <i>Utsãmanery</i> : construindo a autogovernança indígena | 86 |
| 4 AGENCIALIDADE INDÍGENA SOBRE A POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA | 97 |
| 4.1 “Nós tínhamos uma FUNAI só de nome” | 97 |
| 4.2 Do Acre ao Purus: movimentos e reconfigurações | 109 |
| 4.3 Agenda Integrada: rede local de política indígena e indigenista | 112 |
| 5 POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA: AS IDEIAS INSTITUCIONAIS DA OPIAJ EM BUSCA DA AUTONOMIA E DA GESTÃO DOS TERRITÓRIOS | 123 |

| | |
|---|------------|
| 5.1 <i>Encontro por Terra Indígena</i> : gestão de territórios indígenas em Pauini | 124 |
| 5.1.1 Estado e povos indígenas: questões de terra e gestão territorial | 126 |
| 5.1.2 Instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas | 132 |
| 5.1.3 <i>Encontro por Terras Indígena</i> : o início de um modelo de gestão territorial indigenista | 136 |
| 5.1.4 Gestão territorial e governança indígena: como os parentes operam hoje os Encontros? | 140 |
| 6 ASSEMBLEIA, KATSOPARY E ELEIÇÕES: RESISTÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA NA GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS EM PAUINI..... | 146 |
| 6.1 Política indígena na política não indígena: os povos indígenas e as interfaces das eleições | 147 |
| 6.2 Parlamento Indígena e campanhas indígenas da APIB | 150 |
| 6.3 A OPIAJ e a construção de candidaturas indígenas para as eleições municipais de 2020 | 158 |
| 6.4 O tempo da campanha | 168 |
| 6.5 <i>Katsopary</i> e as decisões políticas no campo das relações interétnicas Apurinã | 175 |
| 7 CONCLUSÃO | 186 |
| REFERÊNCIAS | 189 |

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo compreender as estratégias etnopolíticas da Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi para a autogovernança na gestão dos territórios indígenas no município de Pauini. Proponho uma abordagem de análise da política no contexto das práticas dos movimentos dos povos indígenas.

Pauini está localizado no sul do estado do Amazonas, distante da capital a 950 km em linha reta, com população de 19 mil habitantes, dos quais, aproximadamente 4 mil são indígenas dos povos Apurinã e Jamamadi (OPIAJ, 2020).

Iniciei contato profissional com a OPIAJ em 2015, no âmbito de meu trabalho na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). A SEIND tem sede em Manaus, portanto, as ações junto à OPIAJ eram pontuais. Relação próxima e intensa com a Organização, construí a partir de 2017 quando mudei para Pauini para trabalhar no projeto “Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas”, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), assessorando a OPIAJ em ações de implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). Isto porque os Apurinã estão discutindo a gestão de seus territórios com diferentes atores e com as políticas do Estado.

Devo ressaltar que a minha rede familiar Apurinã facilitou a aproximação com a OPIAJ e com o movimento indígena em Pauini, permitindo-me acessar lugares e pessoas que se tornaram interlocutores essenciais para a compreensão do universo institucional da OPIAJ e da representatividade do movimento indígena. Isto posto, as reflexões que apresento foram elaboradas na relação pesquisadora-assessora da OPIAJ.

Iniciei o doutorado tendo como proposta de pesquisa realizar um estudo comparativo de políticas públicas de acesso a mercados institucionais para o povo Ticuna do Alto Solimões. Tratava-se de um desdobramento de minha dissertação realizada na mesma região e com aquele povo indígena. Contudo, no início de 2017, antes da qualificação do projeto de tese, ingressei a equipe do IEB e mudei para Pauini. Isto me levou a reconfigurar o tema e o objeto de minha pesquisa de doutorado tomando como contexto o movimento indígena e a gestão indígena de seus territórios.

A mudança de tema mostrou-se apropriada e produtiva, considerando que a

imersão na temática me proporcionaria um olhar etnográfico privilegiado sobre o modo como os Apurinã se posicionam para a gestão dos territórios indígenas, especialmente, a partir da implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Destaco que realizei esta pesquisa junto aos Apurinã pela razão de que, no momento, os Jamamadi não estão postos em evidência nesses processos etnopolíticos quanto estão os Apurinã. Trabalhos futuros poderão refletir sobre o assunto e trazer novos elementos para o contexto indígena na região e, alinhadamente, para a historiografia dos Jamamadi.

A etnopolítica é o conceito chave neste processo de olhar os Apurinã na geografia do Purus. Um conceito que demarca um objeto específico: a atividade política de grupos étnicos (ou sistemas interétnicos) que contém marcas de sua experiência histórica, organização social, cultura e base material-ecológica (FERREIRA, 2017, p. 198). Tempo, movimento e estratégias etnopolíticas são temas para este trabalho.

Desenvolvi a pesquisa no período de 2017 a 2020 e considero o biênio 2018-2020 como o período chave, dado à efervescência política nacional, marcada por manifestações populares no enfrentamento à ascensão da extrema direita do governo de Jair Messias Bolsonaro, que propunha em campanha um governo anti-indígena e aberto à expansão das fronteiras econômicas devastadoras sobre a Amazônia. Nesse contexto, a incidência política do movimento indígena foi estratégica e a PNGATI, enquanto política pública de proteção dos territórios indígenas, ecoou nos discursos do Movimento.

Iniciei o campo de pesquisa com a proposta de que a PNGATI orientava as ações da OPIAJ; no entanto, compreendi que a OPIAJ e os Apurinã elaboram estratégias etnopolíticas que conduzem a PNGATI na sua proposta de autogovernança de um projeto indígena de futuro, o que fazem ressignificando outras questões que lhes interessam, como a política partidária. Ampliam o alcance PNGATI, ao incluir na compreensão indígena de gestão ambiental e territorial, estratégias e ações como a *Agenda Integrada* - rede local de integração de políticas indígenas e indigenistas -, os *Encontros por Terra Indígena* e o investimento na política partidária.

O material etnográfico analisado foi coletado em etnografia de eventos coletivos de negociação, como o *Seminário Licenciamento e grandes obras no sul do*

Amazonas, as Assembleias Gerais da OPIAJ de 2017 e 2019, os *Encontros das Terras Indígenas* Água Preta/Inari e do rio Seruini e a campanha eleitoral municipal de 2020. Estes eventos são considerados como narrativas sociais e políticas que incorporam diferentes tradições de conhecimento para explicar o curso das ações no passado e presente.

A presente tese está estruturada nas seguintes seções:

1 - Introdução.

2 - *Etnopolítica em rede no sul do Amazonas: enfrentamentos na última fronteira* - apresento as motivações que mobilizaram e mobilizam a OPIAJ, atualmente, em busca do que considera autonomia e gestão de territórios indígenas. A memória da ocupação do sul do Amazonas, região a partir do qual desenvolvo os meus argumentos, reconstrói os tempos da expansão da fronteira agrícola “projetada” pelo pretexto governamental de desenvolver a Amazônia e que estimulou a organização do movimento indígena como frente aos efeitos do poder tutelar do Estado e, neste caso, às fronteiras econômicas. A demarcação das terras indígenas conseguiu frear o avanço das fronteiras. Entretanto, o contexto político do governo de Jair Bolsonaro propõe a reabertura da fronteira do agronegócio e das grandes obras na Amazônia, por meio da aliança executivo-legislativo-mercado, o que exige estratégias do movimento indígena em “frear” a reabertura.

Uma das estratégias de resistência contra esse cenário político danoso aos territórios e direitos indígenas, tem sido, para a OPIAJ, participar da rede etnopolítica formada com associações e povos indígenas das regiões do rio Madeira e rio Purus que compõem o chamado sul do Amazonas, constituindo uma comunidade de resistência à reabertura da fronteira amazônica.

3 - *O movimento indígena e a Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi* - apresento as narrativas de construção do movimento indígena e da OPIAJ. O olhar analítico parte das reflexões sobre a Mesa dos Grandes Caciques na assembleia de 2017, entrevistas para o vídeo-documentário sobre a OPIAJ (em elaboração) e entrevistas com lideranças indígenas que participaram do movimento indígena antes ou depois da criação da OPIAJ.

4 - *Agencialidade indígena sobre a política indígena e indigenista* - apresento a compreensão dos agentes indígenas sobre as conquistas do movimento indígena e

da OPIAJ. A escolha de três casos exemplares pelos agentes indígenas (“troca da FUNAI do Acre para o Amazonas”, “desligamento” da *Sitoakory* e inserção na FOCIMP e a expedição ao rio Pauini) são casos exemplares de como a OPIAJ ressignifica a política indigenista, o movimento indígena e cria uma rede interinstitucional para fazer política indígena, a fim de alcançar a gestão ambiental e territorial e a autogovernança.

5 - *Política indígena e indigenista: ideias institucionais da OPIAJ em busca da autonomia e da gestão dos territórios* - reflito sobre a gestão de territórios indígenas, tomando como referência um instrumento de gestão territorial e governança denominado *Encontro por Terra Indígena*. Este Encontro consiste em um tipo especial de evento, idealizado por uma liderança indígena, à época gestor da CTL-Pauini da FUNAI, que foi incorporado por algumas Terras Indígenas (TI) com o propósito de discutir políticas públicas e ações indigenistas e indígenas pertinentes à gestão dos seus territórios. Apresento o *Encontro por Terra Indígena* enquanto um modelo exemplar, em que uma prática administrativa foi incorporada como uma estratégia para implementação da etnopolítica de gestão ambiental e territorial. Essa experiência é precursora e antecede a publicação da PNGATI, em 2012.

6 - *Assembleia, katsopary e eleições: resistência cultural e política na gestão dos territórios indígenas em Pauini* - reflito sobre a construção de candidaturas e mandatos indígenas para a campanha eleitoral de 2020 como proposta da OPIAJ para gestão, autonomia e autogovernança de seus territórios originários. Nesse processo, destaco a *masca de katsopary*, evento tradicional, como uma das estratégias políticas da OPIAJ para negociações e deliberações sobre as questões indígenas frente ao contexto interétnico.

7- *Conclusão* - elaboro algumas considerações acerca do trabalho realizado.

Considero que esta tese contribui para o entendimento do processo histórico “etnopolítico” social do movimento dos povos indígenas em sua relação com a sociedade nacional e, mais especificamente, com o Estado, no contexto geopolítico Apurinã/Purus. As reflexões sobre a agencialidade de povos antes fadados ao desaparecimento, desloca-os do lugar de vítimas a protagonistas na história recente do Brasil. John Monteiro (2001) havia mencionado ser, certamente, um avanço para historiografia brasileira reconhecer as lideranças indígenas e suas associações representativas enquanto capazes de traçar sua própria história.

2 ETNOPOLÍTICA EM REDE NO SUL DO AMAZONAS: ENFRENTAMENTOS NA ÚLTIMA FRONTEIRA

Nesta seção, interessamo-me pelas atuais mobilizações da Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ) na elaboração do que do que considera autonomia e gestão de territórios indígenas. A chave para a formação do Movimento Indígena amazônico e das associações que o representam foi a terra, trazida ao discurso reivindicatório em virtude do cenário de destruição da Amazônia causado, primeiramente, pelas políticas públicas e, exponencialmente, por iniciativas empresariais, no período militar dos anos 70.

Nesta pesquisa, a Amazônia é compreendida como um cenário geral, no qual recorro a faixa territorial, imaginada, onde estão localizadas as associações indígenas OPIAJ, Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre Amazonas (OPIAJBAM), Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), Associação do Povo Indígena Tenharim Morogita (APITEM), Associação dos Povos Indígenas Tenharim, Igarapé Preto - (APITIPRE), Associação do Povo Indígena Jiahui (APIJ) e Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM), renominando esse território de sul do Amazonas, a fim de evidenciar o contexto etnopolítico que conecta essas associações representativas dos povos e movimento indígenas do rios Purus e Madeira, em processos de encontros de transformações causados, sobretudo, pelo permanente estado de atenta resistência aos efeitos das fronteiras econômicas aos territórios indígenas.

As investidas políticas direcionadas para a Amazônia cobriram e se espalharam por todos os países amazônicos, como, por exemplo, Bolívia e Peru, tornando-se uma questão pan-amazônica, o que exige do movimento indígena mobilizações locais e globais.

Nesta seção, fronteira¹, drama social e situação social são os conceitos analíticos e as chaves para compreender o que motiva e como se mobiliza o movimento indígena no sul do Amazonas. A memória da ocupação dessa região, a partir da qual desenvolvo meus argumentos, reconstrói os tempos da expansão da

¹ Neste texto, utilizo também os conceitos correlatos de frente pioneira (FALHAUBER, 2001), fronteira de expansão (VELHO, 2013; PACHECO DE OLIVEIRA, 2021a, 2021b) e fronteira (FERREIRA, 2009).

fronteira agrícola “projetada” pelo pretexto governamental de desenvolver a Amazônia e que estimulou a organização do movimento indígena como frente aos efeitos do poder tutelar do Estado e, neste caso, às fronteiras econômicas. A atuação do movimento indígena conseguiu frear, parcialmente, o avanço das fronteiras quando conquistou o direito constitucional pelo reconhecimento das terras indígenas. No contexto atual, há propostas de reabertura da fronteira do agronegócio e das grandes obras na Amazônia, que estão sendo implantadas pela aliança executivo-legislativo-mercado, a partir de uma reformulação do setor administrativo e do ordenamento jurídico, manipulado para revogar o direito constitucional indígena à terra que tradicionalmente ocupam.

Para a OPIAJ e os Apurinã, uma das estratégias de resistir a esse cenário político lesivo aos territórios e direitos indígenas tem sido participar da rede etnopolítica formada com associações e povos indígenas do sul do Amazonas, constituindo uma comunidade de resistência à reabertura da fronteira amazônica.

O conceito central da tese e que se inicia neste capítulo é o conceito de etnopolítica. Conceito em processo de construção, porém, que nasce de discussões caras e nada novas à antropologia enquanto disciplina: política e etnicidade. Sendo a etnopolítica, portanto, o conceito que demarca como objeto um modo específico de fazer política, a de grupos e sistemas interétnicos, embebida nas estruturas sociais e simbólicas da etnicidade (FERREIRA, 2017, p. 199).

Ao participar do *Seminário Grandes Obras no Sul do Amazonas*, compreendi que esse evento oportunizou uma rede pluriétnica em níveis locais e extraterritoriais na qual as associações indígenas do sul do Amazonas apresentavam sobre os dramas sociais as estratégias de resistência à expansão das fronteiras das grandes obras instaladas. Diante dos impactos causados pela construção de usinas hidrelétricas, terminais graneleiros e rodovias em seus territórios, as associações indígenas do Sul do Amazonas assumem um protagonismo muito ativo, enfrentando a inaudibilidade do Estado brasileiro para os anunciados efeitos catastróficos dessas atividades e o poderio econômicos das empresas.

A etnopolítica é uma permanente criação prática, surgindo em resposta à situação histórica colonial e às assimetrias econômicas, sociais e de poder (FERREIRA, 2017, p. 218). No contexto das grandes obras no sul do Amazonas,

Apurinã, Tenharim, Parintintin, Jiahui e demais povos indígenas evidenciam a questão ambiental como pauta para as políticas indigenistas, não permitindo que ela seja negligenciada, e modificam, assim, as relações interétnicas locais, experimentando um modo específico de fazer política pela incidência.

2.1 Desenvolvimento, devastação e luta indígena na Amazônia

Na história de ocupação da Amazônia, desenvolvimento e devastação estão imbricados em tempo e escala. Atento para a Amazônia dos séculos XX e XXI, quando o paradoxo desenvolvimento/devastação encontra a confrontação política da luta dos movimentos sociais, destacadamente do movimento indígena. O desenvolvimento aqui compreendido se dá no plano da aplicação das fronteiras econômicas que marcaram a Amazônia. A ideia de fronteira surgiu no contexto do regime militar, quando a Amazônia Legal passou a constituir uma fronteira interna no Brasil (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021b, p. 79).

Na perspectiva de Wallace Apurinã, coordenador executivo da OPIAJ, o Sul do Amazonas, parte expressiva da Amazônia, perfilada na própria formação histórica econômica da Amazônia, é a última fronteira:

[...] Então, a gente tem percebido que aqui nessa região [sul do Amazonas] é a última fronteira do desmatamento e do agronegócio. Temos aqui perto a Bolívia e o Peru que são fronteiras de fato. Nesse processo do desmatamento, do avanço da agropecuária para o sul do Amazonas, sul de Lábrea, mas também olhando o mapa do Brasil a gente percebe que a região norte está chegando cada vez mais nessa região do estado do Amazonas, do Acre e de Rondônia; a gente tem chamado de “a última fronteira” (WALLACE APURINÃ - entrevista para o IEB, 29/09/18).

A primeira grande atividade econômica da Amazônia, a borracha, durou entre os séculos XVIII e XIX e, com o advento da ideia de fronteira nesse último século, marcou a expansão da fronteira extrativista que avançou sobre os rios da Amazônia, especialmente durante o projeto *Marcha para o Oeste*², estratégia do governo militar

² Projeto do Estado Novo que previa a integração das regiões Norte e Oeste do Brasil por meio do investimento em colônias habitacionais e agrovilas em Goiás, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão, para o desenvolvimento da agricultura familiar; construção de rodovias interligando as regiões e integração econômica.

para a ocupação da Amazônia. Os rios Purus, Juruá e Madeira foram os mais impactados nesse processo (LEAL, 2011).

A proposta do governo era 'ocupar para desenvolver', o que exigia a abertura de estradas, migração para a colonização, investimento em atividades agrícolas, sistema de transporte e energia. Otavio Velho (2013) observou que o modelo de exploração na Amazônia, sem dúvida lucrativo, era extremamente rudimentar e altamente dependente de mão de obra, o que abriu espaço para a incorporação das 'frentes de expansão', com investimento na migração, destacando-se os nordestinos e sulistas.

Com as migrações, o governo esperava desenvolver atividades econômicas na Amazônia - considerada de baixa produção - especialmente de alimentos, integrar as regiões norte e oeste ao litoral do país e diminuir o desemprego e a miséria nas cidades do nordeste, (afetado pela seca e por terras improdutivas) e sudeste, para onde se deslocavam os nordestinos em êxodo pela seca.

O primeiro passo seria construir estradas, para viabilizar a mobilidade humana na Amazônia. Assim, surgiram rodovias federais, como a BR 317, BR 174, BR 164 e a Transamazônica. Com o passar dos tempos, o setor empresarial começou a investir na fixação de pessoas no interior, como alternativa de mão de obra³ para os seus investimentos econômicos, afastando o Estado dessa função.

As empresas privadas investiram no setor pecuário e na soja, visando à exportação. Logo, investiram também na abertura ou na manutenção das estradas utilizadas na rota de escoamento da produção para o comércio exterior. A reforma agrária prometida não aconteceu conforme o prometido; então, os migrantes começaram a buscar alternativas de trabalho nas grandes obras, como as estradas, ou atividades ilegais, como a exploração da madeira e o garimpo.

Ainda que a soja venha se expandindo rapidamente, é a pecuária extensiva de baixa produtividade e a exploração de madeira que, geralmente, abrem espaço para a cultura de grãos, constituindo atividades características dos vales do Madeira e do Purus (MENEZES, 2011). Isso significa uma engenharia que envolve a exploração do recurso natural de forma ilegal, como, por exemplo, as madeiras de lei, a

³ Surgiram as vilas de trabalho, como a Vila de Balbina, criada no âmbito da construção da hidrelétrica de Balbina-AM, para acomodar os trabalhadores e suas famílias.

desvalorização das terras pelo desmatamento, movimentando o mercado de terras à baixo custo, e o avanço da fronteira do agronegócio com incremento tecnológico, a grilagem de terras e o aumento do desmatamento.

A grilagem de terras é outro efeito lesivo da expansão da fronteira, ganhando espaço a partir da extração da madeira e da abertura das rodovias, especialmente as pavimentadas. Áreas florestais - como as das imediações do Trecho do Meio, na BR 319, por exemplo, não asfaltada - representam um certo limite natural para o investimento da grilagem das terras nesse trecho⁴. Considerada a maior responsável pelos assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais na Amazônia, a prática da grilagem atingiu alto índice no período de 2003 a 2005. A região situada na área de influência da rodovia BR-319, por exemplo, se converteu, nos últimos anos, em uma nova frente de grilagem de terras, violência contra comunidades locais e desmatamento (BERNARDO *et al.*, 2005). Menezes (2014) registrou a existência de uma estrada próxima a Porto Velho, onde campos de natureza são grilados, preferencialmente, para produção de soja, uma vez que sua área plana favorece o cultivo da soja em um ano. Outros exemplos marcantes da grilagem de terras estão ligados à Transamazônica. A Estrada do Estanho, localizada no Km 150 da rodovia, no sentido Humaitá, e o Km 180, já no município de Apuí. Entre 2003 e 2005, a grilagem de terras no Sul do Amazonas atingiu um grau acentuado.

A expansão da pecuária também se beneficiou do baixo preço da terra na Amazônia, flexibilização do controle dos rebanhos e investimento em abatedouros e frigoríficos, estabelecendo-se como uma das *commodities* mais significativas para o Brasil. As fazendas ao redor das terras indígenas, comprimindo as terras indígenas, e a grilagem de terras para abertura de pastos são ameaças corriqueiras aos territórios indígenas e tradicionalmente ocupados no Sul do Amazonas.

⁴ A BR 319 foi construída na década de 1970, durante o governo militar, com a proposta de se tornar um eixo colonizador entre Manaus e Porto Velho; a estrada foi inaugurada e funcionou até meados dos anos 1980. Com a redemocratização do país, foi abandonada e tomada pela floresta. Dois trechos permanecem asfaltados: Porto Velho/Humaitá e Manaus/Careiro da Várzea. Entretanto, o maior trecho, o Trecho do Meio, não tem pavimentação, o que dificulta a ocupação da região. Em julho de 2022, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu uma licença prévia para repavimentar o Trecho do Meio, também chamado de Lote C, localizado entre os quilômetros 198 e 655. Esse ato foi amplamente repudiado pela sociedade civil, com base nos estudos que comprovam os severos impactos ao meio ambiente. Mais informações ver: amazonia.org.br/governo-inicia-pavimentacao-da-br-319-na-amazonia-e-devastacao-ja-e-vista-na-regiao/.

No segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, as expectativas quanto à expansão da fronteira amazônica privilegiaram outros aspectos, como a utilização do potencial hidrográfico para a ampliação da oferta de energia no mercado interno e a ênfase na prospecção mineral, sobretudo como um fator de impacto na balança de exportações (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021a). Com isso, os olhares se voltaram para os rios da Amazônia. A Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí é o exemplo dessa nova fase e, assim como outras atividades/obras, facilitou a abertura de outro empreendimento: o *Programa Grande Carajás (PGC)*, que incluiu as frentes da mineração, agropecuária e exploração florestal. Juntos, esses dois empreendimentos foram responsáveis por uma grande devastação do bioma amazônico e da fuga de povos indígenas de seus territórios tradicionais.

Souza (2009) observa que os projetos hidrelétricos na Amazônia recaem sobre territórios indígenas, provocando impactos ambientais e socioculturais, em grande parte irreversíveis e, portanto, impossíveis de serem mitigados. Por essa razão, há grande negação da presença de povos indígenas nos estudos de impactos ambientais, fato que a autora associa à tentativa de menosprezar a força política dos povos indígenas e salvaguardar os interesses dos setores econômicos. Relatos de lideranças indígenas do Sul do Amazonas, impactados pelos megaempreendimentos, revelam o drama de não serem consultados durante o licenciamento ambiental, instrumento necessário à autorização para a construção das grandes obras. Ressentem-se que são envolvidos quando o impacto já existe. Voltarei a esse assunto mais adiante, no caso exemplar do Seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*.

O agronegócio foi responsável por um polêmico processo de desconstrução da legislação ambiental e da proteção do meio ambiente no Brasil (LEUZINGER, 2014), devido à liberação da soja geneticamente modificada, produzida pela empresa Monsanto, sem a realização do estudo de impacto ambiental. Pressionado, o governo federal criou duas medidas provisórias, em 2003 e 2004, transformadas em leis, recodificando o ordenamento legal para atender aos interesses dos produtores e políticos e comercializar, plantar e regular as normas de biossegurança de produtos que envolvem transgênicos. A pressão desses setores se dá pela manipulação dos

dispositivos legais para obtenção de terras e poder sobre os processos científicos e tecnológicos.

A fronteira do agronegócio é demasiada nociva para a Amazônia. Considerando o tipo de produção (monocultura) - em larga escala, que envolve alta tecnologia, manipulação genética de espécies - a agroindústria necessita do modal de transporte (estradas, terminais e hidrovias) para o escoamento da produção. Santos (2014) reconhece que se trata de não apenas de um setor econômico, mas de um poderoso campo de poder que exerce papel central na pauta de exportações do país e influência no Estado, ao controlar postos-chave da administração pública no executivo e atuar no legislativo por meio de estruturas formais e informais de *lobby* político, a exemplo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da bancada ruralista⁵.

Nos anos 2000, com o alto grau de desmatamento na Amazônia e o fortalecimento do movimento ambientalista, que vivia os efeitos da Eco 92, o Sul do Amazonas viveu uma experiência bastante diferente da que ocorre atualmente: a investida de políticas públicas de controle do desmatamento. Nesse período, surgiram programas de medidas preventivas, de controle ou de mitigação dos impactos causados pelo avanço do agronegócio e dos grandes empreendimentos (limite-me apenas às atividades desenvolvidas pelo Estado). Esses programas foram articulados pela pressão ambientalista nacional e internacional, inclusive apostando no investimento financeiro para a região, e pela mobilização dos coletivos que se posicionavam contra os grandes empreendimentos, a exemplo da BR 317 e das Usinas de Jirau e Santo Antônio.

Em junho de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou dados relativos ao desmatamento na Amazônia Legal no período de 31 de julho de 2001 a 1 de agosto de 2002, indicando um crescimento acelerado do desmatamento em torno de 40% em relação ao ano anterior. Crescentes taxas de desmatamento

⁵ Bancada ruralista é o termo coloquial para o agrupamento organizado dos parlamentares de uma mesma representação partidária (bancada partidária), que representam uma mesma região ou o mesmo interesse. O agrupamento de mais de um partido em uma mesma bancada partidária representa um bloco partidário. No Congresso Nacional, há representação de pelo menos seis bancadas partidárias: dos ruralistas (apelidada pelos movimentos sociais do campo como bancada da bala), da indústria agropecuária (do boi) dos evangélicos (da bíblia), dos bancos, das empreiteiras e da mineração.

ocasionam o desequilíbrio dos serviços ecossistêmicos florestais, acarretando graves impactos ambientais e socioeconômicos. A devastação se concentrou no Arco do Desmatamento⁶, nas margens leste e sudeste da Amazônia Legal. Diante da ameaça de continuidade da tendência de aumentos expressivos nas taxas de desmatamento na Amazônia Legal, a questão das mudanças de uso do solo na região foi reconhecida como um problema para o qual o governo deveria apresentar soluções. Surgiu, assim, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que se constituiu em uma iniciativa estratégica do governo brasileiro e se inseriu plenamente nas diretrizes e prioridades do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PAS (MELO, 2017).

Articulado ao PPCDAM, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS-AM) desenvolveu, em 2003, o *Plano de desenvolvimento sustentável para o sul do estado do Amazonas*⁷, como estratégia de ação do governo estadual para a prevenção e controle do desmatamento nessa região. Seu programa está concentrado nas seguintes regiões: sul do estado do Amazonas, na área de influência da Rodovia Transamazônica (BR-230), abrangendo os municípios de Maués, Apuí, Manicoré, Humaitá, Canutama e Lábrea, na divisa com os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia; no sudoeste do estado, na área de influência das rodovias BR-317 e BR-364, abrangendo os municípios de Humaitá, Lábrea, Canutama, Boca do Acre e Guajará, na divisa com os estados de Rondônia e Acre.

Em 2005, por encomenda da SDS-AM, o IEB realizou o diagnóstico socioambiental da região do sul do Amazonas, dado que a região havia sido apontada como uma das maiores em índice dos desflorestadores. O mapeamento político-institucional foi elaborado na fase preparatória do projeto FORTIS (ou PADIS II), que se tornou o principal projeto do IEB sobre o sul do Amazonas. Todos os demais

⁶ O Arco de Desmatamento compreende a região onde se encontram os maiores índices de desmatamento da Amazônia. É um território que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará, em direção a oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre. As rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho iniciaram o desenho desse Arco e, atualmente, corresponde ao território de 256 municípios que concentram, aproximadamente, 75% do desmatamento da Amazônia

⁷ No período de 2008 a 2011, durante a segunda fase do PPCDAM, “intensificou-se o processo de ‘estadualização’, isto é, o envolvimento explícito dos governos estaduais na agenda de redução do desmatamento, que se concretizou, posteriormente, na formulação de planos estaduais similares ao PPCDAM” (PIRES, 2014, pág. 219-220).

projetos, de diversificadas temáticas (mobilização social, conflitos, associativismo, direitos sociais, questão fundiária e outros), encontram o estado da arte no que foi produzido pelo FORTIS/PADIS.

O PADIS, vigente de 2000 a 2005, significou o início do trabalho do IEB na região do sul do Amazonas e o FORTIS, a consolidação de um trabalho, especialmente, envolvendo os povos indígenas, considerando que antes desse projeto, a relação do IEB com as organizações indígenas era no âmbito da formação, a partir da sua inserção nos cursos de formação ministrados pelo Instituto.

Antes do FORTIS, o IEB havia realizados cursos formativos para os movimentos sociais do sul do Amazonas, neles compreendidas as associações indígenas das calhas dos rios Madeira e Purus, como as destacadas neste trabalho. A relação direta do IEB com as associações indígenas do Sul do Amazonas ocorreu a partir de 2017, com o investimento em projetos e assessorias exclusivas para os territórios indígenas que tais associações representam. No Purus, as associações representam entre 10 e 22 terras indígenas, razão pela qual não se pode dizer que todas as terras foram envolvidas desde 2017. Porém, temas abrangentes, como a instrumentalização das associações, geram efeitos tangíveis a todas as aldeias e povos representados por essas associações. Assessorando a OPIAJ, posso afirmar que o IEB é, hoje, o seu principal parceiro da sociedade civil. Não alcanço, por agora, estruturar o momento do encontro e da consolidação da parceria entre o IEB e as associações indígenas do Sul do Amazonas. Tratarei disso em outro momento, confiando que essa relação é estruturante para as mobilizações indígenas na região.

O produto do IEB para a SDS-AM consistiu em um trabalho exploratório e analítico sobre os municípios da área do projeto: Boca do Acre, Canutama e Lábrea, situados na bacia do rio Purus; Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Apuí, na bacia do rio Madeira. Para tanto, mobilizou-se uma rede de agentes sociais da sociedade civil, poder público e setor privado, resultando na avaliação técnica da capacidade dos municípios para enfrentar os novos problemas socioambientais trazidos à região (BERNARDO *et al.*, 2005, p. 51).

No período dos anos 2000, unidades de conservação (UC) foram regulamentadas como estratégia de coibir o desmatamento e outros lesivos. Entre 2002 e 2005, houve uma explosão de UC, reconhecendo os direitos territoriais e

ambientais conquistados constitucionalmente. Desse cenário, destaco a proposta de criação do mosaico⁸ de áreas protegidas no sul do Amazonas, discutido entre os coletivos amparados por essas unidades de proteção, incluindo as terras indígenas.

O mosaico de áreas protegidas é outra forma de proteção territorial que vem sendo apresentada como estratégia para o enfrentamento ao desmatamento e conflitos no campo no sul do Amazonas. Trata-se de um conjunto de áreas protegidas, cuja gestão é feita de maneira integrada e participativa. Esse instrumento surgiu para proporcionar maior efetividade de governança das áreas protegidas e promover estratégias de ações de conservação da biodiversidade, através de uma organização conjunta dessas áreas (PINHEIRO, 2010). Amparado pela Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo art. 26, um mosaico consiste em um conjunto de UC (de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas) e outras áreas protegidas ou privadas, cuja gestão deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

O reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais significou uma reordenação do espaço amazônico conturbado desde que se tem o mais antigo registro de relação interétnica. Terras Indígenas (TI) demarcadas e UC reconhecidas, ou melhor, o mosaico de áreas protegidas, conseguiram fechar, ainda que parcialmente, as fronteiras amazônicas. A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7775/2012, é um instrumento mais recente, consorte ao processo de fechamento das fronteiras.

⁸ No Brasil, até o momento, há 24 mosaicos; destes, três são da Amazônia: Baixo Rio Negro (Portaria nº 483, de 14 de dezembro de 2010) de instância federal, Apuí (Portaria nº 55, de 23 de março de 2010) de instância estadual, Mosaico da Amazônia Meridional (Portaria nº 332, de 02 de agosto de 2011) de instância federal e Mosaico Oeste do Amapá e Norte do Pará (Portaria nº 04, de 04 de janeiro de 2013), de instância federal. Destaco o Mosaico Apuí, por se localizar no sul do Amazonas. Sua área é composta pelo Parque Estadual do Guariba (72.296,331 ha.), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati (153.083,340 ha.), Reserva Extrativista do Guariba (180.904,706 ha.), Parque Estadual do Sucunduri (1.006.350,041 ha.), Floresta Estadual do Sucunduri (545.163,522 ha), Floresta Estadual do Aripuanã (369.337,385 ha), Floresta Estadual do Apuí (286.161,751 ha), Floresta Estadual de Manicoré (171.300,187 ha) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã (260.380,111 ha).

Na contramão do avanço que as UC alcançaram na Amazônia nos anos 2000, mais especificamente entre 2003 e 2008, as TI passaram por um período de drástica paralisação do processo demarcatório, enfrentando pressão mais forte e arquitetada, sobretudo do poder Legislativo, para que a abertura das TI demarcadas ao grande capital, levado à cabo pela revogação do direito constitucional à terra. Esse período “duro para os indígenas”, como denominou Santilli (2014, p. 317), seguiu até o governo atual, de Jair Bolsonaro, sem dúvida, o mais lesivo aos direitos indígenas. Não demorou até que outras terras protegidas recebessem o mesmo tratamento governamental. Evidente alvo do apetite dos empresários por terra seria o motivo que “fechou” a fronteira da exploração da Amazônia.

Analisando o governo de Jair Bolsonaro para a questão indígena no Brasil, Pacheco de Oliveira (2021a, 2021b) afirma que esse governo manipula a reabertura da fronteira da Amazônia para atender à pressão do setor agroexportador, que se viu ameaçado pela Constituição de 1988. Para esse setor, os povos indígenas e os povos tradicionais são entraves para o desenvolvimento econômico do país. “Atos de desobediência civil, de formação de um corpo armado não oficial e manifestações abertas de racismo e intolerância foram graves expressões anteriores disso, não coibidas então pelos poderes da República” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021a, p. 97). A ferramenta do poder executivo - para atender aos interesses de quem o elegeu - é o poder de promover reformas administrativas nos órgãos executores e fiscalizadores das políticas públicas de direitos coletivos e reforma no ordenamento jurídico.

Ao assumir a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2019, um dos primeiros atos de Bolsonaro foi assinar a Medida Provisória nº 870/19, que reformula as competências de diversos órgãos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Palmares, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), alguns dos órgãos responsáveis pela gestão das terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação. É flagrante que objetivo era reformular - a favor dos aliados (como o agronegócio e empresas) - os procedimentos administrativos de reconhecimento e uso de terras, regularizadas ou não. Por isso, autarquias e ministérios do Executivo estavam sob a MP 870/19. Pela mesma razão, o governo federal investiu na realocação de cargos e funções, privilegiando medidas que ampararam a formação

de um quadro de pessoal em regime comissionado, a fim de que o administrativo respondesse fielmente ao combinado entre os aliados. Exemplo disso é a volta dos militares ao poder Executivo, especialmente à chefia da FUNAI, que deixou uma experiência nada favorável aos povos indígenas durante o governo militar no Brasil. Essa não é uma prática exclusiva desse governo. Baines (2001, p. 11) denominou “privatização do indigenismo brasileiro” as consequências do contexto neoliberal sobre a política indigenista.

Para evitar suspeição ou o controle dessas ações, o governo Bolsonaro extinguiu de suas relações políticas a participação social e o controle social e, em um “revogaço”, extinguiu comissões, conselho e fóruns participativos, entre eles o Conselho Nacional de Política Indigenista e o Comitê Gestor da PNGATI, importantes espaços de planejamento e deliberação sobre a política indigenista brasileira. Esses são, em conjunto a outras medidas administrativas, os novos (ou atualizados) mecanismos estatais para a disciplinar os povos indígenas.

No Legislativo, os interesses dos Povos tradicionais e indígenas seguem nos espaços minoritários. Não fosse pela Frente Parlamentar Mista, o avanço da fronteira política sobre os direitos e territórios expressivos ao meio ambiente teria sido ainda mais lesivo. Destaco, nesse contexto, a atuação muito ativa e articulada da Deputada Federal Joênia Wapichana (REDE/RR), segunda representante indígena no parlamento depois de mais de 30 anos desde o mandato de Mário Juruna, primeiro Deputado Federal Indígena. Dentre as muitas propostas elaboradas ao longo do seu mandato (2018-2022), destaco dois importantes Projetos de Lei, que assumem posições importantes no combate ao avanço do desmatamento e da usurpação dos territórios indígenas: o da PNGATI e o de Regularização da Atividade de Agente Ambiental Indígena.

O Projeto de Lei 4347/21 PNGATI, passando de Decreto para Lei. Nas palavras da referida deputada, “lutamos para que a Política [PNGATI] se torne Lei para que não seja uma política de governo, mas de Estado” (JOÊNIA WAPICHANA - audiência de Gestão Ambiental e Territorial, Brasília, em 09/06/22). A FUNAI militarizada do atual governo atua na invisibilização da PNGATI e dos povos indígenas quando, dentre o que venho apresentando, terceiriza seu papel de proteção das terras indígenas e coloca povos isolados em estreita vulnerabilidade pela invasão de terras.

Apesar dos 10 anos de existência, o Estado pouco feito para a implementação da PNGATI. Citando alguns dos eixos da PNGATI, projetos indígenas de gestão dos territórios, que primam por ações de proteção territorial (vigilâncias indígenas), formação de agentes ambientais, uso sustentável dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas e valorização da governança indígena são implementados por meio de organizações da sociedade civil, como o IEB, no Sul do Amazonas, a Rede de Cooperação Amazônica e o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ), no Amazonas, e o ISA, no Alto rio Negro, em parceria com o Movimento Indígena. O assassinato brutal do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillip⁹ são exemplos de uma política flexibilizada estrategicamente para a expansão das fronteiras; a depender de onde se localiza, uma fronteira conjuga outras fronteiras para as quais a mobilização indígena, de barricadas de corpos, além de vozes e textos, é ainda mais frágil: o narcotráfico.

No contexto atual, o objetivo de reabertura da fronteira integra uma articulação política muito ampla, que vai de prefeitos e governadores da região Amazônica até o presidente e seus ministros, expressando-se fortemente no Congresso Nacional. Agências governamentais de aparência tutelar e reguladora, como a FUNAI, o INCRA e o IBAMA, foram aparelhadas por setores em aberto antagonismo com as leis que as criaram (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021a). Voltarei a esse assunto na seção 6, quando trato sobre eleições e candidaturas indígenas enquanto estratégia de ocupar espaços públicos legislativos, fazendo frente à bancada ruralista e seu projeto de reabertura da(s) fronteira(s) amazônica(s).

Deve-se notar que a criação de uma fronteira “corresponde à destituição de direitos precedentes de povos indígenas e tradicionais, cuja existência está assentada no uso de recursos locais, os quais, por uma intervenção unilateral do poder, são declarados passíveis de uso e apropriação por outros agentes econômicos” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, *apud* PACHECO DE OLIVEIRA, 2021a, p. 18). A grilagem de terras, a invasão de áreas protegidas, a conversão da floresta em áreas abertas para o agronegócio e para os grandes empreendimentos, como as usinas termoelétricas, mudanças climáticas globais e regionais, produção de hidrocarbonetos

⁹ O assassinato ganhou repercussão internacional e há muitas matérias sobre o assunto, nos mais variados meios de comunicação. Sugiro, contudo, o site <https://univaja.info/> da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, para conhecimento e acompanhamento do caso.

e de biocombustíveis, são alguns dos principais problemas ambientais no sul do Amazonas, ampliando o estado de desigualdades.

A Figura 1, a seguir, apresenta o mapa das ameaças nas áreas protegidas do sul do Amazonas, a fim de tornar visíveis os efeitos do esquema desenvolvimentista que avança para o sul do Amazonas. O mapa transforma em paisagem de problemas ambientais o cenário em que as mobilizações indígenas resistem como barricadas (humana, técnica e política), a fim de evitar que a última fronteira seja derrubada.

Figura 1 - Ameaças nas áreas protegidas do sul do Amazonas



O mapa das ameaças nas áreas protegidas do sul do Amazonas apresenta o cenário apocalíptico de um futuro previsível e irreversível de destruição da Amazônia. Nesse contexto de total sinergia entre o progresso e a destruição, destaco, nesse momento, um dos pilares de crescimento econômico, como, por exemplo, os setores de produção de energia (hidrelétricas e linhas de transmissão, de transportes (rodovias, ferrovias e hidrovias), da mineração e do agronegócio.

O conjunto dessas ameaças confirma que a fronteira do desmatamento continua avançando sobre a Amazônia. Estudo recente do Instituto Socioambiental (ISA, 2019), comparando os anos de 2008 e 2019 a partir de dados oficiais do PRODES/INPE, confirmou a inclusão de 15 novos municípios entre os maiores desflorestadores, que, por sua vez, causam 75% do desmatamento na Amazônia: no estado do Acre, ao longo da BR-364, os municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá; no Pará, os municípios de Cláudia, Jacareacanga e União do Sul, na região da BR-163; os municípios de Humaitá e Canutama, no estado do Amazonas, confirmando a BR-319 como uma fronteira do desmatamento (OVIEDO, 2019¹⁰).

No âmbito das políticas de governo, têm ocorrido movimentos muito claros de flexibilização e reforma das normas e procedimentos de licenciamento ambiental, que passam a ser considerados como entraves ao desenvolvimento (SANTOS, 2014). A seguir, trago algumas notas sobre o *Seminário Licenciamento e Grandes Obras no Sul do Amazonas*, buscando também conhecer os empreendimentos que impactam o meio ambiente e os povos indígenas.

2.2. Seminário *Grandes obras no sul do Amazonas: fronteira das grandes obras*

Há emergência na temática ambiental e territorial enquanto política internacional desde a década de 1970. As grandes obras¹¹, o licenciamento ambiental

¹⁰Disponível em:

socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nova_geografia_do_arco_do_desmatamento_isa.pdf

¹¹ Definições similares são empreendimentos e megaprojetos. O seminário em foco tratou das três etapas necessárias à implantação de um megaprojeto: financiamento, planejamento e licenciamento. Por ora, interesse-me pelas narrativas dos povos do Sul do Amazonas, que se sentem impactados pela construção de quatro empreendimentos. Comunicações futuras poderão complementar o assunto a partir da reflexão sobre os financiamentos e o planejamento dessas obras, especialmente sobre o BNDES, que possui um duplo lugar nas experiências das associações indígenas do Sul do Amazonas:

e as estratégicas de mobilizações indígenas, constituíram a pauta do Seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, realizado em Manaus, pelo IEB, no período de 10 a 12 de julho de 2018. O evento faz parte da execução do projeto *Gestão integrada do sul do Amazonas*, executado pelo IEB, sob financiamento da Fundação Betty e Gordon Moore. Associações representativas dos povos tradicionais, indígenas e extrativistas dos municípios de Lábrea, Pauini, Boca do Acre e Humaitá participaram de três dias de diálogo com representantes da sociedade civil, como Greenpeace, WWF e o próprio IEB, e órgãos governamentais como a FUNAI e o ICMBio, além do Ministério Público Federal do Amazonas. Participei do seminário na condição de técnica do IEB. Ressalto que dos municípios e associações indígenas presentes, em comparação às demais, a OPIAJ possui a experiência que, até o momento, gera os menores conflitos, tanto indígenas quanto extrativistas no evento¹².

O projeto *Gestão integrada do sul do Amazonas* refletiu sobre os conflitos entre povos territorializados, presença do Estado brasileiro e mecanismos nativos de solução; sua elaboração e execução ocorreu coletivamente, entre os agentes sociais envolvidos, gestores públicos de quatro municípios mencionados aqui, representantes de oito associações indígenas, sete associações extrativistas, três coordenações regionais da FUNAI e uma coordenação do ICMBio. Antes desse projeto, cito a morte do indígena Damião Apurinã¹³ como exemplo de conflitos fundiários entre indígenas e extrativistas em Pauini.

O projeto em estudo pode ser considerado como um exemplo da assertiva de Almeida (2008), quando diz que a questão ambiental na Amazônia passou a ser

antes financiador de megaprojetos e, mais recentemente, “doador” para projetos de gestão ambiental e territorial e implementação da PNGATI. Para uma leitura prévia sobre financiamento de bancos multilaterais na Amazônia, indico Guilherme Carvalho (2009) e Ailton Dias dos Santos (2014).

¹² Não mencionarei as experiências das comunidades extrativistas nesse momento, posto que interesse-me em dar maior visibilidade para os discursos dos povos indígenas cujos territórios estão localizados no sul do Amazonas.

¹³ A morte de Damião Apurinã envolve um dos conflitos fundiários recentes e mais eloquentes em Pauini, entre indígenas e extrativistas da Reserva Extrativista (RESEX) Médio Purus. O crime ocorreu em 2016, durante uma discussão entre Damião Apurinã e o réu confesso “Manu”. Informações a que tive acesso revelam que o indígena estava pescando no lago Inari, próximo da aldeia Kamarapu, em área da Catipari/Mamoriá, quando interpelou “Manu” e seus companheiros que se dirigiam para o interior da floresta para caçar. Na discussão, Damião foi alvejado e morto diante de seu filho. O assassino foi flagrantado, recebeu prisão preventiva e aguarda pelo julgamento em júri popular, previsto para 2022. O crime tem sido exemplo para a elaboração de ações de mediação de conflitos entre indígenas e extrativistas (como as ações de manejo de quelônios, no Corredor Mamoriá, que envolve indígenas e extrativistas destas duas áreas de proteção ambiental) por órgãos como OPIAJ, FUNAI e ICMBio.

tratada como uma construção coletiva vinculada ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras-de-coco-de-babaçu, pescadores, entre outros. Ferreira (2017, p. 197) afirma que “os conflitos tinham o poder de transformar a estrutura social”. Com essa perspectiva, a título de exemplo, arrisco-me a comentar o esforço facultado pelos indígenas da TI Catipari/Mamoriá e extrativistas da RESEX Médio Purus, com conflitos históricos, mas que, atualmente, desenvolvem ações integradas de uso do rio Mamoriá, como o manejo de quelônios. Essa integração caminha para uma nova imagem da região, baseada na gestão coletiva do território e na mediação de conflitos históricos. Entretanto, há muito que caminhar nessa direção, com cautela, especialmente quando a pauta da terra permanece ameaçada¹⁴ para ambos os coletivos.

Observando que os afetados pelas grandes obras no sul do Amazonas são os Povos tradicionais e indígenas, os organizadores do evento optaram por juntar esses coletivos no seminário, a fim de se perceberem em uma luta comum, na resistência aos impactos dos empreendimentos. Concordo com essa linha de pensamento, neste trabalho, porém, não retrato o movimento extrativista presente no evento, pois observo que os povos indígenas possuem entre si mais aproximação no atual processo resistência do que com os extrativistas. Por outro lado, como bem afirma Aparício (2014, p. 110) embora o mapa social da Amazônia tenha desenvolvido, em termos políticos, a “Alianças dos Povos da Floresta”, o marco da violência e conflito que marcou tanto o Purus quanto o Madeira deixou marcas profundas na conformação das relações sociais contemporâneas entre índios e extrativistas.

Como exposto, a instalação de grandes obras na Amazônia está inserida no contexto das políticas de expansão econômica da Amazônia. O seminário teve como objetivo “promover uma reflexão crítica e coletiva sobre a instalação de grandes obras de infraestrutura no sul do Amazonas e a ferramenta do licenciamento ambiental, no contexto de uma região que se caracteriza por ser um mosaico, com suas 44 terras indígenas reconhecidas oficialmente, além das 12 unidades de conservação federais, configurando um quadro de 4.453.559 hectares de áreas protegidas” (IEB, 2018, p.

¹⁴ A sobreposição de TI e UC é um problema administrativo que pode desencadear conflitos territoriais entre indígenas e extrativistas.

2). Em termos legais, as grandes obras obedecem (ou deveriam obedecer) a um marco regulatório, respeitando a legislação civil, ambiental e de direitos sociais. Destaco o licenciamento ambiental como ponto chave para compreender a atual política, envolvendo empreendimentos, desenvolvimento e sociedade civil.

O licenciamento ambiental é uma etapa administrativa que se ocupa de averiguar a localização do empreendimento, a instalação, o funcionamento a partir de autorizado, atividades desenvolvidas, recursos ambientais usados, se atende ao que regem as leis, regulamentos e normas técnicas (APURINÃ, 2022, p. 163). O licenciamento ambiental tem três fases: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Amparado pela Lei nº 6.938/1981 da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), quando se trata de empreendimentos que impactam povos indígenas, o licenciamento deve obedecer aos dispositivos das Leis nº 5.371/1967, nº 7.778/2012 e nº 5.051/2004, as quais dispõem sobre a obrigatoriedade de a FUNAI proteger os interesses dos povos indígenas, monitorar os impactos e acompanhar o licenciamento; por fim, o Estado deve se pautar pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Uma constatação entre os participantes indígenas do Seminário foi a experiência de que a sociedade civil só consegue ter incidência quando o impacto a alcança. Na prática, a maioria dos empreendimentos que envolvem povos e territórios tradicionais se ausentam dessa etapa, respondendo ao Estado apenas quando interpelado pelas mobilizações indígenas. Essa é a situação que me interessa no referido seminário: as narrativas indígenas sobre os impactos dos empreendimentos em seus territórios e suas etnopolíticas de resistência. Nessa esteira, citarei quatro narrativas indígenas envolvendo a construção dos empreendimentos BR 317, Transamazônica, Usina Hidrelétrica de Tabajara e Terminal Granelero de Humaitá, refletindo sobre conflitos e dramas sociais.

A etnopolítica é um fenômeno fundamental da política contemporânea, especialmente na América Latina, sobretudo, para lidar e transformar a situação colonial a qual os povos indígenas estão expostos. Isto porque o contexto atual não permite pensar o Estado nacional sem pensar etnopolítica como fator de sua transformação e/ou funcionamento. Inversamente, a etnopolítica não é uma forma

exterior à modernidade e ao Estado nacional, ao contrário, está politicamente e ontologicamente permeada por ele (FERREIRA, 2017, p. 216).

A etnopolítica é uma abordagem em construção, um conceito possível a partir do momento em que a antropologia social ampliou o seu conceito de campo e categoria da política. Trata-se de uma permanente criação prática, surgindo em resposta à situação histórica colonial e às assimetrias econômicas, sociais e de poder (FERREIRA, 2017, p. 218). No contexto das grandes obras no sul do Amazonas, Apurinã, Tenharim, Parintintin, Jiahui e demais povos indígenas do sul do Amazonas, evidenciam a questão ambiental como pauta para as políticas indigenistas, não permitindo que ela seja negligenciada, e modificam, assim, as relações interétnicas locais, experimentando um modo específico de fazer política pela incidência política.

Os conceitos que formam a abordagem da etnopolítica são política e etnicidade, sendo a etnicidade o elemento marcador. Isto quer dizer por suposto, não é possível falar de etnopolítica sem definir, minimamente, etnicidade (FERREIRA, 2017, p. 197). E no texto a seguir, é possível indicar a etnografia da prática política dos povos indígenas Apurinã e Kagwahiva, do sul do Amazonas, frente a situação colonial lhes imposta no contexto desenvolvimentista dos empreendimentos.

2.2.1 A OPIAJBAM e a BR 317

Desde 2007, a Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre Amazonas (OPIAJBAM) está à frente das tratativas com o governo federal sobre os impactos da construção da rodovia BR 317, construída nos anos de 1950, entre os estados do Acre e Amazonas, afetando as TI Km 124 e Boca do Acre, no município amazonense de Boca do Acre. A BR-317, também conhecida como Estrada do Pacífico, faz parte de um programa das políticas de desenvolvimento nacional e de integração da América do Sul, sendo financiada pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA¹⁵).

¹⁵ Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana. Criada em 2000, a IIRSA foi a primeira instituição formada pelos doze países da América do Sul. Proposta pelo governo brasileiro em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a iniciativa tinha como objetivo central desenvolver metodologia e uma carteira de obras de infraestrutura que interligasse fisicamente as principais regiões

Geraldo Apurinã, liderança local e ex-coordenador da OPIAJBAM, explicou que os “Apurinã da Estrada” lutam desde 2004 pelo direito à mitigação dos impactados da construção da rodovia, responsável pela alta porcentagem de desmatamento devido ao desflorestamento da área. A mobilização indígena começou em 2004, durante o asfaltamento da estrada, de forma combativa à ausência de consulta do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) aos povos indígenas impactados.

Realizar consulta para anuência dos povos impactados pelos empreendimentos é obrigatório, com amparo na legislação brasileira e internacional das quais o Brasil é signatário. Debora Duprat (2012), Subprocuradora Geral da República, afirma que qualquer atividade de terceiros aos territórios indígenas, ainda que estatal, passa a depender o consentimento prévio e informado dos membros dos grupos, tal como informado no art. 231, parágrafo 3º da Constituição Federal; nos art. 6º, I, a, e 15 da Convenção 169 da OIT; no art. 8º, alínea “j”, da Convenção sobre a Diversidade Biológica, e no art. 30 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos dos Povos Indígenas. “Porque esses territórios estão referidos a grupos portadores de identidade e cultura específicas, sua definição deve considerar os “modos de fazer, criar e viver” que se revelam no presente” (DUPRAT, 2012, p. 393). O procurador do MPF no Amazonas, Fernando Merloto, presente no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, alertou que a única alternativa que existe para casos de descumprimento da Convenção 169 da OIT é a judicialização; por isso, os protocolos de consulta são fundamentais para a garantia mínima, que muito pode contribuir nos processos (IEB, 2018).

Projetos rodoviários em regiões pouco habitadas e com alto grau de conservação da biodiversidade, como os projetos de repavimentação da BR 319 e o asfaltamento da BR 317, frequentemente são executados com base em decisões meramente políticas, sem uma avaliação prévia consistente sobre seus benefícios econômicos e seus riscos ambientais. Tal análise, quando adequadamente executada, em muitos casos demonstra que “o empreendimento é inviável, antes

econômicas do subcontinente com o intuito de diminuir custos de transporte e circulação de mercadorias visando o aumento dos níveis de exportação intra e extrarregional.

mesmo de se considerar os aspectos ambientais. É dinheiro público que está sendo investido no lugar errado” (BERNARDO *et al.*, 2005, p. 40).

A exemplo do apontado por Bernardo *et al.* (2005), a decisão do governo do estado do Amazonas de asfaltar a BR 317, sem a participação dos indígenas, causou a maior manifestação indígena contra a estrada, em 2009, o que despertou a insurgência¹⁶ dos povos indígenas moradores da estrada como forma de resistência. A estrada foi fechada com castanheiras caídas e barricadas humanas, impedindo a passagem de automóveis na principal entrada de acesso ao município de Boca do Acre. Esta ação retomou e concluiu o Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI), o estudo do componente indígena dos impactos da estrada, após três anos de espera. No seminário em questão, Geraldo Apurinã relatou que nada foi encaminhado no que se refere à compensação ambiental aos impactados, em comparação aos infortúnios causados pela construção da estrada, os quais permanecem.

Os Apurinã que moram nas duas terras indígenas atravessadas pela Estrada do Pacífico¹⁷, temem novas previsões de obra. Sobre os impactos da referida obra, Francisco Gonçalves Umanary, coordenador executivo da OPIAJBAM, comentou:

[...] Nós somos muito impactados pela BR. Os impactos são enormes. Os jovens não falam mais a língua, tem igreja dentro da terra que o pastor diz que a cultura é do diabo. (...) Nós não somos contra o asfaltamento, não, mas o governo precisa fazer um estudo de qualidade com a participação dos indígenas porque eles que vão ser afetados. O DNIT não fez a parte dele que era fazer o estudo. Agora foi feito, mas nós não aceitamos porque não respeita o nosso direito (UMANARY - pronunciamento no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, em 10/06/18).

Para que seus direitos sejam respeitados, os povos incidentes representados pela OPIAJBAM, criaram uma petição contra o relatório encaminhado à presidência da FUNAI, superintendência do DNIT e procuradores da 6ª Câmara do MPF, denunciando o que consideram espólio de direitos e reivindicando o pagamento pelos

¹⁶ Tomamos o conceito de insurgência de Ferreira (2017) que define como um processo político em que grupos subalternos usam formas de violência coletiva não letal para atingir objetivos políticos, como ocupação de prédios públicos, retomadas de território e bloqueio de rodovias como fizeram os Apurinã da BR 317.

¹⁷ Em novembro de 2018, acompanhei uma audiência da OPIAJBAM com a Superintendência do DNIT, em Manaus, que reiterou aos indígenas as informações que ouviram no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, de que haviam encaminhado à FUNAI o relatório. A FUNAI, durante o seminário, havia informado que recebeu o relatório, porém, de forma extraoficial, considerando que não foi protocolado e se ausenta de assinatura do profissional responsável.

prejuízos ocorridos com a construção da BR 317 sem a consulta dos povos indígenas impactados (IEB, 2018, p. 19).

Os impactos da BR 317 não se restringem ao município de Boca do Acre. Em 2009, o Governo Federal concedeu licenciamento prévio para a pavimentação de 100 km da BR 317, no trecho entre Lábrea e Boca do Acre, nas alturas do Ramal do Monte. Enquanto isso, a TI Peneri/Tacaquiri enfrenta ameaças com a abertura de fazendas nos seus limites, facilitadas pelo Ramal do Monte, principal vicinal de acesso irregular, interligando os dois municípios. Francisco Ferreira, representante da OPIAJ no seminário, afirmou que os estudos foram barrados, no início, pela falta de participação indígena e que os impactos vão além dos 40 km apresentados no Estudo de Impacto. Assegura que o Ramal do Monte segue um caminho que envolve três municípios: quando deixa a BR 317 em Boca do Acre (AM), passa pela terra indígena Seruini/Marienê em Pauini (Am) e chega até o rio Ituxi, no município de Lábrea (AM).

Reitero que as fazendas em torno das terras indígenas e a grilagem de terras para abertura de pastos estão presentes no cotidiano de ameaças aos territórios indígenas. As denúncias de abertura de fazendas de criação de gado nas duas TI em Pauini (TI Peneri/Tacaquiri e TI Seruini/Marienê), mencionadas pelos representantes da OPIAJ no seminário, foram objeto de mobilização dos Apurinã da TI Peneri/Tacaquiri, com apoio da OPIAJ, FOCIMP e FUNAI, a fim de promoverem a proteção da terra indígena. Um dos resultados dessa mobilização foi a formação continuada de 30 agentes ambientais indígenas¹⁸, proporcionada por uma rede de parceria entre os indígenas da referida terra indígena, Movimento Indígena e órgãos governamentais.

¹⁸ A FUNAI, por meio da Coordenação Técnica Local (CLT) de Pauini, articulou com o IBAMA e a OPIAJ o curso de formação para os 30 Agentes Ambientais Indígenas (AAI) da TI Peneri/Tacaquiri, que aconteceu entre 2021 e 2023, cujo produto final propõe um instrumento de gestão ambiental e territorial, possivelmente o etnomapeamento ou o Plano de Gestão da TI. Em 2021, a CTL/FUNAI ampliou a parceria com o IEB para a formação e incluiu os AAI da TI Guajahã como cursistas. Este é o segundo curso dessa natureza realizado em Pauini; a primeira experiência vem da formação de 10 AAI da TI Água Preta/Inari, por meio do projeto Gestão Territorial Indígena no sul do Amazonas, realizado pelo IEB em parceria com a OPIAJ. Ressalto que esse projeto envolve sete associações indígenas e sete TI, sendo quatro TI distribuídas entre os municípios de Pauni, Boca do Acre, Lábrea e três em Humaitá.

2.2.2 A Transamazônica e os direitos dos povos Kagwahiva

A Transamazônica (BR 230) inicia em João Pessoa-PB e termina em Lábrea-AM; foi construída pelo regime militar, no período de 1970 a 1973, como parte do Plano de Integração Nacional (PIN), que pretendia ocupar a Amazônia por meio da expansão agrícola. O PIN investiu na segunda¹⁹ leva de migração nordestina como oportunidade de resolver dois problemas: o excesso populacional do Nordeste, afetado pela seca e pobreza, e garantir a soberania nacional, protegendo a fronteira contra os estrangeiros. O *slogan* ‘Homens sem terra para terras sem homens’ exemplifica o pensamento do governo à época. Os nordestinos foram atraídos pela promessa do governo de distribuir terras e criar agrovilas em torno da rodovia, mas “o INCRA assentou um número próximo a 900 famílias e deixou cerca de 5 mil em condições precárias ao longo da rodovia” (MENEZES, 2011, p. 135).

Menezes (2011) afirma que a Transamazônica possui duas áreas críticas em relação à prática da grilagem de terras no sul do Amazonas: a estrada do Estanho, localizada no km 150 da Transamazônica, a partir de Humaitá, com empreendimentos para produção de soja. A segunda área apontada pela autora é o Km 180 da Transamazônica, no município de Manicoré, considerada o maior centro de comércio de terras. Wilson Tenharim, representante da APITIPRE presente no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, mencionou o conflito com moradores do Km 180, estourado em 2013, porém com histórico de outros motivos conturbados.

Nos vales do Purus e do Madeira, a Transamazônica impactou diversos povos indígenas. Menezes (2011) observa que os indígenas foram forçados a se deslocar para o interior da floresta em busca de refúgio. O dilema Jiahui talvez seja o mais sofrido dentre os povos no rio Madeira. Enquanto os Parintintin e os Tenharim permaneceram nos seus territórios, os Jiahui tiveram que reocupar o seu, já desmatado pelas fazendas de pecuária instaladas no processo de ocupação da Amazônia. Essa narrativa é comum para muitos povos indígenas da Amazônia. Como afirma Maria Celestino Almeida (2017, p. 34) são “histórias de imensas perdas,

¹⁹ A primeira migração nordestina impulsionada pelo governo brasileiro ocorreu em meados do século 19, quando os nordestinos ingressaram no contingente de ‘soldados da borracha’, no segundo ciclo econômico da borracha.

derrotas, mortes, explorações e deslocamentos forçados, porém histórias também suas, nas quais não deixaram de atuar, nem tampouco se anularam, enquanto grupos distintos”.

Sobre os impactos da BR 230 aos povos indígenas, Nilcélio Jiahui apresentou, no referido seminário, o andamento do processo de indenização dos povos Jiahui e Tenharim, movido junto ao Ministério Público do Amazonas. A Justiça Federal no Amazonas, a pedido do MPF no Amazonas, condenou a FUNAI e a União a pagar R\$ 10 milhões por danos morais coletivos aos povos Tenharim e Jiahui com a abertura da BR-230, durante a ditadura militar. A sentença reconhece que a estrada foi construída sem a realização de licenciamento ou estudo prévio de impactos ambientais, ocasionando efeitos lesivos permanentes ao ambiente. Esta é a segunda condenação à União, por meio do DNIT. A primeira foi proferida em março de 2017, com indenização de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos, em que a União foi obrigada a recuperar as áreas degradadas pelas obras da rodovia realizadas sobre as TI Tenharim Marmelo e Jiahui, em trecho próximo ao município de Apuí; entre outras medidas, também foram exigidas: a recomposição florestal na área de preservação permanente do igarapé, que teve o curso alterado pelas obras, e o reflorestamento com espécies nativas, para compensar o desmatamento realizado no passado²⁰.

Ressalto que nas trincheiras da resistência e representação indígena, a Justiça Federal e as secretarias públicas federais e estaduais despontam como importantes aliados; isso se deve, também, ao fato de o poder Judiciário ainda se mostrar “o mais impermeável às tentativas de controle da sociedade brasileira” (CARVALHO, 2009, p. 203).

Dando continuidade às narrativas indígenas sobre os impactos da BR 230, Zé Bajaga Apurinã, cacique da aldeia Idecorá e liderança da terra indígena Caititu, localizada no município de Lábrea, onde a Transamazônica termina, reclamou os impactos da rodovia sobre a sua terra indígena:

[...] A terra indígena Caititu é cercada pela BR 230, o que trouxe doenças, a prostituição, filhos sem pai, impactando diretamente os

²⁰ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/justica-responsabiliza-funai-e-uniao-por-violacoes-contr-povos-tenharim-e-jiahui-durante-a-ditadura-militar>. Acesso em: 20 nov. 2019.

povos da região. Os fazendeiros começaram a chegar, comprando pequenos lotes e fazendo um cinturão em vários locais dentro da TI. Uma das consequências desse processo brutal foi que a maioria dos indígenas tinha até medo de falar na língua. Os fazendeiros sempre tentam proibir os moradores indígenas de passarem por dentro do campo de gado, afetando até mesmo o direito de ir e vir. Com a chegada dos coronéis chegou o paludismo, doença que fazia com que as pessoas ficassem muito quentes e se jogavam na água, tudo se multiplicou quando a Transamazônica foi aberta. Um empresário local disse que tem um lote chamado Jerusalém e agora entrou com uma ação dizendo que o terreno é dele, que a TI sobrepõe a sua fazenda onde há 10 comunidades. Ele poluiu as nascentes dos igarapés e, para piorar, não há nenhum Estudo dos Impactos Ambientais (EIA) naquela região. Ainda segundo Zé Bajaga “quando o nosso povo consulta os espíritos, eles falam que a T.I. Caititu foi demarcada com sangue”. O maior impacto hoje é este fazendeiro/empresário que se autodenomina dono de Lábrea e do lote que ele afirma estar dentro da Caititu (APURINÃ - depoimento no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas* - IEB, 2018, p. 10).

Diversas ocorrências de conflitos na Transamazônica, causados por atropelamentos, cobrança de pedágio por parte do povo Tenharim, denúncias de grilagens de terras, intimidação de lideranças por não indígenas, tudo isto faz da Transamazônica “um espaço de morte” (TAUSING, 1993, *apud* Araújo, 2019, p. 249) em várias experiências dos povos indígenas que têm suas vidas atravessadas pela construção da estrada; justamente por esta atravessar tantos territórios e vidas indígenas, há um empenho entre os povos indígenas no sentido de manterem fortes os laços de resistência aos efeitos e danos atraídos pela estrada.

2.2.3 Os Kagwahiva e a Usina Hidrelétrica de Tabajara

O principal modal de energia elétrica do país, responsável por cerca de 4/5 do total produzido, é a hidroeletricidade, que tem nos corpos d'água sua fonte de suprimento (SOUZA JR., 2014). No que concerne ao arranjo político-institucional do setor elétrico, sua atual configuração teve início a partir da segunda fase de industrialização no país, gestada no início dos anos 60, e concluída sob a tutela do regime militar. Nas décadas de 1970 e 1980, o país investiu vigorosamente em grandes projetos, construindo as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Itaipu e Tucuruí. É também dessa época o projeto de construir hidrelétricas na Amazônia, que resultaram em grandes perdas socioambientais e cuja geração de energia se mantém em níveis

muito baixos, como é o caso das UHE de Balbina e Samuel, ícones de fracasso das grandes obras de engenharia geradas durante o período militar ((SOUZA JR., 2014).

Após um período de estagnação econômica, que durou até meados dos anos 90 e impactou o setor energético, o país voltou a investir em projetos (até então arquivados) de grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, implantando as UHE do Madeira (UHE de Jirau e Santo Antônio) e o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingu (SOUZA JR., 2014). Com o esgotamento do potencial hidrelétrico do sudeste, a Amazônia passou a ser considerada a nova fronteira hidrelétrica do país.

A construção dos empreendimentos na Amazônia se caracteriza por elementos marcantes, como a ausência de oitivas de anuência aos povos indígenas, conflitos envolvendo questões fundiárias, impactos sobre os povos territorializados (indígenas e povos tradicionais) entre os atingidos e o Estado. Tais projetos se inserem em uma estratégia de exploração dos rios amazônicos – a qual atualiza as políticas desenvolvimentistas executadas pela ditadura militar na região a partir dos anos 1960 - que têm ameaçado e expropriado povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponeses, entre outros grupos sociais (NÓBREGA, 2011).

Consolidada a construção das UHE de Jirau e Santo Antônio, os povos indígenas de Humaitá, no sul do Amazonas, se veem arrolados em outro projeto do modal energético brasileiro: a construção da UHE Tabajara. Em 2012; o governo federal retomou a iniciativa de construção dessa UHE sem considerar os impactos sobre as TI. Os povos Jiahui e Tenharin se organizaram para participar da elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) e matriz de impactos, mas foram alijados do processo (FUNAI, 2015. Relatório da I CNPI, etapa regional).

A UHE Tabajara será construída no rio Machado, no município de Machadinho d'Oeste, em Rondônia, afetando os territórios dos povos indígenas Arara, Gavião e Tenharim, que fazem uso imemorial do rio Machado. Os projetos hidrelétricos do rio Machado foram inicialmente propostos na década de 1980. Na época, o arranjo apresentava dois eixos de barramento, batizados de AHE Ji-Paraná e AHE Tabajara, com potência instalada total de 1285 MW e área inundada de 1627 km². Em meados da década de 1990, os projetos foram suspensos, após intensa mobilização popular e severas restrições de crédito.

Em 2005, diante da nova ofensiva hidrelétrica sobre os rios amazônicos, o projeto da UHE Tabajara foi retomado e integra o PAC. Mais uma vez, a tentativa de barramento do rio Machado enfrenta a resistência das comunidades ameaçadas. Se fossem executadas tal como proposto na década de 1980, as hidrelétricas do rio Machado inundariam parte da TI Igarapé Lourdes, ameaçando os povos indígenas Arara, Gavião e isolados. Diante dessa ameaça, os Arara e os Gavião declararam guerra aos projetos de barragem no rio Machado e nela estão engajados há mais de vinte anos (NÓBREGA, 2011).

A esse respeito, Araújo (2019) registrou o seguinte depoimento de Margarida Tenharim:

[...] Hoje tem essa hidrelétrica. Não queremos essa Tabajara. Essa Tabajara vai terminar de matar nosso povo porque o governo nunca lembrou da gente, o governo não gosta de índio. Por isso ele quer fazer a Tabajara. A Tabajara matará nosso rio e se nosso rio morrer, morremos também. Mas, hoje temos nossas lideranças, nossos jovens estudando e vendo tudo isso, e nós lideranças mais experientes, de qualidade, estamos acompanhando, apoiando, ensinando o que aconteceu lá atrás, para dizer para eles que isso aqui aconteceu com a gente no passado, vocês que estão estudando devem lutar para que não ocorra. Assim, lutamos também por uma escola de qualidade, igualmente como os brancos tem. Respeitamos todo mundo, assim queremos respeito. Nós sabemos respeitar, mas aqueles estudados que vem da União, às vezes falam tanta besteira pra gente. Isso a gente não quer ouvir, queremos respeito. Estamos lutando hoje para acabar com isso, chega, chega de desrespeito e se o governo não atender, nós somos capazes de acampar no Congresso, vamos para a rua, vamos denunciar em outros países, vamos pedir ajuda do Papa se for possível (MARGARIDA TENHARIM - registrado por ARAÚJO, 2019, p. 246).

Em outra situação, uma oficina sobre o licenciamento ambiental promovida pelo IEB para os Tenharim, Margarida Tenharim expressou sua preocupação com a destruição dos lugares sagrados e de memória para o povo Tenharim, pela inundação do rio Machado.

Durante o seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, Wilson Tenharim, representante da APITEM, fez o seguinte pronunciamento:

[...] A Tabajara vai inundar parte da terra indígena Tenharim do Marmelo, causará a destruição da floresta e de produtos extrativistas: castanha, açai, seringa, patuá, entre outros, que são de uso sustentável para os povos tradicionais; causará também o

apodrecimento das florestas inundadas, o que trará muitas doenças; haverá interferência no fluxo natural do rio Machado; diminuirá a caça e a pesca – alimentos de primeira necessidade dos povos indígenas e favorecerá a entrada de bebidas alcoólicas nas aldeias. Tudo isso trará também prejuízos culturais para o nosso povo. (...) Nós já estamos sofrendo com essas invasões e os órgãos governamentais não estão dando conta de resolver esses problemas. Perguntamos: como vai ser com a construção do Tabajara? (...) A Terra Indígena Igarapé Lourdes Arara e Gavião, conforme o inventário feito pela Eletronorte e outras empresas, não vai ser alagada pelo barramento da UHE Tabajara, mas o rio Machado não será como antes, razão suficiente para dizer NÃO à construção dessa barragem. (...) Outra grande preocupação é em relação aos povos indígenas isolados que vivem entre as cabeceiras do rio Marmelos e do rio Preto. Possivelmente eles serão os mais atingidos por essa hidrelétrica. (...) Ainda sofremos pelos impactos permanentes da rodovia BR 230 e agora novamente vem o governo federal, de forma autoritária e sem nos consultar, querendo construir mais uma grande obra que nos afetará de forma significativa (WILSON TENHARIM - pronunciamento no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, em 10/06/18).

Wilson informou que os Tenharim estão se preparando em oficinas de trabalho, a fim de entenderem os processos ligados aos empreendimentos e, então, se posicionarem sobre a construção da UHE Tabajara e outras obras, considerando que, segundo os estudos de Nóbrega (2011), os olhares para o potencial de barragens na Amazônia recaem sobre os rios Tocantins, Xingu, Madeira e Tapajós. Esse processo de qualificação política e crítica dos grupos impactados é uma alternativa essencial para produzir agentes sociais para a frente de resistência à expansão das fronteiras econômicas predatórias na Amazônia. Faz parte desse processo dominar conceitos e ferramentas como mapas, relatórios, abaixo-assinados (como o produzido pela OPIAJBAM), enquanto instrumentos de incidência política e de diálogo com a sociedade brasileira, empresas e órgãos públicos envolvidos.

2.2.4 O terminal graneleiro em Humaitá

A primeira tentativa de introdução da soja no sul do Amazonas foi realizada por imigrantes russos, em 1994. O município de Humaitá lidera a produção da soja e recebeu subsídios no enriquecimento do solo e assistência técnica oferecidos pelo governo do Amazonas para potencializar essa produção. Os plantios atuais se concentram no município de Humaitá, que está servido pela BR-319 (Manaus-Porto

Velho) e pela hidrovía do Madeira, por onde já é escoada para o mercado internacional parte da soja produzida em Mato Grosso. A soja do Mato Grosso é transportada por carreta até Porto Velho e de lá até o porto graneleiro de Itacoatiara-AM, de onde é transferida para navios e exportada.

De acordo com os dados apresentados pelo *Greenpeace* (2018) ao seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, há cerca de 62 projetos, totalizando U\$198.574.309.762 de investimento no chamado Arco Norte, que tendem aos interesses vinculados ao agronegócio, com a abertura de corredores de exportação de grãos. Tais investimentos têm forte financiamento dos governos: “A iniciativa privada bancará 20,9%, enquanto o restante virá de instituições financeiras, como o BID, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil, através da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IRSA)” (IEB, 2018, p. 6).

A IIRSA é um megaprojeto que tem como objetivo efetivar a conexão rodoviária, fluvial, marítima, energética e de comunicação do continente sul-americano: “Do centro da América do Sul, para os oceanos. Do Pacífico, para o Atlântico. Do Atlântico, para o Pacífico. Não importa a direção e o sentido. O destino será quase sempre o mesmo: o mercado externo”²¹. Trata-se de um acordo entre os países da América do Sul, com exceção da Guiana Francesa, estabelecido em 2012, em Brasília, onde o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o anfitrião e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o responsável pela mediação do projeto junto aos países participantes.

O governo do estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Amazonas (SEINFRA), retomou a obra de construção do anel viário do município de Humaitá (a 590 quilômetros de Manaus), a fim de desviar do perímetro urbano da sede do município o tráfego de veículos pesados, como carretas e caminhões que transportam soja pela BR-319 (Manaus-Porto Velho) e pela BR-230 (Transamazônica). Essa intervenção é considerada como um dos maiores investimentos na área de infraestrutura, mobilidade urbana e de incentivo à produção agrícola no município de Humaitá. A obra terá 11,58 quilômetros e interligará a BR-

²¹ Disponível em: <https://archivo.argentina.indymedia.org/news/2008/02/581629.php>. Acesso em: 23 mar. 2020.

319 ao porto graneleiro da cidade. O projeto contempla a realização de serviços de terraplanagem, meio-fio, sarjeta, galerias, bueiros, dissipadores de energia, acostamento, compactação e pavimentação, bem como sinalização vertical e horizontal. O anel viário dará mais rapidez ao escoamento da soja que, atualmente, vem de Porto Velho, passando por dentro do município de Humaitá, até chegar a Itacoatiara. Depois de concluído o anel viário, esse trajeto será encurtado. O percurso de Porto Velho pela BR-319 seguirá pelo anel viário da soja, passando por fora do perímetro urbano de Humaitá.

Danicley Araújo, coordenador do *Greenpeace*, no seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas*, afirmou que a expansão dos ruralistas é pela Amazônia inteira. Em Humaitá, a soja está sendo viabilizada e há uma forte pressão para diminuir as Unidades de Conservação. “É um arco já desenhado, tem dinheiro, tem *lobby* no Congresso até para mudar a legislação sobre o licenciamento, o que pode isolar as Terras Indígenas e Unidades de Conservação como verdadeiras ilhas em meio à soja” (IEB, 2018, p. 7).

2.2.5 Observações sobre a frente de resistência indígena no sul do Amazonas

As experiências etnográficas apresentadas pelas associações indígenas no seminário, enquanto ameaças, compõem minha hipótese de que tais associações têm argumentos, conflitos e dramas comuns que os levam a elaborar etnopolíticas de resistência, de movimento indígena do Sul do Amazonas contra o avanço da fronteira do desmatamento. Portanto, “é a identidade em torno de um elemento comum - o desmatamento e conflitos territoriais - que forma as forças sociais e direciona os objetivos das mobilizações políticas” (ALMEIDA, 2006, *apud* BARAÚNA, 2014, p. 45). Nesse processo, a capacidade discursiva dos líderes, especialmente dos indígenas, como afirma Ortolan (2006, p. 136), é “uma das qualidades mais exigidas para que um índio se efetivasse na função de liderança, tanto referência às comunidades indígenas como também referência à sociedade nacional”.

Compreendo o seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas* como uma “situação social” (GLUCKMAN, 2010, p. 251), cujo encadeamento possui relação como outras situações no sistema social do sul do Amazonas, interligando diversos grupos de pessoas, interesses e comportamentos. Portanto, em algumas

ocasiões, uma situação social “é o comportamento de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com o seu comportamento em outras ocasiões” (GLUCKMAN, 2010, p. 252). Uma situação social comporta vários eventos que, por sua vez, encadeiam diversos ritos para expressar o comportamento dos agentes sociais. De acordo com Gluckman (2010), é virtualmente impossível isolar os eventos sociais a fim de realizar experimentos. Isto posto, o seminário é campo de diversos eventos, encadeados em ritos de comportamento dos indígenas, extrativistas, atores impactados, governo, empresas e sociedade civil.

A etnopolítica é um fenômeno fundamental da política contemporânea e vêm se construindo gradativamente. Os primeiros estudos etnográficos que tocam esse tipo específico de fazer política dos grupos e sistemas étnicos, são as etnografias africanistas na década de 1940: “Os Nuer”, “*The political system of the Anuak*”, “*Sistemas políticos africanos*” e “*A sociedade contra o Estado*” (BALANDIER, 1969; FERREIRA, 2017). Antes delas, os tratados de antropologia eram limitados no campo da política.

Os eventos apresentados pelo movimento indígena, a partir das associações indígenas do Sul do Amazonas, estão carregados de conflitos e dramas sociais (GLUCKMAN, 2010; TURNER, 1996). Para Gluckman (2010), um sistema social como um campo de tensões cheio de ambivalências, cooperação e lutas contrastantes; o conceito de drama social foi trazido à Antropologia por Victor Turner (1996). Neste trabalho, acrescento o conceito ambiental à palavra social dos dramas.

O resultado almejado por Gluckman (2010) é a descrição de um processo social em movimento, um modelo dinâmico de sociedade em que ação relacional - reconstituída e apresentada de forma dramática - é interpretada dentro dos princípios da estrutura social (CAVALCANTI, 2007). Para Turner (1996), o drama social representa um elemento ordenador da estrutura social Zulu, por exemplo, ritualizado por um processo também social e interno. No caso do Sul do Amazonas, compreendo que se trata de um drama socioambiental. Portanto, uma resposta elaborada por corpos e atos de comportamentos estimulados por problemas ambientais, causados por interesses externos à estrutura social indígena.

Tais problemas ambientais desencadeiam ritos de resistência (mobilizações), que exigem das tradições culturais mais da modernização da sua indianidade do que

a indigenização da modernidade, no sentido de exigir que os povos indígenas compreendam sobre licenciamento ambiental, ações civis públicas, relatórios técnicos, assessoria jurídica e incidência política. Diferentemente das assembleias indígenas, quando as lideranças falavam para outros indígenas, seus pares, hoje, as lideranças do Sul do Amazonas precisam de discursos cada vez mais críticos da realidade, pois estão falando com os outros, com a sociedade, o governo, as empresas, os legisladores, dos quais precisam “derrubar” as estratégias de domínio sobre a vida indígena.

O Estado teria a função de dar coesão, integrar e unificar esses conflitos sociais e, portanto, de desempenhar o papel de árbitro (CASTELLS, 1973). Entretanto, historicamente, o Estado brasileiro se manteve surdo às cobranças indígenas e, atualmente, ouve e age em favor da elite agroexportadora, manipulando, estrategicamente, instituições, ordenamentos jurídicos, operadores do sistema, ciência e tecnologia, para executar o projeto de poder dessa parcela da sociedade. Entretanto, considerando que a unidade social se faz apesar dos conflitos, como propõe Victor Turner (CAVALCANTI, 2007), os coletivos indígenas do Sul do Amazonas resistem aos conflitos fazendo etnopolítica e assumindo o protagonismo.

Nesse contexto onde o Estado se coloca inaudível aos povos indígenas do Sul do Amazonas e quando estes se colocam em frente ao Estado, traz à tona o argumento do etnólogo Pierre Clastres (2013) sobre as sociedades *contra* o Estado. A tese central deste filósofo e etnólogo é que ausência do Estado nas sociedades indígenas amazônicas significa uma atitude ativa de recusa do Estado, enquanto poder coercitivo separado da sociedade. Mais do que “sem Estado”, os povos indígenas do Sul do Amazonas elaboram uma política específica baseada na etnicidade capaz de recusar e resistir ao Estado. Isto quer dizer por suposto, não é possível falar de etnopolítica sem definir, minimamente, etnicidade (FERREIRA, 2017, p. 197). E no texto produzido é possível indicar a etnografia da prática política dos sul do Amazonas, especialmente, dos Apurinã. Considerando que nesses eventos de negociação os Apurinã constroem as suas estratégias de autogovernança.

O protagonismo indígena se retroalimenta na mobilização. Sobre evidenciar esse protagonismo, Ferreira (2007) observa que está em andamento o protagonismo étnico, fenômeno que indica mudança nas relações de poder entre os indígenas e o

Estado e se expressa na passagem das formas cotidianas de resistência para a resistência aberta. Em termos sociológicos, o protagonismo étnico é a afirmação da capacidade política indígena, do seu caráter de sujeito e de sua capacidade de “governo”, o que exige três elementos básicos: “1) a constituição de centros de ação política, formais ou informais; 2) a formação de ideias ou discursos comuns que delimitam fronteiras de oposição política e se opõem a certas ideias da estrutura de dominação; 3) o aumento do poder dos grupos submetidos a essa estrutura” (FERREIRA, 2007, p. 60). Uma vez alcançados esses elementos, a autonomia do movimento indígena como frente se torna processual.

A proposta de protagonismo não exclui as particularidades existentes entre as associações e povos indígenas do Purus e do Madeira. A unidade posta no seminário, no sentido de perfilar um só movimento, se dá em função do diálogo com a rede na qual os indígenas estão envolvidos, para enfrentar os dramas socioambientais comuns. É evidente que isso não retira a credibilidade da mobilização; pelo contrário, evidencia que ela ocorre a partir de objetivos autome-diados (CASTELL, 2013). Permanecem, portanto, as pautas particulares, étnicas e históricas de cada um dos povos, associações e regiões em outras situações sociais.

Por essa razão, reitero minha opinião de tratar o Sul do Amazonas a partir do coletivo e das manifestações de resistência aos dramas socioambientais vividos coletivamente, como os megaempreendimentos. Na minha experiência com as associações indígenas, facilitadas ainda mais pelo meu lugar de assessora no IEB, está clara a robustez do movimento indígena do Médio Purus e do movimento indígena do alto Madeira, além de uma proposta embrionária de movimento indígena do sul do Amazonas. Não se trata de antagonismos, mas de reconhecer as particularidades de cada povo e associação do Sul do Amazonas, relacionadas a contextos histórico-sociais e diferenças étnicas devidas à permanência de estruturas ideológicas, semântico-culturais, linguísticas e, em alguns casos, organizacionais, que correspondem à base e à estrutura anterior (VARESE, 1981: 127). O que desencadeia uma pluralidade de etnopolíticas, a partir das experiências de cada povo.

No caso do Sul do Amazonas, compreendo que a rede social se desenha, preferencialmente, a partir de contextos cruzados e autome-diados, como o seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas* e os projetos de implementação

da PNGATI junto às associações indígenas, envolvendo parceiros como o IEB e o *Greenpeace*, que movimentam outras redes sociais indigenistas, socioambientais, estrangeiras, financeiras e técnicas.

3 O MOVIMENTO INDÍGENA E A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS APURINÃ E JAMAMADI

Foto 1 - Kyynyry - Festa tradicional Apurinã. Abertura do III Encontro do rio Seruini



Foto: Evangelista Apurinã (Aldeia Kaciri, 2017).

“Antes da OPIAJ existir não tinha movimento”, disse-me Chico Preto em entrevista²². A ideia de movimento expressada, nesse sentido, é a forma organizativa, ou seja, a associação indígena, que é uma das expressões possíveis do movimento indígena. Chico dizia, portanto, que OPIAJ é a primeira organização indígena em Pauini. Além de considerar a organização o próprio movimento indígena.

²² Entrevista concedida durante a VI assembleia geral da OPIAJ, realizada em 2019, na aldeia São Benedito, em Pauini. A proposta inicial do vídeo, em 2019, era um vídeo documentário - passado, presente e futuro - em comemoração pelos 15 anos que a OPIAJ completava naquele ano. Não pude finalizar porque os áudios das entrevistas, filmadas na mesma ocasião que a entrevista de Chico Preto, foram danificados por um problema no aparelho do profissional que contratei. Até o momento, não conseguimos recuperar. Certamente, esta tese está orientada pelo que dizem os interlocutores no vídeo sobre a OPIAJ. Considero, portanto, minha contribuição material para que a história da OPIAJ alcance o maior número de pessoas a quem ela representa.

O movimento indígena no Brasil começou a se estruturar na década de 1970 a partir das assembleias indígenas que buscavam, entre outros, uma identidade nacional. As organizações (ou associações) indígenas surgiram, mais efetivamente, a partir da Constituição de 1988 (ORTOLAN, 1997, 2004; OLIVEIRA, 2008; FERREIRA, 2017).

O argumento de Chico Preto me fez lembrar da mesa “*Organização social – mesa de debates com os grandes caciques*” organizada para a assembleia da OPIAJ em 2017. Mesa composta pelos caciques que participaram de eventos considerados importantes, como as assembleias de formação do movimento indígena e/ou da luta pela demarcação das terras, reconstruíram o ‘tempo sem movimento’²³, antes da OPIAJ, que também foi denominado, tempo da ‘Velha Guarda’²⁴, termo bastante comum usado pelas jovens lideranças em referência às lideranças mais antigas, da vanguarda da história do movimento. Trazer os ‘velhos’ para a essa mesa significa reconhecer sua participação na construção da história do movimento indígena e legitimar a continuidade histórica entre o passado de seu povo e o presente, estratégia dos discursos indígenas destacada por Ortolan (2006, p. 136) como forma de “marcarem suas tradições e seus direitos históricos no interior do Estado Nacional”.

Antes de tratar do tempo sem movimento, o tempo antes da associação, devo contextualizar quem é Chico Preto, justificando ao leitor porque ele está presente em várias situações sociais abordadas neste trabalho e no vídeo sobre a OPIAJ. Nascido Francisco Avelino Batista, filho de José Avelino (Zeca do Doutor) e Izabel, da parentela²⁵ do Doutor, tem seu tronco velho na terra indígena Água Preta/Inari, no município de Pauini. Chico Preto tem uma longa trajetória no movimento indígena da Amazônia. Para efeitos de dimensão da sua experiência, cito que foi coordenador da União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

²³ Tempo é uma classificação corriqueira no contexto amazônico, para retratar uma fase, época, acontecimento marcante na memória local. Tempo sem movimento entra na mesma categoria que tempo das correrias, tempo do patrão, tempo dos antigos, para citar alguns. Com a formalização do movimento indígena por meio das organizações, passa-se ao ‘tempo do movimento’.

²⁴ Outra versão conta que o termo faz comparação ao movimento musical “Jovem Guarda”. Velha Guarda seria o correspondente mais velho para a geração mais nova, ambos com a responsabilidade de “guardar” um tempo importante. Participantes da mesa: Abdias Apurinã, Dário Apurinã, Júlio Apurinã, Osmar Apurinã, Cosmo Apurinã e Chico Preto. A Velha Guarda não está relacionada à uma faixa etária, mas a quem participou da luta pela demarcação das TI. Isto justifica a participação de Chico Preto e Cosmo Apurinã, os mais novos entre os participantes da referida mesa.

²⁵ Para maiores detalhes sobre as parentelas Apurinã em Pauini, ver a dissertação de mestrado de Juliana Schiel (1994), *Entre patrões*.

(UNI-Acre), titular do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI), titular da Câmara Técnica da PNGATI e, atualmente, está no cargo de Assessor Indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Purus (DSEI-AR Pur), em Rio Branco, e no Comitê de Governança do Podáali, o Fundo Indígena da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

O texto que apresento a partir de agora integra as narrativas de meus interlocutores em três momentos: a mesa dos grandes caciques, na assembleia de 2017; entrevistas para o vídeo sobre a OPIAJ; entrevistas com Chico Preto. Ressalto, entretanto, que destaco a participação de Chico Preto enquanto um interlocutor-chave, com história de vida entrelaçada à formação do movimento indígena nacional e amazônico. As narrativas de Chico Preto vêm de sua memória e experiência no seringal, do movimento indígena à frente de um complexo etno e político do Acre-Noroeste de Rondônia-Sul do Amazonas e da assessoria ao movimento indígena nacional, intercalando o assessoramento à elaboração e à implantação das políticas indigenistas e indígenas e seu papel no controle social da saúde indígena.

A história da política indígena de Pauini está ligada ao Acre, ou seja, às articulações e mobilizações com indígenas daquele estado. Pauini é um município do estado do Amazonas e, não bastasse estar mais próxima de Rio Branco do que de Manaus, capital do Amazonas, a aproximação com o movimento indígena do Acre se dá por um elemento: após o fechamento dos Postos Indígenas ((PIN) do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Pauini, a gestão indigenista passou a ser executada pela Delegacia Regional da FUNAI sediada em Porto Velho, Rondônia. Essa delegacia possuía jurisdição sobre o norte de Mato Grosso, Acre e sul do Amazonas (compreendendo Boca do Acre e Pauini). As mobilizações indígenas seguiam o formato de envolver o máximo de indígenas dessas regiões²⁶.

Na perspectiva de Chico Preto,

[...] Antes não tinha movimento. O movimento começou no Acre. O finado tio Pedro, ele foi nos anos 70 a tratamento em Rio Branco e

²⁶ Além da assistência da FUNAI, Pauini e Boca do Acre seguem assistidos pelo Distrito Sanitário Especial Índio Alto Rio Purus; nesse caso, mais por questões logísticas, considerando à proximidade das cidades do que socioculturais ou de gestão pública governamental. Mostrarei mais a frente que Pauini se “desligou do Acre”, para usar um termo de meus interlocutores; em vários segmentos, faz parte das mobilizações indígenas. Boca do Acre, porém, ainda está vinculado ao órgão indigenista sediado em Rio Branco.

quando chegou lá ele passou uma temporada e pensamos que nem existia mais, que ele tinha falecido. Ele chegou falando de movimento, que no Acre está se organizando, no Acre estavam reivindicando demarcação de terra, que era uma prioridade que tinha sido definida. Ele começou a trazer essa ideia aqui para nós. Mas, nós não sabíamos o que significava isso (CHICO PRETO - entrevista concedida à autora, em Pauini, em 25/05/2019).

O Conselho Indígena Missionário (CIMI) era quem falava sobre as mobilizações indígenas no centro do Brasil e sobre as expectativas de demarcar as terras indígenas. O CIMI é uma instituição religiosa da Igreja Católica, criada em 1972, no contexto da ditadura militar. Atuou na formação de vários movimentos sociais na década de 1970, influenciado pela Teoria da Libertação, que propunha a opção pelos pobres, vendo o oprimido como agente de sua própria libertação. Articulando outros apoiadores das causas sociais, o CIMI se dedicou a promover mobilizações através de encontros, envolvendo um ou mais povos indígenas, para estimular as discussões sobre os direitos indígenas e a troca de informações entre os grupos (OLIVEIRA, 2018). Esses encontros foram denominados ‘assembleias indígenas’. E a história indígena brasileira passa ao “tempo das assembleias”.

[...] O protagonismo indígena começa a se manifestar com maior intensidade a partir das Assembleias Indígenas apoiadas pelo Cimi na década de 1970, pela primeira vez reuniam lideranças de diferentes povos de Norte a Sul do país. Nessas Assembleias os povos indígenas colocaram definitivamente na pauta a retomada e garantia de suas terras como condição para combater a violência de que eram vítimas e para assegurar o seu futuro. Desde então, aconteceram significativos avanços conseguidos através das organizações, articulações, reuniões e mobilizações. Na década de 70 marca o início de uma reação articulada dos povos indígenas encorajada pelas Assembleias Indígenas regionais e nacionais apoiadas pelo Cimi (CHICO PRETO - entrevista escrita, em Rio Branco, em 30/10/2022).

As assembleias indígenas proporcionaram aos indígenas, experiências “intertribais”, que resultaram na constituição de uma nova comunidade e identidade supra-étnicas (ORTOLAN, 1997, p. 120); elas representam espaços de confluência e de fermentação, não só na junção de demandas de diversas etnias, como também na criação da figura da liderança indígena como mediador entre os povos e as organizações civis e governamentais envolvidas em políticas étnicas (OLIVEIRA, 2018). Nesse processo, a participação de não indígenas foi importante, de forma que missionários, antropólogos e indigenistas passaram a prestar uma assessoria

“branca” (não-indígena) aos indígenas na compreensão sobre os mecanismos de funcionamento da sociedade nacional e do Estado-Nação em que foram impostamente inseridos (ORTOLAN, 2006).

Cinquenta e três assembleias indígenas foram realizadas em todas as regiões do Brasil²⁷ entre os anos de 1974 e 1984. Para participar das primeiras assembleias, foram convidados chefes ou caciques tradicionais, como autoridades políticas existentes em qualquer aldeia. Ao convidá-los, o CIMI os reconheceu como os primeiros representantes dos povos indígenas frente à sociedade envolvente (ORTOLAN, 2006). É sobre este reconhecimento que o movimento indígena reconhece e reconheceu os *grandes caciques* na mesa *Organização social: mesa de debates com os grandes caciques* na assembleia da OPIAJ, em 2017. Na construção da história do movimento indígena de Pauini, destaco a *I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental*, realizada no Acre, em 1984, já no “tempo do movimento indígena”.

O período classificado como “tempo do movimento” começou no final dos anos 70 e início de 1980, quando as assembleias formalizaram a criação de uma organização com o poder de unir todos os povos indígenas do Brasil, fazendo surgir a União das Nações Indígenas (UNI). Nas palavras de Chico Preto,

[...] as primeiras iniciativas dos povos indígenas, foram relacionadas a criação de Organizações Indígenas locais, regionais e nacional, para fortalecer o Movimento Indígena regionais e nacional. Depois ocorreram algumas discussões sobre o Parlamento Indígena. Por este motivo início os relatos sobre Movimento Indígena e outras instancias protagonizadas pelos os Povos e organizações Indígenas. Nesse período foi criada a União das Nações Indígenas – UNI, como Movimento Indígena nacional, protagonizado pelos estudantes indígenas Ailton Krenak, Marcos Terena, Alvaro Tucano. A UNI tinha como finalidade de fortalecer movimentos indígenas locais, regionais e nacional. Para defender os direitos indígenas. Por falta de entendimento interno a UNI foi extinto (CHICO PRETO - entrevista escrita, em Rio Branco, em 30/10/2022).

Ortolan (1997) descreve uma polêmica na criação da UNI: o concomitante surgimento de outra associações com o mesmo fim, unir os povos indígenas do Brasil,

²⁷ Destaco as assembleias realizadas em Lábrea-AM (1978) e em Pauini (1979; 1991), a fim de enfatizar o envolvimento de lideranças indígenas nas discussões base da formação do movimento indígena brasileiro.

diferenciando-se apenas na escrita do nome, na localização de origem e membros idealizadores: a UNI, criada no Mato Grosso, em 1980, e a UNIND, criada em 1981, em Brasília pelos estudantes indígenas. Reivindicando o reconhecimento pelo pioneirismo, as duas associações realizaram assembleias de criação e elegeram, respectivamente, Marcos Terena e Domingos Terena. A fim acabar com a disputa, diversos estudantes indígenas que estavam em São Paulo (SP) participando do seminário *Índios: direitos históricos*, realizaram uma assembleia e elegeram Marcos Terena. Em um jogo interétnico, os dois presidentes atuaram até 1982, quando Marcos Terena renunciou em favor de seu tio Domingos Terena (ORTOLAN 1997). Em 1985, a UNI alcançou nível de representatividade nacional e criou as categorias internas de gestão: a Coordenadoria Nacional, o Conselho Indígena e as Coordenadorias Regionais, como o Núcleo Indígena criado em 1985 na cidade de Rio Branco.

Chico Preto é uma das lideranças indígenas que participou desse momento de preparação nacional, juntamente com outros indígenas do Acre, e trouxe para o esse estado, em 1984, a coordenação regional do movimento nacional; esta, aliada a outras organizações indígenas, nos anos 80, realizou a *I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental*, em Rio Branco, nos dias 10 a 15 de agosto.

Em 1984, Pancho Kaxinauá formou uma comissão indígena no Acre para discutir a demarcação das terras indígenas daquele estado e dos municípios de Pauini e Boca do Acre, representados na comissão. A mobilização para tal fim deu base para a realização da *I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental*²⁸, realizada pela UNI, na cidade de Rio Branco, de 10 a 15 de agosto de 1984, que reuniu representantes de 22 áreas do Acre e sul do Amazonas, no evento que durou 10 dias e organizou a instalação de uma regional da UNI em Rio Branco, a UNI-Acre.

[...] A assembleia de 84 [1984] foi a mais importante pra gente e teve uma participação expressiva em número de parentes. O pai [Rivaldo Apurinã] participou dessa assembleia que teve também o Pancho Kaxinauá, o Biraci Brasil do povo Yawanawa, Savis Yauanawa, o tio Chico [Preto] (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista para a autora, em Pauini, em 18/09/2017).

²⁸ Realizada no Centro de Treinamento da Fundação de Desenvolvimento, Recursos Humanos, Cultura e Desporto do Acre.

O reconhecimento de Evangelista Apurinã sobre a importância da *I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental* para as mobilizações indígenas na região vai além, pois o evento se tornou significativo para o movimento indígena brasileiro. Essa assembleia aconteceu no contexto amplo de transformação do Brasil, que vinha caminhando para o fim do regime militar e para a redemocratização do país, sinalizando um período de reconhecimento e respeito aos direitos indígenas.

As reivindicações do movimento indígena no Acre não divergiam das pautas gerais do movimento indígena nacional: demarcação das terras indígenas²⁹, assistência à saúde, educação, reconhecimento da pluralidade étnica e cultural, o direito de se auto-organizarem e a extinção do papel tutelar da FUNAI. Discutiram a criação de uma Delegacia Regional da FUNAI em Rio Branco, alegando as limitações da Ajudância do Acre (AJACRE) e indicaram Rivaldo Apurinã como responsável. De forma organizada e diplomática, apresentaram suas reivindicações para Secretários do Estado do Acre, militares do 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), Marcos Terena, ao chefe de gabinete da FUNAI e ao presidente da FUNAI, Jurandyr Marcos da Fonseca. De acordo com Francisco Gonçalves (Umanary Apurinã),

[...] O Rivaldo, nessa época, era da FUNAI e o Antonio Preto, da UNI. E esse presidente da FUNAI, o Jurandir, veio por causa da autodemarcação do Juruá, dos Huni Kuni, era um projeto da UNI. Terminou a demarcação que os índios mesmos que fizeram, eles só contrataram o engenheiro [a UNI], aí o presidente da FUNAI veio para reconhecer a autodemarcação. O Chico Preto entrou depois do Antonio Preto. (FRANCISCO GONÇALVES (Umanary) - entrevista em Manaus, em 10/07/2018).

A *I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental* retomou o processo de luta indígena na Amazônia de forma unificada e gerou as bases para que, no ano seguinte, 1985, fosse criado o Núcleo de Cultura Indígena, e em 1990, a União da Nações Indígenas do Acre, sul do Amazonas e extremo de Rondônia (UNI-ACRE). A seguir, apresento alguns registros fotográficos da referida assembleia:

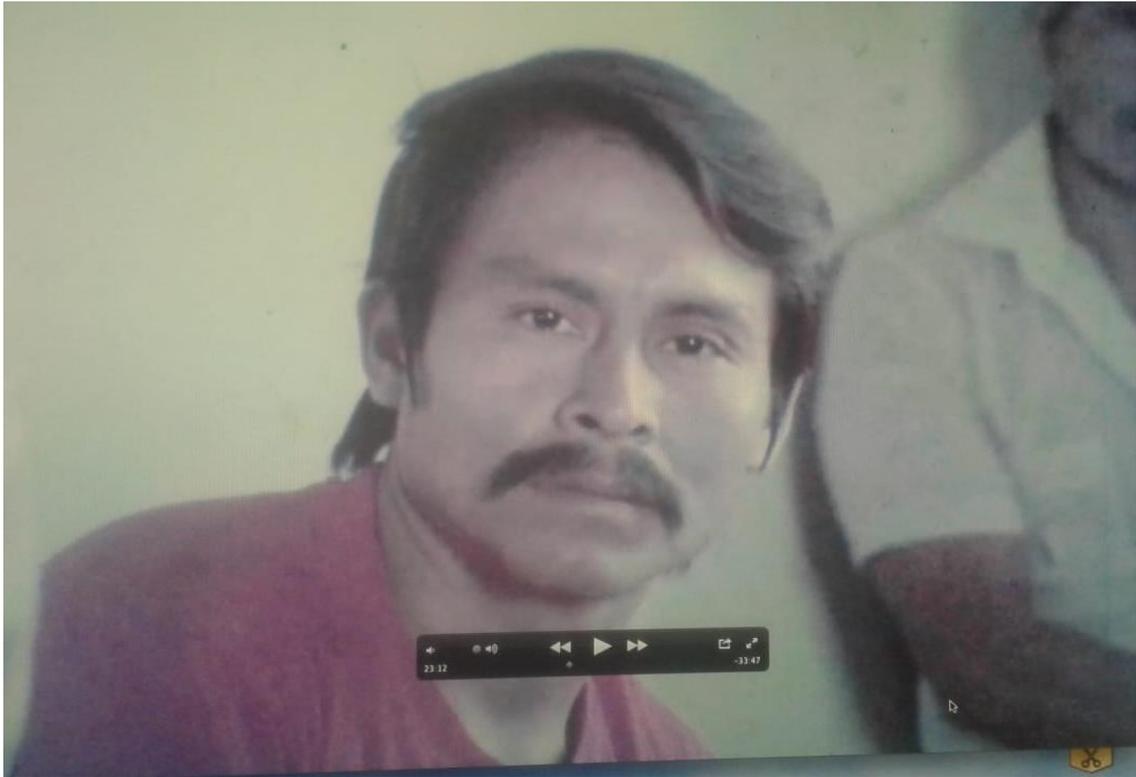
²⁹ A demarcação das TI era reivindicação latente. Para citar um exemplo, em agosto do mesmo ano, os Apurinã de Pauini denunciaram o Chefe da AJACRE, Dimas Valencise, por conluio com o fazendeiro José Cordeiro, alegando que o fazendeiro, que reclamava a posse da área dos rios Peneri e Tacaquiri, retirou as placas instaladas pela FUNAI, em 1983, e delimitavam a área indígena. Em março de 1984, o CIMI havia denunciado a FUNAI por favorecimento ao fazendeiro em detrimento dos indígenas. Em agosto, os Apurinã de Pauini pediram a substituição do Chefe da AJACRE. Ver mais em: CEDI, 1984.

Foto 2 - I Assembleia Indígena Amazônia Ocidental, Rio Branco (AC) em 1984



Da esquerda para a direita: José Correia Jaminawa, Jurandir da Fonseca (presidente da FUNAI), Antonio Preto Apurinã e Rivaldo Apurinã. Foto: Tião Fonseca, 1984.

Foto 3 - I Assembleia Indígena Amazônia Ocidental, Rio Branco (AC) em 1984



Francisco Gonçalves (Umanary Apurinã), cacique da aldeia Camicuã, município de Boca do Acre-AM. Foto: Tião Fonseca, 1984.

Foto 4 - I Assembleia Indígena Amazônia Ocidental, Rio Branco (AC) em 1984



Em destaque, Leopoldo Carlos Apurinã (Caboco) da aldeia Nova Vista, município de Pauini-AM. Foto: Tião Fonseca, 1984.

Foto 5 - I Assembleia Indígena Amazônia Ocidental, Rio Branco (AC) em 1984



Lopinho (João Lopes Brasil) Apurinã do igarapé Tacaquiri, município de Pauini-AM.
Foto: Tião Fonseca, 1984.

Foto 6 - I Assembleia Indígena Amazônia Ocidental, Rio Branco (AC) em 1984



Da esquerda para a direita: Jurandyr da Fonseca (presidente da FUNAI), Rondon Apurinã da aldeia Castanheira, em Pauini-AM; Eunice Apurinã, mãe de Rondon e moradora da aldeia Castanheira. Foto: Tião Fonseca, 1984.

Foto 7 - I Assembleia Indígena Amazônia Ocidental, Rio Branco (AC) em 1984



Ao centro, Xexéu Apurinã. Foto: Tião Fonseca, 1984.

3.1 A União das Nações Indígenas do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas

“O movimento indígena começou no Acre”, afirma Chico Preto considerando a criação da União das Nações Indígenas do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas (UNI-Acre), em 1991, representando 16 povos indígenas do complexo noroeste de Rondônia, sul do Amazonas e Acre: Apurinã, Ashaninka, Arara, Camadeni, Jamamadi (Deni), Jaminawá, Kanamari, Katuquina, Kaxarari, Kaxinawá, Kulina, Manchineri, Nukini, Poyanawa, Shanenawá, Yawanawá. Francisco Gonçalves (Umanary Apurinã) relatou que:

[...] Nessa época, Boca do Acre e Pauini sempre foi uma galera unida. Quando a gente ia pro Acre, sempre a gente conquistava. Eu me lembro que nessa época a UNI tem assessoria jurídica [pausa para recordar], primeiro era o Braña [Antonio José Braña Muniz], filho de Boca do Acre, depois que foi a Jandira. A Jandira fez muita coisa, fez curso para as lideranças aprenderem a gerir a organização. Ela deu

um livro da constituição para cada liderança da abrangência da UNI, para ter de segurança porque aquele livro era uma arma (FRANCISCO GONÇALVES (Umanary) - entrevista em Manaus, em 10/07/2019).

Na primeira metade dos anos 90, a UNI executou uma série de ações no âmbito do Plano Definitivo do Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (PMACI). Nos últimos anos, a UNI exerceu importante papel no processo de regularização das TI no Acre e sul do Amazonas, integrando a Comissão Paritária do PPTAL e implementando estratégias para garantir maior participação dos índios nas demarcações. Dentre estas, podem ser citadas: entre 1993-98, a coordenação da autodemarcação da TI Kulina do Médio Juruá, de 730.142 ha, viabilizada através de convênio entre a UNI, as comunidades Madijá e a FUNAI e executada com recursos canalizados da agência alemã Pão para o Mundo. Em 1997, coordenou a fiscalização dos trabalhos de demarcação de dez TI no sul do Amazonas, feitas por administração direta pela FUNAI (LACED, acessado em 17/08/2020).

Antes da UNI-Acre, o diálogo das lideranças indígenas era com o CIMI, o que foi fundamental para a organização do movimento indígena e de suas associações. Abdias Apurinã assim lembra desse tempo:

[...] Primeiro nós tivemos no Estado do Acre uma organização que trabalhava com os indígenas, o CIMI, no caso a entidade que nos apoio e trabalhou com a gente também foi a CPI-Acre que fazia nossa representação no Estado do Acre como movimento indígena, após isso, cria-se a UNI [Acre]. Quem apoiava nós de base, era a ONG chamada CIMI. Essa entidade explicou pra gente que em 1983, na tutela da FUNAI, nós tínhamos coisas importantes que era no artigo 6.001; que tínhamos o direito a nossas terras, crenças, direitos originários. Mas nós ainda éramos tutelados. Então, esse artigo tinha o ponto positivo e o negativo e a partir de 88 nós criamos a lei que nos dava direito de ter a nossa organização, de falar nossa língua, fazer nossas festas, ser registrados com nossos nomes próprios, a partir de 88 tivemos todos esses direitos dentro da Constituição (ABDIAS APURINÃ – entrevista na aldeia São Benedito, em 26/05/2019).

Em Pauini, a UNI-Acre contribuiu com

[...] o projeto de instalação dos Distritos Especiais de Saúde Indígena que na época instalou o polo [Polo Base de Pauini] com muita dificuldade e até hoje está funcionando. Teve um curso de formação de agentes ambientais pelo PDPI que teve toda a participação do pessoal daqui. Tinha umas invasões aqui, então foi priorizado. Então, reduziu a invasão nas terras indígenas porque o nosso povo passou a conhecer o direito que tinha, que a terra indígena não era pra você usar de qualquer jeito, tinha que ter controle das lideranças. Outro

projeto chegou bem antes foi o projeto do PMACI³⁰, do Banco Mundial – BIRD, em 1991, o projeto que fez a identificação de todas essas terras indígenas daqui. O PMACI é aquele projeto que asfaltou a BR de Porto Velho até Rio Branco. O PMACI II deu uma estrutura, “então, agora como é que fica, nós ganhamos a identificação de terra e agora como é que fica?”. Então, tinha que ter uma continuidade e passaram para o PMACI II que deu estrutura de barco, motores, insumos para fazer o trabalho agrícola. Enfim, teve uma certa estrutura. Foi identificado com recurso do PMACI em 1987 e em 1999 foi demarcado pelo PPTAL, dez anos depois. Com esse projeto também houve um incentivo de instalação de rádio nas aldeias que foi muito bom. E as comunidades começaram a se organizar e a fazer articulação através desses rádios. Qualquer problema que tivesse acontecendo na aldeia, ligavam e faziam a denúncia e daqui a pouco já tinha ação governamental presente. Mas também organizou o povo através da comunicação. É muito legal a instalação de rádios. É muito caro, mas é muito importante ter esses rádios para a comunicação. Eu acho que depois que ausentou a comunicação interna, dispersou um pouco também. Aí precisa dar essa arrumada porque o pessoal as vezes fala uma coisa aqui e outra ali. Mas, na época o que aconteceu foi isso, de investimento de agentes ambientais, de saúde, de produção. Só que de produção não conseguiram avançar. Pediram o barco com capacidade de 4 toneladas, motor de porte não muito grande, mas não conseguiram porque foi dado a estrutura, mas não foi dada a outra parte que era importante que era a capacitação e o manuseio e acabou não produzindo nada. Até isso é base pra gente estar discutindo como é que aperfeiçoa (CHICO PRETO – entrevista na aldeia São Benedito, em 25/05/2019).

O tempo da UNI-Acre que Chico Preto argumenta anteriormente, esboça um tempo de grande ativismo das organizações indígenas no cenário político nacional. Em uma tentativa política de reorganizar o Estado à favor das questões indígenas no momento organizações indígenas, a exemplo da UNI-Acre, assumiram o protagonismo institucionalizado de interlocução do movimento indígena com o Estado brasileiro. Nesse processo, começaram a executar projetos e convênios para ações que deveriam ser do Estado, como a saúde indígena, após a implantação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena³¹ e a implantação dos Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI).

³⁰ Projeto de Proteção do Meio Ambiente e Comunidades Indígenas, negociado como condição para o empréstimo do BID para a pavimentação da BR 364, Porto Velho/Rio Branco. Consistia no modelo ordenado de ocupação do território nacional na Amazônia, compatibilizando proteção ao meio ambiente, desenvolvimento econômico e proteção das terras indígenas (Acervo do ISA, s/d, s/a).

³¹ O SPI e depois a FUNAI foram os órgãos estatais responsáveis pela prestação de serviços de saúde e educação aos povos indígenas até a redemocratização brasileira que culminou na reorganização dos serviços públicos. Nesse processo, a educação passou à responsabilidade do Ministério da Educação, enquanto a saúde indígena, para a pasta da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). As reivindicações do movimento indígenas resultaram na criação do Subsistema de Atenção à Saúde

Com a implantação dos DSEI em 1999,

[...] muitas organizações indígenas da Amazônia assinaram convênios com o governo federal se responsabilizando pela atenção básica de saúde nas aldeias. Essa opção feita pelas organizações se deu pela falta de conhecimento no serviço administrativo sobre a saúde indígena. As dificuldades foram grandes. As organizações indígenas não haviam sido criadas para essa finalidade e nem estavam aparelhadas para assumir esse compromisso. Além disso ficaram a mercê de uma burocracia estatal que a todo o momento sustava o repasse dos recursos financeiros acarretando a desassistência nas aldeias. Essa situação interessava particularmente o governo, pois com as organizações indígenas ocupadas, diminuía a força do movimento indígena na cobrança dos direitos territoriais e por mudanças na política indigenista. Muitas comunidades, inclusive, começaram a estabelecer com essas organizações indígenas a mesma relação que mantinham com os órgãos públicos. Sem poder contar com uma assessoria administrativa adequada que lhes fora prometida pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) e tendo que arcar com um enorme passivo trabalhista algumas importantes organizações se viram obrigadas a fechar as portas (CHICO PRETO - entrevista escrita, Rio Branco, em 30/10/2022).

O modelo de convênio trazia um marco regulatório ambíguo, onde os contratos eram regidos pela Instrução Normativa nº 1 do Tesouro Nacional que, até a sua modificação em 2003 pela IN nº 3, era extremamente vaga em relação à forma de execução dos recursos dos convênios com as organizações indígenas.

Os problemas gerenciais causados entre a incongruência da lógica e interesse indígenas com as ingerências do Convênio, levaram a UNI-Acre à falência. Entretanto, a preocupação com os rumos do movimento indígena nesse momento, oportunizaram a criação de outras organizações indígenas de “base” como a OPIAC (OPIAJ) em Pauini e a OPIAJBAM, em Boca do Acre, mostrando a resiliência do movimento indígena na construção de uma história indígena escrita por mãos próprias.

Indígena com a descentralização dos serviços através da modelo de Distrito Sanitário Especial Indígena atendendo as aldeias. Em 2004, a FUNASA divulgou as portarias nº 69 e 70 determinando as novas diretrizes da saúde indígena e recuperando a responsabilidade pela execução direta do atendimento indígena. Com isto, o papel das conveniadas limitou-se à contratação de pessoal, à atenção nas aldeias com insumos, ao deslocamento de índios das aldeias e à compra de combustível para a realização desses deslocamentos.

3.2 Memória das lideranças indígenas sobre o tempo do movimento indígena em Pauini

Francisco Sobrinho (*Makutxi*), o cacique França, da aldeia Atukatxi, na TI Água Preta/Inari, recorda que

[...] a luta do nosso povo começou pelo Purus de Cima³² através do Rivaldo Apurinã, pai do Evangelista e a luta surgiu dessa maneira. Nós Apurinã, não sabíamos dos nossos direitos à nossa terra. O Rivaldo estava viajando para Rio Branco e se encontrou com os parentes Kaxinawa, Jaminawa e demais parentes, ele estava acompanhando a luta daqueles parentes pelo direito à terra. Naquele momento também chegou o tio Pedinho que morava na Castanheira foi para Rio Branco a tratamento, tio Ilson também foi e lá e eles viram os parentes naquela luta pela demarcação de Terra e quando eles chegaram aqui em Pauini, foram conversar com a gente e nós não acreditávamos que tínhamos direito a demarcação das nossas terras, de viver tranquilo na nossa floresta. Então, sempre levamos informações aos nossos parentes e lideranças (avôs e *toty*) só que eles não acreditavam em nós e eles diziam que era ilusão porque para eles não existia a FUNAI. A FUNAI era invisível porque não aparecia pra gente. E então veio o CIMI e veio falar o mesmo assunto que o Rivaldo e os demais haviam falado, ele disse: *“parentes, vocês estão aqui, vocês são os donos dessa terra e tem que lutar pelo direito de vocês”*. E aí eles foram de novo a Rio Branco (tio Pedinho), pois ele estava em tratamento e tinha que sempre está indo e o Rivaldo continuava em Rio Branco. Ele tinha mais conhecimento e tinha os estudos dele que ele podia usar naquele momento também em defesa do povo Apurinã da região de Pauini. Quando ele veio de Rio Branco ele reuniu os Apurinã da T.I Peneri/Tacaquiri. As primeiras lideranças que foram foi tio Lopes Apurinã [Lopinho], Leopoldo Carlos (Caboco), Rael Apurinã, Narciso Apurinã e o Gildo Apurinã e essa eram as lideranças dele. O Rivaldo era o articulador de fora que conversava com o nosso representante que é o Governo e trazia informações para gente. Eu morava aqui [T.I. Água Preta/Inari] e sempre viajei para o Purus de Cima porque meus parentes moravam no Peneri. [...] (FRANCISCO SOBRINHO (*Makutxi*) - entrevista em Pauini, em 25/05/2019).

³² A zona rural de Pauini é dividida politicamente em duas regiões, tomando-se a sede do município como ponto de partida. Purus de Cima, acima da cidade, subindo o rio Purus, sentido Pauini/Boca do Acre-AM, reúne aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas e diversos sítios (antigos seringais). O Purus de Baixo, abaixo da cidade de Pauini, descendo o rio Purus, no sentido Pauini/Lábrea-AM, reúne as mesmas categorias socioterritoriais mencionadas no Purus de Cima. Não é regra, mas é comum que alguns órgãos públicos possuam fluxograma obedecendo essa divisão, destinando cargos e funções como a Secretaria Municipal de Educação (SEMED): Coordenador de Ensino Rural do Purus de Cima, Coordenador de Ensino Rural do Purus de Baixo, Coordenador de Ensino Indígena do Purus de Baixo e Coordenador de Ensino Indígena do Purus de Cima. A Secretaria de Assuntos Indígenas (SEMAI) segue o exemplo: Coordenador de Base do Purus de Baixo e Coordenador de Base do Purus de Cima. Trata-se de uma classificação compreendida e difundida socialmente. Repetirei essa justificativa em outros momentos.

França é complementado por Chico Preto:

[...] Quando foi nos anos 90-92, o Rondon veio aqui e nós fizemos uma reunião na Castanheira e foi definida a primeira liderança que foi o Abdias. Então decidimos levar o Abdias para Rio Branco para discutir com o Administrador da FUNAI e dizer que tinha indígena pra cá e que precisa ser demarcadas as terras. Até então, as reivindicações de terras indígenas tinham chegado só até o Peneri/Tacaquiri com o Rivaldo (...), mas, não tinha uma demanda pra cá porque não conhecia. E a partir daqui saiu fluindo essa questão de demarcação de terra indígena (CHICO PRETO - entrevista em Pauini, em 25/05/2019).

As histórias que contam sobre o movimento indígena são repletas de lutas; essas são lutas com vitória. Nesse processo de *reviver* o passado, de sentir emoções daquele tempo, não está livre das lembranças do tempo de sujeição aos patrões. Contudo, até mesmo tempo é ressignificado pelo protagonismo indígena de reverter a história, conforme se pode observar na fala de Chico Preto:

[...] *O quê que andava aí nesse seringal?* Era o marreteiro, o patrão, que levava arroz, feijão, só pra ti ter uma ideia. Eu desde pequeno sempre cortei seringa mais o meu irmão mais velho e o pai. E nós nunca pagávamos a conta. Só trabalhando assim. Não fazia roçado. Nós comprávamos farinha do Pará, um painzinho desse tamanho [mostra as mãos] e ali passava muito tempo. E hoje a terra está aí, a plantação está aí e nós estamos plantando. Quando foi identificada essa terra como terra indígena, em 87 o Conselho de Segurança Nacional fez um mapa de helicóptero e a nossa aqui passou à ser colônia indígena. E foi uma briga muito grande. Briga no sentido de reivindicação de não aceitar [colônia]. Graças a Deus voltamos. Não foi só essa, não, foram várias que foram transformadas em colônia indígena e a gente conseguiu superar. A união é que faz diferença. Se nós não estivéssemos unidos naquela época, não teríamos conseguido reverter a colônia [...] (CHICO PRETO - entrevista na aldeia São Benedito, em 26/05/2019).

A trajetória de vida das lideranças Apurinã está entrelaçada ao seringal, à história da borracha, ao tempo dos patrões. Schiel (2004) observou que as formas como os Apurinã veem o mundo parte da relação com o tempo da seringa, seja para construir suas relações comerciais e/ou sociais. Percebi que esse tempo também está presente na relação que os Apurinã fazem da gestão territorial. Ao discorrer sobre a gestão indígena do seu território, Wallace Apurinã, fala que a vigilância que empregavam vem desse tempo: “Ir buscar a seringa permitia a gente ir mais longe dentro da floresta e com isso já fazia duas coisas ao mesmo tempo: atividade

econômica e atividade de vigilância” (WALLACE APURINÃ - entrevista em Pauini, em 23/03/2020). Percebo que esse pensamento ressignifica uma situação de sofrimento e mostra a agencialidade dos indígenas. Houve uma longa jornada de luta, sofrimento e preparação indígena até a promulgação da Constituição de 1988, com a inclusão do Capítulo *Dos Índios*, que, nos artigos 231 e 232, reconhece aos indígenas os dois direitos que Abdias destaca em seu depoimento.

Os episódios de sacrifício estavam arraigados de preconceitos e discriminação. Abdias Apurinã revela que lembrar emociona, *dá vontade de chorar*:

[...] Nessa época nós tivemos uma dificuldade muito grande para nós indígenas, primeiro porque os não indígenas colocaram um apelido em nós, chamado “caboclo” foi uma coisa que pegou. E como a lei de 1983 era para indígenas, por causa do apelido ele teve dificuldades de identificar os indígenas. E após a lei, estudamos e entendemos que não somos caboclos, somos indígenas. Foi o CIMI que esclareceu isso para nós. [...] (ABDIAS APURINÃ (*Kokoyoru*), em 23/05/2019).

Não há dimensão da complexidade vivida pelos indígenas na formação das organizações indígenas. O apelido ‘caboclos’, carregado de desprezo e preconceitos, retrata o quanto a relação interétnica estava repleta de “ferimentos morais” (HONNETH, 1970, *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988). A organização do movimento indígena vem para romper com esses estereótipos e buscar o reconhecimento enquanto povos indígenas de fato e de direitos. As organizações indígenas institucionalizam e instrumentam a luta pelo reconhecimento indígena; “Começamos a caminhar com nossos pés após a criação da UNI no Estado do Acre e quando criamos as nossas organizações internas; criaram a OPIAJBAM no município de Boca do Acre e aqui em Pauini, a OPIAJ” (ABDIAS APURINÃ, em entrevista).

Chico Preto enfatiza,

[...] Naquela época nós tínhamos garra, tínhamos determinação. A prioridade nossa era a terra indígena, mas não tinha organização porque a gente não conhecia outras terras aqui, outras moradias, naquela época não tinha aldeia, era moradia mesmo. Já em 1997 foi um dinheiro externo do Plano de Proteção do Meio Ambiente foi identificado as nossas terras indígenas. Teve uma pressão logo em seguida, no governo Sarney uma pressão do Conselho de Segurança Nacional – PEMACI pra não demarcar, mas não passou. Foi uma discussão entre governo brasileiro, governo do Acre. Até a implantação do sistema de saúde teve muita mobilização. Os caciques

são os governadores das nossas aldeias, das nossas terras indígenas. O movimento tem que continuar nessa linha. (Chico Preto - pronunciamento na assembleia da OPIAJ, em Pauini, em 09/05/2017).

Os primeiros levantamentos da situação das terras indígenas em Pauini ocorreram entre 1977 e 1979 e foram realizados pela Ajudância da FUNAI no Acre. Em 1983, foram iniciados os processos de identificação e delimitação da TI Peneri/Tacaquiri. As terras Apurinã reconhecidas oficialmente foram identificadas em 1986. Nos relatórios de regularização fundiária das terras, aparecem vários conflitos com donos de seringais ou fazendas (SCHIEL, 2004).

Das conquistas do movimento indígena antes da institucionalização da OPIAJ, Celino Apurinã, acompanhando no seu celular uma apresentação antiga que resgatou para a nossa conversa, leu, cronologicamente, o que já haviam me contado outras lideranças. Aquela apresentação, em papel timbrado da OPIAJ, aponta a linha do tempo das manifestações e conquistas indígenas na seguinte estrutura:

[...] Em 1997 nós conseguimos demarcar e destacamos a demarcação de seis terras indígenas em 1997³³: Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Inauini/Teuni, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê e Camadeni. Em 1999, lutamos e implantamos o Subsistema e o DSEI Alto rio Purus. Em 2000 veio a implantação do Polo Base de Pauini. Nesse mesmo ano nós lançamos quatro candidatos a vereador, era o Cosmo, pai do Francisco, o Antonio Olavo, Abdias e o Jorge. Em 2000 também tivemos a apresentação do projeto Pirayawara de formação de professores indígenas lá em Manaus que o Abdias foi. Em 2001, o Alderi que era um cara muito articulado e tinha estudado em Rio Branco pela CPI, voltou aqui e articulou na Prefeitura a criação de duas Coordenações, a Coordenação de Ensino Rural que eu assumi e a Coordenação de Meio Ambiente que ele assumiu. Em 2002 eu vi que os professores que davam aula na área indígena não eram indígenas; eram professores brancos e aí eu falei com os parentes que aquilo não podia ser assim. E como eu já tinha ido lá em Manaus e vi que era possível contratar professor indígena pra área indígena - vi isso lá na Gerência Escolar Indígena – eu falei pro Secretário, o professor Jair, que eu ia tirar e ele me apoiou. Então, em 2002 eu fiz isso e teve muita gente que não gostou até agora. Em 2003 foi sancionada a lei que cria a categoria de escola indígena. E em 2003 teve o declínio da UNI-Acre. E foi aí que nós começamos a falar em ter uma organização nossa, local, que ficou sendo a OCIAC (...) Nesse mesmo ano de 2003,

³³ Nos relatórios de regularização fundiária das terras, aparecem vários conflitos com donos de seringais ou fazendas: Chico Barros e posteriormente Francisco Chagas Venâncio, no seringal Ajuricaba, na TI Catipari-Mamoriá; Cleodomir Pinheiro, o Pinheirão, no seringal Urubuã, TI Peneri-Tacaquiri; José Cordeiro e Silva, da fazenda Maripuíá, na TI Peneri-Tacaquiri. Esse proprietário, na época da identificação, tentou impedir seu prosseguimento. Na época da demarcação da área, entretanto, a fazenda Maripuíá já havia sido abandonada (SCHIEL, 2004).

nós conseguimos um orçamento na Coordenadoria pra construir sete escolas indígenas e o último ponto foi a adequação do projeto *Popukare* que era pra formação dos professores indígenas. Depois disso já são conquistas com a nossa organização. (CELINO APURINÃ - entrevista em Pauini, em 16/03/2020).

Celino Apurinã narra o movimento em diversas instâncias temporalmente imbricadas: saúde, educação, política indigenista e política indígena, em uma tentativa de considerar as ações dentro do Estado como ações do movimento indígena. É a agencialidade indígena no campo interétnico.

Nesse contexto, em que se viram diante da decadência da UNI-Acre, os povos indígenas de Pauini pensaram: “a Uni-Acre acabou e a gente precisa criar uma representação, um pai pra gente, uma liderança pra gente” (WALLACE APURINÃ, 2019); então, em 2004, criaram a Organização das Comunidades Indígenas Apurinã e Jamamadi (OCIAC), cujo nome foi alterado, em 2009, para Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ), como explicarei na próxima subseção. A OCIAC (atual OPIAJ) nasceu como alternativa para que as “bases” fortalecessem a organização maior, a UNI-Acre.

3.3 A Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi: resistimos para fazer a diferença

Foto 8 - Atual composição da Coordenação Executiva da OPIAJ ós eleição, em 2019



De frente para a assembleia, da esquerda para a direita, de costas: Wallace (Yueky Xamakary), Edson Bulhões, Vanessa (Maypatxi) e Luciete (Manupa). Aldeia São Benedito, 26/05/2019. Foto: Chris Lopes.

“A OPIAJ somos todos nós!” Síntese que ouvi de todos os interlocutores indígenas que entrevistei para o vídeo histórico da OPIAJ. A OPIAJ é a associação indígena que representa politicamente os povos indígenas de Pauini, Apurinã e Jamamadi (e os Jamamadi autodenominados Camadeni e Jamamadi Deni). Nascida como Organização das Comunidades Apurinã e Camadeni (OCIAC), em 05 de novembro de 2004, a Organização carrega, antes de tudo, o dever de defender os direitos indígenas na relação com o Estado nacional e a sociedade envolvente. A base ideológica de sua formação está ligada à história da UNI-Acre, como narra Wallace Apurinã:

[...] A Uni-Acre parou a atuação politicamente no movimento em 2003. Em 2004, os parentes aqui de Pauini se sentaram, Cosmo, Jorge, Celino, o Alderi um primo meu que é bastante inteligente nessa questão, e aí chamaram as grandes lideranças que atuavam na época e foi meio que um desafio. A gente tem a nossa história de atuação política, de liderança, fundada no Acre e foi preciso a gente olhar para trás. A história de construção da OPIAJ vem a partir daí. Duas gerações passaram atuando no Acre e a gente olhou para trás e viu que não tinha nada construído para nós na região, de concreto. Então, a OPIAJ vem muito em função disso. “A Uni-Acre acabou e a gente precisa criar uma representação, um pai pAra gente, uma liderança pAra gente” (WALLACE APURINÃ - entrevista ao IEB, em Pauini, em 28/05/2018).

Havia, na época, a intenção dos Apurinã da terra indígena Água Preta/Inari fundarem uma associação local e o processo estava bastante avançado entre as discussões com os indígenas nas aldeias e na formulação dos documentos necessários. Alderi Apurinã era o mentor dessa proposta, que articulava o movimento indígena e o conhecimento aprendido nas formações da Comissão Pró-Índio, no Acre. De acordo com Celino Apurinã,

[...] O Alderi tinha feito, lá pela CPI, a minuta de um Estatuto estava discutindo com as lideranças da terra. Tinha ido lá no São Francisco, tinha ido no Castanheira - nesse tempo não tinha o Yopiã - no Mipiri e o que ele pregava era autonomia e autodeterminação. Tá bom. E aí quando eu assumi a FUNAI em abril de 2004, ele estava bem com uns sete meses discutindo isso e já estava bem andada a coisa. E aí a UNI tinha falido e eu chamei ele e disse “Alderí, velho, nós precisamos conversar. Vem aqui na FUNAI”. Acabou uma, mas agora a gente cria uma aqui e nós vamos tocar o barco do mesmo jeito”. Ele não gostou muito, mas um mês depois a gente já estava discutindo com todo mundo, com os professores e os caciques (CELINO APURINÃ, 16/03/2020).

Autonomia e autoderminação são conceitos usados na política indígena e indigenista pró direitos indígenas. No movimento indígena, autodeterminação se refere ao direito, reivindicado pelas populações indígenas, de autogerir suas vidas no interior de um Estado Nacional. Neste caso, o conceito não seria usado para reivindicar a formação de um Estado indígena independente, como temiam os militares nos anos de 1970 e 1980, mas sim para reivindicar a autonomia de organização dos povos indígenas, tanto internamente como também frente ao contato interétnico (ORTOLAN, 1997).

Após consenso entre os Apurinã, foi realizada uma grande assembleia para criação da OCIAC. O evento aconteceu em 05 de novembro de 2004, na Escola Municipal Rubens Pereira de Menezes, conhecida como “Escolinha”. É comum se referirem à “reunião da Escolinha” em referência à assembleia de fundação da atual OPIAJ.

A primeira Assembleia constituiu a Coordenação Executiva e uma gerência administrativa vinculada, o Grupo de Mulheres Indígenas (GMI). Para a Coordenação Executiva, foram eleitos Jorge Avelino Apurinã (Coordenador), Cosmo Ramos (Vice-Cordenador), Efraim dos Santos (1º Secretário), Antonio Olavo (2º Secretário), Kennedy Apurinã (1º Tesoureiro) e Eleonor Batista (2º Tesoureiro). O GMI foi composto por Antonia Cleide Silva (Coordenadora), Maria da Conceição Sobrinho, conhecida como Dadazinha do Cosmo (Vice-Cordenadora), Jessineide Justino (Secretária) e Edileuza Veiga (Tesoureira).

Em 2009, durante a assembleia da OPIAJ que trouxe reformulações internas, o GMI passou a ser chamado de Gerência de Mulheres e Articulação Estratégica (GMAE). Ficou sem coordenação de 2011 a 2019, quando foi reconstituída na assembleia da OPIAJ daquele ano. Em entrevista que fiz para construção do histórico da GMAE³⁴, Antonia Cleide revelou que, antes da OPIAJ, as mulheres vinham participando das mobilizações em Rio Branco, pelo Grupo de Mulheres Indígenas da UNI-Acre e, depois da falência da União, pela *Sitoakory*, uma organização de mulheres, também do Acre, que representava as mulheres e organizações indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia. O nome *Sitoakory* foi dado por

³⁴ A elaboração do histórico da GMAE faz parte do processo de construção da identidade dessa Gerência. As entrevistas foram coletadas por Dacilene Apurinã, Valcleice Apurina, atuais Gerente e Secretária da GMAE, e por mim no início de 2020.

dona Corina, da aldeia São Gerônimo, em Pauini, o que afirma a presença das mulheres de Pauini com o movimento de mulheres indígenas do Acre. Segundo Antonia Cleide,

[...] A Socorro Justino Apurinã se destacou à frente das mulheres de Pauini. Só que a UNI-Acre não dava espaço para a gente. Tudo que chegava aqui era reunião, reunião. Nada de projeto. Aí nessas reuniões nós pensamos que era melhor criar um grupo aqui mesmo, uma associação de mulheres (ANTONIA CLEIDE – entrevista na aldeia Mipiri, em 04/02/2020).

O GMI da OPIAJ passou por dois mandatos, mas não desenvolveu projetos nem planos de trabalho para as mulheres indígenas. Ressalto que a OPIAJ incluiu no edital da assembleia, logo, na programação, a mesa *Empoderamento das Mulheres Indígenas e Jovens Indígenas*, que contou com representantes Apurinã e Jamamadi. Foi a primeira vez que os Jamamadi participaram de uma mesa e o fizeram com duas mulheres: Raimunda e Roseana Jamamadi. Francisco Ferreira reconheceu que isto se deve à organização e desenvolvimento dos Jamamadi. Talvez seja o caminho de destaque que os interlocutores apontaram para justificar a ausência dos Jamamadi no movimento indígena.

Essa mesa de mulheres se deve à mobilização das mulheres indígenas de Pauini, que voltou a fazer eco junto ao movimento de mulheres do Purus, mais fortemente, em abril 2018, no *Encontro de Diálogo de Mulheres Indígenas* realizado em Lábrea, cujos encaminhamentos foram legitimados pela FOCIMP em maio do mesmo ano, durante sua assembleia. A OPIAJ atendeu à reivindicação legítima das mulheres indígenas de Pauini de ocuparem a GMAE. Desde 2019, a GMAE é coordenada por Dacilene Avelino (Dadá), Regina Julião (Vice Coordenadora) e Valcleice dos Santos (Secretária) (Ver foto da GMAE nos Anexos). Durante a assembleia, Wallace Apurinã se manifestou, afirmando que “o movimento das mulheres não é fraco; o que precisa ser fortalecido é o movimento indígena como um todo”.

A partir da afirmativa de Wallace Apurinã, considero que ocupar a GMAE é uma forma de resistir e fazer a diferença no movimento indígena de Pauini, conforme traduz o seguinte trecho do histórico da GMAE:

O desafio desta gestão da GMAE é elaborar o Regimento Interno e o Planejamento Estratégico a fim de executar com eficiência ações para as mulheres indígenas de Pauini, dando continuidade às reivindicações iniciais pela informação e formação, geração de renda e empoderamento político. Além de garantir momentos essenciais para a sociabilidade das mulheres Apurinã e Jamamadi (GMAE, fev/2020).

Memória do GMI à parte, Antonio Olavo, ex-coordenador da OPIAJ, relembra o foi o início da Organização,

[...] o primeiro coordenador foi o Jorge. A gente, por não ter muita experiência, não deu tão certo, mas estávamos lá tentando e como não deu certo a coordenação, decidimos tirar e colocar o Cosmo, o pai do Francisco. O Cosmo tentou como pode, porém, não tinha muito conhecimento também, mas a gente ia “tocando” e buscando. Então, começamos a nos unir e aquele grupo foi crescendo. Começou a aparecer o Peneri/Tacaquiri, todo mundo junto do jeito que estamos hoje, mesmo sem entendimento nenhum. Decidimos pensar melhor e mudamos o nome pra OPIAJ que é Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi, foi quando eu entrei também sem muita experiência e não teve muito avanço. Mas, a gente tentou o que nós sabíamos e graças a Deus a gente começou a buscar e buscar. [...] (ANTONIO OLAVO - entrevista na aldeia São Benedito, em 25/05/2020).

Jorge Avelino Batista, filho de Zeca Doutor, da terra indígena Água Preta/Inari, irmão de Chico Preto e Celino Apurinã, atualmente é cacique da aldeia São Francisco, na sua terra de origem. Na sua gestão, a OPIAJ desenvolveu um projeto pelo Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI). Depois da OPIAJ, Jorge Avelino ocupou um cargo no Polo Base de Saúde Indígena, conciliando com a chefia da aldeia.

Das Coordenações Executivas da OPIAJ, Jorge Avelino foi o primeiro coordenador, no período de 2004 a 2007. Cosmo Ramos assumiu uma coordenação provisória no ano de 2007. A segunda Assembleia Geral elegeu Alex Sena para o período de 2007 a 2011. A terceira Assembleia Ordinária elegeu Alex Sena como coordenador para o período de 2011 a 2015. A segunda assembleia extraordinária elegeu Antonio Olavo como coordenador provisório para o período de 2012 a 2015. A terceira assembleia ordinária elegeu Wallace Apurinã como coordenador para o período de 2014 a 2018. A última assembleia, até o momento, reelegeu Wallace Apurinã, para o período de 2019 a 2023.

Ortolan (2010; 2006) observou que o processo de institucionalização do movimento indígena produziu um novo sujeito: o Coordenador indígena. Havia alguns

pré-requisitos para se tornar a *liderança coordenador*, como dominar o português, o que, no caso da OPIAJ, é uma condição mais facilitada aos Apurinã que aos Jamamadi, que possuem contato interétnico a menos tempo, falam fluentemente a língua materna e dominam pouco o português como segunda língua.

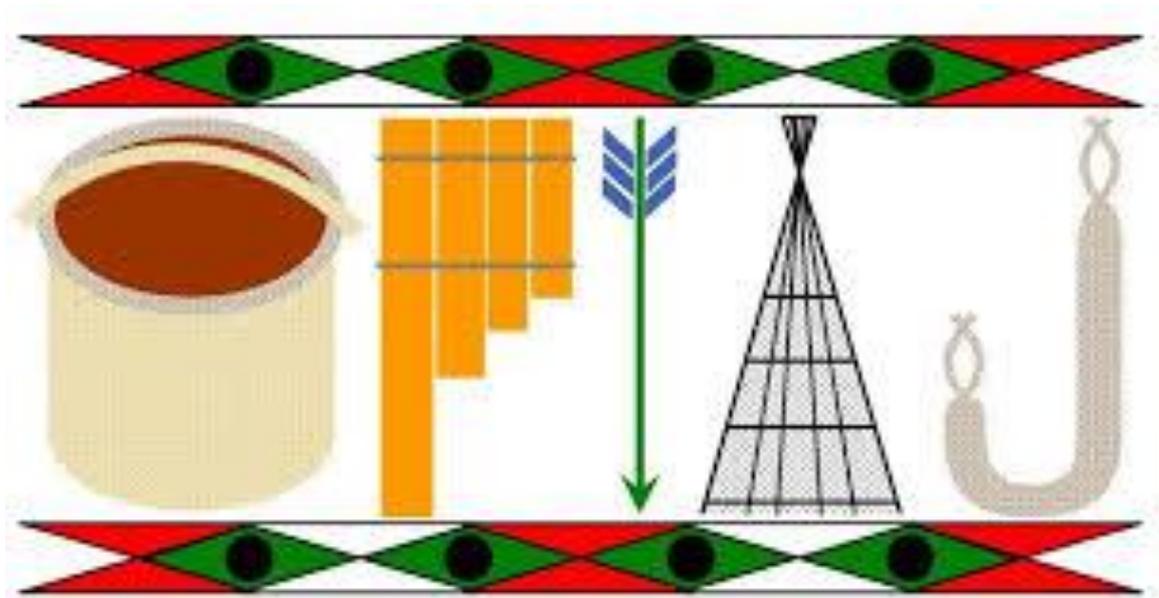
O argumento principal que mobilizou a criação da Organização era o desejo de “fortalecer, politicamente, a união dos povos e instituir um organismo capaz de lutar pelos direitos dos povos Apurinã e Jamamadi e de mostrar a resistência” (CELINO APURINÃ, assessor indígena do DSEI-AR Pur - entrevista em Pauini, em 16/03/2020). A Organização trazia as ferramentas para o enfrentamento para todas as lutas que os povos indígenas haviam iniciado e se desafiavam a partir daquele momento. Um exemplo citado por Celino Apurinã, justifica o *slogan* da OPIAJ: “Resistimos para fazer a diferença” (ESTATUTO DA OPIAJ, 2014, Art. 2º, letra b, inciso II). Celino Apurinã assim explica:

[...] Esse nome de resistência da OPIAJ vem de um tempo que tá muito diferente de agora. Agora tu tá vendo um tempo bom de trabalhar, mas naquele tempo era o tempo do índio podre, fedorento, urubu. Quando chegava a data de receber, primeiro recebiam o pessoal da cidade. Depois, outra fila pra receber o pessoal da zona rural. Já as últimas das filas eram os professores indígenas. Que nem eram professores, eles eram chamados de monitores indígenas. Eles eram os últimos a receber por causa de todos os preconceitos. Essa cidade era horrível de preconceito, Chris. Só pra ti ter uma ideia chegou uma hora que eu chamei o meu Secretário, o professor Jair, porque o pessoal da Secretaria discriminando, eu disse “meu professor, nós vamos ter que mudar essa história porque eu não aguento mais ver isso daí. Do jeito que tá não tá dando de ficar, com o povo desse jeito. Nós vamos ter que misturar”. Mas, aí fomos trabalhando isso dentro da Secretaria até chegar o dia de receber todo mundo no mesmo dia. Nós começamos quebrando esses preconceitos de que o índio não preguiçoso, que não era fedorento, podre, que não era urubu. Isso daí foi um trabalhão. Os primeiros dois anos, de 2001 a 2003, foi o tempo de ir trabalhando isso dentro da educação e eu era o cara que levava porrada do governo, mas também bati num bocado. (...) Primeiro porque o Pedro Álvares Cabral chegou aqui e, historicamente, a gente resistiu. Segundo, o pessoal do município sempre tratou a gente muito mal e a gente tá junto dele e a gente crer que a gente tá quebrando esse preconceito, a discriminação. Também é resistência. Nós estamos conquistando as nossas terras e isso é resistência. Sabe, então, nós fizemos essa linha do tempo e o nome certo mesmo é “nós resistimos para fazer a diferença” (Celino Apurinã – entrevista em Pauini, em 16/03/2020).

Além do *slogan*, a identidade institucional da OPIAJ é composta por mais dois símbolos que os membros gostam de enaltecer: a arte da sigla e a bandeira; ambos

trazem elementos diacríticos e cosmológicos da ontologia Apurinã. A imagem da sigla OPIAJ foi idealizada pelos professores Kennedy Apurinã e Efraim Apurinã, a partir dos objetos artesanais tradicionais como: o *kutary*, que representa a letra O; a *flauta*, a letra P; a flecha, letra I; *sakatiru*, um objeto de pesca para representar a letra A; e, o *tapiti* (ou tipiti), utilizado para escorrer a massa de mandioca, representando a letra J. A barra da imagem da logomarca significa a malha da *kiãty*³⁵ (jiboia). A Figura 10, abaixo, traz a logomarca da OPIAJ:

Figura 2 - Logomarca da OPIAJ

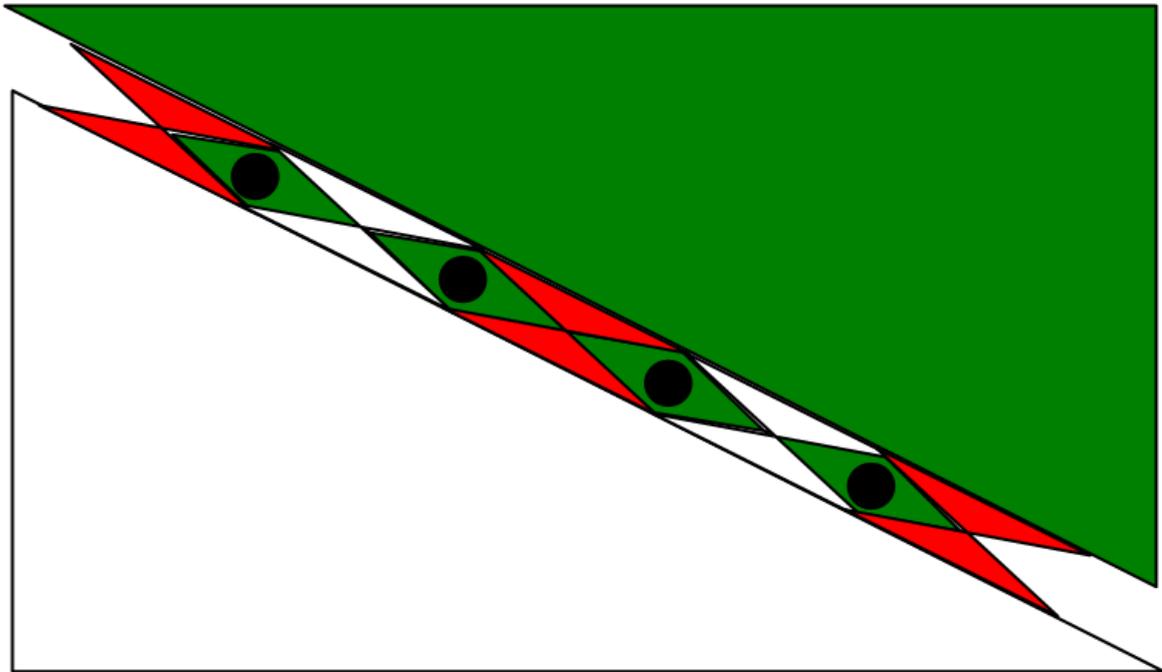


Créditos: Kennedy Apurinã, Efraim Apurinã e Celino Apurinã.

A malha da *kiãty* também está presente no terceiro marcador etnopolítico da OPIAJ: a bandeira, representada na Figura 3:

³⁵ A cobra faz parte da cosmologia Apurinã, que está relacionada à saída de *Tsurá* da barriga da cobra coral. No mito de criação do mundo, *Tsura*, o deus, fez uma cobra coral, usando a palha do buriti. Ela o engoliu e ele foi libertado pelo pássaro matim-pescador (ou ariramba), que abriu a barriga da cobra. Algumas versões afirmam que se tratava da *kotory* (cobra coral) (CÂNDIDO, 2017); outras simplesmente cobra (SCHIEL, 2004).

Figura 3 - Bandeira da OPIAJ



Créditos: Alderi Apurinã.

Celino Apurinã recorda que as cores verde e branca foram escolhidas por Alderi Apurinã; e simbolizam a floresta (verde) que envolve os territórios indígenas e a paz (branco) que se pretendia alcançar para garantir a vida nas aldeias. “O Alderi estava naquele muito apegado à ideia de floresta, povos da floresta, que ele viu lá pela CPI-Acre e por isso trouxe para a bandeira” (CELINO APURINÃ – entrevista em Pauini, 2019).

Antonio Olavo relata que a primeira década da OPIAJ foi marcada pelo sofrimento causado pela falta de conhecimento, habilidade e instrumentos:³⁶

[...] Eu acompanhei desde o início até hoje ainda estou acompanhando a gente não tinha como viajar, tínhamos dificuldade para fazer documento, não tínhamos como fazer não tínhamos nem aquela máquina datilográfica, não tínhamos telefone para ligar para os parceiros nós tínhamos um colega o senhor “Chico Ingá” ele ainda está vivo, a gente ia lá naquela época era telefone fixo, a gente ligava, mas era uma dificuldade, nós não tínhamos papel, não tínhamos nada. Os documentos eram feitos à mão mesmo. Quando apareceram esses parceiros que eu citei o nome [FUNAI, IEB, OPAN], se esqueci de algum me perdoe, mas depois que os parceiros chegaram melhorou muito. Fizemos o primeiro projeto começamos e a comprar as máquinas e hoje nós não estamos com toda estrutura, mas já temos

³⁶ Compreendendo equipamentos e métodos de trabalho, como é a Agenda Integrada.

materiais que são da OPIAJ (ANTONIO OLAVO - entrevista em Pauini, em 23/05/2019).

Durante a assessoria que prestei à OPIAJ para a organização da assembleia de 2019, me chamou a atenção o zelo com o qual o Wallace Apurinã tratava a estrutura de apresentação dos trabalhos realizados, item importante do edital da assembleia: “Eu quero resgatar o planejamento estratégico de 2015 para eles verem que o que a gente tá fazendo tem a ver o planejamento estratégico; para fazer sentido para eles”. Foi assim que operou o seu pensamento durante a assembleia de 2019, ao passo que os indígenas mostraram compreender as ações que foram apresentadas posteriormente. Sendo assim, reitero o Planejamento Participativo como outro instrumento da identidade e da gestão da OPIAJ.

O Planejamento Estratégico da OPIAJ ocupa um lugar destacado como desdobramento da construção das organizações indígenas, visto que a formação de lideranças e gestores de projetos e de associações foi objeto de atuação de diversas ações ou programas, como o PDPI, Comissão Pró-Índio e Centro de Formação Indígena (CAFI) da COIAB. O Plano foi elaborado em 2015, durante uma reunião específica para esse fim, que reuniu diversas lideranças indígenas das aldeias e que residem na cidade. Basicamente, a partir de duas perguntas – *Quais os problemas?* e *Quais as soluções?*, o Plano orienta e identifica a realidade vivida pelas aldeias e comunica aos interessados como se deve dar acesso às políticas públicas aos indígenas. Estão nessa linha: educação, saúde, gestão territorial e ambiental, revitalização cultural e organização social, direitos sociais e cidadania, geração de renda, regularização fundiária/terra e sistema de informação das aldeias.

As ações do Planejamento Participativo acontecem gradualmente e a ferramenta utilizada pela Coordenação Executiva para operacionalizá-lo é a Agenda Integrada. A Agenda permitiu que a OPIAJ institucionalizasse uma rede social em Pauini, reunindo a FUNAI, a Coordenação de Ensino Indígena, o Polo Base, a FOCIMP, o IEB, os Vereadores Indígenas e a OPIAJ. Cumprindo um cronograma de atividades, as instituições compartilham ideias, recursos humanos e orçamentos para o atendimento aos povos indígenas.

Hierarquicamente, a OPIAJ está organizada em instâncias deliberativas: Assembleia e Conselho Fiscal e Deliberativo; a Coordenação Executiva, composta

pelo Coordenador Executivo, Vice-Coordenador, Secretária Executiva e Coordenadora de Finanças. As ações são realizadas pela Coordenação Executiva e suas gerências administrativas: Gerência de Mulheres Indígenas (GMAE), a mais antiga, Gerência de Estudantes Indígenas de Pauini (GEIP) e a Gerência de Projetos e Articulação Interinstitucional (GPAI), esta, desocupada. As gerências administrativas possuem função de descentralizar a responsabilidade da Coordenação Executiva e tratar de temas específicos, como mulheres, estudantes e elaboração de projetos. Não possui autonomia financeira e suas atividades são acompanhadas pela Coordenação Executiva.

A assembleia é a instância máxima do *modus operandi* da OPIAJ, seguindo o caráter normativo ocidental de administração das organizações da sociedade civil, reconhecidas pelo direito constitucional. Esse modelo é arbitrário ao modo de vida Apurinã e Jamamadi. Entretanto, a OPIAJ mantém algumas formas indígenas de deliberação. Uma delas é o *evento* que Wallace Apurinã definiu como *pequenas assembleias*, as mascas de *katsopary*. O *katsopary* é um elemento presente nas grandes reuniões, como as Assembleias e as reuniões da Agenda Integrada. Abordarei um exemplo da força política da máscara de *katsopary* na seção 6, quando tratar da participação indígena nas eleições. Por ora, esclareço que *katsopary* é uma planta aparentada com a coca e que os Apurinã mascam *katsopary* em cerimônias de cura por pajés, em conversas corriqueiras para entretenimento ou para discutir temas mais complexos que precisam de tomada de decisão. Nesse caso, a máscara se torna extremamente política, quase uma reunião.

Em entrevista concedida ao IEB para composição do vídeo *Nossa Terra, nosso jeito*, como parte do projeto homônimo para implementação da PNGATI nas TI, em 2018, Wallace Apurinã afirmou: “Eu entrei no movimento para conhecer quem eu represento”. Sentido figurado, considerando a relação de Wallace Apurinã com as aldeias e os povos indígenas. Contudo, seu depoimento indica a intenção de caminhar junto aos povos indígenas Apurinã e Jamamadi, estreitar a relação com estes e construir uma representatividade com a participação indígena.

3.4 Os Apurinã e os Jamamadi de Pauini

A OPIAJ se depara com uma singular paisagem etnográfica construída pela presença, história e alteridade de dois coletivos indígenas, os Apurinã e os Jamamadi, distintos, porém, que partem de uma paisagem maior, o Purus-Juruá. Os antropólogos Miguel Aparício e Gilton Mendes dos Santos (2016) construíram a noção de rede Arawa, referindo-se aos coletivos Arawá e não Arawá (Aruak e Pano) presentes no complexo fluvial do rio Purus-Juruá, estendendo-se até o rio Ucayaly.

A rede Arawa conecta Kulina³⁷, Kamadeni, Jamamadi Ocidentais, Deni, Jamamadi Orientais, Banawa, Jarawara, Suruwaha, Paumari e os indígenas em situação de isolamento voluntário, conhecidos como Hi-Merimã do rio Piranha. Inclui, ainda, indígenas não Arawá, como os Machineri e Apurinã (Aruak), além dos Katukina, Kanamari e indígenas da família linguística Pano.

Os Apurinã ou *Popikary* vivem tradicionalmente na região do rio Purus que abrange o estado do Amazonas até o Acre. Registros mais antigos de sua presença na região datam do século XIX, por meio das informações de Serafim da Silva Salgado, em 1852, embora a referência científica seja mais tardia, com registros do geógrafo William Chandless, em 1867.

Falantes da língua Apurinã, família Arawak, apresentam uma organização social estruturada em duas metades exogâmicas, *Meetmanery* e *Xoaponery*. Além desses troncos, “alguns Apurinã da Terra Indígena KM 45 falam ainda no clã Kuwarinyry” (SCHIEL, 2004, p. 63), mas, assim como Schiel, não identifiquei esta versão nas narrativas em Pauini. A linhagem é patrilinear com casamentos entre os clãs. “*Tem que casar no direito se não nasce filho minhocão*”, alertou-me dona Val, na aldeia Mipiri, destacando as regras Apurinã,

Os Apurinã em Pauini estão espalhados em 39 das 41 aldeias ao longo do rio Purus e seus afluentes, ocupando tanto a terra firme quanto a várzea: Jagunço II, Boa União, Vera Cruz, Xamakery, São Raimundo, São Benedito, Nova Vista, Nova Floresta, São José do Tacaquiri, Kaciriã, Cachoeira, Kasiri, Maripuíá, Morada Nova, Santa Vitória, Sãkoã, Mipiri, Nova Esperança, Atukatxi, Kasiriqui, Mariepary, Yopiã, Castanheira, São Francisco, Guajahaã, Kamarapu, Kakory, Kakory II, São Jerônimo,

³⁷ Os Kulina, segundo Aparício e Mendes dos Santos (2016) habitam territórios que se estendem do rio Ucayali à foz do rio Juruá.

Santo Antonio do Catipari, Karuá, Kayryko, Bom Jesus, Marienê, Nova Vida, Kamarapa, Maloka e Penedo.

Os Apurinã estão dispostos em diversos municípios do Amazonas, do Acre e de Rondônia. Em Pauini, ocupam cinco terras demarcadas e três em processo de identificação. As terras demarcadas são: Guajahaã, Água Preta/Inari, Peneri/Tacaquiri, Seruini/Marienê e Catipari/Mamaoriá. As terras em processo de identificação são: Baixo Seruini, Sãkoã/Santa Vitória e Kapyra/Kanakury.

Os Jamamadi estão presente em duas TI: a Camadeni, localizada no rio Duque, no limite municipal entre Pauini e Lábrea; a Inauini/Teuini, cujo contato é mais recente, em comparação às relações interétnicas dos Camadeni. Não por coincidência, mas talvez por número populacional, tanto a TI Camadeni quanto a Inauini/Teuini possuem apenas uma aldeia. A Aldeia Nova é formada pelos Camadeni, um subgrupo Jamamadi. Enquanto Inauini/Teuini é formada pela aldeia Tocimão, dos Jamamadi Deni, também subgrupo Jamamadi.

Apesar da história da OPIAJ não registrar, até o momento, a participação de Jamamadi na Coordenação Executiva ou nas gerências internas, Valdeci Camadeni é uma personagem expressiva desde a *I Assembleia Indígena da Amazônia Ocidental*, em 1984. Veremos, mais a frente, que ele foi determinante para que a OPIAJ ingressasse o movimento indígena do Purus. Entretanto,

[...] os Jamamadi do Tocimão só entram a partir dos atendimentos da saúde. Mas, os Jamamadi que nós sempre consideramos no ato de criação da OCIAC foi o pessoal da Aldeia Nova, o Valdeci. Depois de muito tempo é que veio o pessoal do Tocimão. Nunca fizemos diferença e eu acho que os meninos continuaram nessa pegada, de sempre envolver os Jamamadi. Sempre chamamos eles pra falarem por eles mesmos. Tem uns povos, que não sei se é uma questão de um grupo isolado ou da natureza deles, mas eles intimidam e deixam os outros povos invisibilizados. Mas, isso não acontece aqui entre nós e os parentes Jamamadi, não. O que eu vejo é que nenhuma liderança Jamamadi se destacou até agora. Então, a gente assumia por todos eles. Mas, o espaço é igual pra todos. O Valdeci é um cara que sempre tratamos muito bem, inclusive, na educação, foi pra aldeia dele que mandamos mais coisas (CELINO APURINÃ – entrevista em Pauini, em 16/03/2020).

O contato com os Jamamadi da aldeia Tocimão é o mais recente; isso favorece o fato de que os aproximadamente 100 falantes ainda preservem a língua materna do tronco Arawá. Os Jamamadi estão inseridos nos planejamentos da OPIAJ e de outras

instituições indigenistas, como a FUNAI e o COMIN³⁸, porém o conhecimento sobre esse povo ainda é incipiente, o que torna as ações mais pontuais que as realizadas entre os Apurinã.

Há pouco, mencionei ser recente a participação das mulheres Jamamadi em uma mesa na assembleia da OPIAJ, diferentemente de Valdeci Muniz³⁹, liderança antiga, com voz ativa em todos os espaços, inclusive no Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), do qual é Vice-Presidente, junto com Wallace Apurinã. Entretanto, a participação dos demais Jamamadi, seja da Aldeia Nova ou da aldeia Tocimão, é bastante tímida. Isso pode ser explicado pelas diferenças no tempo histórico de contato com os Apurinã; na dificuldade de falar o português, em virtude da manutenção fluente da língua materna, do trono Arawa, distinta do Aruak Apurinã; dificuldades na acessibilidade à cidade, uma vez que os Jamamadi habitam as cabeceiras dos rios e igarapés.

Os Jamamadi no Médio Purus vinculam sua origem às regiões de Boca do Acre-AM. Em sua memória, relatam sobre membros que teriam ficado para trás ou que decidiram voltar ao território de referência durante a migração empreendida, o que torna difícil a distribuição exata dos Jamamadi; além de terem sofrido o impacto das frentes de exploração econômica, esses povos viveram guerras entre si, em decorrência da prática de *arabani* (feitiço) (SOUZA, 2015). A relação com os Jamamadi de Boca do Acre, da aldeia Santo Antonio, é bem aceita pela FUNAI e OPIAJ, no caso dos Jamamadi Deni da aldeia Tocimão, uma vez que eles compreendem os Jamamadi da aldeia Santo Antonio, de Boca do Acre, mas não compreendem outros Jamamadi de Lábrea. Como os Camadeni da Aldeia Nova não falam mais a língua, não há informações se há compreensão entre eles, a não ser pela língua portuguesa.

A FUNAI de Pauini promoveu encontros linguísticos entre os Jamamadi de Pauini e Lábrea, porém, não houve comunicação entre eles.

³⁸ Conselho entre Missões Indígenas, instituição vinculada à Fundação Luterana Diaconia. Desenvolveu atividades com os Apurinã de Pauini desde 2012, no contexto da revitalização cultural: língua e artes. Sua atuação ocorreu de forma muito direta entre a agente do COMIN e as aldeias.

³⁹ Há rumores de que Valdeci mostrou interesse de se candidatar coordenador executivo da OPIAJ na eleição de 2023.

[...] Nós levamos os parentes Jamamadi pra Lábrea duas vezes, a primeira vez foi na terceira assembleia da FOCIMP, levamos o Alexandre pra falar com o Vandé Jamamadi, mas eles não se entenderam. A segunda vez foi na CNPI em 2015 [Conferência Nacional de Política Indigenista etapa local em Lábrea]. O Alexandre estava falando, de novo, com o Vandé e o Murici passou e falou assim, “esse aí é Deni, não é Jamamadi, não, ele é meu parente”. Agora vamos até o Santo Antonio porque, ao que tudo indica, é com os Jamamadi de lá que eles têm afinidade linguística (Evangelista Apurinã, chefe da CTL-FUNAI - pronunciamento na assembleia da OPIAJ em 2019).

Francisco Ferreira Apurinã é professor na aldeia Tocimão e tem articulado algumas atividades para os Jamamadi Deni dessa aldeia, como um projeto de fabricação de farinha, financiado pelo IEB; a revitalização da festa tradicional, executada pelo COMIN e, mais recentemente, planeja realizar um encontro entre os Jamamadi Deni da aldeia Tocimão com os Camadeni da Aldeia Nova, aguardando apoio financeiro do COMIN.

Algumas questões são comuns às aldeias Apurinã e Jamamadi (Camadeni ou Jamamadi-Deni): vivem do agroextrativismo e da pesca; alguns são assalariados (professores, Agentes Indígenas de Saúde, Agente Indígena de Saneamento) ou recebem benefícios sociais (aposentadoria, auxílio doença ou bolsa família⁴⁰); recebem atendimento das instituições indígenas e indigenistas, como serviços de saúde, com atendimento programado da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena do Polo Indígena de Pauini, e educação, com a presença de professores indígenas. Ocorre que o direito é assegurado, porém não tem o devido atendimento: nenhuma aldeia possui escola⁴¹ construída e as aulas acontecem em espaços improvisados; além disso, há reclamações negativas de que a EMSI não faz “visitas” periódicas. Destaco o caso dos Jamamadi Deni, da aldeia Tocimão, onde o professor indígena é um Apurinã, devido a carência de formação de um Jamamadi Deni.

A perspectiva de ‘conhecer quem representa’ foi a base do pensamento da primeira gestão do Wallace Apurinã (2014-2018) e a ferramenta utilizada veio da articulação política junto às instituições parceiras. As instituições parceiras da OPIAJ são: no campo indigenista, a FUNAI, o Polo Base de Saúde Indígena, a Coordenação

⁴⁰ Auxílio Brasil, no governo de Jair Bolsonaro.

⁴¹ Provocado pela FUNAI de Pauini e a OPIAJ, o MPF do Amazonas recomendou a construção de 38 escolas indígenas em Pauini, a continuidade da formação de professores indígenas no Magistério e a primeira turma de ensino superior indígena.

de Ensino Indígena; no campo não governamental, FOCIMP, COIAB e IEB. Desde 2020, OPAN, COMIN e CESE estreitaram relações com a OPIAJ.

A Coordenação Executiva da OPIAJ confiou na parceria com o IEB para dar fomento ao projeto dessa gestão, no sentido de ‘conhecer quem representa’. A oportunidade se transformou no projeto *Utsãmanery sary kay kimapu: o povo no caminho da terra sagrada*, executado pela OPIAJ, com financiamento da USAID, por meio do Edital *Nossa Terra*, do IEB, que objetivava, exclusivamente, apoiar iniciativas indígenas de implementação da PNGATI.

A metodologia de trabalho da OPIAJ passou a ser ‘conhecer quem representa’, *caminhar por/com eles*, para elaborar as estratégias e ações de representação. Para alcançar esse objetivo, a OPIAJ elaborou o projeto *Utsamanery* buscando realizar quatro atividades: 1) levantamento sociocultural, a fim de conhecer os aspectos sociais, econômicos, culturais e produtivos (e também extrativistas) das aldeias; essa ação se desdobrou para a realização de três oficinas de boas práticas de coleta e armazenamento de castanha⁴²; 2) estudo da língua materna, a fim de identificar os elementos que a OPIAJ elegeu como básicos para compreender a situação da língua: quem fala, onde fala, quanto fala⁴³, 3) assembleia eletiva de 2019.

Esse projeto caracteriza a OPIAJ atual, trazendo os instrumentos operacionais e metodológicos de que Antonio Olavo sentia falta anteriormente, articulando o que se compreende sobre a PNGATI e a gestão das organizações indígenas e dos territórios indígenas. Com isso, vemos que o movimento indígena define a agenda política em contextos diferentes. No início, a principal agenda era a regularização das terras indígenas, reconhecendo o direito à terra. Recentemente, têm-se trazido à pauta questões como, por exemplo, a implementação da PNGATI e a ocupação do Congresso.

3.5 Projeto *Utsãmery*: construindo a autogovernança indígena

A autonomia almejada por Wallace Apurinã, enquanto Coordenador Executivo da OPIAJ, significa fazer com que “o povo ande com as suas próprias” (WALLACE

⁴² Nas terras indígenas Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienhê e Peneri/Tacaquiri.

⁴³ O estudo foi incluído no Documento Orientador das Políticas Educacional e Linguística Indígena em Pauini, realizado pelo COMIN em 2019, em parceria com a OPIAJ, FUNAI, SEMED e IEB.

APURINÃ – entrevista em Pauini, em 23/09/2020). Bartolomé (1998) afirma que as noções de autonomia e autodeterminação reivindicadas pelos índios da América Latina devem ser consideradas como direitos humanos fundamentais, uma vez que objetivam, sobretudo, que sejam reconhecidos os direitos indígenas de existência como sujeitos coletivos.

A autonomia pela qual os indígenas lutam não é a mesma do sistema anarquista, não significa afronta à soberania dos Estados-nacionais. Ser autônomo significa “fazer por nós mesmos”, livrar-se, definitivamente, do integracionismo e da tradição homogeneizadora dos Estados, que devem assumir definitivamente sua pluralidade interna e promover transformações estruturais, para buscar novas formas de convivência política mais igualitárias entre grupos culturalmente diferenciados dentro de um Estado realmente pluriétnico (BARTOLOMÉ, 1998).

Na concepção de Wallace Apurinã,

[...] *Utsamanery*, caminho pra terra sagrada, porque tem a ver com isso, a gente caminhar nas terras, nas aldeias, em especial nessas que ainda se encontram em processo de reivindicação pra demarcação pela FUNAI. Isso tem sido muito importante pra gente. Claro que temos a estratégia de fazer os parentes entenderem que essa Organização representa eles. Eles se auto reconhecerem representados eu acho que é o maior valor dentro do projeto (WALLACE APURINÃ – entrevista em 23/09/2020).

Utsamanery é um ancestral do tronco velho, que conduzia o povo Apurinã e outros povos à terra sagrada. São um bando de pássaros que mostram o caminho, que indicam a mudança do tempo. “Quando o *Utsamanery* passa é porque é tempo de chuva, de açaí, de alguma coisa. Agora o tempo tá diferente porque o *Utsamanery* não tá passando mais”, como disse Zé Brasil, liderança Apurinã de Lábrea, aos alunos do curso de Agentes Ambientais Indígenas do IEB, em julho de 2017.

O projeto foi elaborado pela Coordenação Executiva da OPIAJ, com apoio da Gerência de Estudantes Indígenas, em uma oficina participativa realizada em abril de 2017, em Pauini, e apresentado ao Edital de Fundo de Projetos das Organizações Indígenas para implementação da PNGATI no sul do Amazonas, do Programa *Nossa Terra*, realizado pelo IEB em parceria com a OPAN e financiado pela USAID.

As bases do Programa foram elaboradas pelo IEB, com a participação das Organizações Indígenas – OPIAJ, OPIAJBAM, FOCIMP, APIJ, APITIPRE, OPIAM,

APITEM, que vinham discutindo sobre a necessidade de fortalecer as Organizações Indígenas para o trabalho junto às aldeias de base. O programa *Nossa Terra* traz um componente de fortalecimento institucional via Fundo de Projetos das Associações para este fim⁴⁴.

O contexto que proporcionou a elaboração do Edital e, antes dele, a parceria entre IEB e a USAID, é a relação estabelecida entre o Instituto e sete associações indígenas dos rios Madeira e Purus. Grosso modo, tanto o convênio quanto o edital e o projeto *Utsãmanery* fazem parte de um contexto de mobilização internacional pelo equilíbrio do clima, que começou na Eco 92 e, desde 2012, encontra na PNGATI a possibilidade de, entre outras propostas, alcançar/contribuir para o equilíbrio do clima, através do controle do desmatamento. Na concepção das organizações indígenas, especialmente da OPIAJ, a PNGATI é uma estratégia de impedir o desmatamento.

Sobre a atuação de cooperações internacionais em favor dos povos indígenas no Brasil, Barroso-Hoffmann (2008) destaca três momentos a partir da década de 60: o primeiro retrata a década de 70, com a implementação de projetos de mitigação às populações indígenas afetadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas; o segundo momento, na década de 80, é marcado pela pressão dos grupos pró-índio às organizações ambientalistas americanas e europeias, que culminou na OMS 2-34¹, primeira diretriz do Banco Mundial voltada para as sociedades indígenas, por acreditar que tais sociedades estavam “mais sujeitas do que outras a serem prejudicadas, mais do que beneficiadas, por projetos destinados a beneficiários distintos das populações tribais” e que, portanto, o desenho de tais projetos “deveria incluir medidas ou componentes necessários à salvaguarda de seus interesses” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2000, p. 105).

Essa iniciativa pôs em relacionamento a FUNAI e empresas estatais e contou com o trabalho direto de antropólogos, em especial, para a elaboração e implementação dos projetos dessas agências; o terceiro momento de ação das cooperações internacionais no desenvolvimento dos povos indígenas ocorreu na década de 90, no bojo das discussões e acordos firmados na Eco 92. Nesse momento, “o discurso muda do direito humano para o uso e conservação dos recursos naturais¹”

⁴⁴ Texto adaptado do original do IEB.

(BARROSO-HOFFMANN, 2008, p. 4) e ‘desenvolvimento sustentável e globalização’ tornaram-se discursos hegemônicos.

A oficina de elaboração do projeto privilegiou outra noção dessa nova fase do indigenismo brasileiro: a participação indígena. Foram três dias discutindo o que era um projeto, qual o melhor projeto para a OPIAJ, como fortalecer o protagonismo da Organização. Mais uma vez, o pensamento foi até o Planejamento Estratégico de 2015 e pensou-se em fortalecer a Organização por meio do conhecimento sobre a realidade das aldeias, as reais necessidades, como Wallace Apurinã sempre descreve o projeto.

Chico Apurinã, também membro do extinto Conselho Gestor da PNGATI, observou que “a implementação do projeto da OPIAJ para a implementação da PNGATI, foi na linha daquilo que a gente tem pensado e que não é uma discussão que começou com a construção do Decreto”. Em outro momento, Chico Preto mencionou o posicionamento do movimento indígena dentro do PDPI, para que se tornasse uma política mais próxima da realidade indígena:

[...] essa é uma discussão que fizemos em todo o projeto do PDPI. O que mais discutíamos com o governo era que o PDPI fosse a cara indígena, o cabelo indígena, a realidade indígena. Portanto, tinha que se adequar à realidade das organizações indígenas. Não foi possível. O que a gente estava propondo depois para o Ministério do Meio Ambiente que pudesse fazer um debate qualificado com as experiências que foram implementadas com os projetos do PDPI no sentido de fazer uma adequação dessa lei. Mas, não é o ministério também que faz a adequação da lei da administração pública. Isso tem que ir pro Congresso, tem toda uma outra realidade que não é o nosso tempo. A gente não conseguiu superar e nem conseguiu avançar nessa discussão porque aí quando chega que a gente poderia avançar, o governo tranca as discussões. Então essa realidade de que os recursos públicos ou de cooperação internacional de se adequar à realidade dos povos indígenas é bem difícil e a gente não conseguiu superar. O financiador/doador, quer resultado. O governo brasileiro quer outro resultado. E a gente quer um resultado de acordo com as nossas realidades. Por isso a gente ainda não conseguiu chegar a esse entendimento (CHICO PRETO – entrevista na aldeia São Benedito, em 26/05/2019).

O projeto traz para dentro de Pauini, da gestão administrativa da OPIAJ, um processo da prática da ação do movimento indígena, a PNGATI, que é esse novo ordenamento público e político para pensar o território indígena. Pelo menos em dois momentos antes da elaboração do projeto *Utsãmanery*, identifiquei a preocupação de

Chico Preto em relacionar as políticas públicas às práticas do movimento indígenas como dado importante na história de luta e de conquista para os Povos Indígenas. Ele falava especialmente aos Apurinã de Pauini, sobre o PMACI e a PNGATI enquanto políticas que possibilitaram o protagonismo dos povos indígenas nos avanços e conquistas alcançadas pelo movimento indígena nas áreas de educação, saúde, regularização fundiária, gestão territorial e ambiental. Repetindo o que ele disse, a institucionalização da PNGATI não é discussão nova. Pelo contrário, carrega discussões, ações governamentais e posicionamentos indígenas ocorridos anteriormente, porque “as coisas que são do passado, nunca ficam no passado; elas sempre são do presente”, como finaliza a liderança.

Em 2010, a OPIAJ também articulou projetos pelo PDPI no âmbito da produção agrícola. Entretanto, os interlocutores dizem que “essa não foi uma experiência muito boa”, por ter sido a primeira da Organização em gerenciar recurso financeiro. Essa experiência levou a Coordenação Executiva, à época da elaboração do projeto *Utsãmanery*, refletir sobre gerenciar o recurso do projeto, o que foi avaliado como uma oportunidade de reverter a imagem negativa da OPIAJ no gerenciamento do primeiro projeto:

[...] A gente deixou a terra indígena de castigo, a gente não vai fazer nada pra lá. Deixa eles auto perceberem que a gente não foi bem, a Organização e a comunidade. A estratégia [do *Utsãmanery*] foi muito pensada em cima de reverter esse prejuízo de reverter esse prejuízo que a gente teve principalmente na moralidade da organização. A gente precisa ir buscar essa marca nossa. [...]

A ação educativa da OPIAJ de, sobretudo, promover espaços para a identidade indígena, mostra um traço do que foi empregado no movimento da UNI, cuja ação estimulou, sobretudo, a autoestima e a recuperação do sentimento de dignidade requerida pela categoria de Índio, segundo observou Roberto Cardoso de Oliveira (2005).

O projeto *Utsãmanery* é, portanto, uma estratégia de afirmação da identidade indígena. Também pela linha da dignidade étnica, Pierre Bourdieu (2008) afirma que a história pode ser mudada a partir de uma ação política dos agentes sociais que, tomados de consciência, podem se apoderar de seu próprio destino. Segundo o

discurso de Antonio Olavo, na assembleia de 2019, a OPIAJ reverteu aquela imagem e se tornou uma expressão institucional atuante:

[...] Todos reconhecem porque a OPIAJ é a representante aqui dos nossos povos, Apurinã e Jamamadi aqui do município; que quando está todo mundo para decidir junto, decidimos juntos, mas se não estivermos e tiver que decidir alguma coisa, a OPIAJ nos representa. Quando começamos na época tinha um preconceito, as pessoas se perguntavam o que estávamos fazendo. Até mesmo os próprios parentes. Mas, isso já tá mudando e a partir dessa VI assembleia até 2024, a OPIAJ vai começar a mudar mais e vão respeitar que a OPIAJ é uma instituição ampla para o nosso município. [...] ANTONIO OLAVO, em 23/05/2019).

Enquanto projeto de implementação da PNGATI, Wallace Apurinã (2020), enfatiza que

[...] O *Utsãmanery* é um exemplo muito claro da PNGATI, porque o quê que é a PNGATI? A PNGATI busca dar visibilidade, autonomia, proteção, a partir dos próprios indígenas. Ou seja, a gente assumir com propriedade independente da lei que está aí que diz que a terra indígena é da União. A PNGATI empodera a gente. Ela dá liberdade pra gente falar “o território é meu; eu tenho que usar dessa forma”. Então, o *Utsãmanery* começou com essa intenção de conhecer a terra. Primeiro porque a gente começou levantando dados pra conhecer a terra, de saber quantas aldeias eu tenho, quantas terras, em qual situação essas comunidades vivem? Vivem do quê; qual o potencial da terra? E fazer uma costura com a PNGATI. A PNGATI reconhece o que a gente vem fazendo ao longo dos tempos, dos anos... Eu acho que o início dá resposta para o segundo passo. As informações básicas, mas o suficiente pra gente saber qual é o meu território, qual é a minha economia, quais são as ameaças que estão adentrando o território; nesse primeiro momento.

O Fundo Local é considerado patrimônio social da OPIAJ, conforme o Capítulo V, Seção I, parágrafo III do Art. 26 do Estatuto Social da Organização, atualizado em 2009. Criado sob os argumentos da autonomia e autogestão da OPIAJ, o Fundo arrecada mensalmente a contribuição de R\$ 10,00 por família dos associados, valor que pode variar de acordo com a condição de cada família. A doação é estatutária, porém voluntária.

A assembleia avaliativa de 2017 avaliou a existência do Fundo Local, em virtude da pouca arrecadação desde sua criação, em 2014, até 2017. A deliberação da plenária foi pela manutenção do Fundo, reafirmando-se o compromisso pelas doações que se efetivariam a cada dia 30 do mês. Um responsável por aldeia faria as

arrecadações e entregaria o conjunto na sede da OPIAJ. Acompanhando a Organização, devido a esta pesquisa e também ao meu trabalho de assessoria, verifiquei baixa contribuição das aldeias. Entretanto, um valor significativo, arrecadado entre os anos de 2017 e 2019, foi utilizado para comprar um terreno que mede 6X30 metros, complementando o terreno da sede da OPIAJ.

As políticas indigenistas são deficientes e o Estado é ausente de diversos setores. Ter autonomia e autogovernança significa chegar onde o Estado não chega, preencher a ausência do Estado. De acordo com Wallace Apurinã,

[...] No passado a gente sempre caminhou nas sobras, mas atrás. O sentido de sombra é no sentido se camuflar. Precisamos caminhar na sobra desse desenvolvimento e perceber a sociedade dominante. E aí aprimorar e ir fazendo pra gente mesmo. O futuro vai ser bastante promissor forte quando a gente trabalhar as lacunas e brechas onde o Estado não funciona. Elas são importantes para a nossa unidade. O estado não chega, mas a organização indígena permite a gente caminhar entre as brechas. [...] Wallace Apurinã, 2020. A autogovernança vem quando começamos a pensar em bancar/pagar ou criar receita para fazermos as nossas atividades, não que não precisamos de parceiros porque precisamos e buscamos parcerias, mas quando começamos a investir e colocar dinheiro nesse Fundo, estamos fazendo a nossa autogovernança. Se tivéssemos uma economia que pudesse gerar um orçamento anual que pudéssemos contratar pessoas para dar aulas, valorizar a cultura, a medicina tradicional, para planejar e fazer as vigilâncias e a proteção das terras, nós estaríamos fazendo ainda mais a autogovernança. Quando falo na auto, mesmo sendo recursos do governo ou de financiamento para um projeto nosso, a gente presta contas. Nós temos uma estrutura de governo com a assembleia máxima que é como se fosse o Congresso Nacional,; nós temos a Coordenação que é os Ministros e temos o Conselho como se fosse o Judiciário. São os caras que estão ali pra fazer a fiscalização, são os órgãos de controle desse orçamento e projeto. Quando falo de autogovernança porque temos uma estrutura que se a gente observar tá nesse caminho. Alguém pode dizer que é do mesmo jeito do estado porque tem eleição. Tem que ter eleição! Mas é diferente porque, e aí eu falo de uma democracia existente, eu presto contas para quem de fato fez a doação. Não faço PC para um grupo. Eu até tenho esse grupo que é o Conselho, mas eu preciso ser um pouco mais aberto. As nossas regras permitem prestar contas com o grupo e ao mesmo tempo com a comunidade toda. Quando falo de autogovernança, estou me reportando a esse caminho. (Wallace Apurinã – entrevista em Pauini, em 23/09/2020).

Wallace Apurinã é o sexto coordenador executivo da OPIAJ, cumprindo dois mandatos, o primeiro de 2014 à 2018 e o segundo, de 2019 a 2023. Filho de Maria do Socorro Justino, importante liderança feminina na luta pela educação e saúde em

Pauini, ex-cacique da aldeia Jagunço e principal influenciadora da formação política de Wallace Apurinã. Formado em Gestão de Projetos pelo CAFI, ocupou cargo no Polo Base de Saúde Indígena de Pauini, é membro da Comissão Nacional de Política Indigenista, conselheiro na COIAB e, atualmente, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) pelo DSEI-AR Pur, representando os povos indígenas do Acre e sul do Amazonas (Pauini e Boca do Acre).

A noção de desenvolvimento trazida pelo Coordenador Executivo da OPIAJ, Wallace Apurinã, está intrinsecamente vinculada à noção de equilíbrio da natureza, considerando que o universo indígena depende da natureza. “A gente quer se desenvolver, mas precisa equilibrar também os nossos recursos naturais ainda mais quando a gente entende que a parte do nosso universo enquanto povo precisa” (WALLACE APURINÃ, 2018). Os princípios ontológicos são o controle e a liberdade para a autonomia. Por isso, compreendo que a PNGATI aparece para a OPIAJ como uma ferramenta de possibilidades para o desenvolvimento equilibrado.

Mais uma vez projetos indígenas que implementam a PNGATI nas aldeias são ferramentas para suprimir as lacunas do Estado. Uma vez que a proteção das terras indígenas é obrigação do Estado, as vigilâncias indígenas oportunizadas no discurso da gestão ambiental e territorial seriam um eufemismo para o fato de que os indígenas estão chegando onde o Estado não está.

O futuro autônomo, repete Wallace Apurinã, depende de quem vai conduzir o movimento indígena e a Organização Indígena:

[...] A OPIAJ precisa desses novos representantes para ter um futuro a partir do fortalecimento. Vejo o movimento forte, esperançoso, reconhecido, participativo e que estabeleceu ao longo desses anos relações bastante importantes que permite a gente ter uma visão de futuro boa. E essa boa visão de futuro e as atividades que serão desenvolvidas a partir desse momento, têm que caminhar a partir dos objetivos pelo qual a OPIAJ foi criada. Pelo que o movimento indígena foi criado (WALLACE APURINÃ – entrevista em Pauini, em 23/09/2020).

Os novos representantes do projeto de resistência são apontados pela Coordenação Executiva da OPIAJ partindo de um lugar: a Gerência de Estudantes Indígenas de Pauini (GEIP). São “jovens homens, jovens mulheres atuando e sendo atuante, assumindo uma posição política enquanto liderança e que hoje estão entendendo

a OPIAJ de uma maneira muito clara. Entendendo que essa organização é muito importante para nós” (WALLACE APURINÃ - entrevista em Pauini, em 23/09/2020).

A GEIP é composta por jovens que acompanham o movimento; ainda “acompanham nas sombras, mas nós temos a responsabilidade de fazer com que eles se fortaleçam mais, de encorajá-los” (WALLACE APURINÃ – entrevista em Pauini, em 23/09/2020). Essa linha de pensamento é compartilhada por muitas lideranças, no sentido de que movimento indígena é uma escola de recrutamento de lideranças para assumir a OPIAJ e outros espaços de visibilidade e de conquista para os povos indígenas, seja governamental ou indígena, como as instituições indigenistas FUNAI e SEMAI, ou indígenas, como COIAB e APIB:

[...] Nós temos a responsabilidade e precisamos ser mais enfáticos e colocar esses jovens para irem aprendendo e fazendo o que eles acreditam que é ser liderança pra eles. Até eles tomarem uma decisão no futuro enquanto pessoa e se enxergarem como uma pessoa que vai atuar dentro da OPIAJ (WALLACE APURINÃ - entrevista em Pauini, em 23/09/2020).

A GEIP foi criada na assembleia de 2009, por reivindicação dos estudantes, que se faziam cada vez mais presentes na cidade de Pauini, a fim de concluir o Ensino Fundamental, uma vez que as escolas indígenas nas aldeias oferecem apenas a educação fundamental até o 5º período. Por que não criar um movimento estudantil ou de jovens? Para o grupo que movimenta a OPIAJ, movimentos e/ou associações paralelos enfraquecem a Organização Indígena que possui, por Estatuto, a finalidade de representar a todos os indígenas e seus interesses (adaptado do Art. 5º do Estatuto Social, 2009). A ideia de fortalecimento concentra na OPIAJ todas as temáticas e instrumentos políticos.

Em conjunto com os parceiros da Agenda Integrada, a OPIAJ conquistou a oferta de uma turma de 6º ano para a escola da aldeia São Benedito, TI Kapyra/Kanakury, que funciona como anexo da Escola Estadual Frei Mario, com sede em Pauini. A mobilização ocorria desde 2017 e foi atendida no início de 2020. Contudo, a pandemia comprometeu o início das aulas. A turma é pioneira em aldeias indígenas⁴⁵.

⁴⁵ Em 2022, a escola conclui o 8º período, penúltimo ano para encerrar o Ensino Fundamental. Há um projeto para implementação da escola polo como continuidade dessa turma no Ensino Médio.

Apesar de bastante jovem, a GEIP é responsável pela principal manifestação política intercultural no município de Pauini, o Pelotão Indígena, que acontece anualmente, dentro da programação da Prefeitura, no dia 07 de setembro, em alusão ao dia da Independência do Brasil, como relata Eurico Apurinã:

[...]Todos os anos nós escolhemos uma temática e vamos pro desfile com cartazes, faixas, pinturas, nossas saias, nossos cocós e repudiamos tudo que fere os nossos direitos. É a forma de mostrar que nós somos resistência a tudo isso. O último Pelotão foi em 2019 e o tema foi *salve a Amazônia: Amazônia fica, Bolsonaro sai*. Daí veio a pandemia e tudo foi suspenso. Mas esse ano voltamos e vamos falar do descaso das vacinas, do aumento do desmatamento durante a pandemia, além de cobrar demarcação, saúde e educação melhores (EURICO APURINÃ – entrevista em Pauini, em 28/08/2022).

O depoimento de Eurico Apurinã mostra que o Pelotão Indígena não é apenas um desfile, mas a agenda política indígena diante da sociedade local, com pautas articuladas com o movimento indígena nacional. A seguir, trago alguns registros fotográficos do referido Pelotão:

Foto 9 - Pelotão Indígena 2019



Foto: Chris Lopes, 2019.

Foto 10 - Estudantes indígenas no *kyynyry* de encerramento do Pelotão Indígena 2019



Foto: Chris Lopes, 2019.

Foto 11 - Pelotão Indígena 2019



Foto: Chris Lopes, 2019.

4 AGENCIALIDADE INDÍGENA SOBRE A POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA

Nas muitas histórias sobre as conquistas do movimento indígena e da OPIAJ, algumas são corriqueiras, como quando ‘trocaram’ a FUNAI do Acre para o Amazonas ou quando se ‘desligaram’ do movimento indígena do Acre e passaram a compor a base política da FOCIMP, no médio Purus. Uma conquista mais recente tem sido a organização via Agenda Integrada, uma etnopolítica da OPIAJ que criou uma rede interinstitucional de atuação em Pauini.

A etnopolítica está embebida na organização social. Isto significa que para compreendê-la, é preciso compreender a história de transformações dos grupos e sistemas interétnicos, especialmente sua posição na situação colonial, suas formas de organização interna e sua posição nas relações ou sistemas interétnicos (FERREIRA, 2017, p.). Nesta seção, apresento versões para as conquistas do movimento indígena de Pauini, evidenciando como os Apurinã constroem a autogovernança da gestão de seus territórios em Pauini.

4.1 “Nós tínhamos uma FUNAI só de nome”

A frase título desta subseção - “Nós tínhamos uma FUNAI só de nome” - é de Evangelista Apurinã, chefe da Coordenação Técnica Local da FUNAI em Pauini, referindo-se ao tempo em que os povos indígenas de Pauini eram assistidos pela Ajudância no Acre (AJACRE). Desde o fechamento dos Postos Indígenas em Pauini, na década de 1970, as questões indígenas passaram à administração dessa Ajudância da FUNAI, que não possuía um núcleo ou escritório em Pauini.

Em Pauini, a FUNAI ‘nasceu’ em 1994, quando a AJACRE instalou o PIN de Pauini, na sede do município, por meio de uma articulação com a Prefeitura,⁴⁶ que doou um terreno para a construção do referido PIN. Muitos relatos sobre esse tempo revelam o difícil diálogo entre o PIN e a AJACRE, devido à distância e à falta de infraestrutura de comunicação e transporte, por exemplo. O PIN atualiza a figura do Chefe de Posto, inicialmente não indígenas, e posteriormente, indígenas, seguindo até o momento.

⁴⁶ Destaco que a doação foi facilitada pelo Vice-Prefeito, Germano Soares Apurinã, único indígena que chegou ao cargo majoritário até o momento.

O primeiro Chefe do Posto de Pauini foi Felinto (1994), que passou tempo suficiente para instalar o PIN. Na sequência, assumiram a administração: Ítalo (1994-1998), Augusto (1998-2000), Rondon (2000-2004), Celino (2004-2008) e Evangelista Apurinã (2008-atualidade). Rondon Apurinã inaugurou o período de gestores indígenas na FUNAI E Evangelista Apurinã é o chefe de posto com mais tempo de serviço, até o momento, em Pauini.

A história da FUNAI em Pauini está entrelaçada à história de vida de Rivaldo Apurinã, o Tenente⁴⁷, como vimos, na seção anterior, na memória da demarcação das TI lembradas por Abdias Apurinã e França (Francisco Sobrinho), que recordam as articulações de Rivaldo Apurinã para instalar a FUNAI em Pauini, otimizando a atuação, dado que a AJACRE estava geograficamente distante.

Rivaldo Apurinã anunciou aos indígenas de Pauini as notícias sobre a demarcação das TI, pauta que, por meio da AJACRE, a FUNAI vinha articulando; Rivaldo organizou os processos de regularização, o que lhe reservou um lugar de destaque no tempo do movimento indígena, quando os indígenas reconheceram sua participação no processo de garantia do principal direito reivindicado: a terra. Os contemporâneos indígenas ressaltam a presença de Rivaldo Apurinã como “um parente na FUNAI” e não um servidor do órgão indigenista, que não sabe e não sente as nossas dificuldades” (ABDIAS APURINÃ – entrevista na aldeia São Benedito, em 26/05/2019). Durante a reunião do Conselho Local de Saúde Indígena, realizado em Pauini, em 17/11/20, Abdias Apurinã fez a seguinte observação:

[...] Nesse momento eu quero lembrar o caminho indígena de Pauini e eu gostaria de ter um minuto de silêncio em nome de Rivaldo Justino Apurinã e do Rael. Esse silêncio é muito importante para nós. Nós aqui em Pauini não éramos reconhecidos, mas através dessas pessoas, junto conosco, a agente conseguiu trazer a Funai para esse lugar. Hoje nós temos pessoas nossa trabalhando lá. Tivemos dificuldade, mas nós conseguimos. Após isso nós lutamos também pelo Subsistema de Saúde. Isso é uma caminhada. Lutamos pela organização indígena. Então tudo que nós estamos lutando, nós estamos conseguindo e daqui a pouco nós vamos ter o nosso prefeito indígena. Só depende de todos nós. [...].

⁴⁷ Considerando a formação militar da FUNAI, surgiram algumas categorias/patentes para os cargos dos servidores, como, por exemplo, Delegado e Tenente.

O Posto Indígena foi instalado na sede do município, embora a opção pela cidade fosse contra os protocolos administrativos de que deveria ser instalado nas aldeias. Contudo, em Pauini, o PIN atendia a uma reivindicação do movimento indígena por assistência e proteção contra ameaças sofridas pelas lideranças, especialmente por parte de ex-patrões insatisfeitos com a demarcação das TI. De acordo com Evangelista Apurinã,

[...] Embora a figura do patrão da época do seringal já estava se acabando, ainda tinha os filhos desses caras que continuavam aí e era uma pressão muito forte nas lideranças indígenas. Um fulano lá disse que ele não pagava uma bala para gastar com o Abdias. Então, era muito arriscado para eles naquela época. Também a Funai não tinha servidores suficientes para assumir os Postos nas aldeias. Além disso, todos os órgãos com os quais a Funai precisa trabalhar se concentravam aqui na cidade. Então, trazer a Funai para cá era operação administrativa, mas ela se consolidou mesmo por causa das ameaças que essas lideranças passavam aqui (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/19).

O novo modelo de Posto Indígena surgiu no cenário implantado pelo tempo dos direitos indígenas (pós Constituição de 1988), com a conquista de políticas de saúde e educação, e isso requeria a articulação do órgão indigenista para atender às reivindicações do movimento indígenas e suas organizações. Nesse sentido,

[...] Aqui em Pauini só existia um Posto Indígena e ele era vinculado à Funai do Acre, de Rio Branco. Quando a gente precisava de alguma coisa, era difícil conseguir porque a gente estava em outro estado. E a gente ouviu muitas vezes “*olha, vocês são de outro estado e não dá para gente atender você*”. Os termos de cooperação da Funai nunca davam pra trabalhar Pauini, Boca e o noroeste de Rondônia. Nós éramos conhecidos como os *índios pedintes*; o Francisco Piânko chamou a gente assim por causa das várias vezes que a gente tinha que pedir atendimento. E esse termo gerou uma discussão grande aqui porque os parentes ficaram bravos. Então, precisávamos fazer convênio com outros estados para realizar as atividades, principalmente de obras. Naquela época a Funai cuidava da saúde e da educação e precisava mandar os dados para os Estados. Então, para cá, sempre foi deficiente. A Sesai conseguiu nivelar, mas a Funai não (Evangelista Apurinã - entrevista em Pauini, 17/10/19).

O exercício de poder tutelar deve ser pensado como se integrasse tanto elementos das sociedades de soberania quanto das disciplinares; porém, antes de tudo, é um poder estatizado em agências que se propõem a ter abrangência *nacional*,

isto é, “estender-se enquanto malha administrativa por todo o mapa político do país. Sua função é, ao mesmo tempo, estratégica e tática” (SOUZA LIMA, 2002, p. 432).

A nova Constituição rompeu com essa prática administrativa ao reconhecer a autodeterminação indígena. Entretanto, o depoimento de Evangelista Apurinã (que trata de atividades realizadas pela FUNAI em um período pós Constituição Federal de 1988) mostra que as práticas administrativas não estavam tão longe da concepção do poder tutelar do órgão indigenista. Usar argumentos geopolíticos para negar assistência é, antes de tudo, a manutenção de um sistema de disciplinarização da vida indígena. Classificar quem pode e como pode ser atendido significa manter o poder tutelar, ainda que camuflado pelo que assegurava o regimento administrativo do órgão indigenista.

As condições de trabalho do Posto Indígena em Pauini começaram a mudar a partir de 2009, com a reestruturação da FUNAI, implantada pelo Decreto nº 7.056/2009. A reestruturação do órgão indigenista é uma medida provocada pelo movimento indígena desde 2003, mais especificamente, consta como encaminhamento do *Seminário Bases Novas para uma Política Indigenista: o que esperamos do Governo Lula a partir de janeiro de 2003*, realizado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O referido seminário discutiu e deliberou sobre quatro temas: órgão indigenista, etnodesenvolvimento, saúde e educação.

Nesse seminário, o Grupo Técnico (GT) responsável por “repensar o órgão indigenista” propôs a reestruturação da FUNAI, observando os contextos local, regional e federal, como demonstrado no seguinte trecho do Documento Final do Seminário:

1º Ponto: Reestruturação global do órgão indigenista, permitindo o definitivo abandono da herança integracionista e tutelar (Lei 6.001/73), com o ingresso num novo cenário jurídico político, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Para tal, torna-se necessário introduzir mudanças em três níveis: a) Local: redefinição das relações entre as estruturas estatais e as coletividades indígenas, suas autoridades e organizações, rompendo com a lógica colonialista dos Postos Indígenas e as práticas clientelísticas que ensejam. b) Regional: revisão da jurisdição das Administrações Regionais, buscando uma maior adaptação dos critérios de sua definição às unidades culturais e políticas. Estabelecimento de conselhos consultivos locais e regionais. c) Federal: reavaliação das diretorias, departamentos, assessorias, conselhos e demais instâncias do órgão em Brasília. Há sugestões de mudança de nome tendo em vista a

intenção de marcar uma nova diretiva no relacionamento entre Estado e povos indígenas. Sugeriu-se também a realização de auditorias quanto a setores e unidades regionais específicas (LACED, 2003)

O relatório final do seminário em evidência afiança que a insatisfação indígena com o órgão indigenista fazia parte de um cenário maior. As mudanças imediatas foram:

- a substituição do PIN pela Coordenação Técnica Local (CTL), que atendia à proposta de atuação descentralizada da sede administrativa, porém mantendo o vínculo de subordinação a esta;
- saiu a categoria Chefe de Posto e entrou a categoria Coordenador Técnico;
- as Delegacias Regionais foram substituídas pela Coordenações Regionais (CR), com avaliação de sua jurisdição.
- foi implantado o Comitê Regional, um colegiado interno composto por servidores e indígenas, a fim de estreitar a relação FUNAI/aldeias e operacionalizar o trabalho da Funai.

Desse modo, a AJACRE se transformou em Coordenação Regional do Alto rio Purus (CR-ArPur); o PIN de Pauini passou a ser a CTL-Pauini e dedicou-se um assento para Pauini no Comitê Regional de Rio Branco. Contudo, essa reestruturação pouco melhorou a administração em Pauini, visto que a CTL-Pauini continuava subordinada ao Acre, ou melhor, à CR-ArPur, à revelia dos indígenas, que cobravam, ainda, mais representatividade no Comitê Regional, visto que este seria o espaço para a formulação de um atendimento mais próximo do esperado pelos povos indígenas.

Começou, então, em Pauini, o tempo de articulação entre o órgão indigenista e o movimento indígena, com vistas a modificar essa situação, pois a relação histórica com o Acre não havia sido vantajosa para os povos indígenas de Pauini. Essa avaliação é de Evangelista Apurinã. Nesse contexto, Evangelista Apurinã iniciou um tempo da política indigenista naquele município, pautada pela sua atuação à frente da CTL. Uma gestão administrativa executada por “um cara do movimento indígena no governo”. A participação de indígenas em cargos públicos, especialmente da FUNAI, é marca da consolidação do movimento indígena brasileiro (ORTOLAN, 1997; 2006). Essa participação é avaliada como uma conquista, conforme se pode constatar nas palavras de Evangelista Apurinã:

[...] estar na FUNAI ou na SESAI, é uma possibilidade de ocupar os espaços que falam e fazem por nós. Estar lá dentro é uma forma de mudar alguma coisa, de conhecer o sistema para modificar ele. Claro que modificar o sistema é um desafio muito grande, mas estamos indigenizando um pouquinho com a nossa presença e o nosso modo de pensar dentro das instituições. Além disso, é uma oportunidade de levar para os parentes a informação com a verdade que eles precisam saber (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Evangelista Apurinã (*Makupanari*) é filho de Rivaldo Apurinã, da parentela do Mulato, um dos troncos velhos da terra indígena Peneri/Tacaquiri. Irmão de Kennedy Apurinã e primo de Wallace Apurinã; faz parte de uma família com forte presença no movimento indígena, como os tios Socorro Justino Apurinã, Gildo Apurinã, França Apurinã, Narciso Apurinã. Há 14 anos à frente da CTL-Pauini, destaca como seu marco histórico a concepção do *Encontro por Terra Indígena*, uma metodologia de gestão de TI que foi apropriada pelos povos indígenas, experiência que abordarei na seção 5. Atualmente, é colaborador da OPIAJ, no Setor de Monitoramento de Informações Georreferenciadas (SIG).

Estar na FUNAI – a Fundação é compreendida como o órgão em geral e não apenas a CTL-Pauini – concede a Evangelista Apurinã, enquanto Coordenador da CTL, um lugar privilegiado de visão sobre a atuação do órgão. E ‘ser do movimento indígena’ lhe permite, enquanto indígena, manter diálogo com as demandas indígenas. Assim se construiu a relação (mantida até hoje) entre o órgão indigenista e a OPIAJ. Por isso, a CTL-Pauini é uma parceira da OPIAJ em destacado lugar. Até maio de 2021, o escritório da OPIAJ⁴⁸ funcionava em uma sala da CTL-Pauini.

O processo de reestruturação da FUNAI deveria descentralizar a atuação das CTL, o que requeria orçamento e equipe, conforme previsto no Decreto de reestruturação. Antes da reestruturação. Segundo Evangelista Apurinã, “o Posto Indígena possuía o prédio de madeira, um ventilador e um notebook”, complementando que:

⁴⁸ Desde maio de 2021, a OPIAJ tem seu escritório em um espaço alugado pelo IEB. “Sair da sede da CTL é muito simbólico para nós, significa ter mais responsabilidade. A OPIAJ precisava de espaço para a GMAE e GEIP e lá na FUNAI não cabia todos nós. Além disso, os parentes precisam ver a OPIAJ. Lá na CTL eles iam primeiro por causa da FUNAI. Agora é outro momento e a OPIAJ precisa reforçar a sua identidade” (WALLACE APURINÃ - conversa informal, em 05/11/2021).

[...] A reestruturação da FUNAI começou a ver a CTL como um setor importante que precisava ser fortalecido porque ela é o para-choque da Funai. Como para-choque é onde mais precisa ser reforçada. O decreto diz que a em cada CTL tem que ter 6 pessoas, sendo dois auxiliares indigenistas, dois técnicos indigenistas e um indigenista especializado e o Coordenador. Hoje a estrutura que temos é uma pessoa para trabalhar em diferentes áreas. Uma pessoa para pensar ações de promoção dos direitos sociais, proteção territorial, vigilância pensar a sustentabilidade dentro de um território, a valorização cultural, pensar tudo isso é muita coisa para uma pessoa apenas. O reforço do para-choque ainda não veio (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Desde 2018, o quadro técnico da CTL-Pauini é composto pelo Coordenador Técnico (comissionado) e uma agente indigenista, aprovada no concurso de 2016. A equipe conta, ainda, com duas funções terceirizadas: motorista fluvial e serviços gerais. Antes disso, mesmo com a reestruturação da FUNAI, a CTL-Pauini continuava sem infraestrutura e orçamento para suas atividades, conforme relata Evangelista Apurinã:

[...] Eu chamei o Alex, na época, e disse pra ele que a gente precisa conversar porque a reestruturação não mudava muito a nossa situação em Pauini. Continuamos pedindo coisas para a CR e eu não queria continuar nessa situação. O Alex concordou comigo e começamos a pensar nas condições para gente conversar com os parentes. Nós já tínhamos um pouco de conhecimento prévio e aproveitamos o momento de uma reunião do Conselho Local de Saúde em mais ou menos março/abril de 2010 – e a assembleia ia ser em 5 de novembro de 2010. Era uma reunião de rotina e a nossa conversa com os parentes nem entrou na ata do Conselho (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Com base nesses argumentos, Evangelista Apurinã e Alex Apurinã, respectivamente Coordenador Técnico Local da FUNAI e Coordenador Executivo da OPIAJ, organizaram uma reunião com os indígenas das aldeias que estavam presente em Pauini por ocasião da reunião do Conselho Local de Saúde Indígena (CLSI). Evangelista conta como se deu esse processo:

[...] Nós tiramos os parentes da reunião e falamos que havia essa possibilidade de troca. Falamos *estamos com o pensamento de trocar o posto da Funai do Acre para a Funai do Médio Purus. Por quê?* Na Funai do Acre tinha muitas lideranças antigas com vícios e que ainda iam demorar a se aposentar. Então, os vícios iam continuar. Nós falamos que a CR era nova e a gente tinha a oportunidade de fazer algo novo; o único que era antigo era o seu Izac (Evangelista Apurinã - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Os vícios das lideranças antigas, mencionados por Evangelista, dizem respeito às relações pessoais com alguns servidores da AJACRE (CR-ArPur), que praticavam uma relação assistencialista e de favorecimentos, em troca de favores, o que impedia a avaliação crítica desses indígenas ao órgão e, logo, a cobrança ao papel da FUNAI. Muitas lideranças se tornaram referência por essa relação facilitada com alguns servidores da FUNAI, como se pode perceber no seguinte trecho:

[...] As lideranças conheciam o jogo interno da Funai e quando não conseguiam algo com um, iam com outro, e nem sempre isso era atividade coletiva. Alguns servidores tratavam com deferência algumas lideranças porque eram caciques, e isso gerava uma troca de favores e benefícios pessoais que precisa acabar para que a Funai atendesse todo mundo de forma igual (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Mesmo diante da incredibilidade de alguns indígenas, o projeto de levar a discussão da substituição da CTL-Pauini para a Coordenação Regional Médio Purus, no Amazonas, seguiu. Em novembro de 2009, durante a assembleia da OPIAJ, em Pauini, os organizadores do diálogo com as lideranças indígenas (Evangelista Apurinã, Alex Apurinã, Kennedy Apurinã e Francisco Ferreira Apurinã) expuseram os argumentos e obtiveram a aceitação de mais de 60% dos participantes. O resultado desse diálogo foi a carta de solicitação da troca da administração, assinada por todos os presentes (até mesmo os discordantes), endereçada à CR-ArPur. De acordo com Evangelista Apurinã,

[...] O Alex foi muito estrategista porque houve uma manifestação contra o Coordenador e nisso o Alex aproveitou para chamar uma reunião de Conselheiros Locais de Saúde, para alterar o Estatuto da OCIAC, fazer uma nova pactuação do recurso da Saúde Indígena e ainda substituir o Coordenador do Polo. E aí o que acontece, nós tínhamos o Francisco Ferreira e o Kennedy na Coordenação de Ensino, eu na Funai, as comunidades indicaram o Celino para ficar como Coordenador do Polo e o Rondon para ser assessor dele. O Rondon Vicente que é um ex chefe de posto também. Então, montamos uma equipe de trabalho (EVANGELISTA APURINÃ – entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Destaco o espaço escolhido para esse diálogo: a assembleia da OPIAJ de 2009. Evangelista Apurinã, em entrevista, mencionou que, por falta de tempo e de recurso para realizar uma reunião particular com as lideranças indígenas, a CTL-Pauini e a OPIAJ resolveram juntar o pouco de recurso que possuíam, para apoiar a

assembleia e incluírem esse tema, dentre outros. Mais que um arranjo logístico, essa ação é uma estratégia articulada do movimento indígena para conduzir as políticas indigenistas.

A respeito dessa assembleia, Evangelista Apurinã teceu o seguinte comentário:

[...] Na assembleia da OPIAJ [2009], nós avaliamos que era tudo novo, FOCIMP nova, era uma CR da Funai nova e a gente chegando ali com a oportunidade de fazer coisas novas. “E poderíamos moldar o povo de acordo com a nossa cara”. Essas foram as palavras do Alex. A assembleia durou sete dias e nós discutimos tudo... saúde, educação, FUNAI, movimento indígena. Reorganizamos o Conselho Local e o Marcelino foi eleito Presidente. Montamos um plano de trabalho pra CMEI, outro pra Funai e outro pra OPIAJ. Fizemos tudo à mão porque a nossa instrução em informática era nula. Estávamos entrando na era digital sem saber usar, mas mesmo assim fizemos uma apresentação no *power point* e apresentamos num projetor da SEDUC que era enorme. (...) Quando eu terminei a apresentação, o Alex veio e fechou lembrando de como nós viramos os “índios pedintes”. E eu pedi pra eles voltarem para as aldeias, contarem tudo que nós conversamos e aí “vocês voltem e ajudem a gente a decidir”. As precariedades... avaliamos que a FUNAI não tinha nada, nenhum bote pra ir até as aldeias, não tínhamos estrutura física pra atender os parentes, e o pior, a FUNAI não tinha referência na cidade. Tínhamos a FUNAI como a FUNAI, mas isso era só de nome. Lembro o Alex falando isso pros parentes, que nós tínhamos uma FUNAI só de nome (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

‘Velho’ e ‘novo’ são classificações do contexto político indígena e indigenista brasileiro; ‘velho’, marcado por uma política tutelar de espólio indígena em todos os sentidos, ainda não superada; ‘novo’, marcado pela projeção de um futuro de autonomia e protagonismo indígena. A proposta de ‘fazer o novo’ se assemelha à leitura do caráter educativo do movimento de indígena, trazido por Daniel Mundurucu (2012), construindo estratégias para romper as amarras da dominação, que nasce de um processo de indignação coletiva, para construir um projeto de futuro promissor. Para os Apurinã, na assembleia da OPIAJ de 2009, em Pauini, ‘fazer o novo’ significava “pensar a estrutura do Estado a nosso favor” (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

A carta de solicitação da troca da administração, assinada pelas lideranças indígenas na citada assembleia da OPIAJ, foi entregue ao Sr. Slovack, servidor da FUNAI, que estava em Pauini para uma atividade. Posteriormente, a OPIAJ apresentou a carta à coordenação da FUNAI durante a *Oficina de esclarecido sobre*

a *reestruturação da Funai*, realizada em Rio Branco, em novembro de 2010. Alex Apurinã, Coordenador da OPIAJ, leu a carta, que foi compreendida como uma reivindicação do movimento indígena e, por isso, não recebeu objeções por parte da CR-ArPur. Comentários sobre os bastidores pós oficina de esclarecimento revelam que a manifestação foi criticada pela coordenação da FUNAI e servidores mais antigos. Porém, oficialmente, nada chegou à OPIAJ.

Em maio de 2011, os indígenas de Pauini se organizaram novamente, para reforçar a troca, aproveitando a realização da assembleia da FOCIMP, e apresentaram a manifestação em mãos ao presidente da FUNAI, Marcio Meira, presente na assembleia. No relato de Evangelista Apurinã, consta que:

[...] E no final de novembro de 2011 saiu o segundo Decreto, porque o primeiro ficou com alguns equívocos, como por exemplo, a terra indígena Camadeni estava vinculada à CTL de Pauini e a Catipari/Mamoriá vinculada à Lábrea. E isso não fazia sentido porque eu passaria pelo Catipari para atender o Camadeni. No segundo Decreto nós aparecemos oficialmente vinculados à CR Médio Purus, que na época era coordenada pelo seu Armando. Como o Márcio Meira deu a garantia de que ia mudar, ele acrescentou mais três vagas no Comitê Regional, três titulares e três suplentes (EVANGELISTA APURINÃ – entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

A “conquista” da nova administração da CTL-Pauini, agora vinculada à CR-MPur, sediada em Lábrea, se configura como a chave para o atual modelo de gestão da política indigenista em Pauini. A partir de então, foi fortalecida a aliança entre governo (CTL-Pauini) e o movimento indígena, por meio da OPIAJ. Exemplo disso é a articulação para incluir as aldeias não demarcadas no atendimento da FUNASA e da CMEI/SEMED, que ainda seguiam o modelo administrativo do Estado, direcionando as políticas públicas segundo os ditames da territorialidade e pelo reconhecimento da terra regularizada. O *Encontro por Terras Indígena*, já mencionado, foi tomado como modelo de gestão territorial, discutido e implementado a partir do trabalho dessas duas instituições.

Sobre a situação das aldeias, Evangelista Apurinã esclareceu:

[...] Eu e o Alex fomos acusados de estar inventando aldeia e a defesa foi “nós não estamos inventando” e nós provamos. (...) Sempre foi

esse o posicionamento⁴⁹ [de atender somente as terras indígenas] e nesse momento nós tivemos um conflito muito grande e muito forte internamente. E aí o que falamos foi o seguinte, “olha, são Apurinã, são nossos parentes e estão lá, sempre estiveram na Manasa e eu sei porque eu morei lá. Sempre estiveram no Nova Vida, sempre estiveram no São Benedito que na época era Kanakury I, algo assim. Sempre estiveram lá no São Raimundo, sempre o tio Tonga esteve lá com o povo dele, os pais deles nasceram lá; os tios deles que saíram de dentro do Inguariã e faleceram lá e os pais deles criaram eles ali e eles estão vivendo lá até hoje. O Xamakery sempre existiu lá e aí a gente não vai atender? Nesse momento o Alex teve uma sacada que eu não tive, e ele falou que a Portaria 2656 diz que é para ofertar o atendimento às comunidades indígenas, ela não diz se é dentro ou fora de terra demarcada. Foi uma boa sacada que ele teve em defesa desse povo. Isso fortaleceu ainda mais a nossa parceria porque se apoiando, um passou a complementar o outro, FUNAI e OPIAJ. Aí disseram que íamos dar com “os burros na água”. Mas, hoje eles são atendidos pela Coordenação de Ensino, pela FUNAI, pelo Polo Base, pela OPIAJ (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

A problemática da situação das aldeias fora das TI foi levantada por Evangelista e Alex, durante a assembleia de 2009. Essa ideia foi contestada por outras lideranças indígenas que já haviam passado pelas esferas de governo e alimentado a *práxis* de atuação somente para as TI, reproduzindo o pensamento normativo institucionalizado, que expunha preconceito e esbulho dos direitos indígenas. Não considero a iniciativa do Evangelista uma ação institucional; se assim fosse, marcaria uma mudança no pensamento normativo da FUNAI, mas não era essa a realidade em 2010. Considero uma atitude de política indígena modificando a estrutura governamental, amparada nas brechas da legislação e no Estatuto Social da OPIAJ, que assegura que a Organização trabalhará pelas comunidades e terras que a reconheçam como

⁴⁹ O depoimento de *Makupanari* é de 2010, retratando situações que aconteciam há pelo menos uma década em Pauini. Entretanto, em abril de 2019, participei da reunião de apresentação da proposta das escolas indígenas pela Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas, apresentada por José Raimundo Fortino Apurinã, o Secretário, acompanhado do engenheiro da Prefeitura e do responsável pela empresa licitada para a execução da obra na sala de reuniões da CTL-Pauini. A apresentação foi feita pelo Secretário e comentada pelos demais. Eram oito aldeias e isso levantou contestação de Kennedy (CEEI), Wallace (OPIAJ) e Evangelista (FUNAI). A argumentação era de que a proposta da SEMAI era contrária à política indígena veiculada, uma vez que contemplava somente as aldeias das TI, enquanto havia 38 aldeias em Pauini, considerando aquelas em áreas reivindicadas, o que havia sido discutido em sessão de consulta pública, realizada pela FUNAI e OPIAJ, em 2018. Resumindo, a proposta da SEMAI foi refeita pela Prefeitura. Um novo processo foi encaminhado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que realizou a topografia das aldeias e, agora, o movimento indígena aguarda a execução das obras.

representante, independentemente de sua situação jurídica. Isso reforça minha análise de que as políticas indígenas e indigenistas estão articuladas pelo movimento indígena.

Esse modelo de interação/integração entre CTL-Pauini e OPIAJ seguiu e se tornou base para a Agenda Integrada, estratégia de atuação da OPIAJ. Ressalto, entretanto, que esse modelo é experimentado em Pauini e, reitero, parte da condição se ter 'um cara do movimento dentro do governo'. O mesmo não se pode afirmar sobre outros contextos. Por outro lado, é bem comum a história repetir a relação institucional da FUNAI com os povos indígenas. Por isso, quando retrato a parceria entre Estado e movimento indígena em Pauini, categorizo a CTL-Pauini, e não o Estado ou governo, para não incorrer o erro de generalizar uma relação que é diversificada.

A realidade daquela 'FUNAI só de nome' é bem diferente do que hoje a CTL representa. Quando observo a estrutura local da questão indígena em Pauini, observo que a CTL ocupa um lugar de ponta na rede mobilizadora e executora das ações. A experiência trazida pelos Comitês Regionais, em que as demandas indígenas são oficialmente identificadas pelos próprios indígenas e transformadas em Planos de Trabalho institucional, não se limitam à uma execução propriamente institucional. Elas passam a contar com a participação de outras instituições e sempre da Organização Indígena, em um sistema de ações integradas.

A Figura 12 traz um registro fotográfico da Sede da CTL- Pauini da FUNAI:

Foto 12 - Sede da CTL- Pauini da FUNAI, reformada em 2018



Arquivo da CTL, 2018.

4.2 Do Acre ao Médio Purus: movimentações políticas da OPIAJ

Após o fechamento da UNI-Acre, a *Sitoakory*, organização indígena com foco principal nas ações para as mulheres indígenas, assumiu a representatividade das questões indígenas dos, entre outros, municípios de Pauini e Boca do Acre, como a UNI-Acre. A OPIAJ era autônoma, mas formou base da *Sitoakory*, a fim de continuar as ações do Grupo de Mulheres Indígenas.

Nessa fase da história do movimento indígena de Pauini, destaco a liderança de Maria do Socorro Justino Apurinã (Socorro Apurinã), à época cacica da aldeia Jagunço II. Por ser mulher indígena, Socorro Apurinã se tornou mediadora do movimento indígena com a *Sitoakory*. Sua atuação sempre foi de liderança, atuando em contextos mais amplos, mas não se destacou como liderança feminina.

Socorro Apurinã (*Sanipa*) é irmã de Rivaldo Apurinã e mãe de Wallace Apurinã, atual coordenador da OPIAJ. Começou sua trajetória no movimento indígena acompanhando Rivaldo Apurinã, assumindo o posto de cacica depois da morte do irmão. Esteve presente nas discussões das políticas de saúde e educação indígena, tornando-se professora e agente indígena de saúde por longos anos. Investiu na formação política de Wallace Apurinã, Keneddy Apurinã e Evangelista Apurinã.

Socorro Apurinã é uma das lideranças indígenas que foram contra a mudança da CTL-Pauini da CR-ArPur para o Amazonas, devido à relação que mantinha com o órgão indigenista desde a AJACRE, sendo reconhecida como liderança destacada pela Fundação. Contudo, em relação aos avanços obtidos com o movimento indígena do Acre na gestão da *Sitoakory*, sua avaliação era pela autonomia da OPIAJ. Romper o vínculo com o movimento indígena do Acre “significava uma estratégia de resistir, de autonomia, de andar pelas próprias pernas” (ANTONIO OLAVO, ex-Coordenador da OPIAJ - entrevista na aldeia São Benedito, em 25/05/19). Wallace Apurinã comentou: “[...] a gente passou duas gerações atuando no Acre e a gente olhou pra trás e viu que não tinha nada construído para nós na região, de concreto assim. Era hora de avaliar esse tempo e projetar o futuro (WALLACE APURINÃ - entrevista, em 23/09/2020).

O ano de 2011 foi estratégico para a reconfiguração política indígena e indigenista em Pauini. A reestruturação da FUNAI permitiu o que Evangelista Apurinã mencionou: “fazer a política com a cara indígena”. O movimento indígena seguiu a

mesma linha de trazer a política indígena para mais próxima da realidade dos povos indígenas de Pauini e isso os conduzia ao movimento indígena do Médio Purus, que passava por reformulação naquele momento, com a criação recente da FOCIMP, em 2010. A esse respeito, Evangelista Apurinã recorda que

[...] Quem trouxe informações sobre a Focimp foi o seu Valdeci. Gerou até uma confusão porque ele foi pra Lábrea por causa do Comitê Regional e quando voltou surgiu uma conversa de que ele estava na FOCIMP representando Pauini. O Alex não gostou nada da conversa porque pelo Estatuto da OPIAJ, para representar a OPIAJ, tem que autorizar. Até que ele [Valdeci] falou que tinha um projeto da Visão Mundial que estava vindo para cá e precisava do apoio da OPIAJ. Como o Alex não deu muita atenção por causa daquela conversa, ele veio me procurar e eu ajudei a fazer o orçamento e puxei o Kennedy. Esse trabalho era uma oficina da Cartografia Social que era junto com a UFAM. O Zé queria puxar parte desse recurso e utilizar a Cartografia Social para fazer o Plano de Vida da FOCIMP e isso interessa a gente. (...) O Alex disse o seguinte: “Nós vamos para assembleia da Focimp e lá a gente decide. Por enquanto, fica tudo do jeito que está” (Evangelista Apurinã – entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

O interesse em conhecer o movimento indígena do Médio rio Purus e a intenção da FOCIMP em aproveitar recurso e parceira para realizar o Plano de Vida da FOCIMP afirma, mais uma vez, a apropriação indígena das relações, com a intencionalidade de definir configurações políticas que os favoreçam.

O movimento indígena de Lábrea articulava sua reformulação desde 2007, quando enfrentou o fechamento a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus⁵⁰ (OPIMP), devido a problemas administrativos, em decorrência do convênio com a FUNASA. Somente em 2010 o movimento conseguiu fundar a FOCIMP. A OPIMP era uma associação mais local, atuando somente em Lábrea a Tapauá. A proposta da FOCIMP era ampliar, para abranger os seis municípios do rio Purus, onde havia presença indígena. Segundo Wallace Apurinã,

[...] O cacique Valdeci da terra indígena Camadeni trouxe a informação de que estava sendo criada uma federação que representava, praticamente, a calha do rio todo. E a gente falou “a gente precisa entrar e participar e poder entender e fazer uma avaliação se sendo uma organização indígena que tem esse caráter político, participativo e democrático, então a gente precisa acompanhar isso” (Wallace Apurinã - entrevista ao IEB, em Pauini, em 28/05/2018)

⁵⁰ Ver mais em Rancejânio Guimarães, 2014.

Valdeci Muniz Camadeni foi o primeiro Coordenador Regional da FOCIMP em Pauini, comprovando que os Camadeni (Jamamadi) estão presentes no movimento indígena, nas principais mobilizações. Ao retornarem da assembleia da FOCIMP, os indígenas de Pauini organizaram a assembleia da OPIAJ e discutiram o desligamento do movimento indígena do Acre para ingressar o movimento indígena do Médio Purus, no Amazonas. Zé Bajaga foi reticente quanto ao desligamento da OPIAJ com o Acre e advertiu que:

[...] movimento indígena a gente não se desmembra. O movimento indígena é um só. A gente pode estar em nível nacional ou da nossa região porque o movimento indígena é só um. Tem jeito diferente do movimento indígena se organizar em locais diferentes, com maneiras diferentes de se movimentar, mas ele é macro. No país todo, no mundo todo o movimento indígena só é um” (ZÉ BAJAGA - entrevista ao IEB, na aldeia São Benedito, em 26/05/2018).

Entretanto, os indígenas haviam refletido, estudado e decidido esse assunto durante a assembleia da OPIAJ, em 2009, antes da assembleia da FOCIMP e, ao retornarem de Lábrea,

[...] Passamos sete dias em Pauini discutindo várias temáticas e uma delas foi decidir sobre continuar ou não vinculados, politicamente, ao Acre, principalmente depois que a Funai já tinha passado para o médio Purus. E foi quando a gente, oficialmente, entrou para a FOCIMP como organização de base (WALLACE APURINÁ – entrevista em, Pauini, em 23/09/2020).

O processo de desligamento da *Sitoakory* demorou a ser efetivado, pois precisava ocorrer em uma assembleia. Contudo, a partir da reunião com as lideranças indígenas em Pauini e da formalização do pedido de desligamento - carta à *Sitoakory*, a OPIAJ passou a atuar como organização base do movimento indígena do médio Purus.

Os indígenas avaliam a importância de ingressar na FOCIMP como a oportunidade de manter um movimento único, considerando que, no Acre, com o fim da UNI-Acre, o movimento se fragmentou em diversas associações, levantando interesses próprios. A proposta da FOCIMP era unificar politicamente o Purus, de Beruri a Boca do Acre; e as organizações de base, como a OPIAJ, teriam credibilidade para construir o movimento juntos. Depois da OPIAJ, a OPIAJBAM ingressou na FOCIMP e, juntas, formam as únicas organizações de base da FOCIMP.

Estar vinculado a uma organização indígena maior é também uma estratégia política para a autoafirmação. A rede proporcionada pelo movimento indígena facilita a operacionalização das demandas indígenas. Somente a partir de sua inserção no movimento indígena do médio Purus, a OPIAJ (e OPIAJBAM) se envolveram na etnopolítica do sul do Amazonas. Em rede, as reivindicações alcançaram espaços maiores e deliberativos, financiamento para atividades, realização de projetos e maior criticidade sobre autonomia e autogovernança.

A movimentação de troca para o movimento indígena do Purus e para a administração da FUNAI no Purus, têm o mesmo marcador: a etnopolítica Apurinã de reorganizar o processo social e político iniciado em 2010 e que persiste como estratégia de autogovernança do futuro.

4.3 Agenda Integrada

A Agenda Integrada é a estratégia formulada pela OPIAJ para conduzir a rede de política indígena e indigenista em Pauini, construindo uma agenda política comum. A expedição ao rio Pauini, realizada no âmbito do projeto *Gestão Integrada*, é o material etnográfico pelo qual demonstro como se constitui a luta estratégica da OPIAJ, articulando movimentos sociais e agentes governamentais, a fim de construir uma agenda política comum. Utilizo o material etnográfico produzido a partir da expedição, para analisar como a OPIAJ e seus parceiros estão inseridos e definidos pelos contextos políticos que envolvem a regularização do rio Pauini.

O projeto *Gestão Integrada* foi financiado pelo convênio IEB/Fundação MOORE, para atividades envolvendo extrativistas e indígenas no sul do Amazonas. Em Pauini, esse projeto foi executado pela parceria entre a ATRAMP, a CTL-Pauini, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a OPIAJ, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pauini (SEMMA).

A regularização do rio Pauini tornou-se ponto questão para o *Gestão Integrada*, considerando que a área está em processo de disputa entre os Apurinã (que reivindicam a terra indígena Kapyra/Kanakury⁵¹, haja vista que parte do território faz parte da área de uso dos Apurinã) e o estado do Amazonas, que pretendia destinar a

⁵¹ Em processo de estudo. Há previsão de entrega do relatório consubstanciado até fevereiro de 2023.

área para a formação de uma Reserva Biológica⁵² (REBIO). A REBIO é uma modalidade de unidade de conservação de proteção integral (SNUC, 2000), que não permite a presença humana permanente.

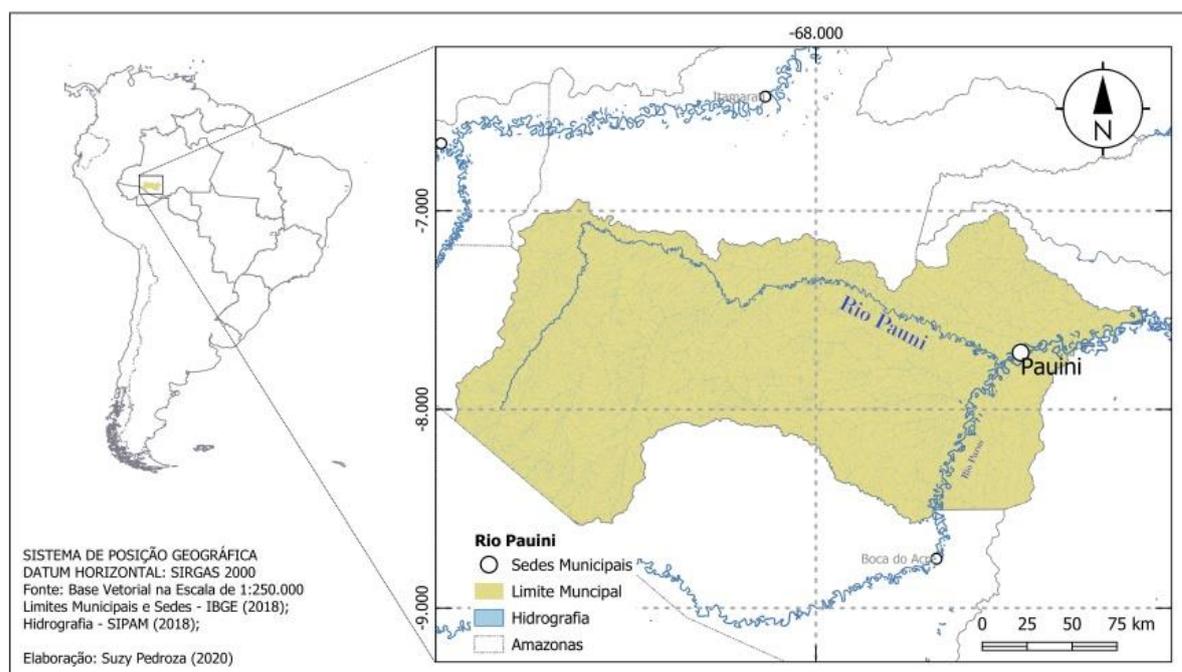
A primeira expedição realizada pela equipe do projeto ao rio Pauini constatou a presença de dragas de garimpo no rio, tornando mais excepcional a regularização da área. José Roberto de Lima, na ocasião Secretário Municipal de Meio Ambiente e também Presidente da ATRAMP, apresentou os resultados desse diagnóstico durante o *Seminário Licenciamento e Grandes Obras no sul do Amazonas*, evidenciando a complexidade do rio Pauini: histórico de conflitos entre indígenas e ribeirinhos, criminalização de órgãos de fiscalização como a Funai e a SEMMA, criminalização de lideranças, o franco interesse de terceiros pela terra e a atividade de garimpo ilegal no rio. A disputa fundiária no rio Pauini é a chave para a instalação de atividades econômicas com a fronteira mineradora, que vai na contramão da mobilização da OPIAJ na gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas.

Desde 2014, ATRAMP e OPIAJ refletem sobre a regularização da área, que é rica em biodiversidade e produção de borracha. Ressaltam que a destinação das terras é responsabilidade do estado do Amazonas, que, até o fim da escrita desta tese, não divulgou a decisão tomada, embora já estude o assunto. Em pronunciamento na *Oficina de Esclarecimento sobre Regularização Fundiária no rio Pauini*, ocorrida em Pauini, em 03/07/2019, Evangelista Apurinã alertou: “Se a terra não for destinada corre o risco de ser “tomada” por pessoas que não têm direito, mas têm poder”.

A Figura 4 reproduz um mapa do rio Pauini:

⁵² Em junho de 2022, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente iniciou o estudo da área do rio Pauini para regularização. Aparentemente, a proposta de declarar como REBIO foi destituída diante da presença e disputa dos coletivos indígenas e ribeirinhos. O edital de composição do GT foi lançado pela SEMA no início de 2020, porém foi suspenso devido à pandemia de COVID-19.

Figura 4 - Mapa Rio Pauini



Créditos: Susy Pedrosa, 2020.

O rio Pauini é afluente do rio Purus e tem um histórico de abundância de recursos naturais. Um dia desses, enquanto tomava café no mercado e aguardava o horário da lancha para viajar, ouvi um senhor comentar sobre a fartura do rio Pauini, gabando-se de que, na época dos seus pais, era muito mais farto de alimentos, caça e pesca. Entretanto, a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, tem alterado essa condição e imprimido uma nova versão: “Ah, mas agora tudo mudou”. A pesca comercial, que emprega barcos frigoríficos com grande capacidade, a exemplo dos que possuem os pescadores do município de Boca do Acre, impacta o recurso pesqueiro do rio Pauini. Evangelista Apurinã, chefe da CTL-Pauini e membro da expedição ao rio Pauini, no projeto *Gestão Integrada*, lembrou de uma conversa com um morador durante a expedição:

[...] O Carmo⁵³ falou que antes não demorava muito tempo pra conseguir a janta. Ele chegava do trabalho umas cinco horas e ia pescar pra janta e conseguia. No outro dia ia de novo e conseguia de novo. Ele disse que o rio ainda é farto, mas com os barcos de fora que

⁵³ Para descrever o evento do garimpo, utilizo nomes fictícios para os moradores do rio Pauini. As siglas MAK, ROZ e WAK são codinomes para *Makupanari*, Zé Roberto e Wallace e somente aparecem quando em citação do trabalho de Maximiano e Silva (2019).

trazem outro jeito de pescar, a oferta já diminuiu muito (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 19/03/2019).

A ATRAMP representa um aproximado de 700⁵⁴ trabalhadores agroextrativistas do município e tem um papel significativo na luta pelos direitos das comunidades tradicionais de Pauini. A categoria 'comunidades tradicionais' (ALMEIDA, 2012) compreende os extrativistas e ribeirinhos. As ameaças ambientais que afetam coletivamente as comunidades tradicionais e os povos indígenas são compartilhadas entre a ATRAMP, a OPIAJ e a FUNAI. Quando necessário, outras instituições são envolvidas nas atividades, a partir do chamamento dessas três, construindo uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2012), fortalecida pelo laço de pertencimento ao mesmo meio ambiente e compartilhando o dever de protegê-lo.

A expedição ao rio Pauini foi composta por representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pauini (STTRP), FUNAI, ATRAMP, SEMMA, OPIAJ, SEMMA de Boca do Acre e colaboradores indígenas.

A CTL-Pauini observava os impactos e direitos indígenas e a ATRAMP, os impactos e direitos dos extrativistas. Sem avançar, buscamos outra estratégia: fazer esses dois direitos 'conversarem'. A metodologia de colocar em diálogo os dois direitos (indígenas e extrativistas), seria ouvir os coletivos diretamente, o que foi possível a partir do que as lideranças interlocutoras, neste trabalho, chamaram de "expedição ao rio Pauini". Conforme o relato de Evangelista Apurinã,

[...] A nossa intenção nessa expedição não era averiguar o garimpo, embora já soubéssemos dele desde muito tempo. Era tratar de outros assuntos com os extrativistas, de ouvir as suas demandas e de apresentar algumas propostas de desenvolvimento para os moradores. Por isso, nós nem registramos nem fizemos contato diretamente com o pessoal das dragas que encontramos próximas da comunidade Santa Maria. Era uma base de garimpo⁵⁵ ilegal. Tivemos muito cuidado com a nossa integridade porque antes de sair de Pauini, soubemos que corria uma conversa de que a nossa intenção era fechar o rio e que a FUNAI tinha "comprado" a ATRAMP e a SEMA, a fim de garantir o território para os indígenas, por causa da

⁵⁴ ATRAMP, 2019.

⁵⁵ O artigo 70 da Constituição Federal estabelece distinção entre mineração e garimpo. Garimpagem é considerada, portanto, o trabalho individual de quem utiliza e instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semipreciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valioso, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros; depósitos esses genericamente chamados de garimpo.

reivindicação (EVANGELISTA APURINÃ – entrevista em Pauini, em 19/03/2019).

A fofoca carrega um efeito político bastante expressivo; segundo Claudia Fonseca (2004, pág. 23) ela serve “para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública”. No caso da expedição ao rio Pauini, mais que promover a hostilidade dos extrativistas à equipe, a fofoca dava conta de uma estratégia política dos interessados em controlar o acesso à vida no rio, uma vez que “muita gente tem interesse no rio Pauini porque tem fazenda, tem criação lá dentro, tem açúcar, e explora comercialmente o local” (EVANGELISTA APURINÃ – entrevista em Pauini, em 19/03/2019).

Os modelos de ocupação territorial e as formas de apropriação dos recursos naturais têm sido concentradores da riqueza e socialmente excludentes, ocasionando conflitos pelo acesso à terra, aos recursos minerais, às reservas de madeiras nobres e aos recursos pesqueiros, entre outros. Complexas redes de interesses envolvendo posseiros, madeireiros, grileiros, políticos locais, especuladores e grandes fazendeiros, frequentemente se chocam com antigos ocupantes das terras, com os povos indígenas, populações tradicionais e produtores rurais familiares (PIRES, 2014).

Cabe ressaltar aqui que as propostas de criação de unidades de conservação, TI e territórios tradicionais já constituíram ferramentas públicas para controlar o desmatamento na Amazônia causado, por exemplo, pelo avanço da pecuária, complexos do agronegócio e/ou mineração. Marcelo Pires (2004) ressalta que, de 2004 a 2012, o governo do Amazonas desenvolveu políticas e projetos setoriais, como o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM), prevendo a criação de áreas protegidas como uma mostra da ‘estadualização’ da política nacional de redução do desmatamento. Ocorre que o contexto político do governo de Jair Bolsonaro vai na contramão dessa proposta, alargando as fronteiras para o agronegócio, flexibilizando as leis ambientais, favorecendo práticas ilícitas e danosas (como o garimpo e exploração de madeira), contribuindo para o desflorestamento, o aquecimento global e a deploração de direitos humanos e sociais. Segundo Maximiano e Silva (2019, p. 405),

[...] Aqui no nosso município nós temos 6% de mata desmatada, isso segundo os dados do IBGE. Isso significa que nós temos 94% de mata que está em pé. E vendo a possibilidade da mineração chegar aqui, que já é o caso, e pensando inclusive no nosso local de última fronteira ambiental, isso vai acabar com essa imagem sustentável. O governo precisa entender que não vivemos da mineração, nem somente das energias provenientes das hidrelétricas, existem outros meios. Precisamos buscar esses outros meios, principalmente falando de energia, e aí a gente vai ter a sustentabilidade.

A fronteira mineradora está bem no cerne da política do governo de Jair Bolsonaro. A exploração mineral sempre fez parte dos interesses econômicos pela Amazônia. João Pacheco de Oliveira (2021a) analisou que, no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, a expansão da fronteira amazônica privilegiou a prospecção mineral, especialmente para o setor de exportação. O projeto *Grande Carajás* e o garimpo na Serra de Carajás são exemplos de como o governo federal operacionalizou a exploração mineral, enquanto atividade dita desenvolvimentista.

A *Oficina sobre regularização fundiária no rio Pauini*, realizada como atividade do projeto *Gestão Integrada*, evidenciou um cenário tenso e polarizado entre os indígenas e ribeirinhos, devido à situação fundiária não determinada do rio Pauini. O contexto da fofoca - instaurado durante a mencionada expedição ao rio Pauini - causou reflexos nos participantes da Oficina, incentivados por pessoas influentes, que possuem fazendas no rio Pauini e temem possível desintrusão da área, no caso da demarcação da TI Kapyra/Kanakury. Na citada Oficina, a FUNAI foi acusada pelo ex-Vereador Ita Anjos e também proprietário de terras no rio Pauini, de estar sendo paga pelo Governo para convencer os moradores pela demarcação da terra.

A preocupação dos ribeirinhos estava na demarcação da TI, não mencionando o garimpo ou a declaração da REBIO. Isso mostra a potencialização de conflitos históricos entre indígenas e ribeirinhos como fonte de pretensão à terra. Um ribeirinho se recusou a assinar a lista de presença da Oficina, alegando não saber o que os organizadores do evento fariam com o documento. A expedição ao rio Pauini e a Oficina de esclarecimento sobre a regularização fundiária consistem em duas situações etnográficas ricas de informações que propiciam ações, intervenções e pesquisas em diversas áreas, especialmente a fundiária.

A imagem a seguir, registra uma base de garimpo no rio Pauini:

Foto 13 - Base de garimpo no rio Pauini



Fonte: LIMA *et al.*, 2018.

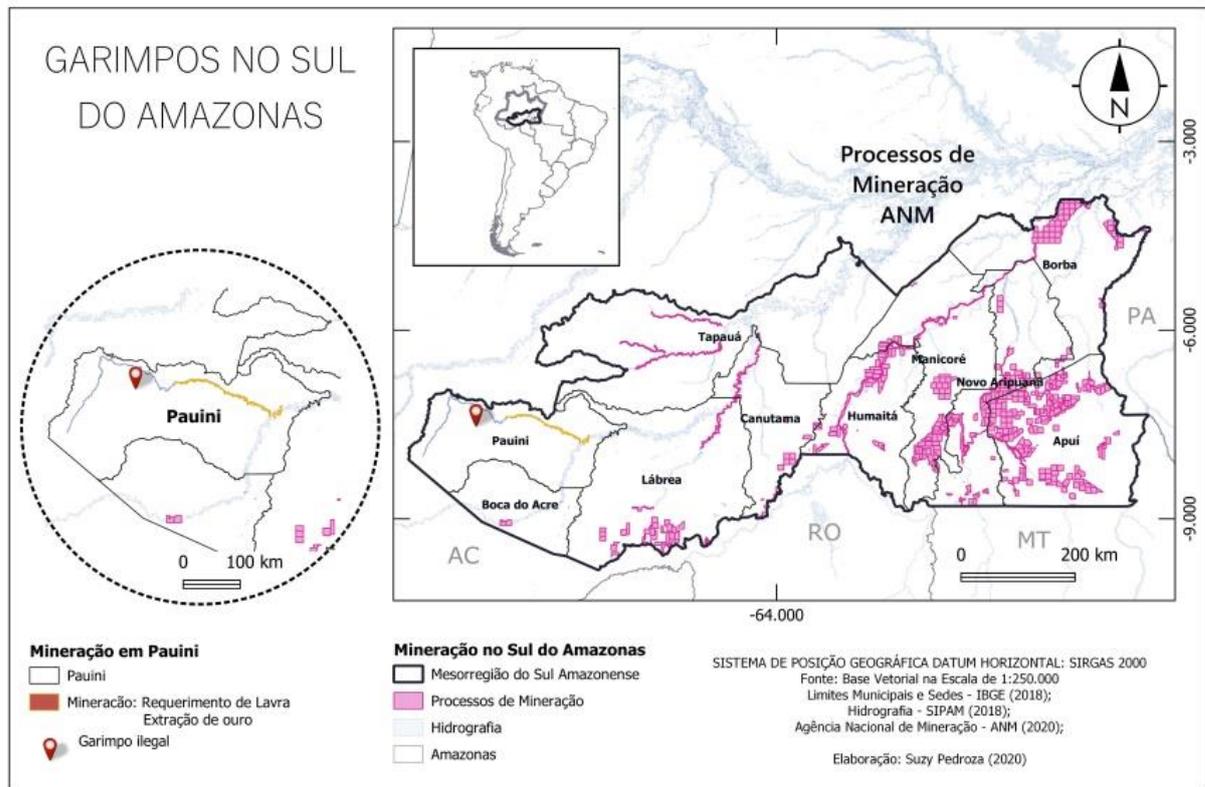
A atividade de garimpagem encontrada no rio Pauini é do chamado garimpo de aluvião. Almeida (2019) sublinhou que a exploração aurífera ocorre de múltiplas formas, garimpagem manual, também chamada de aluvionar, que é feita nos chamados barrancos por pequenos grupos de garimpeiros que usam equipamentos rudimentares de controle da água e de escavação. Na avaliação de Almeida (2019, p. 38),

[...] Os garimpos de ouro aluvional devastam matas ciliares e comprometem de maneira definitiva os corpos d'água e demais recursos hídricos, afetam também profundamente o modo de criar, fazer e viver (Cf. Art.216, inciso II, da Constituição Federal) de povos e comunidades tradicionais seja nas bacias dos rios São Francisco, Tocantins, Tapajós e Alto Solimões, dentre outros.

A exploração ilegal de ouro no garimpo coloca em jogo não apenas a biodiversidade e a vida das populações, mas também, impacta os direitos sociais e territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais dessa região, que, há anos, vêm lutando pela demarcação de seus territórios.

A Figura 5, a seguir, apresenta um mapa de garimpos na região sul do Amazonas:

Figura 5 - Garimpos no sul do Amazonas, com destaque para o rio Pauini



Créditos: Susy Pedrosa, 2020.

O garimpo no rio Pauini é uma atividade ilegal, inconstitucional, realizada por não indígenas e se insere no contexto de um projeto desenvolvimentista historicamente orquestrado que tomou maior fôlego no contexto político do governo de Jair Bolsonaro.

Ainda durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro já comunicava apoio à mineração. Em 2020, seu governo elaborou e remeteu à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 191; entretanto, não contando com uma maioria parlamentar estável durante os seus dois primeiros anos de governo, o projeto não foi considerado prioridade para entrar em pauta (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021a). Em relação à mineração em terras indígenas, o PL-191 permite abertura de garimpos, desde que os indígenas deem anuência no prazo de até 180 dias antes do início da atividade e que seja definido por eles os sócios com os quais realizarão a atividade.

Esse cenário é reflexo do severo sistema de ocupação e exploração da Amazônia, desde o século XVI, por colonizadores e, posteriormente, pela administração brasileira, sobretudo a partir da política de Kubistchek (1956-1961), que tinha como meta de governo a ação *Cinquenta anos em cinco*. Essa política é marcada pela abertura de rodovias federais, iniciando um fluxo intenso de migrantes em busca de oportunidades em assentamentos de reforma agrária e terras privadas, na pecuária, na extração madeireira ou no garimpo e mineração.

A posição do governo federal tem provado intensos conflitos em diversas regiões, em particular na Amazônia, onde diversos povos têm visto seus territórios ameaçados por invasores, sejam madeireiros, grileiros e, singularmente, garimpeiros, que se têm multiplicado á procura de metais preciosos nas TI.

Os impactos da mineração sobre os povos indígenas, caracterizados principalmente pela degradação do meio ambiente natural e pela introdução de elementos estranhos às culturas, demonstram um processo insustentável de desenvolvimento, pois o modo como essas atividades são realizadas explicita o descaso com a perenização da vida, ou seja, com a sustentabilidade, devido à falta de preservação da biodiversidade, da diversidade cultural, entre outros (ARBOS; ROSA, 2013).

A atividade mineradora pode provocar a destruição dos territórios tradicionais, com impactos irreversíveis para os povos indígenas e comunidades tradicionais e, singularmente na região do rio Pauini, também atingirá povos em isolamento voluntário que vivem neste território. Maximiano e Silva (2019, p. 402-403) asseveram que:

[...] essa área é uma das áreas que ela é um pouco delicada porque há relatos de que existem índios isolados no fundo dessa terra. Então nós temos os ribeirinhos, extrativistas que ficam mais dentro do rio Pauini e a gente tem mais indígenas que ficam mais à margem do rio Purus e dentro da mata no centro. Mas, nos fundos da terra há relatos de índios isolados. Eu acho que em 2005, 2008, por aí, teve pessoas extrativistas dentro do rio Pauini que identificaram, que chegaram a ver vestígios e acreditam que sejam índios, um grupo de mais ou menos de 35 a 40 pessoas.

O contato de índios isolados agrava mais ainda a questão do garimpo, pois o trânsito de garimpeiros pode causar danos irreparáveis a esses indígenas. Vale considerar que a FUNAI não realiza o acompanhamento sistemático desses povos,

ainda mais vulneráveis aos impactos das atividades humanas econômicas, sobretudo as ilegais ou desregulamentadas.

As bases de garimpo encontradas no rio Pauini constataam uma atividade descrita por Almeida (2019, p. 39):

[...] garimpagem de balsa realizada com equipamentos semi-mecanizados com a extração do cascalho do leito dos rios, utilizando mangueiras controladas por mergulhadores e afetando a calha dos rios e a vegetação ciliar. Ocorre ainda através da garimpagem de draga, feita com instrumentos de operação mecânica. O cascalho do fundo do rio é retirado pelas chamadas “chupadeiras” controladas por guinchos mecânicos. Todas utilizam o desmonte hidráulico por jatos de água.

Informações coletadas pela expedição do diagnóstico do rio Pauini, para o projeto *Gestão Integrada*, revelam que a atividade de garimpo no rio Pauini começou em 2015, mas foram suspensas, porque uma peça da draga quebrou e precisou de reposição; desse modo, as atividades foram retomadas em 2018. Durante a expedição do diagnóstico, havia dois meses de intenso trabalho de escavação: “Alguns moradores comunicaram que a intenção dos garimpeiros é escavar o rio Pauini, para outros, estariam seguindo para o Igarapé Atukatxikini, afluente do rio Pauini” (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 2019). A fala de Evangelista mostra duas versões diferentes; talvez a segunda versão se justifique no medo de represália, comum em situações de conflito no campo.

Maximiano e Silva (2019, p. 393) comentam que:

[...] nós identificamos naquela expedição a presença de garimpeiros. Só que agora a gente já foi informado que eles retornaram pro rio Pauini novamente e estão com dois flutuantes de dois pisos e duas dragas. A ideia agora é que realmente vai começar a operar o garimpo. E, aí a gente tem essa preocupação, porque a gente sabe, que eles vão utilizar mercúrio, dentre outras coisas.

A indefinição de uma política territorial torna ainda mais intensa a dinâmica do conflito na região, que se intensifica com a questão do garimpo. É válido ressaltar que há um trabalho de valorização da prática dos trabalhadores da floresta, considerando-se o papel desses agentes sociais na manutenção de seus territórios tradicionais, que tem como consequência a floresta em pé e o equilíbrio socioambiental da região. Essa relação é construída a partir do conhecimento tradicional vivenciado por esses

trabalhadores da floresta. A ação desses agentes se converte em identidade coletiva (ALMEIDA, 2011), traduzindo-se em processos de mobilizações coletivas na defesa de seu território e suas práticas tradicionais de uso da terra e dos recursos naturais.

Os povos indígenas se apropriam das narrativas ambientais e da “floresta em pé”, para criar uma comunidade de comunicação inteligível e significativa; uma comunidade de comunicação onde o discurso e a causa ambiental são articulados com a causa indígena (CARDOSO DE OLIVEIRA; ORTOLAN, 2006). Nesse contexto, os movimentos sociais vêm exercendo o papel de mediar a luta pela defesa do território de forma conjunta, articulando interesses e agendas que, antes, eram separadas e até disputadas.

Maximiano e Silva (2019, p. 393-94) assim relatam:

[...] Então, a gente, junto da organização indígena local, a OPIAJ, nós fizemos um documento encaminhamos ao Ministério Público e pedimos providências e ao superintendente do IBAMA, que a gente sabe que nós não estamos lutando com qualquer pessoa, trata-se de garimpeiros. Então, a gente tem essa preocupação. O ano passado a gente também encaminhou ao Ministério Público, no fórum diálogo Amazonas, [...] e agente pediu providências, não sei o quê que acontece. E, agora a gente protocolou no 5º Ofício do Ministério Público Federal, em Manaus [...].

Os indígenas e ribeirinhos sofrerão as consequências, como a “introdução de doenças e com o rompimento do equilíbrio ambiental nessas terras, pois o meio ambiente vai sendo constantemente degradado” (SANTILLI, 1993, p. 146). As lideranças reforçam que não há sustentabilidade na extração do ouro no rio Pauini.

A insegurança fundiária também tem acirrado a violência no campo, que atinge especialmente as lideranças indígenas e os ribeirinhos. No relatório *Conflitos no Campo Brasil 2018*⁵⁶, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicou que a região amazônica concentra mais de 56% dos conflitos de terra registrados em todo o país. Nesse contexto, as lideranças indígenas e extrativistas em Pauini vêm recebendo ameaças⁵⁷. Nesse sentido, Maximiano e Silva (2019, p. 406) consideram que:

[...] Então, querendo ou não, o alvo acaba sendo nós. No processo de luta pela defesa dos territórios tradicionais, as lideranças que estão à

⁵⁶ Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/588401-conflitos-no-campo-atingem-quase-1-milhao-de-pessoas-em-2018> Acesso em: 31/05/2020.

⁵⁷ Cresce no Brasil o número de mortes de lideranças sociais no campo.

frente desse embate acabam por ser expor, o que pode culminar com atos de violência em que esses agentes sociais muitas vezes acabam como vítimas frente ao avanço das invasões de suas terras.

A expedição ao rio Pauini resultou na construção conjunta de um relatório, que foi encaminhado aos órgãos competentes e aguarda respostas sobre dois pontos específicos e intrinsecamente ligados: o garimpo ilegal e a destinação da área. No entanto, o Estado brasileiro não se pronunciou; desse modo, em 2018, os movimentos sociais (indígenas e extrativistas) pressionaram as instituições participantes da expedição em meados de 2018. Até a finalização da redação final desta tese, não ouvi informações sobre as dragas e o garimpo no rio Pauini.

5 POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA: IDEIAS INSTITUCIONAIS DA OPIAJ EM BUSCA DA AUTONOMIA E DA GESTÃO DOS TERRITÓRIOS

Nesta seção, apresento as propostas da OPIAJ em busca de autonomia e gestão dos territórios indígenas em Pauini. Nessa perspectiva, reflito sobre a gestão de territórios indígenas, tomando como referência um instrumento de gestão territorial e governança denominado *Encontro por Terra Indígena*. Esse Encontro consiste em um tipo especial de evento, idealizado por uma liderança indígena, à época gestor da FUNAI, que foi incorporado por todas as aldeias de uma TI, demarcada ou em processo de identificação, com o propósito de discutir políticas públicas e ações indigenistas e indígenas pertinentes à gestão dos seus territórios.

Apresento o *Encontro por Terra Indígena* como um modelo exemplar, de uma estratégia para implementação da etnopolítica de gestão ambiental e territorial. Essa experiência é precursora e antecede a publicação PNGATI, ocorrida em 2012. As reflexões se dão a partir informações coletadas em situações etnográficas: *Encontro do Povo do Seruini* e *Encontro da TI Água Preta/Inari*, territórios tradicionais do Povo Apurinã, realizados, respectivamente, nos anos de 2017 e 2020; além disso, utilizo o depoimento do idealizador dos Encontros e responsável por sua implantação junto às terras indígenas.

5.1 *Encontro por Terra Indígena*: gestão de territórios indígenas em Pauini

A gestão das terras indígenas brasileiras como ação indígena e/ou indigenista é assunto antigo, herdeiro da luta histórica pela regularização fundiária, proteção dos territórios e resistência indígena no cenário sociopolítico nacional. O posicionamento perspicaz de Sônia Guajajara, presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), reconhecendo a luta pela Mãe Terra como “a mãe de todas as lutas”⁵⁸, convoca os povos indígenas ao enfrentamento permanente do sistema decolonial e anti-indígena que viola os direitos constitucionais.

A demarcação das TI é legitimada pelo artigo 231⁵⁹ da Constituição Federal do Brasil de 1988, o qual reconhece o direito originário e inaugura uma categoria de direito indígena que vai além dos limites geográficos estabelecidos, ao conectar espaço, espiritualidade, cultura, saúde e educação sem distinguir categorias ou tempo nessa conexão.

Diante de um contexto nacional de ameaças aos direitos dos povos indígenas, torna-se imperiosa a apropriação de diversas ferramentas que potencializem suas lutas contra a opressão. Nesse processo de construção de defesa, os povos indígenas se engajam no fortalecimento das suas organizações, tanto no âmbito do movimento indígena mais amplo como nas associações representativas, que se manifestam estrategicamente e ressignificam as pautas de luta pelos seus territórios.

Esse engajamento ocorre em diferentes frentes e por meio de várias estratégias, como tem acontecido nas terras indígenas situadas no município de Pauini, cujas lideranças locais têm usado como estratégia de fortalecimento de suas lutas a realização dos *Encontros por Terra Indígena*. Este é um termo local adotado pelos Apurinã e, posteriormente, pelos gestores públicos das instituições parceiras da OPIAJ e pela comunidade indígena em geral. Para além de um evento, esse Encontro assumiu, gradativamente, um papel central de ação etnopolítica de gestão territorial e governança Apurinã.

⁵⁸ Sônia Guajajara, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tu1jrv_SuM0. Acesso em: 13 mar. 2022.

⁵⁹ Art. 231 da Constituição Federal assegura que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, Constituição Federal). Disponível em: www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988. Acesso em: 20 maio 2022.

Assim, o principal objeto desta reflexão é o *Encontro por Terra Indígena*, destacando o contexto interétnico de sua implementação nos territórios indígenas do povo Apurinã, no município de Pauini, localizado na região sul do estado do Amazonas. Dei atenção aos desdobramentos de sua efetivação, destacando seu papel determinante como uma 'prática administrativa' eficaz, que se tornou uma metodologia mediadora de interlocução e implementação de ações, no âmbito da gestão ambiental e territorial.

O material utilizado para esta análise foi coletado, principalmente, durante a realização dos Encontros do Povo do Seruini, em 2017, e da Terra Indígena Água Preta/Inari, em 2020, dos quais participamos como convidados⁶⁰. No âmbito desta investigação, realizamos entrevistas com as lideranças indígenas do movimento indígena e com indígenas da gestão pública. Desta feita, este estudo se fundamenta no campo da antropologia aplicada (ALBER, 1995) e da antropologia da intervenção (FASSIN, 2007), com dados observados pela intervenção participante (STOCKING, 1992) ou pela participação observante (TURNER, 2005).

Finalmente, considero que, ao fazer esta análise, tenho a oportunidade de divulgar esse instrumento de gestão no meio acadêmico, mas, principalmente, para os povos indígenas situados em outras TI na Amazônia e no Brasil. Com isso, almejo contribuir para a apropriação deste e de novos instrumentos de luta do movimento indígena no processo de interlocução com o Estado brasileiro. Para os estudos antropológicos, as reflexões produzidas se somam às demais pesquisas referentes ao movimento indígena e à etnopolítica em regiões remotas da Amazônia, para ampliar e complementar novas abordagens e análises.

5.1.1 Estado e povos indígenas: questões de terra e gestão territorial

Em 1984, durante assembleia indígena realizada em Rio Branco-AC, Rivaldo Apurinã, liderança do município de Pauini, discursou, dizendo: "Os povos indígenas

⁶⁰ No que se refere aos *Encontros por Terra Indígena*, nossa participação ocorre por meio do exercício de nossas funções como técnicos nas instituições classificadas, pelos Apurinã de Pauini e pela Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ). Como instituições parceiras temos o IEB e a CTL-FUNAI. A FUNAI possui escritório local desde 1994 e sua atuação com os *Encontros por Terra Indígena* se organiza desde a gestão de 2008. O IEB é mais recente na região, aproximando-se do campo e das TI a partir de 2017, apoiando as organizações indígenas do sul do Amazonas, entre elas, a OPIAJ, em Pauini, na implementação da PNGATI.

não querem a terra apenas para morar nela, mas para viver dela”⁶¹. Esse pronunciamento, carregado de coletividade, mostrava, naquele momento, indicativos para, além da demarcação, a sustentabilidade das terras indígenas, o que consolida a ideia de gestão ambiental e territorial.

Na década de 1990, grande parte das terras indígenas da Amazônia foi demarcada e o movimento indígena se voltou para a gestão dessas terras. Nesse contexto, diversas medidas de proteção e conservação ambientais começaram a ser vistas pelos povos indígenas e seus parceiros como oportunidades de pleitear apoio para a realização de atividades sustentáveis, numa perspectiva mais ampla de gestão dos territórios.

Necessário lembrar que a História do Brasil começou com a criação discursiva da ideia de ‘descobrimento’, com atos de classificação e nomeação da paisagem natural e das pessoas, sendo que a terra se tornou questão para os povos indígenas somente no século XIX, quando o regulamento das missões, catequese e civilização dos índios passou a observar a questão das terras como um problema político e não mais a mão de obra indígena.

Para Cunha (1992), o início do século XIX é marcado pela ausência de legislações indigenistas e um agressivo processo de invisibilização, que, segundo Araújo Júnior (2018), acompanhava uma política enérgica de apropriação das terras das aldeias, que não compreendia apenas a tomada de aldeias ‘abandonadas’, mas também o questionamento sobre os modos de vida dos índios.

Nesse contexto, a Lei de Terras, de 1850, foi um dispositivo utilizado para a mercantilização das terras e a transição da economia baseada na escravidão para o trabalho livre. Essa Lei consistia na transmissão de patrimônio fundiário público da Coroa para personalidades privadas. Nesse dispositivo legal, surgiu a ideia de terras devolutas - espaços que não foram legalmente adquiridos ou não titulados, sem domínio público, que só poderiam ser apossados por meio de compra, excluindo uma grande parcela da população brasileira do acesso à terra e beneficiando poucos proprietários.

As terras devolutas compreendiam, ainda, aquelas que poderiam ser ocupadas por povos indígenas. Essas terras também eram usadas por pessoas escravizadas

⁶¹ Sobre essa questão, ver o livro *Povos Indígenas de 84* (ISA, 1984).

fugidas (quilombos), ribeirinhos, pescadores etc. As consequências dessa Lei foram de grande impacto para as populações que faziam uso comum das terras e que estavam à margem do sistema econômico dominante. A Lei de Terras terá o caráter assimilacionista à medida em que se projetar para aqueles indígenas em processo de integração, considerados descendentes de indígenas e, portanto, civilizados (CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

A partir da Constituição de 1891, a omissão jurídica quanto ao direito dos povos indígenas à terra fez com que estes tivessem seus territórios tomados, sob o argumento de cumprimento à Lei de Terras. Conforme destaca Araújo Júnior (2018), os indígenas foram tratados de forma indiferente em relação às consequências da Lei de Terras e da noção de terras devolutas. Isso ocorreu diante da imposição da narrativa de que as reservas haviam sido abandonadas, ou seja, uma falsa verdade criada pelo Estado. Os direitos indígenas à terra foram garantidos nas Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 e mesmo a ementa constitucional de 1969 assegurava que “as terras habitadas por índios são inalienáveis, garantidos sua posse permanente e o usufruto exclusivo de todas as riquezas naturais nelas contidas” (BARRETO FILHO, 2014, p. 296).

O século XX é marcado pelo regime tutelar, o regime de gestão dos povos indígenas (SOUZA LIMA, 2015; FERREIRA, 2017), institucionalizado por suas estruturas organizacionais a partir de 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído pela FUNAI em 1967. No campo econômico, o país vivia o “milagre econômico” onde alcançaria o progresso investindo no modal da infraestrutura (estradas) e na prospecção mineral, em áreas ocupadas pelos indígenas. Com isto, os povos indígenas passaram a ser considerados uma ameaça à soberania nacional (CUNHA, 1992).

Souza-Lima (2015) considera a institucionalização de territórios uma estratégia de “sedentarização de povos errantes”, exercida pelo poder tutelar, com a finalidade de administrar os povos indígenas, alocando-os em espaços de posições sociais diferenciadas e sem a prerrogativa de decisão. Essa institucionalização é feita por meio de ações que se aplicam não apenas pelo uso da força física, mas também pelo controle de suas ações, exercendo o domínio quanto aos modos de definir as coletividades sobre as quais incidirá como órgão controlador. Com isso, o regime

tutelar se materializou na construção do indigenismo, como ideologia e política de gestão territorial dos povos indígenas (Ferreira, 2017, p. 211).

A FUNAI passou a ser o órgão oficial da política indigenista, inicialmente centralizando essa responsabilidade, pelo menos até a década de 1990, quando as reformas neoliberais no Estado brasileiro delegaram a outras pastas a distribuição das responsabilidades por políticas públicas.

Cardoso de Oliveira (2000) enfatiza que o que ocorreu na redemocratização do país foi a permanência da mesma atitude: ignorar as organizações indígenas, sem considerá-las como as principais interlocutoras diante desse mesmo Estado. Não há dúvida de que o Estado não só poderia, como também deveria contribuir para fortalecer o campo indígena (no sentido de campo político), inicialmente pelo reconhecimento de suas organizações para, posteriormente, empreender diálogos com seus líderes e negociar as normas cuja interlocução entre o campo indígena e o campo indigenista poderia ser conduzida.

Na tentativa de realizar uma síntese da situação dos direitos fundiários dos povos indígenas no Brasil, no período posterior aos direitos adquiridos na Constituição Federal de 1988, Mura e Silva (2018) partem do entendimento legal da pluriétnicidade do país, conforme explicitado no art. 231 da Carta Magna, em que são reconhecidos os direitos dos povos indígenas e a utilização tradicional da terra necessária aos seus usos e costumes.

Sendo assim, na análise de tais autores, desde a conquista desses direitos, acumulou-se a deterioração das condições de efetivá-los, sobretudo no que diz respeito ao papel da FUNAI, órgão responsável pela condução da política oficial de demarcação dos territórios indígenas, mas também no que se refere às judicializações dos processos de regularização fundiária e à pressão política exercida pelas bancadas parlamentares que representam os interesses do agronegócio.

Foi no governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992) que mais se declararam e homologaram TI. Posteriormente, no governo Itamar Franco (1992-1995), houve a diminuição desses procedimentos. Sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), houve um aumento significativo de terras em processo de regularização, que foram homologadas e declaradas. Porém, nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), iniciou-se um declínio

dessa regularização e, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), houve uma quase total paralisação. A presidente Dilma Rousseff homologou apenas dez terras indígenas, demarcadas no governo anterior, enquanto seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardos, demarcou três, “num ritmo que demandaria mais de 200 anos para a conclusão do processo demarcatório” (SANTILLI, 2014, p. 317). Foi o governo mais reacionário para a política de reconhecimento do direito fundiário indígena, até a chegada do governo atual, de Jair Bolsonaro⁶², 2019-2022.

Santilli (2014) afirma que o governo de Dilma Rousseff foi um período duro para os povos indígenas, com paralisação dos processos fundiários, nenhum investimento sério na gestão das TI, apesar de a PNGATI ter sido decretada nesse governo, em 2012; houve imposição de obras impactantes sem consulta e investimento em intimidações aos povos indígenas. Isso exigiu o posicionamento do movimento indígena nacional, que ocupou o Congresso Nacional durante o ATL de 2013. O estopim para a mobilização indígena foi o anúncio feito pelo deputado Henrique Alves, às vésperas da Semana do Índio, sobre a instalação de uma comissão especial para analisar a PEC 215, que visava travar, no Congresso, a demarcação de TI. A instalação da comissão foi suspensa após manifestação indígena, mas retomada no segundo semestre por pressão da bancada ruralista. A APIB organizou uma nova manifestação de repúdio, em outubro de 2013, convocando cerca de 13 mil pessoas durante um acampamento de cinco dias na Esplanada dos Ministérios, aproveitando as comemorações pelos 25 anos da Constituição Federal de 1988. Vitória para o

⁶² Assim que tomou posse da presidência, Bolsonaro iniciou seu projeto de revogação dos direitos constitucionais indígenas às terras tradicionalmente ocupadas. A Medida Provisória 870/19 promove a reforma nos órgãos da administração pública, trazendo efeitos como retirada da competência da FUNAI na demarcação das TI distribuindo entre o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, da ministra Damares Alves, e o Decreto 9667/19, que alterava os cargos comissionados, a fim de trocar servidores de carreira por agentes comissionados favoráveis à execução das novas normas administrativas. A PEC 215/2020 visa transferir ao Legislativo a responsabilidade de demarcação e homologação de TI e quilombolas e a criação de áreas de preservação ambiental. O PL-191/20 retoma a proposta de mineração em TI e a exploração econômica das TI por meio da agricultura, pecuária, extrativismo e turismo. Ele admite o cultivo de organismos geneticamente modificados nas TI e estimula o clientelismo político e a corrupção (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021b). A tese jurídica do marco temporal que insiste na aplicação de condicionantes à demarcação das TI, sendo o principal o aparato de tempo de reconhecer as TI ocupadas até 1988. A Instrução Normativa nº 01/21 estabelece regras para produção agrícola extensiva com fins comerciais em TI. O Projeto de Lei nº 490/21 compila outras propostas administrativas e de ementa constitucional, ao prever a tese do marco temporal; a abertura para o contato com os povos isolados; proibir a ampliação de TI e anular a demarcação daquelas que não sigam os preceitos do PL; possibilitar a destinação das TI à fronteira econômica e, logo, revogar os direitos constitucionais indígenas historicamente conquistados.

movimento indígena, com a suspensão da avaliação da PEC 215, e o STF reconheceu a constitucionalidade da demarcação da TI Raposa Serra do Sol (RR) como válidas somente para aquela região, não valendo para julgamentos de outras TI, como temia o movimento indígena. Posteriormente, a bancada ruralista entrou com outro estratagema: pressionar o governo federal para adotar medidas administrativas no executivo com os mesmos efeitos que a PEC 215 teria de restringir o processo demarcatório. Então, surgiu a proposta de editar a uma Portaria Ministerial, a fim de mudar os procedimentos de demarcação das TI do Decreto nº 1775/96, novamente repudiada pelo movimento indígena, porém publicada em janeiro de 2017, pelo presidente Michel Temer. Essa conjuntura seguiu para o atual governo federal, de forma que os direitos constitucionais indígenas à terra e à gestão territorial e ambiental permanecem sob o investimento de interesses do grande capital, cada vez mais alinhado com os poderes executivo e legislativo.

Há vários discursos - como o de Sônia Guajajara (2021), mencionado anteriormente - segundo os quais a terra continua sendo a luta principal dos povos indígenas, à revelia do que se conquistou em 1988. Atualmente, os territórios estão sob ameaças qualificadas tanto no campo quanto na esfera política, em que o governo Bolsonaro vem efetuando sua promessa de campanha de reabertura da fronteira à expansão do agronegócio na Amazônia⁶³. As fronteiras haviam sido parcialmente fechadas pelas demarcações das TI e pela implantação de diversas unidades de conservação, tornando-se um lugar de reconhecimento, e não de negação, reconhecendo os direitos dos povos locais aos recursos do meio ambiente (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021b).

Entretanto, ao assumir a presidência do país, em 2019, o governo Bolsonaro, por meio de acordos de favorecimento recíproco, facilitou a execução de propostas do Legislativo, as quais favorecem grupos empresariais e anti-indígenas, além de intensificarem a mineração clandestina, garimpo ilegal, grilagem de terras, abertura de campos para pasto e monocultura e extração da madeira. Devo ressaltar que o

⁶³ Apresentei mais argumentos na seção 2. Além do agronegócio, o movimento indígena se preocupa com outras propostas do candidato Bolsonaro, implementadas em seu governo, como a “foiçada na FUNAI”, não demarcar TI e quilombolas, rupturas com o acordo pelo clima, acelerando o efeito das mudanças climáticas, incentivo à mineração em TI, grilagem de terras e a necropolítica durante a pandemia.

governo da extrema direita de Bolsonaro se consolidou ao encontrar facilidades deixadas pelo governo anterior, que foi, segundo Santilli (2014, p. 329), “o primeiro a renunciar à responsabilidade histórica e à obrigação constitucional de tutelar os direitos das minorias”, mesmo diferenciando-se do atual governo Bolsonaro, que tem aliança declarada aos interesses dos ruralistas e contra os direitos dos povos territorializados, como indígenas, quilombolas e extrativistas.

No sul do Amazonas há uma incidência crescente de conflitos ambientais nos territórios que abrangem os municípios de Lábrea, Manicoré, Humaitá, Boca do Acre, Apuí, Novo Aripuanã, Eirunepé e Pauini, associados a unidades de conservação e terras indígenas. No município de Pauini, as terras indígenas estão se inserindo no contexto gradual de avanço da fronteira agropecuária, em comparação com os municípios vizinhos de Boca do Acre e Lábrea (FERNANDES, 2018). Embora as taxas de desmatamento sejam baixas, quando comparadas às taxas dos demais municípios do sul do Amazonas, elas já indicam preocupação com a tendência de intensificação da exploração dos recursos. Esse cenário se torna seriamente vulnerável na atual conjuntura política, pelas propostas do governo Bolsonaro e seu pacto com o agronegócio (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021b).

Pacheco de Oliveira (2021b) observa que a reabertura da fronteira à expansão do agronegócio, a qualquer custo, se dá em uma engenharia política que cria uma nova fronteira - possibilitada pela reformulação administrativa de órgãos como MAPA, MMA, a FUNAI, o INCRA e a Fundação Palmares - e reforma do ordenamento jurídico nacional⁶⁴, para o fim de executar o projeto de espoliar os direitos constitucionais dos povos indígenas e tradicionais à terra, gerar permissões legais para atividades ilegais e clandestinas e/ou inconstitucionais.

A postura do Estado em reabrir as fronteiras da Amazônia exigiu e exige que o movimento indígena se coloque como frente à reabertura da fronteira, devido ao seu ativismo político e reconhecimento de sua representatividade nacional unificada, a fim de se fazer combatente no processo de defesa dos direitos indígenas, como observado por Pacheco de Oliveira (2021b). Além das ações judicializadas pelo movimento indígena, representado pela APIB, outras ações vêm sendo efetivadas no

⁶⁴ Alfredo Wagner de Almeida trata como “recodificação” do ordenamento jurídico. (Ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Termo de recodificações**. Conferência inaugural no Congresso da Associação Brasileira de Antropologia).

interior das TI, como os *Encontros por Terras Indígenas*, o que trataremos logo mais, como campo de incidência política local de diálogo entre os povos indígenas e o Estado, para a gestão dos territórios indígenas.

5.1.2 Instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

O componente mobilizador da gestão ambiental e territorial em terras indígenas é a proteção dos territórios contra ameaças externas e/ou para a sua sustentabilidade. Essa preocupação mobiliza as ações de forma conceitual, técnica e política. Há uma década, o Estado nacional vem buscando implementar a PNGATI como marco legal de gestão ambiental e territorial. Na prática, desde o Decreto de institucionalização dessa política, o Estado está ausente e omissivo na responsabilidade de investir em sua implementação efetiva. As ações existentes têm ocorrido por meio de cooperações internacionais⁶⁵.

Antes da PNGATI, outros instrumentos de gestão ambiental e territorial foram implementados, a fim de contribuir para a regularização fundiária, o controle de ameaças e riscos ambientais e/ou o desenvolvimento das populações tradicionais e povos indígenas que residem nesses territórios. Destaco o *Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais no Brasil* (PPG7), o *Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas* (PDPI) e o *Projeto Gestão Ambiental em Terras Indígenas* (GATI).

O PPG7⁶⁶, lançado durante a Eco-92, *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, deixou um legado importante de 43 milhões de hectares de TI demarcadas na Amazônia. Menezes (2019) afirma que esse programa fortaleceu a gestão ambiental por meio do aperfeiçoamento de ferramentas para monitoramento, inspeção e regulamentação da terra, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais, e colaborou com o fortalecimento institucional de várias organizações não governamentais, como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA).

⁶⁵ Como, por exemplo, mostram as experiências da OPIAJ com o IEB, que se pautam em agendas com a USAID e a Fundação Moore.

⁶⁶ Acordo ente os sete países mais ricos do mundo, que pretendiam tornar o PPG7 o maior programa de proteção de florestas tropicais e gestão de recursos naturais em um único país, desenvolvendo ações em dois biomas: Amazônia e Mata Atlântica.

Por sua vez, o *Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal* (PPTAL), amparado na cooperação internacional, foi implementado pela FUNAI para efeitos de demarcação das TI. Souza e Almeida (2012) ressaltam o pioneirismo desse projeto para a gestão territorial, quando inseriu o componente ambiental no processo de identificação territorial. Foi considerado também importante o planejamento etnoambiental nas terras demarcadas, promovendo estudos e capacitações para a realização de levantamentos etnoecológicos e monitoramento de TI.

Posteriormente, o *Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas* (PDPI)⁶⁷ foi considerado como a primeira iniciativa governamental de gestão ambiental de TI na Amazônia, configurando-se como um projeto piloto e não como uma política pública. Souza e Almeida (2012) reconhecem a contribuição do PDPI ao tema, observando que o Projeto possibilitou aos gestores do Estado um aprendizado decorrente das experiências e dos conhecimentos indígenas aplicados em seus contextos locais.

O *Projeto Carteira Indígena* nasceu no âmbito da gestão territorial e seguiu complementando as ações do PDPI, uma vez este tinha ação restrita à Amazônia e o *Carteira Indígena* poderia atuar nacionalmente, “ajudando a institucionalizar no MMA uma ação permanente de gestão ambiental” (SOUZA; ALMEIDA, 2012, p. 169). Esse projeto trouxe outra perspectiva para a gestão das terras, propondo relacionar a segurança alimentar à resolução de problemas alimentares e nutricionais no interior das TI.

Em 2008, surgiu o Fundo Amazônia⁶⁸ (FAM), como uma nova proposta de proteção das florestas brasileiras. Implementado pelo MMA e administrado pelo BNDES, o FAM incorporou o combate às mudanças climáticas como pano de fundo para o desenvolvimento de ações de conservação, prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia.

⁶⁷ O movimento indígena organizado de Pauini aprovou uma única proposta do PDPI para ações de proteção territorial na TI Peneri/Tacaquiri, no valor de R\$ 50.000,00, no período de 2004 a 2005.

⁶⁸ Com aporte financeiro dos governos norueguês e alemão, o Programa FAM emitiu cerca de R\$ 1,8 bilhão para projetos. Quase 60% dos recursos do fundo foram destinados ao governo federal, estados da Amazônia Legal, três agências que trabalham com o meio ambiente e inspeção como o IBAMA e o INPE. Quase 40% foram investidos em organizações não governamentais e universidades (MENEZES, 2019). Mais recentemente, em 2017, o povo Apurinã da TI Água Preta/Inari, em Pauini, desenvolveu ações de implementação da PNGATI por meio de projeto executado pelo IEB, em parceria com a OPIAJ.

Todos esses instrumentos de gestão consolidam uma perspectiva de gestão ambiental e territorial participativa, compartilhada e integral, com uma visão alçada ao território mais ampla e não aos polígonos das áreas protegidas (BARRETO FILHO, 2014.). Nesse processo, o reconhecimento constitucional dos direitos indígenas, especialmente à terra, aliado ao reconhecimento internacional do protagonismo indígena na condução de seu modo de vida (a exemplo de ser consultado, como prevê a Convenção 169, da OIT), favoreceu o reconhecimento dos povos indígenas ao direito de gestar seus territórios, para além de morar na terra, como reivindicava Rivaldo Apurinã. A PNGATI surgiu como parte integrante do ‘tempo dos direitos’ indígenas.

O reconhecimento da participação política do movimento indígena em espaços de decisão propiciou a criação da Comissão Nacional de Políticas Indígenas (CNPI), instituída em 2007. Essa comissão é resultado do esforço entre o movimento indígena e o Estado, representado pela FUNAI e pelo MMA, que implementou o *Projeto Fundo para o Meio Ambiente ou Global Environmental Facility* (GEF) indígena e, com ele, o *Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena* (GATI), base para a implantação da futura PNGATI.

A PNGATI, portanto, nasceu como um novo ordenamento público e político para pensar o território indígena, instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012, em um processo que contou com grande participação social, por meio de cinco consultas, realizadas no período de 2008 a 2010, reunindo cerca de 1.300 indígenas de todo o país. Esse processo se constituiu como um marco na construção participativa de políticas públicas para os povos indígenas.

Uma vez implementada, essa política deve instrumentalizar os povos indígenas na sua posição de frente à reabertura da fronteira amazônica para a expansão do agronegócio e atividades predatórias. Todavia, não se trata de uma discussão nova, pois a PNGATI está baseada nos instrumentos de gestão ambiental e territorial que a antecedem. Herda, ainda, as discussões, as ações governamentais e os posicionamentos indígenas ocorridos anteriormente, como reforça Chico Preto⁶⁹ (2019), liderança Apurinã e membro do extinto Comitê da PNGATI: “não é nova porque as coisas que são do passado nunca ficam no passado; elas sempre são do presente”. Isto é, demandam atualização e reconfiguração do movimento indígena e dos povos

⁶⁹ Francisco Avelino Batista, também conhecido como Chico Preto ou Chico Apurinã.

indígenas, de forma geral, para seu pleno desenvolvimento e resistência às ameaças externas e/ou diálogo interétnico.

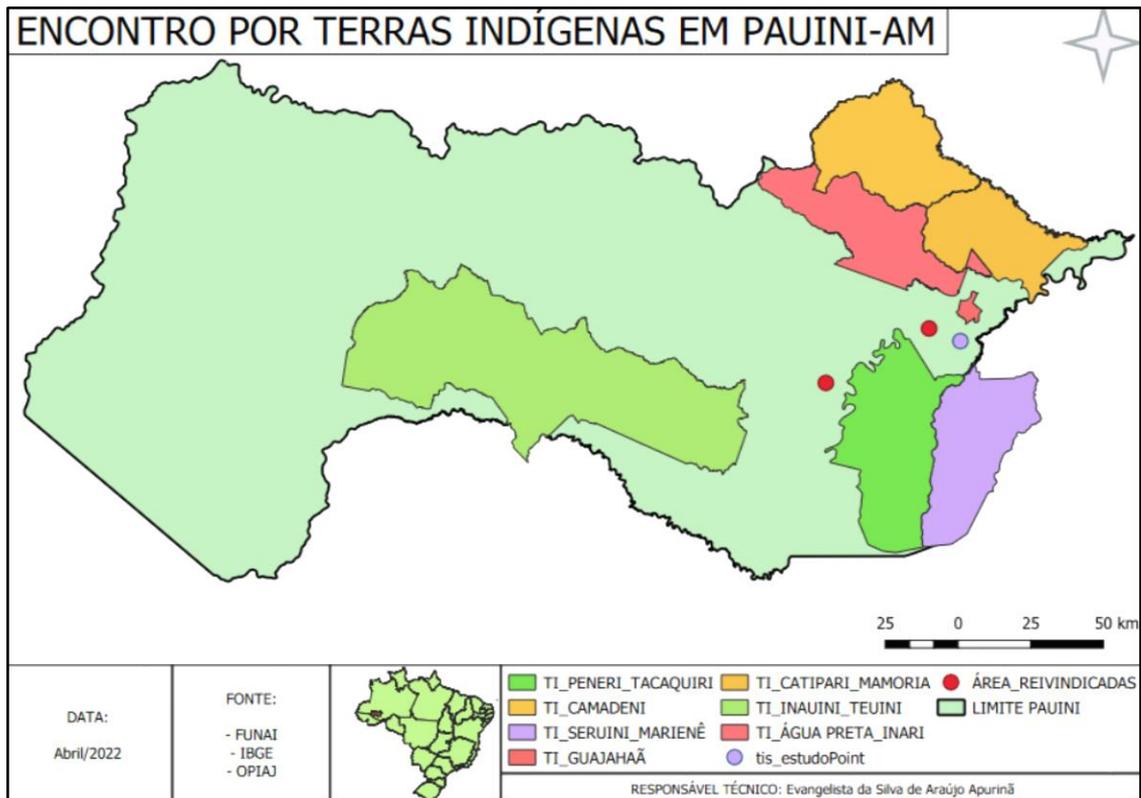
A PNGATI parece ser uma importante janela de oportunidades para que povos indígenas e órgãos de governo, das áreas ambiental e indigenista, se articulem, a fim de promover uma gestão territorial que explore toda sua potencialidade integrativa e democrática (BARRETO FILHO, 2014, p. 298). O *Encontro por Terras Indígenas* é o ambiente apropriado para essa integração, uma vez que propõe discutir, indicar e reivindicar que as políticas públicas indigenistas - como proteção territorial, educação escolar indígena e saúde indígena, por exemplo - alcancem o interior das aldeias de forma mais apropriada e sejam eleitas pelos povos indígenas daquela TI.

5.1.3 *Encontro por Terras Indígenas*: o início de um modelo de gestão territorial indígena

Os Apurinã estão discutindo a gestão de seus territórios enquanto projeto de vida com diferentes atores e com as políticas públicas do Estado, que se articulam por outra rede de conceitos como terra indígena, plano de gestão, plano de vida, protocolos, manejo, etnomapeamento. Encontro por Terra Indígena é uma estratégia Apurinã de ampliar os caminhos da gestão de seus territórios de um modo particular.

O evento histórico que proporcionou a concepção do *Encontro por Terra Indígena* foi a assembleia da OPIAJ, realizada em 2009. O mapa a seguir dimensiona as terras indígenas realizaram o referido Encontro:

Figura 6 - Mapa das TI que realizam o Encontro (2022)



Fonte: APURINÃ, E.S.A., 2022.

No momento da assembleia (2009), as aldeias reivindicavam a presença das instituições nas suas bases e estas alegavam falta de recursos para realizar as viagens. Segundo Evangelista Apurinã,

[...] Tudo que a FUNAI tinha naquele momento era um notebook Sony Vaio que era meu, mas, para todos os efeitos era da FUNAI. E, nessa altura, quando os parentes pediam para eu ir às aldeias, a FUNAI não tinha como ir porque eu não tinha combustível. Tinha um motor 40 e um bote de alumínio, mas faltava o combustível. Então, comecei a pensar no que fazer. Nessa época, nós tínhamos um parceiro, o Alex, que era Secretário da OPIAJ, mas em seguida, houve uma assembleia e o nomearam como Coordenador. A partir daí eu comecei a pensar que eu deveria trazer ele para ser parceiro. Então, começamos a pensar juntos, era Governo e Movimento. [...] Em 2009 nós tínhamos 27 aldeias registradas e cadastradas, quando eu cheguei pra conversar com a OPIAJ na época, falei das outras aldeias que estavam em áreas não demarcadas, não reconhecidas, que precisávamos pensar no atendimento delas. [...] Nesse ano, a OPIAJ fez uma assembleia para atualizar o Estatuto e mudou o nome, o tempo de mandato foi para quatro anos. Para fazer essa assembleia (...) o Alex foi muito estrategista porque houve uma manifestação contra o Coordenador [do Polo Base] e nisso o Alex aproveitou para chamar uma reunião de Conselheiros Locais de Saúde, para alterar o Estatuto da OCIAC, fazer uma nova pactuação do recurso da Saúde

Indígena [pela Portaria 2656/ano] e ainda substituir o Coordenador do Polo. E aí o que acontece, nós tínhamos o Francisco Ferreira e o Kennedy na Coordenação de Ensino, eu na FUNAI, as comunidades indicaram o Celino para ficar como Coordenador do Polo e o Rondon para ser assessor dele. Rondon Vicente que é um ex-Chefe de Posto também. Então, montamos uma equipe de trabalho. Nessa mesma reunião os parentes cobraram muito de nós, principalmente a nossa participação na aldeia e foi aí que eu pensei que a gente não tem tempo de ir aldeia por aldeia. Depois dessas porradas que a gente levou eu percebi que não daria pra fazer isso, subir de aldeia por aldeia pra ir conversando e foi então que eu comecei a pensar em fazer um encontro para toda a terra indígena, reunindo todas as aldeias e conversar com todas elas ao mesmo tempo, que foi no Katipary, mas só conseguimos realizar isso em 2010. (EVANGELISTA APURINÃ – entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Esse relato apresenta vários elementos que indicam o contexto da idealização dos *Encontros por Terra Indígena*, bem como da representatividade desse evento para as aldeias e as instituições envolvidas. Destaco as informações relativas à formação de uma equipe e a concepção do Encontro. Esses dois elementos são representativos da natureza do movimento que demonstra o grau de subjetividade do movimento indígena. As “porradas que a gente levou” foram direcionadas também para outros agentes públicos - como a Coordenação de Ensino (CMEI) e Polo Base de Saúde Indígena - e consistem, fundamentalmente, na tentativa de colocar ordem no caos social condicionado às aldeias, que viviam sem a assistência das instituições indigenistas. Ressalto que o indigenismo, àquele momento, dividia o ‘mundo indígena’ entre aldeados e não aldeados.

Como afirma Evangelista Apurinã (2019), “eles sabiam que tinham direitos às políticas; acessavam, mas não sabiam como funcionava. Com isso eles cobravam a participação da FUNAI nesse sentido, fora de um contexto que não era mais demarcação, mas a permanência da garantia dos territórios”. Diante da demanda existente para atender às reivindicações das aldeias, num trecho do relato, Evangelista Apurinã informa: “A gente não tinha combustível para ir aldeia por aldeia como eles queriam”. Esse trecho é emblemático para mostrar como a FUNAI não tinha condições logísticas para atuar nas aldeias e uma solução precisava ser encontrada.

Essa situação proporcionou a criação de uma alternativa: a ideia de reunir lideranças e/ou moradores das aldeias num mesmo lugar, o que mitigaria as despesas e iria viabilizar a reunião. Se a preocupação inicial foi tão somente minimizar os gastos,

ao longo do processo foram se somando outras qualificações para esse momento de reunião das aldeias, como, por exemplo, “fazer as aldeias se visitarem”. Como relata Evangelista, visitar era um costume do povo Apurinã que estava sendo deixado de lado. Assim, ele demonstra e qualifica a importância da realização dos Encontros:

[...] Falaram de muitas coisas, como por exemplo, da FUNAI, que a FUNAI estava muito ausente nas comunidades, que precisava ver a questão da fiscalização de proteção ao território de vigilância, direitos sociais, produtivo e valorização da cultura. Enfim, falaram um todo da missão da FUNAI e falaram do potencial das terras indígenas, dos lagos da castanha do cacau, falaram do potencial da terra indígena. Do Polo Base solicitaram mais a presença, palestras de valorização da medicina tradicional, que não faltassem os remédios farmacêuticos, que tivesse uma preparação maior das pessoas que fazem parte da equipe e que se a gente pudesse acompanhar algumas viagens da equipe para ajudar na mobilização das aldeias no atendimento, seria bom. Na parte da educação falaram da construção das escolas, da formação dos professores que já iniciaram e já era para concluírem em 2010, estava atrasada. Disseram que o movimento indígena, a OPIAJ, tinha que acompanhar tudo isso; todas essas discussões, tanto com as instituições quanto internamente com as aldeias [...] (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Na esteira do processo histórico de realização dos Encontros, resalto que o primeiro Encontro aconteceu em 2010, na aldeia *Kakory*, realizado em uma casa construída no momento da reunião, porque o espaço que havia disponível media apenas 10x8m e não comportava todos os participantes, dado o grande interesse de participação “dos parentes” no evento. Evangelista Apurinã assim relata:

[...] Esse lugar era perto de onde as mulheres estavam fazendo comida, e por isso não teve essa coisa das mulheres ficarem separadas. A gente estava discutindo ali e elas estavam ouvindo. Outra coisa importante já naquela época foi que os próprios indígenas chamaram o pessoal vizinho, os ribeirinhos. Teve até um rapaz que já faleceu, Zuquina, que era deficiente das duas pernas e ele foi pra lá, morava no São Sebastião. Foi também uma senhora lá da Ajuricaba; um rapaz da Vila Dedé que também participou. Foi isso, nós estávamos discutindo coisas nossas, mas com eles também. Foi meio que uma lavagem de roupa suja, mas ao mesmo tempo dizendo pra eles que é assim que a gente conversa. E eles, os ribeirinhos, ficaram lá os três dias de reunião com a gente. Outra questão bem interessante foi que a gente começou a inserir os jovens, mesmo não sendo ainda a GEIP (Gerência de Estudantes Indígenas de Pauini). Nossa intenção foi levar os jovens daquela terra indígena pra lá para saberem o que estávamos discutindo (Evangelista Apurinã – entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Durante o Encontro, não havia uma pauta específica. Segundo Evangelista Apurinã (2019), “a ideia era ouvir o que eles tinham para dizer”, não previa a dimensão que alcançaria, “pensei que ia acabar naquele encontro”. Entretanto, a reunião foi positiva e logo as aldeias da TI Água Preta/Inari⁷⁰ manifestaram interesse; então, os organizadores puderam preparar uma estrutura mais apropriada, construindo uma casa de reunião, além da casa de hospedagem.

Depois do encontro da TI Água Preta/Inari, ocorreu a reunião do rio Seruini⁷¹, que reuniu duas terras indígenas: TI Seruini/Marienê, homologada, e TI Baixo Seruini, em processo de identificação. As aldeias acolheram a proposta dos Encontros como um instrumento de organização interna e, por esse motivo, várias medidas operacionais foram sendo tomadas, no intuito de dar o suporte logístico necessário para que os encontros acontecessem. A CTL se responsabilizou por construir duas casas em cada aldeia: uma destinada à realização das reuniões e outra para ser usada como alojamento. A logística, especialmente a alimentação, era dividida entre as aldeias, sendo responsabilidade da CTL e do Polo Base, instituições governamentais, providenciarem o combustível necessário para a mobilização dos parentes.

A dinâmica dos Encontros consistia na realização de reuniões semestrais. A seleção do local do evento era feita por meio de sorteio; a definição da data e a divisão da logística eram articuladas e combinadas entre as aldeias presentes. O rodízio entre as aldeias permitia a participação igualitária e a colaboração mútua na preparação e realização do Encontro.

5.1.4 Gestão territorial e governança indígena: como os parentes operam hoje os Encontros?

Uma vez reconfigurado como uma ação das terras indígenas, o Encontro se tornou um tipo particular de micropolítica, durante a qual são tratados assuntos específicos de determinada terra indígena, adaptando metodologias participativas ao cerimonial de um evento. Ao longo das realizações, formulou-se uma pauta de cinco eixos, onde políticas públicas e perspectiva indígena se encaixam: organização social;

⁷⁰ Em abril de 2020, estava previsto acontecer o 17º Encontro da TI Água Preta/Inari, mas foi suspenso em razão da pandemia. Os Encontros tinham intervalos de seis meses e, atualmente, são realizados a cada quatro meses.

⁷¹ Anteriormente, mencionei que esse encontro recebeu a denominação de *Encontro do Povo do rio Seruini*.

saúde e medicina tradicional; educação escolar indígena e educação indígena; valorização cultural e proteção territorial.

A realização do Encontro segue um ritual que busca afirmar, simbolicamente, a ordem social (LEACH, 1995). Alcançar a governança de seus territórios exige, primeiramente, colocar em ordem o caos inerente às aldeias, em virtude das ameaças externas e internas capazes de desestruturar a organização social.

Realizar o Encontro requer, antes de tudo, a construção, no sentido literal, de um cenário apropriado, como uma casa de hospedagem e uma casa de reunião. A definição de uma pessoa para atuar como moderador é fundamental. Inclusive, algumas TI elegeram uma dupla, denominada 'articuladores indígenas', os quais assumem o papel de cerimonialistas, moderadores do evento e/ou relatores. As discussões das pautas ocorrem nas mesas, que têm horários pré-estabelecidos e seguem os rituais de abertura, encaminhamentos e encerramento.

Cada etapa da preparação do Encontro (antes, durante e depois) é realizada em regime de compartilhamento de tarefas entre os próprios moradores, que se alternam entre diferentes papéis: ora exercem a função de carpinteiros, ora estão como cozinheiros, bem como assumem a tarefa de moderadores e relatores, de acordo com a necessidade.

A dinâmica do Encontro destaca um tipo específico de pessoas: aquelas com habilidades de moderação, de representação política e de autoridade junto às instituições parceiras. Nesse processo, mostram-se capazes de reconfigurar, a seu favor, processos outrora colonizadores, como sendo uma estratégia de relacionamento com o mundo não indígena. Trata-se de mais uma estratégia de resistência indígena, considerando o *Encontro por Terra Indígena* um fato social de resistência para a autonomia e a governança indígena.

Quando convidadas para as mesas de discussões, as instituições apresentam as atividades realizadas, justificam aquelas que não foram realizadas, esclarecem dúvidas e, quando solicitadas, se posicionam sobre as demandas (surgidas espontaneamente) dos parentes presentes. Alguns temas são complexos e isso, muitas vezes, aquece as discussões, como se a plenária fosse um parlatório. Entretanto o Encontro é o momento de debate e resoluções dos problemas ou de disputas e discussão das pendências existentes. Seguindo essa dinâmica, as

diferenças e as estranhezas são resolvidas, especialmente porque a proposta do Encontro entre indígenas e instituições é fazer negociações e ajustes, quando for necessário.

Um exemplo de uma pauta social eleita como muito importante trata das demandas relativas ao tema da educação, tais como: a contratação de professores, a construção de escolas, a qualificação e o aperfeiçoamento dos professores, o calendário pedagógico e a alimentação escolar. Esses assuntos estão no topo dos interesses e são cerne das análises da educação escolar indígena tratadas entre parentes e a Coordenação de Ensino Indígena (CMEI), uma seção da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Os encaminhamentos dessa pauta podem ser direcionados exclusivamente para a SEMED/CMEI ou compartilhados, de forma integrada, entre as demais instituições presentes. A construção das escolas é exemplo da parceria, já que, apresentada no Encontro, cabe à Organização Indígena legitimar e representar a demanda comunitária; cabe à FUNAI revalidar o encaminhamento; cabe à SEMED acolher, como órgão responsável pela construção.

A saúde indígena é outro tema desenvolvido com bastante interesse durante o Encontro, destacando-se o serviço prestado pelo Polo Base de Saúde Indígena de Pauini. As questões circulam entre o número de visitas realizadas pela equipe multidisciplinar, a construção de base de apoio para os atendimentos nas aldeias; a definição da aldeia considerada estratégica para realizar a mobilização dos parentes e a situação das embarcações que realizam o regaste dos pacientes.

É importante esclarecer que a relação com o órgão de saúde indígena mudou ao longo do tempo, devido às mobilizações feitas durante os Encontros. Informações de meus interlocutores revelam que, anteriormente, os serviços de saúde eram prestados apenas às aldeias das TI demarcadas. A partir das mobilizações, dos esclarecimentos e das discussões interinstitucionais, no âmbito dos *Encontros por Terras Indígenas*, o atendimento foi disponibilizado também para as aldeias localizadas em áreas não reconhecidas e/ou em estudo de identificação.

No que se refere à proteção das TI, esse tópico é direcionado à CTL da FUNAI. A plasticidade das reivindicações circula no compromisso de o Estado proteger os territórios. As ameaças em forma de invasão das terras pelo avanço da pecuária, a relação de fronteiras com os ribeirinhos, por exemplo, a ocorrência de ilícitos nas

aldeias e o desmatamento são objeto de atenção prioritária, especialmente pelos parentes que se dedicam às ações de vigilância territorial e aos eventos compartilhados com o órgão indigenista oficial.

Em que pese o caso da proteção territorial, o Encontro é momento de os indígenas requererem do órgão indigenista as informações, os esclarecimentos e os encaminhamentos, por exemplo, sobre a situação das demarcações, como no caso das TI Baixo Seruini, Sãkoã/Santa Viória e Kapyra/Kanakury. O Encontro é, também, um espaço de formação das pessoas em diferentes aspectos, com destaque para o exercício de formação das lideranças indígenas, quando os participantes compartilham de informações sobre o contexto político de maneira geral.

Além das demarcações, são solicitadas informações sobre a revisão dos limites, como é o caso da TI Água Preta/Inari. A implementação de áreas protegidas em interface a áreas reivindicadas é outro assunto pautado, como é o caso da TI reivindicada Kapyra/Kanakury e da TI homologada Inauini/Tauini, considerando que o governo do estado do Amazonas tem interesse em criar uma REBIO⁷² no rio Pauini, fazendo limite com esses dois territórios.

A valorização cultural é um forte componente na gestão dos territórios, apontando para a retomada do *Kyynyry*, a festa tradicional do povo Apurinã; segundo o cacique França, da TI Água Preta, “a força Apurinã vinha do *kyynyry* e por isso precisa voltar a ser feito, para fazer o parente forte de novo”. Aqui se observa outra perspicácia do Encontro: a gestão da memória indígena.

A politização da consciência indígena sobre a memória de processos sociais remete à ideia de que os parentes estão posicionados ‘no mesmo’, estimulados pelas fronteiras étnicas, e não separados, como propõe a noção conceitual de fronteira (BARTH, 2000). Em outras palavras, a dimensão cultural, neste caso requerida por meio do *Kyynyry*, é o que Cardoso de Oliveira (2000) chamou de comunidade de comunicação e argumentação.

⁷² Informação obtida na *Oficina de esclarecimento sobre regularização fundiária*, realizada em 2019, pela parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pauini (STTRP), a CTL/FUNAI e a OPIAJ. Mais informações, ver ARAÚJO APURINÃ, Evangelista da Silva.; LIMA, José Roberto de. **Relatório da Expedição ao rio Pauini**. Pauini, 2018. Documento administrativo interinstitucional. Meio de consulta: local.

O tema organização social reúne as atividades realizadas exclusivamente pelas aldeias, seja por iniciativas individuais ou compartilhadas de agentes, como mutirões de limpeza e de plantio. Destaco as manifestações sobre a problemática do uso de bebida alcoólica e, mais, do uso da *maracutaia*⁷³ como o exemplo de problema apresentado pelas mulheres das aldeias do rio Seruini, em busca de resolução. Para melhorar compreensão, no *Encontro do Povo do Seruini*, em 2017, duas mulheres denunciaram seus maridos pelo uso desse produto e pediram providências dos caciques para conter o consumo da *maracutaia* e de todas as bebidas alcoólicas nas aldeias. O *Encontro por Terra Indígena* assume, portanto, formas de intervenção política e legal de resolução de problemas internos.

Gradualmente, o Encontro traz alternativas diplomáticas para quebrar ciclos históricos de conflito, como ocorre com os Apurinã do rio Seruini, por anos estereotipados como violentos. Na cultura Apurinã, a guerra e a vingança fazem parte do caráter guerreiro do povo. Elas têm origem desde o começo do mundo⁷⁴, embora, há tempos, os ciclos de vingança sejam evitados. A antropóloga Juliana Schiel (2004) menciona que as guerras são importantes para o *ethos Apurinã* e, por isso, é comum o envolvimento dos Apurinã em endogueras ou guerras entre falantes da mesma língua. Evangelista Apurinã apresentou o seguinte exemplo:

[...] O Seruini traz o exemplo mais marcante para nós de que está valendo a pena se organizar. Antes, o Seruini tinha uma imagem negativa que causava um misto de medo, preconceito e freava que as políticas públicas chegassem até lá. Houve um tempo, só para você ter ideia, que a equipe de saúde deixou de entrar no Seruini com medo porque os parentes tinham fama de brabos, de violentos. E isso foi construído ao longo do tempo. O Seruini é o berço dos Apurinã; todo mundo que está em Lábrea, Boca do Acre, saiu do Seruini ou é filho de quem saiu de lá. E o que nós estamos fazendo com esses Encontros é mudando essa imagem e ajudando os parentes a se organizarem para acessar as políticas públicas e terem uma vida melhor. Hoje, você pode ver as aldeias se visitando. Você viu, nós paramos em todas as aldeias, entramos nas casas, comemos, ganhamos presentes... Antes não era assim. Havia muita desavença e isso chegava até lá fora. Hoje eles sentam dias, pensam no futuro

⁷³ Tipo local de bebida a base de gasolina, altamente perigosa, porque, ao ser ingerida, consomem-se o álcool e todas as substâncias nocivas da gasolina.

⁷⁴ A vingança aparece pela primeira vez para os Apurinã no mito de origem do mundo. *Tsura* e seus irmãos, *Uxorōku*, *Eroātu* e *Ekipaã* vingaram a morte de sua mãe, *Yokoneru*, matando os *Katsamãuteru* (SCHIEL, 2004; CÂNDIDO, 2017).

que eles querem (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

O *Encontro por Terra Indígena* não é apenas um *lugar*, um espaço físico. Ele é um *espaço social* produzido pelas relações sociais dos indivíduos, em alguns casos, indígenas e extrativistas, como no Seruini e na TI Água Preta. Para Bourdieu (1987), os agentes sociais constroem o *espaço social* ao mesmo tempo em que são constituídos por esses espaços, nas relações mútuas. O espaço social e os grupos que dele fazem parte são produtos da história. Os agentes se engajam em função da posição que ocupam no espaço social e das estruturas mentais, por meio das quais eles apreendem esse espaço (BOURDIEU, 1987). Com base nesse pensamento, podemos afirmar que os Encontros são espaços de produção de alteridades e via de mudanças coletivas.

O *Encontro por Terra Indígena* estabelece o que Roberto Cardoso de Oliveira (2000) definiu como comunidade de argumentação, sendo um espaço social marcado por relações dialógicas, que tenham lugar no plano da linguagem, do discurso: são relações que tanto estão presentes no diálogo interpares de uma comunidade, como no diálogo entre membros de uma comunidade cultural, a exemplo do que pode ocorrer no interior de uma determinada etnia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000).

Sendo assim, o que torna o diálogo entre os interlocutores possível, de acordo com Cardoso de Oliveira (2000), é o acordo intersubjetivo sustentado, que expressa a ética do grupo, a ética baseada na etnicidade, que se desenvolve num espaço democrático, simétrico, livre de dominação. Esses adjetivos próprios da etnicidade vão induzir a mudança social que o grupo espera. Isso é pode ser observado na seguinte fala de Evangelista Apurinã:

[...] Precisamos levar o Água Preta pra dentro do encontro do Peneri. Eu acho que aí vamos ter a base de um contexto cultural nosso, de um contexto familiar. Tem gente que diz “*poxa, eu não sabia que a tua aldeia era tão bonita assim*”, quando vai para um encontro em outra terra. Ver o Abdias falando lá no Seruini⁷⁵ “*eu não sabia que o Nova Vida era tão bonito assim*” e o Dário quando foi pro Peneri, disse “*eu não sabia que o Vera Cruz era assim*”, são exemplos. Carlos falou que não sabia que tinha parentes dele lá na Peneri. Sabe, vai além daquele momento ali. Vai de uma visita familiar de conhecer outros lugares, outras aldeias mesmo sendo do mesmo município. E eu acho que a importância disso de levar pra outros locais é a permanência lá de

⁷⁵ Abdias, França e Manoel da TI Água Preta/Inari participaram do primeiro *Encontro do Seruini*.

manter esse fluxo de levar diferentes pessoas para esses locais. [...] (EVANGELISTA APURINÃ - entrevista em Pauini, em 17/10/2019).

Nesse processo de etnicidade, a história tem um papel importante; nessa perspectiva, os Encontros se revelam como espaços de revisitação/consulta ao passado, para refletir tanto sobre o presente quanto sobre o futuro. O projeto *Encontro por Terra Indígena* é valorizado e compreendido pelas aldeias como oportunidade de unir forças para provocar a mudança pessoal ou coletiva. Acerca desses eventos, Wallace Apurinã comenta:

[...] Eles são importantes por eliminar costumes recentes, por buscar dialogar com o passado que a gente já viveu, da gente ter uma vigilância, uma economia limpa e equilibrada onde a gente não vive só para o trabalho; a gente consegue fazer a nossa manifestação cultural, visitar outras aldeias, reavivar alguns varadouros e isso é muito bacana. O natural tem muito a ver com o ser Apurinã, ser Jamamadi. Então, esses Encontros, vejo, reabrem o passado para gente viver naquele momento. E a aí a gente tem as reuniões durante o dia e as conversas a noite nas mascas⁷⁶ de *katsupary*. A gente resgata esse momento de reuniões cerimoniais, das lideranças ali conversando, falando como que era isso antes. Acho isso muito bacana porque amarra tudo que a gente conversa durante o dia. É a noite que a gente consegue ter uma compreensão melhor. A nossa liderança hoje é bastante falada e questionada por esse motivo: de ter um conhecimento a partir do passado. E não de ter um costume novo, estar levando lá pra dentro (WALLACE APURINÃ - entrevista em Pauini, em 23/03/20).

A história de Apurinã e Jamamadi proporciona um olhar para a reflexividade indígena. O historiador Eric Hobsbawn (1998, p. 22) afirma que “o sujeito da história é o passado. Nós estamos sempre passando do passado ao presente e do presente ao futuro. A história não pode ser cortada do presente e nem tão pouco do futuro”. Como sugere Bourdieu (1987), o passado permite compreender o presente e agir sobre ele. Nesse sentido, os Encontros servem para fortalecer a memória e projetar o futuro.

Isto posto, a realização do *Encontro por Terra Indígena* é um demonstrativo de instrumento pensado e construído por uma liderança indígena, ligado ao quadro

⁷⁶ Nesse contexto, *masca* de *Katsupary* é uma pequena reunião sociopolítica e cultural Apurinã, para se discutir questões, tomar decisões ou simplesmente socializar. O *Katsupary* (ou *badu*) é o elemento cosmológico político-espiritual que reúne os Apurinã desde o tronco velho. A performance consiste em: à noite, os Apurinã ficam dispostos em uma roda no chão, mascando o *Katsupary*, tomando rapé e discutindo os temas comuns.

técnico da FUNAI, que foi sendo atualizado pelos Apurinã. Para além de um evento que tinha como premissa inicial discutir questões prementes para as aldeias, tais Encontros passaram a operar como ferramenta de gestão e de tomadas de decisão importantes. Ademais, quando se fala em gestão, especificamente na sua vertente mais operacional e potente, que é a governança, a governança socioambiental, está se falando da potência dos Encontros como um espaço de reflexão coletiva, bem como de articulação, mediação e interlocução com a gestão pública local e nacional. Portanto, o *Encontro por Terra Indígena* se trata de um espaço de decisão e regulação territorial indígena.

6 ASSEMBLEIA, KATSOPARY E ELEIÇÕES: RESISTÊNCIA CULTURAL E POLÍTICA NA GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS EM PAUINI

Nesta seção, teço reflexões sobre a construção de candidaturas e mandatos indígenas para a campanha eleitoral de 2020. Não pretendo apresentar o contexto histórico da relação povos indígenas e as eleições em Pauini, embora considere extremamente importante para aprofundar as diversas discussões que corroboram o contexto de luta da OPIAJ. No momento, atenho-me à experiência etnográfica ocorrida na mesa *A atual conjuntura política e participação indígena*, realizada na VI Assembleia da OPIAJ, em 2019, a qual deliberou a candidatura de dois indígenas às eleições municipais em 2020, alcançando a eleição de um deles.

Interesso-me em dar certa inteligibilidade às tramas que envolvem esses fenômenos (GOLDMAN; SANT'ANNA, 1996) da construção de candidaturas e mandatos indígenas, como proposta do movimento indígena de Pauini, para a gestão, autonomia e autogovernança de seus territórios originários. Certamente o tema segue em aberto e haverá muito para refletir antropologicamente mais à frente, como, por exemplo, os efeitos da decisão da assembleia e a atuação do vereador indígena, a influência do partido no mandato e as estratégias indígenas de indigenização da modernidade, que são temas interessantes para reflexões futuras.

Representando mais de 40 aldeias de sete TI homologadas e três em estudo de identificação, a OPIAJ integra base política com a FOCIMP, a COIAB e a APIB, engajando agendas dentro e fora do sul do Amazonas. O discurso do movimento indígena pela 'indigenização' da política partidária é, de longe, novo. Passaram-se

mais de 30 anos desde o fim do mandato de Mário Juruna (PDT) para que os indígenas voltassem à cena política, o que aconteceu em 2018, com a eleição da Deputada Federal Joênia Wapichana (REDE), embora o número de candidaturas indígenas seja crescente ao longo dos anos (VERDUM, 2022). Com conhecimento mais refinado e estratégico, essa iniciativa somava-se à proposta do movimento indígena em busca do protagonismo e da autonomia territorial dos povos indígenas, pela via eleitoral. Trago a experiência da OPIAJ, com a candidatura de dois indígenas, como um caso exemplar da agencialidade do movimento indígena nas eleições municipais de 2020, em Pauini.

Espero que as reflexões advindas da experiência aqui apresentada contribuam para alargar o conhecimento produzido pela antropologia da política, especialmente no que se refere à compreensão sobre a relação movimento indígena, eleições e autogovernança de territórios indígenas.

6.1 Política indígena na política não indígena: os povos indígenas e as interfaces das eleições

A participação indígena na política partidária no Brasil é um tema frequente desde a década de 1970, ganhando maior investimento a partir da consolidação do movimento indígena na década seguinte, quando o advento das associações indígenas abriu camadas diversificadas para a luta a favor dos direitos indígenas. Entretanto, somente após o regime militar, a antropologia brasileira começou a desenvolver estudos sobre as eleições e seus desdobramentos, inaugurando a antropologia da política⁷⁷, um novo campo de investigação do âmbito da antropologia política.

Kuschin (2007) observa que, até o final do século XIX e início da década de 1920, a política não era considerada o foco dos estudos antropológicos; tampouco havia a formalização da antropologia política como subárea da disciplina, embora a política esteja presente na antropologia desde o seu início por meio de trabalhos sobre o tema “poder”. Somente com o avanço da tradição estrutural-funcionalista britânica a política, na perspectiva das sociedades com/sem Estado, da micropolítica, do poder e do parentesco, ganhou espaço nas etnografias africanas como *Os Nuer*, *Análise de*

⁷⁷ Para mais informações, ver os trabalhos do NUAP, organizados por John Comerford *et al.* (2017).

uma situação social na Zululândia moderna e Sistemas políticos africanos. Estas etnografias clássicas são apontadas como os estudos fundadores da etnopolítica (FERREIRA, 2017, p. 196).

No Brasil, a consolidação da antropologia da política como disciplina, começa a se estruturar a partir dos realizados por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, em 1990, os quais elaboraram as linhas iniciais da antropologia da política desenvolvida no Núcleo de Antropologia Política da Universidade de São Paulo (NUAP/USP), interessada na efervescência política após regime militar, que trazia como objeto de análise temas como a militância sindical, voto, campanhas eleitorais diretas, e, mais, os modos de viver e sentir a política, dentro do campo da etnografia. Não pretendo me alongar no assunto, mas abro essa observação para contextualizar como a antropologia da política, enquanto desdobramento para os estudos das eleições, é recente no âmbito da antropologia no Brasil. Mais recente ainda são os seus estudos sobre a participação indígena na política partidária.

Destaco o pioneirismo dos trabalhos de Moacir Palmeira (1992) sobre o voto e os trabalhos desenvolvidos pelos antropólogos que compunham o Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), em meados da década de 1990. Montero *et al.* (2012), observam que a antropologia da política desenvolvida no NUAP nasceu do interesse de um grupo de antropólogos brasileiros que se reuniu em torno de uma pauta comum: as campanhas e as eleições municipais de 1996.

A participação indígena na política partidária, enquanto fenômeno de interesse de estudo antropológico, é um assunto ainda pouco estudado, que vem ganhando volume a partir dos trabalhos de estudiosos como João Pacheco de Oliveira (1983), Ricardo Verdum (2020; 2022), Luís Roberto de Paula (2020) e Alessandro de Oliveira (2020). Há um vazio de informações sobre o tema na literatura brasileira, causando o que Codato *et al.* (2017) definem como sub-representação indígena nas eleições, quando os atributos indígenas não diferem dos demais candidatos (pretos, amarelos, pardos e negros). Até 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não declarava a 'cor' como critério no registro das candidaturas no Brasil. Em sua análise de algumas características das candidaturas indígenas nas eleições gerais de 2014, Codato *et al.* (2017) afirma que a ausência da declaração de cor dificultava o mapeamento retroativo do desempenho dos candidatos nas eleições. Pauini, por exemplo, registrou

os primeiros candidatos indígenas no pleito de 2020, após a ampliação no método de coleta do TSE.

O trabalho inédito de Luís Roberto de Paula (2020) sobre os mandatos indígenas entre 1976 e 2016 mapeou 583 mandatos indígenas para o Legislativo e Executivo municipais, “conquistados por mais de 90 etnias, portadoras de estruturas sociais e históricos de contato interétnico dos mais diversos” (DE PAULA, 2020, p. 32). O trabalho desse autor integra o campo qualitativo e aponta direções metodológicas para aprofundar as investigações multidisciplinares a partir do levantamento qualitativo, que envolve indicadores avaliativos como partidos, autodeclaração e sexo.

Os dados apresentados por De Paula (2020), com relação ao período investigado, destacam o Amazonas, a Paraíba e Minas Gerais como os estados que lideraram as eleições indígenas; desses estados, o autor destaca os primeiros municípios em número de mandatos: São Gabriel da Cachoeira-AM; Baía da Traição-PB e Marcação-PB; São João das Missões-MG. Dos 583 mandatos indígenas, os Ticuna, do Amazonas, aparecem em primeiro lugar, com 68 vereadores eleitos, seguidos pelos Potiguara, da Paraíba, com 55, pelos Kaingang, no Rio Grande do Sul, com 43, pelos Xacriabá, de Minas Gerais, com 30 e assim sucessivamente (DE PAULA, 2020).

Eleição indígena historicamente emblemática foi a do Xavante Mário Juruna, eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, em novembro de 1982, com 31.904 votos (GRAHAM, 2011), pelo Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), apoiado por Leonel Brizola, na legislatura de 1983-1987. Sem dúvida, a legislatura de Mario Juruna foi marcada por sua trajetória antes da candidatura, baseada em denúncias ao regime militar e suas instituições, especialmente a FUNAI, e sua postura provocativa aos políticos do Congresso Nacional. Ao denunciar a FUNAI e as políticas indigenistas do governo militar, Juruna condenava todo o regime militar (GRAHAM, 2011). Todavia, Juruna não foi o primeiro indígena a concorrer às eleições e tampouco o primeiro eleito; entretanto, foi o primeiro a ocupar o Congresso Nacional e a manter-se único, por mais de 30 anos, até a eleição da advogada Joênia Wapichana (REDE), em 2018.

Registros da APIB sobre as eleições indígenas em 2020 mostram que o primeiro indígena a ocupar um cargo público no legislativo foi Manoel Santos, o Coco

Karipuna, eleito vereador no município de Oiapoque, em 1969. Talvez essa informação não apareça nos dados coletados por De Paula (2020) por ser anterior ao recorte temporal da pesquisa desse autor. O estado do Amapá possui uma longa história de indígenas na política; em 1996, elegeu seu primeiro prefeito indígena pelo PSB, no Oiapoque, um Galipi-Marworno, que viria a ser destituído pela Câmara Municipal local (DE PAULA, 2020).

Como se pode ver, a participação indígena na política partidária no Brasil é frequente desde 1969, sobressaindo-se em cargos públicos na esfera municipal, com eleições de prefeitos e vereadores em vários municípios brasileiros. No campo legislativo federal, até o momento, contamos apenas com as representações de Mário Juruna e Joênia Wapichana. Entretanto, é necessário lembrar que a idealização da participação indígena na política partidária, como chave de mudança e reparação histórica, ganhou força também como a idealização do Parlamento Indígena, na década de 2000, cuja proposta seria alcançar o Congresso Nacional, naquele momento vazio de representação indígena desde o fim do mandato de Mário Juruna. Ainda hoje, a proposta do que significaria o Parlamento Indígena sustenta os argumentos indígenas quando se trata de mobilizar e sensibilizar os demais para a questão político-partidária⁷⁸.

6.2 Parlamento Indígena e campanhas indígenas da APIB

Com a intenção de alcançar a autonomia indígena, investindo na ocupação de espaços de formulação das políticas públicas, o movimento indígena chegou a estruturar, nos anos 2000, a proposta de um Parlamento Indígena, que seria “o espaço político oficial do movimento indígena” (COSTA; VERDUM, 2004, p. 12) e sua experiência estaria alinhada ao movimento indígena latino-americano, uma vez que, desde 1987, existe o Parlamento Indígena da América⁷⁹ que, por sua vez, mantém vínculo com instâncias como o Parlamento Latino-americano e o Parlamento Andino.

⁷⁸ Em 2018, participei da assembleia avaliativa da FOCIMP, em que o tema política partidária foi uma das pautas. A idealização do que representaria para as políticas indígenas o Parlamento Indígena esteve na base dos discursos dos representantes das associações, especialmente, de Marcos Apurinã (Democracia Cristã), naquele momento candidato a Deputado Federal pelo Amazonas.

⁷⁹ Integrado pela Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Chile, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A partir de agora, construo este texto tomando de empréstimo a narrativa de Chico Preto, importante liderança política do povo Apurinã e do movimento indígena amazônico e nacional, como uma personalidade que participou de todos o contexto de concepção do Parlamento Indígena. Outras personalidades indígenas se destacam nesse contexto, todavia, sem dúvida, Chico Preto é chave para a agencialidade do movimento indígena de Pauini que venho construindo ao longo desta Tese.

A narrativa reflexiva de Chico Preto sobre o processo de concepção da ideia do Parlamento Indígena me foi encaminhada em forma de um arranjo metodológico interessante, para além das ferramentas de registro de informações que o trabalho do antropólogo está habituado a utilizar, como a entrevista. Em meu contato por *WhatsApp*, a fim de marcar uma entrevista por telefone, contei-lhe sobre o meu interesse em compreender a ideia do que foi/é o Parlamento Indígena para o movimento indígena e apresentei-lhe, rapidamente, três perguntas bases. Recebi um pronto e agradável “sim, podemos conversar”, seguido de um pedido de tempo para que ele pudesse responder-me em forma de texto. Três dias depois, recebi 15 páginas de texto, contextualizado pela ideia indigenizada do Parlamento Indígena, e engendrado, reflexivamente, sobre como Chico Preto reconstrói esse processo do seu lugar de fala e falando para uma pesquisadora interessada em conhecê-lo.

Para Chico Preto, o Parlamento Indígena é mais uma iniciativa do “protagonismo indígena iniciado na década de 1970⁸⁰” com as assembleias indígenas realizadas com apoio organizativo do CIMI e que culminaram na consolidação do movimento indígena organizado em associações, como a UNI, COIAB, UNI-Acre, CIR, APOINME e FOIRN. “Desde então aconteceram significativos avanços conseguidos através das organizações, articulações, reuniões e mobilizações indígenas” (CHICO PRETO - Texto Resposta, Rio Branco, 30/11/22). Avanços como: a Constituição Federal Brasileira de 1988; a implantação dos DSEI, em 1999; os espaços abertos pela sociedade brasileira para a participação indígena, como seminários e fóruns - entre os quais cita o *Seminário Bases Para Uma Nova Política Indigenista* (2002 e 2003) e o *Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas*; as instâncias indígenas, como o ATL e a APIB; instância indigenista com participação indígena, como o Conselho

Disponível em: www.ecoamazonia.org.br/2013/04/parlamento-indigena-america-pia-establecera-una-agenda-lucha. Acesso em: 25 jul. 2021.

⁸⁰ Ver mais sobre o posicionamento de Chico Preto sobre este assunto na seção 3.

Nacional de Política Indigenista; a PNGATI, o Fundo Indígena Podáali e o Parlamento Indígena.

Chico Preto destaca que

[...] A ideia e discussão sobre o Parlamento Indígena, veio com o foco de fortalecer uma nova estrutura de representatividade dos povos indígenas brasileiros. Contemplar a participação de todos os povos indígenas do Brasil. Houve uma discussão em Brasília e outra em São Gabriel da Cachoeira. Essas discussões seguiram alinhadas com as pautas encaminhadas também no Seminário Bases para uma nova Política Indigenista, realizado no Museu Nacional, com a Carta do 2º Acampamento Terra Livre, de abril de 2005, e com o Diálogo entre Lideranças Indígenas da Amazônia Brasileira, realizada no mês de junho de 2011 na Maloca da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN. Os Povos Indígenas e a política partidária vêm mais próximos desde 2012, com o aumento das iniciativas legislativas anti indígenas no Congresso Nacional. Houve várias discussões sobre cotas⁸¹ para indígenas ao cargo de Deputado Federal no CN [Congresso Nacional], por regiões no Brasil. O desafio sempre foi a conjuntura política do Congresso Nacional que impedia encontrar um deputado para apresentar a proposta. [...] Já em 2018 o Movimento Indígena assumiu o protagonismo de apoiar indígenas para concorrerem aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Vice-Presidência da República. A Joênia Wapichana foi eleita ao cargo de Deputada Federal. Em 2020, as Organizações Indígenas locais e regionais, com base no Movimento Indígena de 2018, apoiou lideranças indígenas para os cargos nos parlamentos municipais, pleito que foram eleitos vários vereadores indígenas (CHICO PRETO - Texto Resposta, Rio Branco, 30/10/2022).

A proposta do Parlamento Indígena foi discutida, pela primeira vez, durante o Seminário *Índios e Parlamentos*, realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), nos dias 18 e 19 de novembro de 2002. Segundo Costa e Verdum (2004, p. 13), esse seminário tinha como objetivo:

[...] proporcionar as condições para o aprofundamento do debate das organizações, lideranças e parlamentares indígenas sobre a presença, inserção e participação dos povos indígenas nos espaços políticos do Legislativo, incluindo as esferas local (Câmara de Vereadores e Prefeituras), estadual e federal (Câmara dos Deputados e Senado).

⁸¹ O Deputado Antonio Feijão (PSDB/AP) elaborou a PEC 146, de 1999, que altera o art. 45 da Constituição Federal de 1988 e cria vaga de Deputado Federal específica para as comunidades indígenas. A proposta foi rejeitada em primeira instância.

Ainda de acordo com os referidos autores, o seminário, encaminhou que “o Parlamento Indígena dever ser reconhecido pelo Estado Brasileiro como espaço principal de deliberação das políticas que afetam os povos indígenas e deveria contar com o apoio institucional do governo brasileiro para a sua implementação e funcionamento” (COSTA; VERDUM, 2004, p. 15).

A COIAB seguiu o encaminhamento desse seminário e iniciou uma discussão em nível regional sobre o Parlamento Indígena da Amazônia, criando o GT *Parlamento Indígena*, cujas reflexões dar-se-iam em fóruns de discussões, como o *II Fórum Permanente dos Povos da Amazônia*, realizado em Cuiabá, no ano de 2004, por suas associações de base⁸².

Nessa esteira, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) realizou, em 2011, o Seminário *Diálogo entre lideranças do Movimento Indígena da Amazônia Brasileira*, no qual os 23 povos indígenas da região observaram que a sustentabilidade do movimento indígena deveria passar pela reconfiguração da política partidária e, logo, da inserção indígena nas esferas municipais das Câmara de Vereadores e Prefeituras. Entretanto, era consenso entre os participantes que o principal objetivo seria alcançar os Legislativos estadual e federal, sem representatividade indígena até aquele momento. Como encaminhamento desse Seminário, criou-se o GT *Parlamento Indígena*, formado por Gersem Baniwa, Olga Macuxi (substituída por Raquel Munduruku), Chico Apurinã, Adelson Tariana, Toya Manchineri, Miquelina Tukano, Sônia Guajajara e Bonifácio Baniwa (GONÇALVES, 2014).

[...] A pauta política partidária é um tema que precisamos discutir e capacitar as nossas lideranças eleitas nos campos municipal, estadual e federal. Primeiro, para elegermos indígenas para os cargos de deputados estaduais, segundo elegermos o maior número de vereadores e prefeitos e ampliar a representatividade no Congresso Nacional. Essa é uma estratégia difícil, mas importante para os povos indígenas. E porquê essa prioridade: 1) nos municípios e estados é onde se discutem políticas e orçamentos e são implementados sem a nossa participação. Não é a municipalização e nem estadualização das políticas públicas. Nós somos munícipes, todos os recursos municipais temos direitos de sermos beneficiados. Da mesma forma as políticas públicas e investimentos estaduais. 2) Parlamentares indígenas no Congresso Nacional são importantes para fortalecer a presença indígenas diante das ameaças e de retrocessos dos direitos

⁸² Associações locais vinculadas à organizações maiores, regionais.

indígenas já conquistados aumentaram nos últimos anos. (CHICO PRETO - Texto Resposta, Rio Branco, 30/10/22).

Apesar das justificativas amadurecidas em diversos espaços sociais e políticos do movimento indígena, não houve consolidação do Parlamento Indígena nacional nem regional, no âmbito amazônico. A esse respeito, Chico Preto, em sua narrativa, observa que, no momento atual, há possibilidades de consolidação, visto que os partidos políticos têm diretrizes próprias, pouco flexíveis para ajustar às perspectivas indígenas:

[...] A proposta de um partido indígena discutido anos atrás, não vingou porque precisa de um número muito alto de inscritos e não foi amplamente discutido com o movimento indígena, foi mais uma iniciativa isolada. A discussão toda foi sobre abrir cotas [vagas] para nós nos partidos e no Congresso Nacional. Por isso a APIB mudou de estratégia e avançou pelo viés que coloquei aí” (CHICO PRETO - em conversa telefônica, Rio Branco, 30/10/2022).

Estou considerando que a ideia do Parlamento Indígena não tinha um consenso único sobre o que seria e que havia várias propostas. Trata-se, realmente, de uma construção coletiva, que estava em processo. O Parlamento Indígena foi designado como uma instância de referência política para, agora, aqui nesta fala de Chico Preto, ser pensado como um ‘Partido Indígena’. Depois, isso foi desdobrado para a ideia de ter inclusão dos indígenas nos partidos políticos já existentes.

A nova estratégia da APIB, apontada por Chico Preto, é o investimento nas candidaturas indígenas, iniciando, em 2017, uma série de campanhas indígenas, a fim de estimular as candidaturas em todo o território brasileiro e eleger indígenas para o Executivo e Legislativo nas três esferas de governo, com vistas a potencializar a frente indígena em diversas áreas, especialmente a mais tangente no momento: a reabertura da fronteira amazônica. Atualmente, a Deputada Federal Joênia Wapichana tem articulado essa postura de enfrentamento, a partir de suas propostas, algumas das quais são apoiadas pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

As campanhas indígenas da APIB carregam a responsabilidade de esclarecer aos povos indígenas os porquês e como ocupar esses espaços e, ao mesmo tempo, de fortalecer o movimento nacional por uma pauta comum, lembrando a proposta inicial do movimento indígena das décadas de 1970 e 1980 e as propostas

governamentais que ameaçam os direitos indígenas. O ATL surgiu como espaço oficial da manifestação indígena e contribuiu para consolidação de pautas nacionais - como a política partidária - alcançasse todas as regiões brasileiras.

A primeira campanha indígena da APIB foi lançada em 2017, com o tema *Por um parlamento cada vez mais indígena*, visando às eleições no ano seguinte, o que se mostrava severamente ameaçador com a candidatura de Jair Bolsonaro, posicionado como representante da extrema direita, aliado à Bancada Ruralista⁸³ e à indústria agropecuária, cujas propostas políticas pressionavam os territórios e os direitos constitucionais indígenas. Com essa campanha, a APIB articulava com os povos indígenas o debate político para combater o anti-indigenismo que se expressava não apenas no campo das leis, mas também sobre as políticas públicas, acordos e entendimentos tácitos e formas de administração e governança da implantação e implementação desses direitos (VERDUM, 2017).

O ano de 2017 foi marcado pela instabilidade política, institucional e jurídica (VERDUM, 2017) e isto se deve, especialmente, à engenharia política da direita, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) e ascensão do seu vice, Michel Temer (PMDB), implantando um governo instável, frágil e de coalização baseada em oportunismos e trocas de favores políticos e econômicos. Os interesses de ruralistas e outros setores econômicos interferiram diretamente na FUNAI, a fim de afrouxar os mecanismos administrativos e jurídicos de defesa dos territórios indígenas, permitindo sua exploração pelos setores econômicos anti-indígenas.

No campo das leis, esse governo de coalização permitiu engrossar propostas anti-indígenas, como: a PEC 215; o Parecer 001/2017, da Advocacia Geral da União; o Marco Temporal; o PL 168/2018, do Senado; o PL 3.729/2004, da Câmara dos Deputados. Diante desse cenário, ocupar os cargos públicos em todas as esferas do

⁸³ As campanhas indígenas promovidas pelo movimento indígena discutem a formação da 'Bancada do Cocar', composta pelos parlamentares indígenas, como oposição, prioritariamente, à 'Bancada Ruralista' e o seu projeto de expansão das fronteiras na Amazônia. Nas eleições de 2022, essa formação ganhou esperança com as eleições de Sônia Guajajara (PSOL-SP), Célia Xacriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Paulo José Carlos Guedes (nome político, Paulo Guedes, PT-MG), embora a Deputada Federal Joênia Wapichana não tenha sido reeleita, Sílvia Waiãpi (PL-AP) também foi eleita, mas não a cito na 'Bancada do Cocar', por se declarar aliada ao governo Bolsonaro. Considerar a trajetória de vida de Sílvia Waiãpi ajuda a compreender sua postura: de formação evangélica e militar, Sílvia assumiu a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) no Governo Bolsonaro, o que a fez alvo de protesto do movimento indígena, por sua atuação no desmonte da atenção governamental à saúde indígena.

governo - municipal, estadual e federal - tornaria o que Ricardo Verдум (2017, p. 37) afirmou como sendo

[...] um passo adiante na recente história do movimento indígena brasileiro: um passo com elevado potencial de resistência ao avanço das empresas ligadas ao agronegócio e à mineração sobre as terras indígenas, e à própria ofensiva sobre os direitos dos povos originários do Brasil. Enfim, um passo fundamental para o exercício da cidadania no país.

Isto posto, a campanha *Por um parlamento cada vez mais indígena*, da APIB, em 2017, reconhecia um novo cenário de resistência coletiva e marcaria o campo de luta entre o protagonismo indígena e o conservadorismo anti-indígena na política. Em carta aberta aos povos indígenas, a APIB orientou que:

[...] considerando que em 2018 todo o país estará voltado para as eleições a cargos de deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República, o foco é que os nossos povos não atuem mais como meros coadjuvantes nesse processo de eleição. Por isso, conclamamos a todos os povos indígenas do Brasil para que a partir de agora, iniciem suas discussões no âmbito local e regional sobre a necessidade de lançarmos cada vez mais indígenas candidatos para a disputa nessas próximas eleições, guerreiras e guerreiros encorajados, dispostos a ocupar o parlamento nos estados e no Congresso Nacional (APIB - Trecho da *Carta aos Povos Indígenas do Brasil: por um parlamento cada vez mais indígena*).⁸⁴

Os efeitos da *Carta aos Povos Indígenas* revigoraram a ideia de construir o Parlamento Indígena. Trazendo para o contexto do movimento indígena no Purus, meu campo de investigação, cito como exemplo o momento de reflexão sobre a política partidária, na 21ª Assembleia do Movimento Indígena do Purus, e a 6ª Assembleia Ordinária da FOCIMP, realizada na aldeia São Benedito, no período de 27 a 30 de maio de 2018⁸⁵, em Pauini. Preciso esclarecer que os participantes da assembleia não trataram o Parlamento Indígena como proposta, mas apenas como o contexto que fundamenta o investimento da participação indígena na política partidária.

⁸⁴ Disponível em: <https://apiboficial.org/2017/01/31/carta-aos-povos-indigenas-do-brasil-por-um-parlamento-cada-vez-mais-indigena>. Acesso em 15 fev. 2020.

⁸⁵ Participei dessa Assembleia como assessora do IEB, com quem a FOCIMP desenvolve projetos e parcerias.

A mesa de debate 'Política Partidária', na pauta da assembleia da FOCIMP, apresentou aos participantes elementos estruturantes que justificam a união da coletividade em favor da eleição de indígenas para os Legislativos estadual e federal. Marcos Apurinã e Gersem Baniwa, coordenador do Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas (FOREEIA), participaram da mesa também como pré-candidatos naquele ano, respectivamente, para Deputado Estadual pelo Partido Democracia Cristã (DC) e Deputado Federal pelo REDE, ambos pelo estado do Amazonas e, na Assembleia da FOCIMP, buscavam a anuência e o apoio dos povos indígenas do Médio Purus⁸⁶. Em sua fala, Gersem Baniwa argumentou que

[...] Os povos indígenas são sobreviventes e tiveram que entrar no jogo do branco, principalmente dentro da política. E a política é como um jogo de futebol, só que nós, indígenas, não temos time e precisamos formar um bom time para começarmos a jogar. (...) O movimento indígena não pode parar, ele precisa de renovação, é por isso que as lideranças estão discutindo que haja candidatos indígenas na política de 2018 (...) e escolheram três nomes para formar um time (...) Djuena Ticuna como senadora, Marcos Apurinã como deputado federal e Gersem Baniwa como deputado estadual. (GERSEM BANIWA - mesa *Política Partidária*. Assembleia da FOCIMP, 27/05/2018).

A indicação de Gersem e Marcos ocorreu em evento organizado pelo FOREEIA e a Coordenação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas (COIPAM), quando se discutiu, ainda, a sub-representação indígena no Judiciário e no Ministério Público. O pré-candidato destacou que a filiação partidária deve respeitar alianças com partidos amigos da causa indígena e que o apoio das associações indígenas é compromisso maior que a fidelidade indígena ao seu partido, caracterizando um pré acordo do indígena político com os indígenas do Purus.

O investimento do movimento indígena na campanha *Por um parlamento cada vez mais indígena* e, logo, da interiorização dessa proposta nas aldeias pelas associações de base da APIB, como fez a FOCIMP, rendeu efeitos significativos nas eleições de 2018. Um levantamento prévio feito pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, em março de 2018, constatou que havia ao menos 36 pré-candidatos indígenas aos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador,

⁸⁶ A anuência foi unânime; os representantes dos povos indígenas dos seis municípios de abrangência da FOCIMP e as instituições indígenas e indigenistas presentes enfatizaram o compromisso dos pré-candidatos na luta em defesa dos direitos indígenas, bem como seu compromisso em fazer campanha para os pré-candidatos em suas aldeias.

concorrendo por diferentes agremiações partidárias (VERDUM, 2017). Nesse mesmo ano, houve a candidatura de Joênia Wapichana (REDE) como Deputada Federal, Telma Taurepang (REDE) como Senadora pelo estado de Roraima e Sônia Guajaja (REDE) como vice-presidente na chapa de Guilherme Boulos (PSOL). Segundo Zé Bajaga, cacique da aldeia Idecorá, TI Caititu, município de Lábrea-AM, presente na assembleia da FOCIMP em 2018, esse pioneirismo deve ser considerado um marco histórico para os povos indígenas.

Continuando a observação sobre o Purus, no ano seguinte, 2019, coube à OPIAJ legitimar o projeto de 'indigenização da política', embora, nesse processo, assim como a FOCIMP, a OPIAJ não tratasse diretamente da proposta do Parlamento Indígena, enquanto estrutura encaminhada no seminário *Índios e Parlamentos*, já mencionado, e sim da proposta de ocupar os espaços públicos nas esferas municipal, estadual e federal, como estratégia para efetuar a reparação histórica pelos anos de vilipêndios e, conseqüentemente, alcançar a autonomia. Para tanto, decidiu-se que a assembleia eletiva, realizada em maio de 2019, seria o espaço para refletir, esclarecer e tomar as decisões necessárias sobre o assunto junto aos povos Apurinã e Jamamadi, experiência que apresento a seguir, com mais detalhes.

6.3 A OPIAJ e a construção de candidaturas indígenas para as eleições municipais de 2020

A narrativa que apresento ocorreu durante a VI Assembleia Ordinária da OPIAJ, em 2019, na aldeia São Benedito, já mencionada na seção 3, quando tratei mais detalhadamente sobre a atual composição da OPIAJ. Versa, especificamente, sobre a mesa de debate intitulada *A atual conjuntura política e a participação indígena*, realizada pela assembleia, com vistas a discutir a temática da participação indígena na política partidária.

Na tarde do dia 25 de maio de 2019, diante de uma plenária de cerca de 600 indígenas que se dividiam entre os bancos de madeira do casarão de reuniões e as redes na casa de hospedagem em frente ao Casarão, enquanto descansavam depois do almoço, Francisco Ferreira Apurinã⁸⁷, professor indígena e, na ocasião, moderador

⁸⁷ Francisco Ferreira da Silva, *Makawiniria*, é da parentela do Rafael, da TI Catipari/Mamoriá. Pedagogo de formação, ocupou o cargo público municipal de Coordenador de Educação Escolar Indígena e

da VI Assembleia Geral da OPIAJ, iniciou a condução da pauta da referida mesa. O objetivo da mesa, segundo seus organizadores, era discutir o envolvimento indígena na política partidária, refletindo sobre as candidaturas indígenas de Pauini em pleitos anteriores, avaliando as razões que impediram a eleição desses candidatos. Pelo menos 10 indígenas, todos Apurinã, teriam se candidatado no período de 1996 a 2020. Todavia, não é a primeira vez que a OPIAJ discute esse assunto em assembleia, tampouco delibera sobre candidaturas indígenas.

Chico Preto, assessor do DSEI ARPur, apresentou os dados quantitativos sobre os candidatos indígenas em Pauini e conferi o seguinte, até aquele momento: para Vereador: Antonio Olavo (PMDB), em 1996 e 2000; Abdias Franco (PT), em 2000; Jorge Avelino (PTB), em 2000; Cosmo Ferreira (PSL), em 2000; Alderi Francisco (PCdoB), em 2004; Marildo Tomás (PCdoB), em 2008; Celino Apurinã (PT), em 2012; Alex Apurinã (PSD), em 2012; Rondon (PMDB), em 2016; Valdeci Muniz (PSC), em 2016. Não houve candidaturas ao cargo majoritário, Prefeito. Entretanto, concorreram como Vice-Prefeito: Pedro Lopes (PSB), em 2004; Alderi (PCdoB), em 2008; Valdemir/Tuca (PT), em 2016.

Esses dados mostram que os candidatos indígenas são todos Apurinã e que, até aquele momento de expressão de Chico Preto, em maio de 2019, participam sucessivamente, em números baixos, variando no mínimo de uma candidatura - como em 1996 e 2016 - e o máximo de quatro candidaturas, como no ano de 2000. Nas eleições de 2020, candidataram-se: Alex Apurinã (PSD); Francisco Marcelino (PP); Elyseu Avelino (PCdoB); e o Jaminawa Juraci Brasil (PSB). Foram anos de tentativas de eleição, em que alguns candidatos disputaram mais de um pleito. Somente em 2020 dois indígenas alcançaram a vitória como Vereadores: Alex Apurinã e Pedro Lopes.

construiu sua trajetória no movimento indígena acompanhando o pai, o cacique Cosmo Ferreira Apurinã, acumulando experiência que, posteriormente, levou ao seu trabalho na Coordenação Executiva da FOCIMP, onde foi tesoureiro. Participou da idealização da OPIAJ, mas nunca ocupou um cargo na Coordenação Executiva, embora tenha sido indicado durante a V assembleia avaliativa, em 2017, para substituir João Batista Apurinã na Secretaria de Finanças. A habilidade como moderador foi adquirida ao longo dos eventos realizados pelo movimento indígena, em Pauini e em Lábrea, onde se localiza a sede da FOCIMP. Em dezembro de 2021, na VII Assembleia Geral da FOCIMP, realizada virtualmente, foi eleito Coordenador Regional da FOCIMP, representando os povos indígenas de Pauini.

Antes de compor a mesa, Francisco Ferreira conferiu a presença dos participantes, chamando as aldeias pelos nomes, cujos delegados confirmavam presença levantando as mãos. Ao mesmo tempo que o efeito da 'chamada' era, simbolicamente, confirmar e cobrar a participação das aldeias, alinhando o evento ao que preconiza o Estatuto da OPIAJ durante a Assembleia, por outro lado, configurava um ato de valorização dos presentes, de reconhecimento de sua participação na feitura do maior espaço deliberativo dos povos Apurinã e Jamamadi de Pauini, a Assembleia, condição sempre enaltecida pelo moderador.

Para compor a mesa de debates *A atual conjuntura política e a participação indígena*, o moderador convidou: Marcos Apurinã⁸⁸ (filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB), na ocasião aspirado candidato a Vereador por Manaus, no pleito de 2020; Chico Preto Apurinã (filiado ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB), assessor indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Purus (DSEI-AR Pur); Antonio Olavo Apurinã (filiado ao Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), cacique da aldeia Kakory; Abdias Franco (filiado ao Partido do Trabalhadores - PT), cacique da aldeia Mipiri; Rondon Avelino (filiado ao Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), ex coordenador da FUNAI; José Roberto de Lima, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Pauini (ATRAMP). Os convidados traziam a experiência de participarem de eleições anteriores, exceto Chico Preto, que foi convidado em virtude de ocupar posições de destaque no contexto interétnico, como no Conselho Nacional de Política Indígena⁸⁹ (CNPI) e no movimento indígena, desde os anos 80. Chico Preto foi o primeiro a fazer sua apresentação, trazendo uma importante contextualização histórica sobre a participação indígena na política partidária:

⁸⁸ Marcos Apurinã concorre às eleições desde 2016, quando se candidatou à Câmara Municipal de Cacoal, em Rondônia, pelo Partido Republicano Brasileiro; ao Legislativo federal, pelo estado do Amazonas, em 2018, quando esteve filiado ao Democracia Cristã; a Vereador, em Manaus, pelo Movimento Democrático Brasileiro, em 2020. Nas eleições de 2022, candidatou-se Deputado Estadual do Amazonas, pelo Partido Social Cristão. Nas eleições de 2018, obteve 18.403 votos, dos quais 733 de eleitores de Pauini (Fonte: tse.jus.br).

⁸⁹ O Conselho Nacional de Política Indigenista substituiu a Comissão Nacional de Política Indigenista. Cada vez mais os indígenas ocupam espaços de destaque no contexto interétnico. Sem dúvida, isso se dá pelo acúmulo de conscientização qualificada, o que lhes permite, como observou Ramos (2014), participar de fóruns que lhes eram alheios até a segunda metade do século XX, sendo possível apenas após a promulgação da Constituição de 1988.

[...] Eu quero lembrar que além da questão partidária nós temos vários espaços políticos em instâncias de governo que têm sido ocupados pelo movimento indígena desde a década de 1980. No Brasil há uma significativa participação indígena como vereadores e as estratégias de ocupação desses espaços têm sido aprimoradas. O que foi falado aqui, “não elegemos vereador”, significa que nós precisamos nos organizar para isso, como prioridade do movimento. Na década de 1970, havia o deputado federal Mário Juruna que não sabia muito bem o que significava, mas ele fez muita diferença. Atualmente, se nós queremos mudança, temos que votar em nós mesmos. E temos que pensar que várias categorias organizadas estão colocando os seus representantes e os povos indígenas têm apenas a Joênia, que tem feito um movimento muito grande. Ela tem seguido as prioridades do movimento e discute isso no Congresso. Mas, a quantidade de deputados apoiadores não é suficiente. (...) Se for prioridade do movimento eleger um parente indígena, eu apoio. Mas, tem que ter apoio de todos. (CHICO PRETO - mesa *A atual conjuntura política e a participação indígena*. Assembleia da OPIAJ, 25/10/22).

Chico Preto enfatizou a responsabilidade de todos com a eleição do candidato indígena, caso o movimento indígena, ali representado pela plenária, decidisse que a eleição seria prioridade. Ao mencionar que as categorias estão elegendo seus representantes, cito o fortalecimento da ‘Bancada Ruralista’ no pleito de 2018, principal apoiadora da campanha de Jair Bolsonaro.

A possibilidade de Jair Messias Bolsonaro (filhado ao Partido Liberal - PL) ser eleito pelos ruralistas tornou ainda mais necessária a articulação do movimento para eleger Deputados indígenas para o Congresso e Assembleias, formando o que Chico Preto chamou de ‘Bancada do Cocar’, frente à reabertura da fronteira amazônica, latente nas proposituras da ‘Bancada Ruralista’. Enquanto Chico Preto se pronunciava, ouvi duas jovens, sentadas próximas a mim, repetirem a expressão “Parente vota em Parente”⁹⁰, *slogan* da campanha da APIB nas eleições de 2018, mostrando conexão entre o movimento indígena nacional e as aldeias.

Marcos Apurinã é da terra indígena, em Boca do Acre. Sua trajetória no movimento indígena remonta o início dos anos 90, quando entrou para a COIAB. Na apresentação da mesa, ele contou um pouco sobre a sua história partidária e enfatizou sua experiência mais recente na campanha de 2018, quando foi candidato a Deputado Federal:

⁹⁰ apiboficial.org e facebook.com/apiboficial.

[...] Eu não fiz faculdade, a minha formação é o movimento indígena e eu também não tive formação em política partidária, só do movimento indígena. Só quando eu me filiei pela primeira vez em 2016 no PRB pra concorrer a vereador em Cacoal que eu fui entender o que era partido. Eu não fui eleito e saí do partido. Depois eu conheci o PNI, o partido indígena e aí me convidaram para participar, mas eu não aceitei porque ele não foi criado numa assembleia junto com as comunidades como vocês tão fazendo aqui. Depois de um tempo, conversando com colegas Baniwa eu pensei da gente criar um partido aruak, mas não consegui terminar essa ideia. (...) A CNPI foi muito importante pra nós e nós conseguimos ter representantes de peso lá, como o Chico [Preto], o Wallace [Apurinã]. Eu recebi a indicação pra me candidatar deputado federal por causa da minha participação na CNPI. E aí eu fui muito criticado quando eu me filiei ao PC porque diziam que era partido de igreja, mas quem faz a diferença são as pessoas e eu conquistei muitos votos, mesmo fazendo campanha sem dinheiro, eu fiz uma campanha “na canela”. Só aqui em Pauini eu consegui votos que davam pra eleger dois vereadores. (...) No rio Negro eu tive 10.000 votos, fui muito bem votado lá mesmo não sendo de lá. No Purus, tive nem 3 mil votos. Vamos votar no parente!! Chega de vender o nosso voto pra quem não tem compromisso com a nossa causa e tira do eleitor o direito de cobrar as políticas públicas depois. É importante ter consciência e convencer os eleitores disso (MARCOS APURINÃ - mesa *A atual conjuntura política e a participação indígena*. Assembleia da OPIAJ, 25/10/22).

Nesse depoimento, Marcos Apurinã destaca duas importantes informações para a participação indígena na política partidária. A primeira é o acúmulo de experiências que os candidatos indígenas trazem de sua trajetória em espaços interétnicos, especialmente na CNPI, espaços construídos a partir de sua contribuição no movimento indígena. O CNPI é um espaço do governo, com articulação participativa de várias agências, onde os indígenas assumiram assento político. O CNPI não existiria antes desse momento.

A segunda informação que destaco é a criação do o Partido Nacional Indígena (PNI), ressaltando que essa proposta também esteve presente nos encaminhamentos das discussões durante e após o Seminário *Índios e Parlamentos*, em 2002. O PNI foi criado em 7 de fevereiro de 2013, com sede e foro em Brasília; sua primeira diretoria foi composta por Ary Paliano (Presidente), Bemoro Metuktire (Vice-Presidente), Daniel Aparecido Toniolo (1º Secretário) e Rivelino Pereira de Souza (1º Tesoureiro). O PNI não foi consolidado por não alcançar o número mínimo necessário de 500 inscrições, sendo que nenhuma outra proposta semelhante foi feita posteriormente.

Wallace Apurinã, que sucedeu a Marcos Apurinã na mesma mesa, durante a assembleia da OPIAJ, chamou atenção para a importância do processo educativo de ensinar os parentes a votar. Essa observação vem de seu conhecimento sobre o Conselho Indígena de Roraima, que adquiriu durante um intercâmbio, em 2018. Assim como os seus antecessores na mesa, afirmou a necessidade de um compromisso coletivo de votar no indígena, reforçando o conceito de união tão mencionado, desde a formação do movimento indígena, como ferramenta para alcançar os objetivos comuns:

[...] Nós fizemos um intercâmbio no CIR, em Roraima, e lá foi interessante porque eles precisaram alinhar as desavenças e tomar uma decisão coletiva pra ter sucesso. Eles viram que era necessário ensinar os parentes a votar e eles articularam um processo educativo com o TRE [Tribunal Regional Eleitoral de Roraima] e nós podemos ter isso em mente. O objetivo dessa mesa era refletir sobre os motivos que levaram os parentes a não elegerem os candidatos indígenas (...) E nós temos que lembrar que na última eleição pra deputado nós tivemos um resultado muito bom. E nós falamos sobre os candidatos aqui, nessa aldeia, na assembleia da FOCIMP, em 2018. Falamos o quanto era importante ter os nossos próprios representantes lá dentro do Congresso e nós tivemos bons resultados. O Marcão não foi eleito, mas os parentes de Pauini votaram com ele. Ele teve mais de 700 votos só nosso. Nós fomos pra rua, pra aldeia e falamos disso. (WALLACE APURINÃ - mesa *A atual conjuntura política e a participação indígena*. Assembleia da OPIAJ, 25/10/22).

Wallace não mencionou, mas a preparação do CIR no processo eleitoral foi determinante para a eleição da Deputada Federal Joênia Wapichana (REDE), no ano anterior, 2018. A sua atuação como advogada do CIR e o acúmulo de experiência em processos de defesa dos territórios indígenas em Roraima talvez, por si sós, não alcançassem o mesmo resultado se não houvesse a tradução do processo eleitoral para os idiomas indígenas.

De certa forma, a OPIAJ iniciou o seu processo de 'educação eleitoral indígena' nas eleições de 2018, quando o movimento indígena acumulava maturidade e conhecimento sobre o processo eleitoral, baseado, também, em erros e acertos das disputas anteriores. Ir para a rua, para a aldeia, e falar sobre política, candidatos e propostas, na campanha de Marcos Apurinã, exigiu uma metodologia alinhada aos interesses do movimento indígena.

O resultado dos exatos 733 votos em Marcos Apurinã chamou a atenção de candidatos que intencionavam disputar a Prefeitura, em 2020⁹¹. Na perspectiva do movimento indígena, começava “o momento de iniciar o nosso jogo”; como ressaltado no depoimento de Gersem Baniwa, anteriormente citado, parentes Apurinã estiveram próximos da Prefeitura, nas candidaturas a Vice-Prefeito, concorridas por Pedro Lopes (2004) e Alderi Francisco (2008). Entretanto, naquelas eleições, segundo a avaliação do movimento indígena, não houve acordo entre o movimento indígena e o candidato principal. Por essa razão, o peso eleitoral indígena nas eleições de 2018 fez-se interessante aos políticos não indígenas e, para o movimento indígena, apresentava-se como um indicativo de mudança⁹² na história das eleições; e refiro-me às tramas que envolvem todo esse processo eleitoral.

Importante observar que ‘educação eleitoral’ implica promover articulação política entre os grupos étnicos, suas famílias, as lideranças que se projetam para isso. Digo, há uma disputa política entre os indígenas; não é uma questão só de ‘conhecer’ como funcionam as eleições.

Voltando à mesa de debate da assembleia da OPIAJ, *A atual conjuntura política e a participação indígena*, trago o posicionamento de José Roberto (Zé Roberto ou Nequinho do Jeová), o único não indígena da mesa, porém aliado do movimento indígena. Casado com Selma Apurinã, da TI Água Preta/Inari, Zé Roberto é conhecido por sua trajetória política ao lado do pai, Jeová Roberto, que cumpriu quatro mandatos de Vereador pelo PT, partido que ajudou a fundar em Pauini, ao mesmo tempo em que liderava o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e/ou a ATRAMP:

[...] É importante observar que todos nós fazemos políticas, mas é importante estar introduzido na política, se não estamos lá, não influenciemos. Como podemos incidir na política se estamos de fora? Muita gente diz que político é ladrão, mas quem escolhe os políticos é

⁹¹ Durante o meu trabalho de assessoria à OPIAJ, participei das reuniões com esses pretensos candidatos. A primeira ocorreu na aldeia São Benedito, em janeiro de 2020, com a comitiva de Paulo da Gasolina (PL), que se dirigiu até a aldeia, sem pré comunicação, para, em suas palavras, “conversar com os parentes, uma visita de cortesia”. Apresentou sua intenção de disputar a prefeitura, mas não havia composto chapa até aquele momento. A segunda conversa aconteceu na sede de Pauini, com Antonio Araújo (sem partido), que seria o candidato da então Prefeita Eliana Amorim (PMDB), caso ela decidisse não concorrer à reeleição. Com a formalização do período eleitoral, Paulo se candidatou a Vice-Prefeito de Renato Afonso (PSD) e ganharam as eleições de 2020. Antonio Araújo não se candidatou, porque a Prefeita disputou a reeleição.

⁹² Tratarei desse tema mais à frente, no contexto da construção das candidaturas indígenas. *A priori*, destaco que o tema ‘mudança’ esteve presente nas campanhas de todos os novos candidatos, com forte apelo eleitoral.

povo. (...) Eu vejo que, atualmente, o que tem sido eleito é o “novo”, foi assim com a presidência [Jair Bolsonaro] e o governo do estado [Wilson Lima], porque é esse argumento que tão usando de que é preciso votar no novo, na mudança. (...) Eu me preocupo com o que tá acontecendo agora nesse governo com a atuação dos militares e digo mais, é preciso mobilizar nas bases, isso é um desafio que precisa ser superado. (...) Anuncio aqui pra vocês que se tudo sair como planejado, eu vou sair candidato a vereador no próximo pleito⁹³. É pra dividir voto? Não. Eu vejo que os parentes indígenas têm toda condição de eleger mais de um candidato até e reforço, precisam eleger (ZÉ ROBERTO - mesa *A atual conjuntura política e a participação indígena*. Assembleia da OPIAJ, 25/10/22).

Compreendo a participação de Zé Roberto na mesa como reflexo da aliança firmada entre os movimentos sociais indígena e extrativista, na década de 80, vivido por alguns membros da mesa. Jeová Roberto e Abdias Franco, por exemplo, ajudaram a fundar o PT em Pauini e, desde então, alinhavaram as lutas de coletivos da/à esquerda no município. A defesa do meio ambiente é uma das pautas que une todos os membros da mesa. Porventura, poderia sinalizar uma bancada partidária municipal?

Rondon Apurinã, ex-Chefe de Posto da FUNAI, é da parentela do Zeca Doutor, da TI Peneri/Tacaquiri, de onde saiu para estudar antes da demarcação. Orgulha-se de ter alcançado formação participando do movimento indígena no Acre e da luta pela demarcação das terras indígenas de Pauini:

[...] Depois que eu me formei, que eu tive toda essa vivência no Acre, em Brasília, lutando, passando fome e frio, eu me senti guerreiro, me senti preparado para ser vereador em Pauini. E eu via a necessidade dos parentes de ter um indígena vereador. Só que eu não tinha dinheiro, poxa, não conseguia chegar nas aldeias, e por isso eu não fui eleito, por falta de dinheiro. Eu tentei reunir a FUNAI e OPIAJ duas vezes, mas não consegui, e não fui eleito. Pela falta de apoio dos parentes eu cheguei a tremer no palanque; eu não sabia se eles estavam comigo” (RONDON AVELINO - mesa *A atual conjuntura política e a participação indígena*. Assembleia da OPIAJ, 25/10/2022).

Sustentar o voto no candidato indicado em assembleia também foi defendido por Abdias Franco, candidato a Vereador em 2000, que também não foi eleito. Em sua avaliação,

⁹³ Desistiu da candidatura para se dedicar exclusivamente à presidência da ATRAMP, que havia recebido proposta de projeto de venda de borracha.

[...] Eu me candidatei como cacique depois que eu fui escolhido em uma assembleia por várias lideranças. Me filiei no PT porque havia sido bem recebido pelo Lula quando estive lá em Brasília. Foi junto com Jeová que eu encarei a criação do PT aqui em Pauini. Infelizmente não consegui me eleger e eu acho que o que atrapalhou foi ter outros candidatos. Hoje isso é um bom exemplo pra gente pensar” (ABDIAS FRANCO, cacique da aldeia Mipiri - mesa *A atual conjuntura política e a participação indígena* - assembleia da OPIAJ, 25/10/22).

A reflexão que Abdias Franco se refere é a mesma apontada como fracasso nos burburinhos da plenária. De acordo com o consenso da plenária, mais de um candidato divide votos, confunde os eleitores e anula a decisão da assembleia, a decisão do movimento indígena. Na mesma ocasião, isso foi reforçado pelo cacique Antonio Olavo, que considerou que “saiu só para atrapalhar”, reconhecendo que sua candidatura comprometeu a estratégia da assembleia de ter um candidato único nas eleições de 2000. Essas foram avaliações maduras de candidatos do movimento indígena, que estiveram nas posições de candidatos e eleitores, em contextos diversos.

Rondon Apurinã protagonizou uma polêmica na mesa de debate, ao alegar que não foi eleito porque os parentes não cumpriram com o acordo de votarem nele, conforme decisão encaminhada em assembleia. Isso aqueceu a plenária, com falas de acusações e defesas, formulando reflexões sobre a participação de candidatos e eleitores nas eleições até aquele momento. Interessante que, ao compararem o fracasso pelo descumprimento do acordo, novos acordos foram sendo indicados, performando um perfil para as eleições municipais de 2020, com critérios de credibilidade para os candidatos, eleitores e para o processo eleitoral conduzido pelo movimento indígena.

Ser indígena não garante o compromisso do candidato com a causa indígena. Por isso, a assembleia enfatizada esperava um candidato comprometido com a causa indígena e com as questões que interessam à coletividade; que conheça o processo eleitoral e legislativo e cumpra o seu dever de fiscalizar e cobrar o cumprimento das políticas públicas. Não houve especificação de uma pauta que deveria ser defendida pelo Vereador, ficando subentendido que se trata de todas as pautas que interessam os povos indígenas.

Ao discorrer sobre o que esperar do eleitor indígena, foram repetidos - e às vezes acompanhados de exemplos de situação já vividas - temas como, por exemplo: respeitar os candidatos indicados na assembleia; votar consciente; ter obrigação de votar no(s) candidatos do movimento indígena; politizar-se e colaborar com o assunto na sua aldeia e não vender seu voto.

O eleitor é a chave do processo eleitoral e, como apontado na Assembleia da OPIAJ de 2019, é preciso investir na sua politização, compreendida pelo movimento indígena como a 'educação eleitoral' das aldeias, para alcançar eleitores conscientes e candidatos preparados para o trabalho. A educação eleitoral seria desenvolver capacitações, preparar material didático e informativo, ministrar palestras em ambientes diversos, como a escola e, por fim, indicar o candidato; esses foram os principais critérios discutidos na plenária, para construir o processo da participação indígena nos espaços de formulação de políticas públicas, sejam municipais, estaduais ou federais. Essa educação eleitoral é uma educação política para a participação dos indígenas. Implica que povos indígenas articulem agendas e propostas comuns e modos de compreender as situações interétnicas vividas, dentro de perspectivas coletivas.

Alguns nomes foram indicados, especialmente de jovens, assim como discutida a paridade de gênero, ou seja, a indicação de homens e mulheres. O moderador, Francisco Ferreira, encerrou a mesa após a decisão da plenária de que haveria dois candidatos: um pela região do Purus de Cima e outro pelo Purus de Baixo, considerando a divisão das aldeias como estão habituados. Para tanto, as aldeias foram divididas em dois blocos, representando cada região em micro assembleia particular, para decidir sobre o seu indicado. Argumentavam que essa metodologia daria maior poder de escolha e participação das aldeias. As duas regiões são localizadas a partir da sede de Pauini, no curso do rio Purus. Purus de Cima reúne cerca de 17 aldeias de quatro TI, enquanto Purus de Baixo reúne pelo menos 23 aldeias de seis TI. Não identifiquei critérios de classificação para as regiões a não ser a referência pela localização da sede municipal.

No casarão de reuniões, depois do jantar, os dois grupos se reuniram para discutir. Purus de Baixo se posicionou mais ao fundo do Casarão e o Purus de Cima nas primeiras fileiras de bancos. Critérios como participação no movimento indígena

foram incluídos nas discussões e os nomes apontados foram: Chico Preto, representando o Purus de Baixo, e Francisco Marcelino, o Purus de Cima.

Chico Preto, como venho apresentando, não tem experiência na política partidária, apesar de ser filiado ao PCdoB. O notório conhecimento, que lhe causa reconhecimento e respeito nacionalmente, vem de sua trajetória no movimento indígena ou em espaços interétnicos de promoção dos direitos indígenas, elementos que o diferenciaram dos demais na escolha do candidato indígena a Vereador, como opção das aldeias do Purus de Baixo.

Francisco Marcelino é filho de Osman Marcelino e Osvaldina da Silva, da TI Peneri/Tacaquiri. Assim como Chico Preto, não traz a experiência de ter disputado eleições, atuando na organização indígena como Vice-Coordenador da OPIAJ (2014-2019) e professor indígena bilíngue na aldeia Vera Cruz. Destaca-se entre os jovens pelo seu conhecimento da cultura Apurinã, tendo sido indicado à pajé⁹⁴, mas não cumpriu toda a preparação necessária e, por isso, não se tornou pajé.

6.4 O tempo da campanha

O tempo da campanha começou assim que a assembleia da OPIAJ de 2019 terminou. Procedimentos e protocolos eleitorais deveriam ser cumpridos, como, por exemplo, a filiação partidária dos dois candidatos e o desligamento de Chico Preto do DSEI Alto Rio Purus. Chico Preto provocou a OPIAJ a apontar os partidos mais favoráveis à causa indígena e o Partido REDE foi apontado como o melhor. Entretanto, havia que se avaliar os candidatos a Prefeito, considerando que se tratava de articulações municipais.

Chico Preto se filiou ao PCdoB e Francisco Marcelino ao Partido Progressista (PP), coligados ao PMDB, partido da Prefeita e candidata à reeleição, Eliana Amorim. A partidarização de candidatos indígenas é um tema que não desenvolverei neste texto, mas que confere um campo de investigação para trabalhos futuros.

⁹⁴ “Trabalhando com mistérios que só eles dominam, tendo em suas mãos o poder de curar ou causar doenças, com a sua “sombra”, seu “espírito”, viajando em sonhos, de forma que só outros que assim trabalham percebam, eles são frequentemente acusados, ainda que na maioria das vezes à boca pequena, por doenças, mordidas de cobra, mortes. São, segundo muitos, também fundamentais ao bem estar do seus, porque previnem ataques, de outros pajés, seres da mata, ou almas” (SCHIEL, 1996, p. 84).

O compromisso da OPIAJ e sua rede de apoiadores estava em apoiar política e logisticamente os candidatos, facilitando seu deslocamento até as aldeias para, especialmente, participarem dos *Encontros das Terras Indígenas* e, assim, corrigir a lacuna que Rondon Avelino apontou no fracasso de sua campanha: não fazer campanha nas aldeias. Estar presente junto ao candidato e defender sua candidatura em quaisquer espaços completava a ementa de compromissos da OPIAJ com os dois candidatos.

Os eventos dos quais participei, como assessora do IEB, após a referida assembleia, passaram a contar com a pauta específica sobre a política partidária e os candidatos indígenas. Na impossibilidade de estar na programação do evento, os representantes da OPIAJ articulavam o momento oportuno para o assunto, como conversas informais e/ou as *mascas de katsopary*, e discutirem o tema com os parentes.

Como exemplo das campanhas indígenas, trago o *XVI Encontro da Terra Indígena Água Preta/Inari*, realizado na aldeia Yopiã, em outubro de 2019, quando as eleições, candidatos indígenas e procedimentos eleitorais estiveram na pauta do evento. Os participantes contextualizaram o cenário político indigenista do Estado brasileiro, constituindo uma interpretação coletiva, entre os Apurinã, sobre o que estava sendo vivenciado pelos povos indígenas naqueles momentos de grandes ameaças aos direitos indígenas e discutiram sobre a urgência de ocupar, estrategicamente, o Legislativo federal. Todavia, refletiram, seria necessário, primeiramente, firmar a base municipal e fazer frente ao Executivo. Votar nos candidatos indígenas foi reforçado pelos moderadores como o compromisso firmado em assembleia, intransferível e inadiável. As reuniões das TI foram importantes cenários para atualizar as candidaturas e reiterar o compromisso firmado na Assembleia da OPIAJ de 2019.

Até o final de 2019, pouco se fez de campanha eleitoral para os dois candidatos, o que não é surpresa, considerando que o investimento das campanhas acontece, solidamente, no ano das eleições, nesse caso, 2020. O planejamento das campanhas foi adiado no começo de 2020, por causa da pandemia de COVID-19⁹⁵, que colocou

⁹⁵ Segundo a Fiocruz, COVID-19 é uma síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) em constante mutação desde 2002. Inicialmente chamada de 2019-n-CoV, a infecção provocada pelo novo

o mundo todo em severo protocolo de conduta de prevenção e controle da transmissão por quase dois anos ininterruptos. Coube a todos aguardar o fim da pandemia⁹⁶.

A relação pandemia/eleições rendeu profícuos estudos para as ciências sociais⁹⁷, mas não aprofundarei esse assunto. Aqui, interesse-me pela situação etnográfica na qual o movimento indígena construiu as candidaturas indígenas para as eleições municipais de 2020, concentrada na assembleia da OPIAJ, em 2019. Deixo para reflexões futuras os impactos da pandemia sobre as campanhas e o processo de votação. Por ora, retrato os efeitos da pandemia diretamente relacionados à construção das candidaturas de Chico Preto e Francisco Marcelino.

Desde março de 2020, o estado do Amazonas havia declarado estado de emergência, em decorrência da disseminação do Coronavírus, por meio do Decreto nº 42.061/20, que também obedecia à Lei Federal nº 13.979/2020. Logo, Pauini adotou os protocolos básicos de prevenção, como uso de máscaras, álcool em gel para a higiene das mãos, suspensão de atividades não essenciais ao controle e prevenção da doença, como as aulas e os atendimentos das repartições públicas e aplicou o controle do trânsito urbano. À medida que a curva endêmica crescia, intensificavam-se as medidas preventivas no município. Nesse processo, o governo municipal criou a Comissão de Enfrentamento à COVID-19, em Pauini, como mecanismo de controle da doença no perímetro urbano.

Coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a referida Comissão foi composta por diversas instituições públicas dos governos municipal, estadual e federal e organizações indígenas⁹⁸. Dentre suas ações, constam: a ronda diária, para fiscalização do cumprimento dos Decretos estadual e municipal, nº 001/2020, este último determinando o toque de recolher; a obrigatoriedade do uso de máscaras; o controle das aglomerações em espaços públicos e particulares. Cabe

Coronavírus recebeu o nome oficial de COVID-19, em 11 de fevereiro de 2020, considerando um acrônimo do termo “doença por corona vírus” em inglês (corona virus deceased 2019).

⁹⁶ A saúde sempre foi bandeira de luta do movimento indígena e a pandemia de COVID-19 intensificou essa questão, que não está desvinculada da luta pela gestão dos territórios.

⁹⁷ Ver: Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil. **Cadernos Adenauer** XXII (2021), nº1, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2021; MACHADO, Carlos; MARQUES, Danusa. Pandemia, eleições municipais e mais um passo para o abismo. *Blog DADOS*, 2020 [published 26 June 2020]. Available from: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-eleicoes/>.

⁹⁸ Polícia Militar, Guarda Municipal, Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar, FUNAI, OPIAJ, FOCIMP, Secretaria Municipal de Saúde, Polo Base de Saúde Indígena.

ressaltar que a temporalidade da pandemia revogou diversas vezes a validade desses Decretos.

As ações de prevenção ao novo coronavírus atingiram em menor grau a zona rural do município de Pauini. Informativos nas rádios locais e distribuição de cestas básicas e material de limpeza por instituições públicas, sociedade civil e entidades religiosas se destacam como estratégias para contribuir com o isolamento social e evitar o fluxo dos moradores do interior à cidade, em busca de mantimentos e serviços. Essa estratégia nem sempre foi eficaz. Ressalto, entretanto, a iniciativa indígena de controle da COVID-19 como uma medida mais eficiente, segundo relatos dos próprios indígenas. Apesar da COVID-19, algumas áreas indígenas têm sido invadidas por garimpeiros e madeireiros, o que agrega à destruição de recursos ambientais a ameaça pela contaminação e agravamento da condição sanitária dos indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021b, p. 91), considerada pelo movimento indígena nacional e suas bases como uma proposta extermínio dos povos indígenas pelo governo Bolsonaro e requereu ação da APIB junto ao Supremo Federal⁹⁹.

Diversas aldeias decretaram estado de quarentena ou isolamento social. O modelo exemplar da eficácia do isolamento social vem das aldeias da TI Água Preta/Inari que instalaram uma base de vigilância¹⁰⁰ na entrada da TI. Durante os seis meses de trabalho ininterrupto, essa TI não apresentou casos da síndrome gripal. No depoimento abaixo, Oziel Apurinã, Coordenador da base de vigilância, conta sobre o trabalho:

Essa pandemia tá aí e é um vírus que a gente não consegue ver nem prever, ele é invisível. Ninguém não consegue observar quem é que tá [infectado], mas mesmo assim a gente se colocou à disposição pra fazer esse tipo de serviço [base de vigilância] (...) A gente se

⁹⁹ A APIB postulou ação contra o governo de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal por descumprir o preceito constitucional e negligência ao não desenvolver um programa de atenção e redução dos impactos do novo Coronavírus nos povos indígenas, considerados grupo de vulnerabilidade. A ação foi julgada favoravelmente em agosto e até hoje os três planos apresentados pelo governo foram considerados pelo ministro-relator como “genéricos e insuficientes” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020, *apud* PACHECO DE OLIVEIRA, 2021b, p. 91). O lugar que a APIB ocupa na relação interétnica com o Estado brasileiro nesse momento, é considerado por Pacheco de Oliveira (2021b) como uma estratégia da frente indígena contra a abertura da fronteira.

¹⁰⁰ Esse modelo de trabalho seguiu o modelo aplicado pelos Agentes Ambientais Indígenas no monitoramento da TI. A base de vigilância consistia em um acampamento com equipes de monitoramento da entrada e saída de pessoas e produtos. Coordenada por Oziel Apurinã e Vagner Santos, contava com a participação dos Agentes Ambientais Indígenas e demais moradores da TI. As equipes realizavam rondas periódicas no igarapé. a fim de controlar as entradas pelos vicinais.

preocupou também porque fazemos parte do grupo de risco, qualquer um de nós corre o risco (...) e nesse momento a gente tá fazendo a vigilância da entrada e saída de pessoas na base que fica situada na boca do igarapé. Pensamos em fazer isso por trinta dias quando a doença não tinha chegado em Pauini, mas depois que chegou, a gente teve que aumentar o período. E hoje estamos vendo que está dando certo porque não temos nenhum caso na terra indígena e por isso nós vamos fechar os seis meses (OZIEL APURINÃ - entrevista em Pauini, em 13/05/20).

Compreendo que esse modelo de controle, durante a pandemia, alcançou eficácia, pois a forma de sua organização foi baseada na experiência de vigilância e monitoramento acumulada pelos Apurinã da TI Água Preta/Inari, no processo de gestão ambiental e territorial que desenvolvem, mais estrategicamente, a partir dos *Encontros da Terra Indígena*, iniciados em 2010 e que proporcionaram, por exemplo, a formação de agentes ambientais indígenas e ações para a proteção territorial pelo Projeto *Gestão Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Amazonas* (SULAM Indígena)¹⁰¹. Nenhuma outra terra indígena alcançou o mesmo resultado desenvolvendo barreiras sanitárias próprias, como a Água Preta/Inari. Cabe ressaltar que, por esse exemplo, torna-se explícito que a temática da saúde não está desvinculada da luta pela gestão dos territórios.

O primeiro caso de COVID-19 em Pauini foi confirmado no dia 08 de maio de 2020, por teste rápido, realizado no aeroporto, em passageira que retornava à cidade depois de uma sessão de tratamento oncológico. O primeiro óbito de um pauiniense registrado foi da Apurinã Dulcicléia Pinheiro (17 anos, esposa do candidato Francisco Marcelino), que faleceu por complicações do Coronavírus após dar à luz a primeira filha do casal. A previsão para o nascimento da criança era o dia 17 de maio de 2020. No dia 03 de maio, o casal foi para Pauini para aguardar o parto. No dia 05, com fortes dores no corpo, foram até o Hospital de Pauini, onde ela realizou dois testes de COVID-19, com resultado negativo. Com a persistência das dores, fez novos exames, contatando-se pneumonia e severo comprometimento do pulmão. Com esse quadro, foi transferida para a maternidade de Rio Branco, rede de alta complexidade referência para o município de Pauini. O diagnóstico da COVID-19 foi tardio. A criança

¹⁰¹ O Projeto *Gestão Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Amazonas* (SULAM Indígena) foi realizado pelo IEB, em parceria com sete associações indígenas do sul do Amazonas, entre elas a OPIAJ. O Projeto desenvolveu ações na TI Água Preta/Inari, no período de 2017 a 2022, exceto em 2020, quando foi paralisado pela pandemia do novo Coronavírus.

nasceu de parto cesariano, no dia 17 de maio, e a mãe seguiu entubada para tratar da pneumonia. Faleceu no dia 1º de junho de 2020, em decorrência de complicações da pneumonia causada pelo Coronavírus¹⁰²

Segundo o Ministério da Saúde, as complicações gestacionais levam à morte uma mulher a cada cinco horas no Brasil. Dos óbitos maternos, 12,8% são de meninas e jovens entre 10 e 19 anos. As causas recorrentes, entre 2015 e 2019, foram: eclampsia (14%), hipertensão gestacional com proteinúria significativa (10,6%), hemorragia pós parto (10%) e infecção puerperal (5,8%). A antropóloga brasileira Débora Diniz, realizando pesquisa sobre a mortalidade materna na pandemia¹⁰³, informou que um levantamento preliminar do Grupo Brasileiro de Estudos sobre COVID-19 e Gravidez, a partir de dados públicos do Sistema de Informação Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe), revelou que, das 160 mortes maternas conhecidas e notificadas em todo o mundo, entre 26 de fevereiro e 18 de junho de 2020, 124 ocorreram no Brasil. Das 124 mortes maternas registradas no período, apenas 64% foram entubadas e ventiladas e 36% não receberam a assistência adequada. A maioria (71%) era de não brancas e se encontrava nas regiões Norte e Nordeste. Em outro momento, no *blog O relicário das mulheres na pandemia*¹⁰⁴, a pesquisadora afirma que morreram mais mulheres no Brasil por parto e puerpério que em todos os países juntos, por onde a pandemia matou gente. E quanto às mortes maternas de mulheres indígenas, quais são os números reais?

O registro do óbito de Dulcicléia Pinheiro foi contabilizado em Rio Branco e não em Pauini, assim como o seu enterro aconteceu em um cemitério público, naquele município, e não na aldeia, como aguardavam os familiares, para os merecidos ritos de memória. Esse caso não foi isolado e nem particular aos povos indígenas, protagonizando um dos dramas vividos na pandemia: quantificar a incidência do Coronavírus sobre os povos indígenas, em decorrência da subnotificação e subregistro de dados. Em manifestação, a APIB exigia a correção das autoridades de saúde, uma vez que, fora a ausência dos números reais, o problema invisibilizava as

¹⁰² Ver sobre povos indígenas e a pandemia nos artigos da coletânea *Pandemia e Território*, elaborada pelo Projeto *Nova Cartografia Social* (UEMA/PNCISA, 2020).

¹⁰³ Disponível em: planetaella.org/anis-e-debora-diniz-recebem-historias-para-pesquisa-sobre-mortalidade-materna. Acesso em: 23 set. 2021.

¹⁰⁴ Disponível em: revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Debora-Diniz/noticia/2020/08/debora-diniz-o-relicario-das-mulheres-na-pandemia.html. Acesso em: 23 set. 2021.

vítimas indígenas. Na ausência do Estado, o próprio movimento indígena produziu boletins diários e obituários que não só se destacaram na produção de estatísticas, como também colaboraram para a preservação da memória das vítimas.

Inevitavelmente, a perda da esposa desestabilizou emocionalmente Francisco Marcelino e influenciou sua campanha a ponto de circularem rumores de que ele havia desistido da candidatura. Somente às vésperas da convenção eleitoral municipal do PP em Pauini, seu partido político, em setembro de 2020, Francisco Marcelino confirmou sua candidatura e continuou no pleito, o que foi surpresa para muitos, inclusive para a Coordenação Executiva da OPIAJ, que aguardava a oficialização de sua desistência.

Antes da convenção dos partidos, Chico Preto apresentou à OPIAJ um comunicado de renúncia da candidatura, argumentando que, devido à pandemia, não pode realizar as campanhas. Chico Preto reside em Rio Branco, cidade que permaneceu na linha vermelha da COVID-19 por muito tempo. As medidas de isolamento social com suspensão de tráfego intermunicipal o impediram de voltar a Pauini. Em obediência à legislação, nem mesmo sua comissão de campanha pode ser mobilizada.

Compreendo que Chico Preto e Francisco Marcelino possuem trajetórias pessoais no movimento indígena, que divergem da postura e do posicionamento público de um Legislativo ou Executivo municipal. A indicação da VI Assembleia Geral da OPIAJ os encontrou, deveras, de surpresa. Isto foi notório em seus pronunciamentos depois da votação, enfatizando que atenderiam à vontade soberana da assembleia ao desafio que seria, para ambos, o processo eleitoral.

A renúncia de Chico Preto e a incerteza da candidatura de Francisco Marcelino reconduziram a OPIAJ ao ponto zero de discutir novas indicações para as eleições de 2020; esse era um grande desafio, considerando que restavam poucos dias para encerrar o período de lançamento das candidaturas. Pelas razões da pandemia, não seria possível convocar uma nova assembleia, de modo que deveriam encontrar outro procedimento de discussão e deliberação.

6.5 *Katsopary* e as decisões políticas no campo das relações interétnicas Apurinã

A OPIAJ tem uma rede de apoiadores indígenas, um grupo de 10 a 12 pessoas, formado especialmente por ex-Coordenadores da OPIAJ, caciques, gestores públicos e agentes de notório conhecimento sobre a realidade indígena e as culturas Apurinã e Jamamadi. Sempre que necessário, um membro desse grupo representa a OPIAJ em atividades e/ou eventos que abordam temas diversificados. Para citar um exemplo, quando o assunto é educação, é comum a OPIAJ indicar Kennedy Apurinã para representá-la; quando o assunto é manejo de recursos naturais, o Francisco Ferreira.

Dentre essa dúzia de membros respeitados, notadamente Apurinã, observo que quatro pessoas se destacam, constituindo o que compreendo como um tipo especial de coordenação, uma coordenação estendida da OPIAJ: Evangelista Apurinã (Chefe da FUNAI em Pauini), Alex Apurinã (Coordenador Regional da FOCIMP), Kennedy Apurinã (Conselheiro de Educação) e Francisco Ferreira (professor indígena) ocupam esse lugar porque acumulam experiências nas relações interétnicas, seja enquanto agentes indígenas no governo ou no movimento indígena.

Os perfis de líderes do movimento indígena podem variar, por exemplo, pela origem de sua autoridade (lideranças locais, regionais ou nacionais), pelo lugar em que atuam (nas comunidades, nas organizações indígenas, nas instâncias do poder público estatal, em instâncias internacionais etc.), pelo papel que desempenham (articuladores, gestores, representantes políticos em esferas públicas etc.). O importante é observar que os líderes transitam entre diferentes perfis no transcorrer de sua trajetória no movimento indígena (ORTOLAN, 2006). A coordenação estendida se alinha em uma parentela de vínculo político, ao ponto de se destacar no processo de decisão da OPIAJ. Coube a eles ajudarem a OPIAJ na discussão sobre os novos candidatos às eleições, o que fizeram em uma *masca de katsopary*.

As reflexões sobre a situação dos dois candidatos naquele momento começaram durante a *masca de katsopary* na casa do Gloclines Apurinã, logo que o Chico Preto anunciou a renúncia. Wallace convocou os demais: Kennedy, Evangelista, Francisco Ferreira e Lucifran. Gloclines providenciou o *katsopary* do seu quintal, Evangelista levou o *kuxumataru* e o *merori* para a *masca*, que começou por volta das 19 horas, sem a presença de Alex Apurinã, que lecionava nesse horário.

Mascar *katsopary*¹⁰⁵ faz parte do ritual Apurinã utilizado pelos pajés em momentos de cura. Juliana Schiel (2004) registrou dois momentos em que os Apurinã mascam:

[...] mascam o *katsoparu* (ipadu) em momentos de cura ou só para conversar, pelo prazer. O *katsoparu* é apreciado pela maioria dos homens, e por algumas raras mulheres e meninas. Em geral, mascar é algo realizado à noite ou no fim da tarde. Às folhas mistura-se o *kuxumataru*, cipó amargo, e o *merori*, cinza de cacau *da mata*, doce e ácida. Utiliza-se sempre o *awire* nestas ocasiões. O *awire*, que também tem seu tempero *da mata*, *akotãta*, é forte, e se tomado demasiadamente leva a desmaios e vômitos. É utilizado em todos os momentos, independente do *katsoparu* (SCHIEL, 2004, p. 87).

Colaborando com a compreensão dos Apurinã na contemporaneidade, acrescento uma função a mais para as mascas de *katsopary*: a política, que vem fortalecendo as decisões Apurinã, especialmente da OPIAJ, e sustentando as relações indígenas no campo interétnico. Nesse caso, a masca de *katsopary* se transforma em um espaço deliberativo, uma micro assembleia cultural, como Wallace Apurinã mencionou¹⁰⁶, onde são decididas questões institucionais, propostas, indicações, estratégias de resolução de conflitos ou articulações políticas e indicações para representações diversas.

A masca de *katsopary* confirma que a etnopolítica demarca como objeto um modo específico de fazer política, a de grupos e sistemas interétnicos, embebida nas estruturas sociais e simbólicas da etnicidade [...], considerando que a etnicidade qualifica a etnopolítica e está embebida na organização social (FERREIRA, 2017, p. 198).

Dado à importância da “masca”, os Apurinã da terra indígena Água Preta/Inari elaboraram um modelo de evento denominado *rodada de katsopary*. ‘Rodada’ refere-se ao carácter de alternância das realizações, em que uma das oito aldeias da terra indígena é escolhida (por livre demanda ou por sorteio) para sediar a masca. O propósito é fechar um ciclo das oito aldeias, porém o sorteio se dá entre aquelas que estiverem presentes. Com periodicidade de dois meses, podendo ser antecipada devido a justificativa do evento, realizam a *rodada de katsopary* por muitos motivos,

¹⁰⁵ Planta aparentada com a coca.

¹⁰⁶ Entrevista para a pesquisadora sobre a PNGATI, em 20/03/2019.

todos relacionados aos interesses da terra indígena, como, por exemplo, a organização de um trabalho coletivo e a decisão sobre o que será tratado como pauta no encontro da TI.

Recentemente, com a execução do projeto de etnomapeamento da TI, estão realizando as *rodadas de katsopary* para construir e/ou validar os etnomapas. Cito aqui o Projeto *Liga da Floresta* executado pela OPIAJ em parceria com a Operação Amazônia Nativa e o IEB, com financiamento da Fundação MOORE, para elaboração do etnomapeamento das TI Água Preta/Inari e Seruini/Marienê, com período de execução para 2022-2023. Essa atividade foi trazida para a metodologia Apurinã da TI Preta/Inari, uma particularidade na gestão de seu território.

Compreendo que o caráter político e deliberativo da *masca* vem sustentando a prática no interior da terra indígena Água Preta/Inari, estimulando, por exemplo, o cultivo da planta de *katsopary* nas aldeias para, posteriormente, abastecerem as *rodadas*. Com exceção dos territórios Jamamadi, todas as terras indígenas Apurinã de Pauini possuem *katsopary*. Porém, até o momento, somente a terra indígena Água Preta/Inari desenvolve o modelo de *rodadas de katsopary* e, mais, especificamente, para fins de gestão interna.

Nessa esteira de importância política da *masca de katsopary* para os Apurinã, a Coordenação Executiva da OPIAJ convocou a coordenação estendida para tratar, especificamente, do contexto das eleições de 2020. As questões circulavam sobre a incerteza da candidatura de Francisco Marcelino e a renúncia de Chico Apurinã. Kennedy Apurinã, Conselheiro do CEEI, em conversa informal assim relatou:

A gente não sabia se o Marcelino ia sair mesmo porque com a morte da esposa dele ele se afastou de tudo e foi pra aldeia sem fazer contato com ninguém. Depois tinha essa informação que ele ia desistir e a gente precisava confirmar isso. Só que ele não veio falar. Foi então que na *masca* na casa do Gó [Gloclines], nós decidimos que alguém tinha que procurar o Marcelino pra confirmar. Essa foi a primeira questão da *masca* (KENNEDY APURINÃ - conversa informal, em 13/10/22)

A segunda questão tratada foi a renúncia do Chico Preto, para a qual ponderaram sobre nomes em substituição, conforme explicou Evangelista Apurinã:

O Chico é do Purus de Baixo, então precisávamos definir um nome de lá. Pensamos em vários com trajetória próxima à trajetória do Chico e

aí veio o Alex que apesar de ser cadastrado na aldeia Cachoeira nasceu na Água Preta; o Francisco Ferreira, o Antonio Olavo e o seu Valdeci. Mas a gente não conseguiu definir naquele porque nem todo mundo estava lá. (Evangelista Apurinã, Chefe da CTL/FUNAI - conversa informal, em 13/10/2022).

Para Kennedy e Evangelista, a *masca de katsopary* na casa do Gloclines foi bastante produtiva, no sentido de atualizar as informações sobre a situação dos candidatos e de renovarem o compromisso de união nas eleições, o que passava, naquele momento, pela partilha do empenho mútuo. Dessa forma, o projeto político do movimento indígena se configura em ação social, no sentido weberiano, uma vez que repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo (WEBER, 1999). Encaminharam, portanto, uma segunda conversa, com a presença de Alex e dos demais citados. O momento oportuno seria um almoço, numa quinta-feira, penúltimo dia para que o candidato escolhido registrasse a sua candidatura. Segundo o relato de Kennedy Apurinã,

[...] Quando a gente fez o almoço na oficina do Gó [Gloclines], estava todo mundo. Falamos de como foi a *masca* e do que discutimos. E aí a Manupa trouxe uma novidade, que o Marcelino não mais concorrer. Ela afirmou isso com toda certeza, está anotado no caderno da Vanessa e quem registrou foi a Amanda. Só que esse caderno se perdeu. E aí nós decidimos que precisa alguém ir lá com o Marcelino, na aldeia, confirmar e trazer por escrito a desistência dele, como o Chico fez. E elas foram lá, a Manupa e a Vanessa. Só que quando voltaram, já voltaram com o Marcelino pra se registrar no partido e tudo (KENNEDY APURINÃ - conversa informal, em 13/10/22).

No que se refere à substituição do Chico Preto, não obtiveram a presença de Antonio Olavo e Valdeci, mencionados na *masca de katsopary* na casa do Gloclines. Conforme relata Evangelista Apurinã,

[...] No almoço só estavam o Alex e o Ferreira e nós vimos que o Ferreira não era filiado. Então, desses nomes, era o Alex que tinha condições. E o Alex já tinha sido candidato, sabia como era o processo. Ele foi indicado lá na assembleia [2019] pelo compadre André [aldeia Cachoeira], então, era um cara que estava preparado e tinha apoio de muitos parentes (EVANGELISTA APURINÃ- conversa informal, em 13/10/22).

Alex Apurinã é filho de Francisco Duca, o Catuta Apurinã, e de Socorro Sena, não indígena. Nasceu na aldeia antiga Castanheira, na TI Água Preta/Inari, onde viveu até ir para a cidade, estudar em Pauini. Licenciado em Pedagogia Intercultural pela

Universidade do Estado do Amazonas, é professor concursado pelo município, atuando em escolas das zonas rural e urbana. No movimento indígena, foi Coordenador Executivo da OPIAJ por dois mandatos e Coordenador Regional da FOCIMP, em Pauini, na gestão de Marcílio Batalha. Desenvolveu trabalhos terceirizados na CTL/FUNAI Pauini, o que lhe rendeu conhecimento sobre a gestão da política pública indigenista. Na política partidária, é filiado ao Partido Social Democrata (PSD) e concorreu ao cargo de Vereador nas eleições de 2012. Toda essa experiência empreende o reconhecimento moral do movimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005) sobre a indicação de Alex Apurinã, destacando seu conhecimento sobre as TI em diversos sentidos: político, cultural, ambiental, de potencial produtivo ou ameaças.

Havia pouco tempo até as eleições. Por isso, o tempo da campanha de Alex Apurinã (PSD) começou assim que o almoço terminou. O procedimento imediato foi registrar sua candidatura no dia seguinte ao almoço, sexta-feira, e logo ele mesmo criou um grupo no *WhatsApp* para organizar sua campanha. No grupo *Alex Apurinã 55777*, votos de apoios, como o de Chico Preto, estimulavam a campanha, com orientação de estratégias para que Alex Apurinã chegasse à Câmara. Chico passou a atuar como um mentor político, um lugar de fala bastante confortável, dado a seu conhecimento.

Na mesma linha de apoio, outros membros do grupo comentavam sobre o projeto de 'demarcar a Câmara Municipal' e que a eleição de Alex Apurinã seria uma abertura para novos vereadores indígenas. Ao mesmo tempo, 'demarcar a Câmara Municipal' significa estimular que os indígenas conhecessem o seu funcionamento e o melhor procedimento seria participar das sessões plenárias.

Agendas de campanha e a defesa da candidatura de Alex eram alguns dos temas discutidos no grupo. Contudo, as estratégias mais estruturantes seriam reservadas para as mascas de *katopary* ou reuniões específicas. Dentre as políticas de defesa, Alex Apurinã compreendeu que a agenda indígena é a linha óbvia de sua campanha, porém não se sustentaria sozinha e deveria ser conjugada em uma agenda de direitos dos povos tradicionais (indígenas e ribeirinhos), considerando que os territórios estão interligados, embora se diferenciem legal, jurídica, social e

culturalmente. Essa pauta de interesses comuns entre indígenas e ribeirinhos foi aceita pelos demais membros do movimento indígena.

Volto a destacar a presença de José Roberto (PT), presidente da ATRAMP, na mesa *A atual conjuntura e a política partidária*, na assembleia da OPIAJ, em 2019, como anúncio de que a pauta conjunta de diferentes movimentos sociais na defesa dos territórios na Amazônia e em Pauini seguia atual nos problemas e nas oportunidades de desenvolvimento. A articulação entre coletivos territorializados pode ser a chave para compreender a política e sua alteração em cada pleito.

Francisco Marcelino fez campanha de forma mais reservada que Alex Apurinã. A OPIAJ julgava que o processo de luto ainda o limitava de mergulhar na campanha, como Alex Apurinã estava fazendo. Por outro lado, a equipe de campanha de Francisco Marcelino acusava a Coordenação Executiva da OPIAJ de preterição e falta de apoio. Os eventos de campanha que acompanhei e os documentos que analisei em pesquisa de campo me levaram a compreender que, quando se tratava de agendas da campanha indígena e não de um candidato em particular, os assuntos seguiam uma pauta coletiva e os dois candidatos eram envolvidos e/ou mencionados enquanto candidatos do movimento indígena. Campanhas particulares realizadas individualmente não tinham a obrigação de mencionar o outro candidato. Essa obrigação era pauta exclusiva da OPIAJ, que deveria fazer campanha para os dois.

Em um desses eventos de campanha que acompanhei, especificamente uma reunião, discutiu-se a estratégia de alinhamento com os candidatos à Prefeitura. A OPIAJ e a coordenação estendida defendiam que as demandas indígenas fossem articuladas no plano de campanha dos candidatos à Prefeito e havia um problema posto: os candidatos da OPIAJ estavam em plataformas eleitorais opostas: Francisco Marcelino (PP), na coligação com a Prefeita concorrendo à reeleição, Eliana Amorim (MDB), enquanto Alex Apurinã, na plataforma da oposição, com Renato Afonso (PL). Naquele pleito, concorriam à prefeitura os candidatos Eliana Amorim (MDB), Renato Afonso (PSD) e Professor Didi (PSB). O Professor Didi foi vereador em Pauini e concorria pela primeira vez ao cargo municipal majoritário.

Enquanto isso, as famílias Amorim e Afonso ocupavam uma das pontas de liderança da tradição política em Pauini, que se completa com as famílias Barroso e Araújo. Outra família que fez história política em Pauini foi a Venâncio, mas perdeu a

influência política ao longo dos anos e, atualmente, mantém a tradição com apenas um representante na Câmara de Vereadores. Eliana Amorim (MDB), esposa do ex-Prefeito José Amorim (MDB), que atuou por dois mandatos, sucedeu a prefeita Maria Barroso (PROS), que também sucedeu seu esposo, Professor Chico (PMDB), o qual governou a cidade por dois mandatos. Os Araújo têm histórico de apoio tanto aos Amorim quanto aos Afonso. Consoante sua história política, tais famílias têm afinidades comerciais, sendo ligadas ao seringal, pecuária e, no caso dos Afonso, postos de combustíveis no município de Pauini.

A Coordenação Executiva da OPIAJ se ressentia da pouca ausência de diálogo com a prefeitura, na gestão de Eliana Amorim. Wallace Apurinã, no grupo *Alex Apurinã 55777*, lembrava das propostas entregues à Prefeita na Assembleia da OPIAJ, em 2017, e que ainda aguardavam pela reunião em que discutiriam o assunto, acusando-a de desrespeito ao movimento indígena. Outra reclamação que pesava contra a gestão da Prefeita Eliana Amorim era a criação da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas (SEMAI), que alegavam ter sido uma proposta do movimento indígena à plataforma de governo da então candidata eleita Maria Barroso, implementada no governo de Eliana Amorim sem a participação do movimento indígena. Esse fato lhes negava o direito de construir uma proposta alinhada à realidade dos territórios e próxima ao movimento indígena. Em consenso, a SEMAI¹⁰⁷ deveria ser um projeto de Estado e não de mandato, como estava sendo.

Nas eleições municipais de 2020 em Pauini, instalava-se o movimento pelo 'novo', pela 'mudança', reflexo das eleições gerais de 2018, que trouxeram a proposta de 'reformulação da política', elegendo, para citar alguns, o atual presidente do Brasil e o governador do estado do Amazonas. Acusações de negligência, corrupção e atrasos no desenvolvimento do país ou cidade estiveram no alicerce das campanhas de 2018 em todo o país. Marcos Apurinã e José Roberto mencionaram, em momentos

¹⁰⁷ Criada em 2017, pela Lei nº 260/2017. A proposta de criação foi apresentada pelo movimento indígena à então candidata Maria Barroso, em 2008. Somente em 2017 a proposta foi implantada. O movimento indígena reclamava ausência de diálogo com a SEMAI e com a Prefeitura, acusando a Prefeita de negociar o cargo de secretário com o indígena José Raimundo Muniz, a quem apontam de ter tratado a SEMAI como cabide de emprego, permanecendo sem identidade institucional, sem sede, sem plano de ação e sem desenvolver atividades nas comunidades. José Raimundo cumpriu os quatro anos do governo Eliana Amorim à frente da SEMAI e foi substituído por Kennedy Apurinã na gestão 2021-atual.

diferentes¹⁰⁸, que o conceito de ‘mudança’ seria a tendência das eleições de 2020. Seria, portanto, o momento de negociar com esses candidatos espaços para os povos indígenas.

Renato Afonso (PSD) se apresentava como o candidato da mudança e a OPIAJ avaliou que seria o momento de tentar outra estratégia de abertura com o governo municipal. Nas palavras do Coordenador da OPIAJ, durante reunião com a comissão de campanha indígena, o momento deveria ser de mudança, de tentar algo novo, uma vez que considerava que, se a candidata à reeleição desejasse incluir os povos indígenas em sua plataforma, o teria feito nos quatro anos de seu mandato. Tentar o ‘novo’ trazido pelo candidato a prefeito Renato Afonso revelava um contexto em que o movimento indígena conhecia como operavam os governos passados alinhados entre as famílias Amorim-Barroso-Amorim, diante de quatro tentativas frustradas de Renato Afonso.

Nesse momento, o governo desconhecido poderia dar mais vantagens aos povos indígenas do que o governo que já conheciam, com o qual construíram uma relação marcada por silêncios e distanciamentos, mesmo após a implantação da SEMAI. Além disso, havia um elemento que poderia ser a ponte de diálogo com o candidato a prefeito: o fato de ele compartilhar o mesmo partido de um dos candidatos da OPIAJ, Alex Apurinã. A OPIAJ aproveitou essa oportunidade para conversar com o candidato, que já conhecia o peso eleitoral indígena da eleição anterior. Na conversa/reunião entre a OPIAJ e o candidato Renato Afonso (PSD), foram discutidas 16 propostas apresentadas pelo movimento indígena. Algumas constavam na proposta apresentada à Prefeita Eliana Amorim, na assembleia de 2017. Sem barganha, o candidato firmou acordo político com o movimento indígena e inseriu integralmente as 16 propostas indígenas na sua proposta de governo para os povos indígenas. Além disso, afirmou a permanência da SEMAI, ameaçada de ser extinta na gestão atual, e concedeu ao movimento indígena a prerrogativa de indicar o Secretário indígena que lhe aprover.

O argumento de que estariam promovendo modificações nas relações interétnicas locais, ao apoiarem o candidato Renato Afonso (PSD), conduziu a OPIAJ

¹⁰⁸ Marcos Apurinã mencionou o assunto aos povos indígenas do Purus presentes na assembleia da FOCIMP, em 2018, referindo-se às eleições presidenciais; José Roberto falou aos Apurinã e Jamamadi presentes na assembleia da OPIAJ, em 2019, em relação às eleições municipais de 2020.

a apoiar o referido candidato, obtendo resultados vitoriosos nos cargos de prefeito e vereador, com a eleição de Alex Apurinã nas eleições municipais de 2020.

No almoço comemorativo de sua vitória, Alex Apurinã assim comentou:

[...] Não é uma vitória minha, é nossa. A missão foi dada e eu acho que esse é o primeiro passo de toda a caminhada que estamos iniciando. Que sigamos na luta. Vamos trabalhar. Não é fácil chegar, mas eu acho que o mais difícil é executar. Agora a gente precisa começar a pensar de fato no que a gente precisa fazer. Na verdade, o que a gente precisa fazer a gente já sabe. A gente precisa pensar em como fazer pra, de fato, ter um futuro melhor para os nossos parentes indígenas, ribeirinhos, a população como um todo. Para que tenham uma atenção melhor e que de fato sejam atendidos pela sua necessidade. (...) Quero que muito em breve a gente possa se reunir pra ver algumas questões junto (ALEX APURINÃ - almoço da vitória, Pauini, 16/11/2020).

Evidente que o movimento indígena conhece as limitações do poder Legislativo municipal e do Executivo. Não obstante, marcava um novo tempo para os povos indígenas e movimento indígena, que, obedecendo ao acordado pela assembleia da OPIAJ de 2019, seguirá como um projeto educativo eleitoral até alcançar a vitória no Congresso Federal.

Missão, caminhada, trabalho, pensar juntos, são elementos/conceitos chave de projetos que o vereador eleito trazia para uma proposta de projeto participativo, alinhando à proposta de resistência indígena, numa busca de romper a consciência infeliz (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005) e problematizar a representação histórica onde o “caboclo se via com os olhos do branco”. Os participantes do grupo *Alex Apurinã 55777* avaliam que, ao ocupar a cadeira na Câmara Municipal, o representante indígena recupera o respeito que falta na relação entre a sociedade pauiniense e os Apurinã e Jamamadi.

Retornando ao pronunciamento de Chico Preto, assessor indígena do DSEI-AR Pur, na mesa *Atual conjuntura política e participação indígena*, na assembleia da OPIAJ, em 2019, a eleição de Alex Apurinã (PSD) e do prefeito Renato Afonso (PSD) confirma que o princípio do projeto coletivo indígena é organização e o compromisso. Chico Preto parece perfilado com Cardoso de Oliveira (2000) quando este antropólogo brasileiro afirma:

[...] Contra o estereótipo de que “os índios não se entendem”, esse me parece ser um bom exemplo sobre a possibilidade de obtenção de

consenso entre etnias indígenas de maneira a assegurar a viabilização de representação política em nível regional e, quem sabe, em nível nacional junto ao Estado-nação; uma representação destinada a negociar a formulação de uma política indigenista que atenda às demandas de uma política indígena (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 226).

Cardoso de Oliveira (2009) observou que os povos indígenas ampliaram sua categoria de representatividade política ao incluir intelectuais e diversos profissionais indígenas. Ademais, os indígenas políticos à frente de mandatos partidários fortalecem uma nova forma de representatividade no campo indígena, somando-se às lideranças tradicionais e demais lideranças de campos interétnicos profissionalizados, como os professores e agentes de saúde indígena, de uma história indígena mais recente.

Caminhando para a conclusão do que é a proposta de participação indígena na política partidária para o projeto de autogovernança da OPIAJ, observo que a especificidade da participação indígena na eleição municipal de Pauini, em 2020, comparada às anteriores, está no posto primeiro desse investimento, alinhada à proposta de afirmação de protagonismo do movimento indígena nacional desde a década de 1970, como bem enfatizou Chico Preto ao longo de seus argumentos.

A OPIAJ refletiu sobre o poder e os mecanismos de disciplina da atual conjuntura política, o que envolve uma administração via decretos, sucateamento de órgãos e políticas públicas, especialmente, de políticas ambientais e para os povos indígenas e tradicionais, como a PEC 280 e o PL 490. Então, utilizando a estrutura soberana da assembleia, propôs diminuir os impactos dessa política, desafiando-se ao projeto de eleição de dois vereadores indígenas. O que seria, parafraseando o próprio movimento indígena, uma ousada demarcação da Câmara Municipal. Para tanto, deveria empreender um processo de 'ensinar a votar', o que se deu parcialmente, devido aos protocolos da pandemia, que limitaram o processo educativo da OPIAJ durante as campanhas. Entretanto, houve um especial investimento nos *Encontros por Terras Indígenas* como espaços ressignificados de gestão dos territórios indígenas, onde a temática 'povos indígenas e eleições' ganhou notório espaço de discussão, formação e informação dos parentes indígenas dentro de suas aldeias.

Analisar os candidatos à prefeitura em 2020 e articular propostas indígenas em suas plataformas políticas foi estratégico para o futuro relacionamento que se buscava entre o governo municipal e o movimento indígena, para acentuar o que os Apurinã da OPIAJ consideraram ser o início de um novo episódio na história do movimento indígena. Como Kennedy Apurinã¹⁰⁹ enfatizou sobre a vitória de Alex Apurinã, “agora é daqui para a história”.

Há muito que refletir sobre o processo após eleição de 2020, porém, enquanto estratégia Apurinã, a eleição gerou um novo tipo de etnopolítica subsidiada em ações coletivas da campanha pelo *whatsapp*, viagens às aldeias, articulação com outros coletivos e agendas.

Séculos de opressão e, gradualmente, os Apurinã vêm elaborando estratégias de resistência, respondendo com etnopolítica, à situação histórica colonial e assimétrica social e economicamente imposta.

¹⁰⁹ Pronunciamento aos participantes durante o almoço da vitória, realizado em Pauini, em 16/11/2020.

7 CONCLUSÃO

O movimento indígena define a agenda política em contextos diferentes. No início, a principal agenda era a regularização das terras indígenas. Recentemente, vem trazendo como bandeira de luta questões como, por exemplo, a implementação da PNGATI e a ocupação do Congresso Nacional, como pautas imprescindíveis para o futuro dos povos indígenas brasileiros.

O Seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas* evidenciou que o sul do Amazonas segue em processo de destruição, repetindo o cenário dos anos 1970. “O apetite por terra do modelo de expansão predatória da fronteira só reconhece a resistência como limite” (SANTILLI, 2014, p. 339) e constatamos modelos de resistência indígena em quatro casos exemplares apresentados pelas associações indígenas no referido Seminário. A mobilização das associações indígenas, diante desses casos exemplares, compõe minha hipótese de que as associações indígenas possuem argumentos, conflitos e dramas comuns, que modelam o discurso em identidade de resistência: do movimento indígena do sul do Amazonas contra o avanço da fronteira do desmatamento.

Combater o avanço da fronteira do desmatamento exigiu e exige mais que união das associações indígenas. Exigiu, como estratégia, a criação de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), na qual as associações estão reunidas pelo mesmo sentimento de pertencimento à região pretendida pelas investidas capitalistas, a Amazônia. A comunidade imaginada é capaz de sustentar a luta e a resistência ao inimigo comum, por meio da implementação da PNGATI, como uma estratégia indígena de ‘frear’ o avanço da fronteira sobre o sul do Amazonas.

Nesse processo de resistência, ressalto a importância que as associações indígenas deram para construção de uma rede social no sul do Amazonas, formada em contextos cruzados e automediados como o Seminário *Licenciamento e grandes obras no sul do Amazonas* e os projetos de implementação da PNGATI junto às associações indígenas, envolvendo parceiros como o IEB e o *Greenpeace*, que, por sua vez, movimentam outras redes sociais indigenistas, socioambientais, estrangeiras, financeiras e técnicas.

A história da OPIAJ mostra cenários, mobilizações e estratégias de organização no mundo político em Pauini. Os processos de mobilização empregados tanto pela OPIAJ quanto pelo movimento indígena, dos anos 1970 aos atuais, mostram uma metodologia de gestão de território (território compreendido no sentido amplo) e, de fato, a gestão para a autonomia e a autogovernança. Mudar a administração da FUNAI, criar a OPIAJ, tornar-se 'base' da FOCIMP e integrar movimentos sociais e do governo, para orientar o governo a exercer o seu papel, como a OPIAJ fez na *Agenda Integrada*, na luta pela regularização fundiária do rio Pauini, são feitos históricos de luta, e, sobretudo, de uma metodologia construída para resistir e organizar o contexto político de forma mais adequada aos direitos indígenas.

Os *Encontros por Terra Indígena* são espaços sociais que mobilizam alteridades indígenas e uma importante metodologia de educar as políticas públicas para olhar para dentro das TI, minimizando, os efeitos do caráter vertical das ações do Estado. O modelo de estar aberto ao ponto de vista dos indígenas, considerando suas próprias experiências locais, sua organização social e o jogo político que rege as relações internas, pode garantir sucesso ao modelo de gestão empregado pelas instituições públicas.

Trazendo esse exemplo para o campo dos direitos indígenas, o ouvir as aldeias e construir com elas as ações públicas, põe em prática as recomendações da Convenção 169, da OIT, fortemente utilizada nas mobilizações indígenas para garantir a defesa, quando necessária, e o acesso aos direitos indígenas. As responsabilidades assumidas pelas aldeias demonstram estratégias de gestão dos territórios. Não há dúvidas que estão executando a PNGATI nos territórios indígenas. Assim, a PNGATI, enquanto política, está diretamente relacionada à estratégia de impedir o avanço do desmatamento na Amazônia.

A OPIAJ refletiu sobre o poder e os mecanismos de disciplina da atual conjuntura política, que envolvia uma administração via Decretos, sucateamento de órgãos e políticas públicas, especialmente, de políticas ambientais e para os povos indígenas e tradicionais, como a PEC 280 e o PL 490. Utilizando a estrutura soberana da assembleia, propôs diminuir os impactos dessa política, desafiando-se ao projeto de eleição de dois vereadores indígenas, o que seria, parafraseando o próprio movimento indígena, uma ousada demarcação da Câmara Municipal.

No processo de decisão da OPIAJ, destaco a máscara de *katsopary*, enquanto mecanismo de revitalização cultural e estratégia política de gestão dos interesses políticos indígenas. A assembleia é soberana, enquanto um elemento normativo do associativismo ressignificado pela OPIAJ. A máscara é, entretanto, o elemento cultural da identidade Apurinã, que sustenta as relações indígenas no campo interétnico.

É no combate às ameaças e riscos à vida dos povos indígenas, travestidas em políticas públicas para o desenvolvimento e progresso nacional - como o agronegócio e a mineração - que o movimento indígena investe nas mobilizações de resistência, criando novos agentes sociais, como os agentes ambientais indígenas, diversificando metodologias e epistemologias que orientam os agentes sociais e suas práticas a partir das alianças da *Agenda Integrada*, da gestão coletiva dos territórios, como a proposta dos *Encontros por Terra Indígena*, e/ou da visada estratégica de ocupar os poderes Executivo e Legislativo em todas as esferas de governabilidade.

Para a OPIAJ, o modelo de indigenizar as políticas públicas requer olhar para a PNGATI, por exemplo, e compreender a complexa relação entre Estado e povos indígenas: o mesmo Estado que cria a política pública de gestão dos territórios é o mesmo Estado que abre/reabre as fronteiras de destruição. O objetivo da OPIAJ se tornou, então, não desacreditar a política pública, e sim, ressignificá-la para o modelo indígena local.

Compreendo que este trabalho retrata uma pequena parte do universo político da OPIAJ, do movimento indígena em Pauini e da etnopolítica Apurinã no Purus. Diversos temas podem e serão suscitados a partir dele. Por ora, concluo que as estratégias etnopolíticas Apurinã para autogovernança da OPIAJ passam pela ressignificação da PNGATI, a partir de uma *Agenda Integrada*, conduzida por uma rede social e interinstitucional, local de políticas indigenistas para uma proposta indígena; pelo investimento nos *Encontros por Terra Indígena*, estratégia de gestão indígena de seus territórios; pelo papel político das máscaras de *katsopary* e pela ocupação de cargos públicos dos poderes Executivo e Legislativo, como estratégia de conhecer como o poder Legislativo opera o Estado, para, então, fazer frente a esses dois e avançar na propositura de uma legislação que respeite os direitos indígenas constitucionais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri, (Org). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. O lugar dos índios na História: dos bastidores ao palco. In: **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 75, mai./ago. p. 17-38, 2017.

BALANDIER, George. Antropologia Política. Difusão Europeia do Livro. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1969, p. 5-48.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e e novos papéis políticos no cenário cultural e político. *MANA* 12(1): 39-68, 2006.

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos**. São Paulo, UNESP, 2010, p. 171-2014

CASTELS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. A magia do novo – índios cristãos nas fronteiras da Amazônia Colonial. **Revue Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates**. EHESS – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2011. Disponível em: – <http://nuevomundo.revues.org/q2258>.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*, 14 (40), 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A crise do indigenismo**. Campinas: UNICAMP, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Anthropológicas**, ano 9, v. 16(2): 9-40 (2005).

COSTA, Luciana; VERDUM, Ricardo (Orgs). **Índios e parlamento**. Brasília: Instituto de Estudos Soeconômicos, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 9-30.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994 [1997].

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação brasileira indigenista no século XIX**. EDUSP, Comissão Pró-Índios de São Paulo, 1992b.

COMERFORD, John (Org). **Questões e dimensões da política**: anais do Encontro dos 20 anos do NUAP. Rio de Janeiro/RJ: Papéis Selvagens, 2017.

COMERFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In PEIRANO, Mariza (Org). O dito e do feito. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 149-170.

DE PAULA, Luís Roberto. A participação indígena em eleições municipais. In VERDUM, Ricardo; DE PAULA, Luís Roberto (Orgs). **Antropologia da política indígena**: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais. Rio de Janeiro: ABA, 2020

DUPRAT, Débora. Territórios tradicionais e o direito produzido pelos Estados Nacionais. In: SOUZA LIMA, A. C. (Org). **Antropologia & Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 391-394.

FERREIRA, Diana Cibele de Assis. "**Primeiro nós somos indígenas e depois nós somos professores**": educação escolar Kambiwá e identidade étnica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2018.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. Anuário Antropológico, Brasília, 2017, v. 42, nº 1: 195-226.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos**. São Paulo, UNESP, 2010, p. 237-364

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1999.

GROSSI, Mirian (Org). Trabalho de campo e subjetividade. Florianópolis: PPGAS, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64.

LEACH, Edmund R. **Sistemas políticos da Alta Birmania**. São Paulo: EDUSP, 1995.

LIMA, Ludmila Moreira. Cooperação e parceria no contexto de um projeto piloto: a experiência do PPTAL. In: SOUZA LIMA, A. C. de. **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 147-198.

LIMA, José Roberto. *et al.* "Relatório Expedição Rio Pauini". Relatório de Atividade, 2018. Disponível em:

http://sei.funai.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_download_anexo&acao_origem=procedimento_visualizar&id_anexo=706124&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000264&infra_hash=c510c5a1e1c4a4c26e8ed51d1c1bb65551430d3466507f28a08e75f8cdf8207f. Acesso em: 03 jun. 2019.

LORENS, Frederico. Resistências. Publicado originariamente em espanhol em: SARMENTO-PANTOJA, Augusto *et al.* **Memória e resistência**: percursos, histórias e identidades. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

MARTINS, J. S. **A fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo; SILVA, Chris Lopes da. Depoimentos de lideranças indígenas do Purus. In: BERNO, Alfredo Wagner de Almeida *et al.* (Orgs.).

Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas. 1ª ed. Manaus: UEA Edições/ PNCESA, 2019. p. 389-412.

MURA, Fábio. SILVA, Alexandra Barbosa da. Breve balanço sobre a situação territorial indígena após a Constituição Federal de 1988 no Brasil: conflitos fundiários, agronegócio e políticas de Estado em questão. In: SOUZA-LIMA, Antônio Carlos de. *et al.* (Orgs.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil**: perspectiva e prospectiva sobre a ABA no seu 60º aniversário. Rio de Janeiro: E-papers. Brasília: ABA publicações, 2018.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz D. Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola**. Novos

subsídios para professores de 1º e 2º Graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-228.

MONTEIRO, John Manuel. As 'Castas de Gêntio' na América Portuguesa Quinhentista – Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios no Brasil. In: **Tupis, Tapuias e Historiadores**, Campinas: Tese de Livre Docência, 2001 (mimeo), p. 11-35.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. Assembleias indígenas como espaços de mobilização social. In: 31ª REUNIÃO DA ABA. Brasília, 09 a 12 de dezembro de 2018.

ORTOLAN, Maria Helena Ortolan. Execução e gestão de projetos indígenas: criando tradição e/ou reflexão? **Povos Indígenas**, 2007.

ORTOLAN, Maria Helena. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970-1980)**. Dissertação de Mestrado. UnB, 1997.

ORTOLAN, Maria Helena. Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari. Campinas: [s. n.], 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Terras indígenas. In: SOUZA LIMA, A. C. (Org). **Antropologia & Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 369-374.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. **Indiana**, 27, p. 19-46. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. *Confluenze*, v. XIII, n. 1, 2021a, p 77-104, ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/13087>, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. *MANA* 27(1): 1-31, 2021b. <http://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n1a201>.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org). *O dito e do feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 170-178.

PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais. In: PEIRANO, Mariza (Org). *O dito e do feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 17-42.

PIMENTA, José. Unir para além da fronteira: um esboço da etnopolítica transnacional ashaninka. Anuário Antropológico [Online], II, 2018, posto *online* no dia 26 maio de 2019, consultado no dia 23 de setembro de 2019. <http://journals.openedition.org/aa/3237>. DOI: 10.4000/aa.3237.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual - o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. In: PEIRANO, Mariza (Org). O dito e do feito. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 197-210.

SANTOS, Gilton Mendes dos. (Org). Álbum Purus. Manaus: EDUA, 2011.

SOUZA, Cássio Noronha Inglês de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. (Orgs.). Gestão territorial em terras indígenas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 2012.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção. Parte II. MANA 3(1):41-73, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

SOUZA-LIMA, Antônio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA-LIMA, Antônio Carlos de. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil. Século XX/XXI. MANA, 21(2):425-457, 2015.

SCHERER-WARREN, I. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHIEL, Juliana. Tronco velho: histórias Apurinã. Tese de Doutorado. Campinas: [s. n.], 2004.

TEIXEIRA, E. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo, Cortez, 2001.

TURNER, Victor. 2005 [1967]. Floresta de Símbolos: aspectos do ritual *Ndembu*. Rio de Janeiro: EDUFF

VELHO, Otávio. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

VERDUM, Ricardo. É possível criar um partido indígena no Brasil. Nota Técnica nº 94, novembro/2004. INESC.

VERDUM, Ricardo. (Org.). Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos, 2009.

VELSEN, J. Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos. São Paulo: UNESP, 2010, p. 437-465.